

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA – PPGSP

WALLACE DA SILVA MELLO

Tradição, conservadorismo e intervencionismo militar: uma análise da formação e produção dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras

Orientador: Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto – PPGSP-UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES,
SETEMBRO DE 2024

WALLACE DA SILVA MELLO

Tradição, conservadorismo e intervencionismo militar: uma análise da formação e produção dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito final para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Vitor de Moraes Peixoto

CAMPOS DOS GOYTACAZES,

SETEMBRO DE 2024

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

M527 Mello, Wallace da Silva.

"Tradição, conservadorismo e intervencionismo militar : uma análise da formação e produção dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras" / Wallace da Silva Mello. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

221 f. : il.
Bibliografia: 202 - 221.

Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.
Orientador: Vítor de Moraes Peixoto.

1. Exército Brasileiro. 2. Culturalismo conservador. 3. Intervencionismo. 4. Forças Armadas. 5. Imaginário. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

Tradição, conservadorismo e intervencionismo militar: uma análise da formação e produção dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras

WALLACE DA SILVA MELLO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro como requisito final para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Aprovada 02/09/2024

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dra. Elaine Borges da Silva Sueth (Sociologia Política – UENF) Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

Professor Dr. Adriano de Freixo (História Social – UFRJ) Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense

Professor Dr. Roberto Dutra Torres Junior (Sociologia – Humboldt Universität zu Berlin) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Professor Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo (Ciências Sociais - UERJ) – Universidade Federal Fluminense e Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Professor Dr. Vitor de Moraes Peixoto (Ciência Política – IUPERJ) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Orientador)



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Centro de Ciências do Homem

DECLARAÇÃO

Eu, **VITOR DE MORAES PEIXOTO**, professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, ID Funcional nº **4333904-2** e docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, declaro para devidos fins, que o aluno **WALLACE DA SILVA MELLO**, matrícula **202014220039**, defendeu a tese de **DOUTORADO** intitulada **“Tradição, conservadorismo e intervencionismo militar: uma análise da formação e produção dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras”**, tendo a banca de defesa de tese ocorrida em dois de setembro de dois mil e vinte quatro (**02/09/2024**) e considerado o aluno **aprovado**.

Declaro ainda que fui presidente da banca de tese, que foi formada e também teve como membros os professores doutores Adriano de Freixo (INEST-IFF) e Elaine Borges da Silva Sueth (IFES) como avaliadores externos, e Paulo Rodrigues Gajanigo (UFF/PPGSP-UENF) e Roberto Dutra Torres Jr. (PPGSP-UENF) como avaliadores internos ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

A versão final da tese de doutorado **“Tradição, conservadorismo e intervencionismo militar: uma análise da formação e produção dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras”** de autoria de **Wallace da Silva Mello** foi aprovada pelos membros da banca **impossibilitados de assinar presencialmente o documento**, dado que a defesa de tese ocorreu por via remota, isto é, por videoconferência utilizando o googlemeet. Sem mais a

considerar, solicito o prosseguimento dos trâmites de emissão de certificado do referido estudante e dou fé das informações apresentadas acima.



Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto

Orientador e Presidente da Banca de Defesa de Tese

Campos dos Goytacazes, 13 novembro de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Vitor de Moraes Peixoto, Professor**, em 13/11/2024, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **87481254** e o código CRC **E687205F**.

Referência: Processo nº SEI-260002/006838/2024

SEI nº 87481254

Avenida Alberto Lamego, 2000, - Bairro Pq. Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28013-602 Telefone: - www.uenf.br

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à Kíssila, meu pai, minha família, meus amigos e todos que me querem bem.
Muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda a minha família, sem vocês eu não teria condições de chegar até aqui. Minha tia/mãe Sebastiana, minha prima/irmã Luciana, meus primos/sobrinhos Samuel e Angelina, meu cunhado José Francisco, muito obrigado pelo apoio que vocês me dão. Eu não sei como agradecer. Agradeço *in memoriam* à minha mãe Celina, meu tio Zenildo, meu primo Wesllen, minha avó Maria do Carmo e meu primo Cristiano por todo ensinamento, palavra, conselho, correção e apoio que me deram. Muito obrigado, onde quer que vocês estejam.

Agradeço a minha esposa Kíssila pelo apoio, orações, conselhos, carinho e por todo amor que ela tem dedicado a mim nesses 13 anos de relação.

Agradeço aos meus amigos e amigas de hoje e de ontem pelo apoio, risadas e suporte nas dificuldades. Faço menção especial ao Felipe Medeiros, padrinho e irmão que Deus e o “Zanon” me deram..rs, Agradeço a Allan Jacomini e Marcos Cândido, dois dos melhores professores e amigos que tive a honra de trabalhar junto. Agradeço à minha amiga Elaine e seu parceiro Olandim por todo apoio, carinho, amizade e palavra proferida a mim. Muito obrigado pela ajuda sempre, especialmente no momento do concurso. Arre, vocês são “gente no mundo!!!!” Agradeço ao amigo Janderson, à Rebeca, Mirila, Fernanda, Roberta, Yann e a todos os amigos ex-alunos ou não que fiz nessa trajetória: muito obrigado

Agradeço a todos os amigos e amigas que deixei no Colégio Estadual Padre Mello e no CIEP 276 Ernesto Paiva. Esse tempo com vocês foi muito especial. Agradeço também aos colegas do IFF-Quissamã, que me receberam tão bem nesse ano e onde me sinto em casa.

Agradeço aos meus professores, que desde sempre me mostraram o poder do conhecimento e me permitiram viajar nas letras, nos números (viagem mais trabalhosa, é verdade...rs) e chegar aonde cheguei.

Achei que seria curto e grosso, mas estou chegando ao fim da página...rs.

Quero agradecer à minha psicóloga Simone, pela ajuda essencial que me dá ao me escutar e me permitir me ouvir.

Agradeço aos meus alunos e alunas que me ensinaram muito sobre mim mesmo, minha profissão, a História, a Filosofia, a Sociologia e a vida. Vocês enchem minha vida de luz, alegria e de coisas boas... (tá...confesso: talvez quase todos...rs....).

Agradeço a todos e todas da UENF, minha *alma mater* que desde 2016 me recebe e trata tão bem. Muito obrigado ao meu orientador e amigo, PROFESSOR Vitor Peixoto pela paciência, generosidade e sabedoria de todos os dias. Você é um exemplo pra mim, Vitor. Eu não sei o que seria de mim sem um orientador tão inteligente, gentil, engraçado e compromissado como você, e jamais poderei pagar pelo tanto que aprendi nas aulas e na vida contigo. Assim também agradeço aos professores, colegas de turma, amigos de disciplinas, à banca de projeto, qualificação e defesa final: muito obrigado a todos e todas que participaram desse processo.

Por fim agradeço ao meu pai, homem simples, trabalhador, honesto, e humano, demasiadamente humano que acima de tudo me amou sempre, incondicionalmente. Pai, você sempre diz que tem orgulho de ser meu pai, e eu também sou muito orgulhoso e grato por ter você, viu?! Como você dizia pra mim criança: “eu gosto de você de graça!”

Por fim, obrigado eu, pois onde eu ia, eu “tava”, e sem mim, eu não seria nada..rsrs...

“Não boto bomba em banca de jornal e nem em colégio de criança, isso eu não faço não.

E não protejo general de quatro estrelas que fica atrás da mesa com o cu na mão”

Faroeste Caboclo - Legião Urbana

RESUMO

MELLO, Wallace da Silva. **Tradição, conservadorismo e intervencionismo militar**: uma análise da formação e produção dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

O presente texto tem por objetivo analisar a formação e produção dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, localizada em Resende, Rio de Janeiro. Os militares no Brasil participam do jogo político desde, pelo menos a Proclamação da República. Nesses 135 anos, os militares agiram politicamente das mais diferentes formas. Todavia, há uma tradição de pensamento que enfatiza o caráter “moderador” dos militares enquanto garantes da ordem constitucional e social no Brasil, agindo à revelia do que exige os modernos ditames das democracias consolidadas. Após a redemocratização, houve uma certa expectativa de que os militares se adaptariam ao novo regime democrático, mudando moderada mas progressivamente sua visão de mundo intervencionista. Buscando investigar e contribuir com a questão, analisa-se neste trabalho tanto a formação durante os anos na AMAN quanto parte da produção dos cadetes formandos do curso de aspirantes a oficiais objetivando identificar de que maneira esses militares interpretam a política, a história e o papel do Exército no Brasil. Os resultados apontam para a permanência um ideário intervencionista tanto no aspecto da formação dos militares quanto na produção desses cadetes. Os valores, normas, ensinamentos e tradições permanecem ativas formal ou informalmente na AMAN, orientando e formando novos cadetes segundo normas e princípios intervencionistas. Além da questão intervencionismo político, destaca-se nos resultados a constatação de que há um componente social no modo de intervenção dos militares. Colocando de outra maneira, um dos aspectos centrais do intervencionismo militar é a defesa da estrutura social brasileira. Nesse sentido, pode-se afirmar que há um diálogo dos militares com o pensamento culturalista conservador, caracterizado pela interpretação de que a história produziu aspectos sociais que devem ser mantidos e inalterados. Todos os movimentos de transformação dessas estruturas sociais são vistos como ataques aos valores fundantes da sociedade, e portanto, legítimos de serem debelados. Nesse sentido, a formação e a produção dos cadetes apresenta diversos elementos desse conservadorismo culturalista, que mantém a perspectiva intervencionista ativa dentro da caserna.

Palavras-chave: militares. Exército Brasileiro. Pensamento político e social brasileiro. culturalismo conservador. AMAN.

ABSTRACT

MELLO, Wallace da Silva. **Tradition, conservatism and military interventionism: an analysis of the training and production of cadets at the Academia das Agulhas Negras.** Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

The purpose of this text is to analyze the training and production of cadets at the Agulhas Negras Military Academy, located in Resende, Rio de Janeiro. The Brazilian military has been involved in the political game since at least the Proclamation of the Republic. In these 135 years, the military has acted politically in the most diverse ways. However, there is a tradition of thought that emphasizes the "moderating" character of the military as guarantors of constitutional and social order in Brazil, acting contrary to what is required by the modern dictates of consolidated democracies. After re-democratization, there was a certain expectation that the military would adapt to the new democratic regime, moderately but progressively changing its interventionist worldview. Seeking to investigate and contribute to the issue, this paper analyzes both the training during the years at AMAN and part of the production of cadets graduating from the aspiring officer course, with the aim of identifying how these soldiers interpret politics, history and the role of the Army in Brazil. The results point to the permanence of an interventionist ideology both in the training of the military and in the production of these cadets. The values, norms, teachings and traditions remain active formally or informally at AMAN, guiding and training new cadets according to interventionist norms and principles. In addition to the issue of political interventionism, the results show that there is a social component to the military's way of intervening. To put it another way, one of the central aspects of military interventionism is the defense of the Brazilian social structure. In this sense, it can be said that there is a dialogue between the military and conservative culturalist thinking, characterized by the interpretation that history has produced social aspects that must be maintained and unchanged. All movements to transform these social structures are seen as attacks on society's founding values, and therefore legitimate to be stamped out. In this sense, the training and production of the cadets shows various elements of this cultural conservatism, which keeps the interventionist perspective active within the barracks.

Key-words: Military. Brazillian Army. Brazillian Political and Social Thought. Culturalism Conservatism. AMAN

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Breve histórico da presença política dos militares.....	13
Os militares enquanto objeto sociológico.....	15
A pesquisa até o momento.....	18
O desenho da pesquisa: o que se espera responder neste trabalho? Qual o seu objetivo?.....	22
1. Um museu de grandes novidades: os militares na Nova República.....	27
1.1. Os militares e a transição política no Brasil.....	27
1.2. Os militares, a Constituinte e a Constituição de 1988.....	31
1.3. A criação do Ministério da Defesa.....	35
1.4. Do arcabouço teórico e conceitual: da PDN ao Livro Branco de Defesa.....	40
1.5. Pressões, insubordinações militares nas administrações FHC. Lula e Dilma.....	41
1.6. Acerto com o passado? Comissão Nacional da Verdade e as relações civil-militares no Brasil.....	48
1.7. Forças Armadas e sua atuação interna e externa: das missões de paz às operações de GLO.....	52
1.8. O “novo” protagonismo militar na Nova República.....	56
1.9. Conclusão.....	60
2. O intervencionismo militar no pensamento político e social brasileiro: positivismo, autoritarismo e culturalismo conservador.....	62
2.1. Introdução.....	62
2.2. O positivismo nas Forças Armadas: ordem, progresso e ciência.....	62
2.3. O pensamento autoritário: Estado, elites e modernização política e social.....	67
2.4. Os militares e o conservadorismo culturalista: nação, história e Exército em Gilberto Freyre....	70
2.5. Conclusão.....	75
3. Os militares e a teoria: organizações, anticomunismo e as mitologias políticas.....	77
3.1. O Exército e a democracia: os fundamentos do controle civil.....	77
3.2. O militarismo e a profissionalização militar.....	80
3.3. Breve histórico do processo de homogeneização do Exército Brasileiro.....	83
3.3.1. A mobilização dos militares subalternos no contexto pré-1930.....	83
3.3.2. A Doutrina Góes Monteiro: homogeneização organizacional e construção de identidade e função social e política.....	84
3.3.3. A república de 1946 e a politização nas Forças Armadas: das disputas no Clube Militar à revolta dos Sargentos e dos Marinheiros no contexto pré e pós-1964.....	88
3.3.4. Os militares na Nova República: do voto corporativo à Presidência Jair Bolsonaro.....	93
3.4. Os militares como organizações.....	96
3.4.1. A perspectiva de Edmundo Campos Coelho.....	97
3.5. Os mitos e mitologias políticas.....	100
3.6. O imaginário Social.....	103
3.6.1. O imaginário social segundo Bronislaw Baczko.....	105

4. A Academia Militar das Agulhas Negras e a educação dos cadetes.....	112
4.1. A AMAN enquanto instituição total ou totalizante.....	112
4.2. A Academia Militar das Agulhas Negras e a educação formal dos cadetes.....	119
4.3. A Academia Militar das Agulhas Negras e a educação informal dos cadetes.....	132
5. O conservadorismo culturalista, a tradição e o intervencionismo nas monografias dos cadetes da AMAN.....	150
5.1. Breve introdução.....	150
5.2. Em busca de uma metodologia de análise: o contextualismo linguístico e a história dos conceitos.....	156
5.3. A formação social brasileira e o papel do Exército nesse processo.....	158
5.3.1. Moral, os valores militares e a decadência do mundo civil.....	159
5.3.2. Processo histórico do Brasil, brasilidade e o Exército brasileiro.....	168
5.3.3. A história do Brasil, o Exército e a participação dos militares na política.....	174
5.3.4. A guerra cultural, a religião e o Exército.....	183
6. Conclusão.....	198
7. Bibliografia.....	202
7.1. Monografias Consultadas.....	202
7.2. Referências Bibliográficas.....	204

INTRODUÇÃO

Breve histórico da presença política dos militares.

As Forças Armadas brasileiras são atores políticos relevantes desde, pelo menos, a Proclamação da República em 1889 (SCHULZ, 1994). Apesar disso, sua presença nos debates e rumos da política no Brasil podem ser traçados desde o fim da Guerra do Paraguai, com os militares do Exército atuando e manifestando-se politicamente em prol da instituição (IZECKSOHN, 1997). Entretanto, essa participação política não se configurou ou ocorreu apenas dentro da normalidade democrática, isto é, segundo os ritos das Constituições que regiam o país nos seus mais distintos momentos. Como argumentou José Murilo de Carvalho (2005), os militares agiram em muitos momentos como um poder desestabilizador. A partir da Proclamação da República (CASTRO, 2000), as Forças Armadas – mais notadamente o Exército Brasileiro – foram fundamentais no desenrolar das questões políticas, econômicas e sociais no país. Durante a nascente república brasileira com os governos dos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (HAHNER, 1975), o debate civilista em oposição à candidatura do militar Hermes da Fonseca, o período e as mobilizações e rebeliões tenentistas da década de 1920, os militares sempre estiveram presentes como atores relevantes do processo político.

Findada a primeira República com o golpe de 1930, perpetrado com o apoio dos militares do Exército, o primeiro período Vargas, de 1930 a 1945 (FIGUEIREDO, 1979), foi de intensa participação da organização, idealização e execução de um conjunto de ações políticas e de desenho do estado brasileiro e de reorganização da estrutura e funcionamento das Forças Armadas. Esse processo de gestão de uma nova concepção de força armada seria liderado pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro e seria expressa na ideia de que se deveria promover a política DO Exército e não NO exército (COELHO, 2000).

No período de 1945 à 1964, os militares permaneceram como atores políticos importantes, tanto do ponto de vista formal, com a candidatura de militares para cargos dos poderes Executivo e Legislativo, quanto da pressão e das disputas internas, como nos mostram Peixoto (1980) e Carloni (2012). Dentro das Forças Armadas havia, pelo menos, duas grandes divisões: de um lado a ala mais liberal, alinhada com os ditames vindos de Washington e com certo grau de concordância com as ideias econômicas e políticas de setores do capitalismo brasileiro. Do outro lado, um grupo mais crítico da aliança com o capital internacional e

defensor de proposta mais independente, propondo uma intervenção mais efetiva do estado na economia e de um nacionalismo desenvolvimentista (PEIXOTO, 1980). Essa presença militar se configurou na tentativa de eleição de candidatos oriundos da caserna e nos conflitos nas disputas internas no Clube Militar (PEIXOTO, 1980). Além desta participação mais institucional, os militares também estiveram ativos na divulgação de notas, mensagens e na participação de conspirações para manutenção e retirada de políticos.

No período que foi de 1964 até 1985, os militares estiveram no controle do Poder Executivo e influenciando ou determinando as ações dos outros dois poderes, Legislativo e Judiciário. O período, conhecido como sendo da Ditadura Militar (reconhecendo-se os debates historiográficos que envolve o uso do conceito de Ditadura Civil-Militar, Ditadura Empresarial-Militar e etc.) marcou o maior protagonismo militar no poder, mas ao mesmo tempo, trouxe para as Forças Armadas, especialmente para o Exército muito desgaste para a imagem pública da instituição em determinados setores da sociedade. Ademais, como argumenta Figueiredo (1978) e a própria Comissão Nacional da Verdade (2014), as Forças Armadas foram a principal burocracia atingida pelos processos de cassação, perseguição, expulsão e ataques à carreira de funcionários, promovidas pelo governo ditatorial. Sobretudo os militares da ala nacionalista, ligados ou não ao PTB, PCB e a grupos revolucionários e que não aceitaram participar do golpe, foram os mais atingidos pelas ações do novo governo.

Após os 21 anos de ditadura militar, o país retomou de modo lento, gradual e “seguro” o caminho da democracia. Os militares, coautores do processo de abertura política e de volta à caserna das Forças Armadas, permaneceram ativos no processo de transição, mantendo privilégios, prebendas orçamentárias e direitos organizacionais e de estruturação do funcionamento da tropa que demonstrariam que o controle civil efetivamente democrático. No contexto da Nova República, houve um quase consenso entre acadêmicos, jornalistas, políticos e sociedade civil interessada sobre o perfil renovado dos militares no pós-ditadura (HUNTER, 1994) e sobre as novas questões sobre militares que se colocavam, a saber, o combate ao narcotráfico, os crimes transfronteiriços, as missões de paz e etc.

Enquanto isso, um complexo e completo ecossistema de extrema-direita vinculado aos militares da reserva era criado, mantido e alimentado por militares da reserva e da ativa e civis simpatizantes (HELENO, 2009). Nesse ecossistema formado por jornais, publicações impressas e eletrônicas, blogs e informativos, todo um conjunto de informações e de narrativas conspiracionistas e alarmistas eram divulgadas, reforçando o papel das Forças Armadas como instrumento de contenção do comunismo (agora reeditado pela extrema-direita religiosa como

“marxismo cultural”) e de manutenção das tradições, da moral, dos bons costumes e da própria sociedade brasileira. Foi nesse contexto que um capitão do Exército, tido então como um “mau militar” (GEISEL, ANO) se lançou na política, conquistando cargos no Legislativo municipal e depois federal durante toda a década de 1990, 2000 e 2010. A partir da crise política, econômica e social desencadeada pelo Golpe parlamentar aplicado em Dilma Rousseff em 2016, Jair Bolsonaro consegue se alçar no espaço e na opinião pública como candidato “antissistema” e se elege presidente da República, tendo Hamilton Mourão, conhecido general do Exército Brasileiro, como vice-presidente, e trazendo consigo um conjunto grande de militares da reserva do Exército como esteio do novo governo.

É nesse contexto que a pesquisa que ora se apresenta se insere: preocupa-nos a participação dos militares na política brasileira e a maneira como essa participação é legitimada por um imaginário político e social – militar e civil – que crê serem os militares melhores do que os civis no trato da coisa pública e técnica e também que acredita que os militares podem e devem intervir na política para manter as instituições e, no limite, a democracia funcionando no Brasil¹.

Os militares enquanto objeto sociológico

Os militares e as Forças Armadas, individualmente ou não, foram tema dos mais diferentes enquadramentos teóricos, metodológicos e disciplinares. Há uma relativamente pequena quantidade de pesquisadores que se dedicaram e se dedicam aos temas militares, enfatizando aspectos distintos e muito relevantes para o campo. Se num primeiro momento o campo dos estudos militares ficaram concentrados nas mãos de especialistas militares, biógrafos e historiadores preocupados com os aspectos políticos, tradicionais e de combate e guerra, foi sobretudo a partir da segunda metade do século XX, no Brasil e em outras partes do mundo, que o tema das Forças Armadas ganhou força e se disseminou academicamente – até porque o contexto das ditaduras militares latino-americanas suscitou curiosidade e espanto com a questão militar.

O campo da História e Ciência Política aplicada aos estudos militares ou às relações civis-militares é um dos mais antigos, prolixos e importantes campos historiográficos. O tema

¹ Quando era Presidente da república, Jair Bolsonaro, por exemplo, afirmou em pelo menos duas ocasiões que “quem decide se o país terá democracia ou não são as Forças Armadas”. Cf.: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/03/07/democracia-e-liberdade-so-existem-se-as-forcas-armadas-quiserem-diz-bolsonaro-a-militares-no-rj.ghtml> e <https://www.estadao.com.br/politica/bolsonaro-quem-decide-se-o-povo-vai-viver-em-uma-democracia-ou-ditadura-sao-as-forcas-armadas/> Acessados em 07/10/2023

dos conflitos entre militares e civis foi objeto central de um dos trabalhos pioneiros no campo dos estudos militares, produzido por José Murilo de Carvalho (2005). Neste texto, Carvalho elabora uma análise dos militares na Primeira República do Brasil (1889-1930). A partir de então, um conjunto relativamente diverso de pesquisadores explorou as relações entre militares e política no Brasil, tanto do ponto de vista factual como também de diferentes abordagens teórico-metodológicas.

A partir da estruturação do próprio campo da Ciência Política no Brasil, muitos trabalhos que foram escritos sobre o tema nos anos 1960, 1970 e 1980 se basearam nos moldes estadunidenses de Ciência Política. Assim, destacam-se os trabalhos dos “brasilianistas”, isto é, estudiosos nascidos em outros países (sobretudo Estados Unidos) e que se dedicam ao estudo do Brasil. Alfred Stepan (1975) e Thomas Skidmore (2007) (1988) são exemplos de brasilianistas que se dedicaram aos estudos sobre Forças Armadas e política no Brasil. No Brasil, a temática também produziu muitos textos importantes na interface entre História e Ciência Política. João Roberto Martins Filho (2019) propõe uma análise das disputas internas dentro da estrutura militar que governava o país durante a ditadura. Essa iniciativa foi retomada por Maud Chirio (2012) analisando os oficiais e as crises militares na ditadura. No contexto da transição para a democracia, muitos trabalhos focaram no processo de retomada da democracia e de “abandono” do entulho autoritário da ditadura. Guillermo O’Donnell e Philippe Schmitter (1988) se destacaram nos debates sobre a “transitologia”.

Os autores brasileiros com formação nos Estados Unidos também são importantes fontes de informações, dados e teorias sobre as Forças Armadas e a política no Brasil. Assim, os trabalhos de Jorge Zaverucha (1994), (2000), (2005) incorporaram muito das estruturas da Ciência Política dos Estados Unidos – até porque o autor doutorou-se na Universidade de Chicago – na análise das relações civis-militares no Brasil. Destacam-se nesses trabalhos, a preocupação com o processo inconcluso da transição da ditadura e a manutenção de um ethos intervencionista dos militares nos temas como a Segurança Pública.

Outro campo muito importante nos estudos sobre Forças Armadas é o da Antropologia Militar. No Brasil, o primeiro trabalho de Antropologia aplicado às Forças Armadas foi desenvolvido pelo professor Celso Castro (2021) numa etnografia conduzida nos anos de 1987 e 1988 na Academia Militar das Agulhas Negras. Castro (2021) analisa o processo de formação e de construção da subjetividade militar, tão fundamental para o funcionamento de uma instituição como são as Forças Armadas. Nesse processo, as rivalidades com os civis aparecem, os valores, normas e expectativas diretas ou indiretas, e todo um conjunto de práticas e

procedimentos que identificam e marcam um membro do grupo de um “paisano”. A partir de então, estudiosos da Antropologia Militar ou Antropologia aplicada às Instituições das Forças Armadas produziu inúmeros trabalhos sobre diversos aspectos do que ficou conhecido como a Família Militar (CASTRO, 2018). A importância da perspectiva antropológica aplicada às instituições militares é dar destaque ao processo de subjetivação e de construção das identidades coletivas militares. Ao olhar para o universo das instituições, seus ritos, tradições, costumes e práticas, os estudos antropológicos permitiram adentrar os muros das instituições militares – opacos por natureza – e visualizar melhor o universo simbólico tão rico das Forças Armadas.

Outro campo fundamental nos estudos sobre Forças Armadas é o da Sociologia Militar. O foco da atenção dos sociólogos militares está na compreensão da relação entre as instituições militares e as sociedades em que se estão inseridas. Nesse sentido, trabalhos de Sociologia Militar enfatizam, por exemplo, a origem social da tropa – nas suas distinções hierárquicas –, as relações que se estabelecem entre o universo militar e o civil, por exemplo no plano governamental, o papel dos militares nas burocracias governamentais, entre outras análises. Do ponto de vista historiográfico, a principal referência do campo é o livro “O Soldado profissional” do sociólogo estadunidense Morris Janowitz (1967). No Brasil, dois importantes analistas que incorporaram a perspectiva sociológica para os estudos militares foi Edmundo Campos Coelho (2000) e Roberto Martins Ferreira (2005). Coelho (2000) propõe analisar a participação dos militares na política pela via da Sociologia das Organizações, tomando o desafio do Exército – tema específico de seu livro – de produzir uma identidade para si, dado que ele sofreria de uma dupla orfandade: a institucional e a funcional (COELHO, 2000). Ferreira (2005) busca explicar as transformações ocorridas no Exército no contexto dos anos 1930, 1940 e 1950, também pela via da Sociologia das Organizações, focando no papel do anticomunismo como instrumento agregador internamente (construindo solidariedade) e de construção de um inimigo a ser combatido, dentro e fora dos muros da caserna.

Esses são apenas alguns dos trabalhos representativos de campos acadêmicos que se dedicaram à análise das relações civis-militares, sobretudo na perspectiva das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política). Mas não se encerram por aí. Por certo que seria impossível nesse espaço apresentar todos os trabalhos e campos em que especialistas se dedicaram ao estudo das Forças Armadas. Mas de todo modo, chama a atenção o relativo pouco destaque que foi dado para perspectivas que buscaram relacionar os estudos sobre Forças Armadas, especialmente do Exército brasileiro e a participação política numa perspectiva da Sociologia Política. Como argumenta Amaury de Souza

A Sociologia Política não se apresenta como um substituto da Ciência Política, embora seja quase impossível dizer onde termina e começa uma e outra. Os sociólogos tem argumentado que o estudo independente do Estado e outras instituições políticas não faz sentido teoricamente; entretanto, uma distinção pode ser feita a partir do foco principal de cada uma das disciplinas: a Ciência Política preocupa-se predominantemente com as “funções positivas e manifestas” das instituições políticas, enquanto a Sociologia Política está especialmente o Estado e a política. A abordagem que a Sociologia Política emprega no estudo dos processos políticos dá ênfase ao fato de que, por um lado, os processos políticos são observáveis em todo os tipos de grupos organizados e não unicamente naqueles formalmente denominados “políticos”; por outro lado, eles são analisados em termos de seus contextos sociais e não como atividades autônomas (SOUZA, 1966, p. 8-9).

Neste trabalho, adota-se a perspectiva que busca relacionar os temas militares com suas especificidades, ao contexto social mais amplo. Dito de outra forma, é a partir do entendimento das relações sociais e de pensamento entre militares e civis que se busca compreender o intervencionismo militar no Brasil e a relação desse tema com a democracia. Tal perspectiva não toma os militares como atores isolados no campo do político ou do social, o que constitui em erro analítico, mas também não os submete totalmente aos ditames sociais, reproduzindo o equívoco das teses que reduziam os militares a meros representantes das classes dirigentes. A partir de agora, busca-se apresentar o roteiro da pesquisa até o momento e apresentação da ideia da pesquisa e a divisão em capítulos.

A pesquisa até o momento

As Ciências Sociais se consolidaram no Brasil na segunda metade do século XX. Foi então que surgiram os programas de pós-graduação e todo um sistema de fomento à pesquisa e à especialização acadêmica, universitária e da docência. Assim, muitos temas de pesquisa foram analisados por diferentes perspectivas e disciplinas, e muitos pesquisadores contribuíram com a História, a Sociologia e Ciência Política, a partir de um ponto teórico-metodológico e empírico híbrido. O tema das Forças Armadas e política no Brasil foi um deles. Se antes vinculado à uma perspectiva mais institucional e tradicional de História Militar e de memória dos principais atores e personagens da caserna, a partir da segunda metade do século XX, diferentes autores de diferentes origens e enfoques metodológicos, contribuíram decisivamente para o desenvolvimento. É o caso do professor José Murilo de Carvalho, cientista político de formação, produziu grandes contribuições aos campos da História (sobretudo do século XIX do Brasil), mas simultaneamente, marcou decisivamente os estudos sobre Forças Armadas e política no Brasil. Seus trabalhos (CARVALHO, 2019) contribuíram para o entendimento da participação política dos militares nos anos iniciais da República brasileira e no contexto dos anos 1930, estabelecendo-se como um “clássico” no campo dos estudos militares no Brasil. Heloísa Fernandes (1978) também deu uma contribuição muito grande ao estudar a origem

social dos militares no seu texto *Os militares como categoria social* (1978). Como citado anteriormente, os brasilianistas, a Sociologia aplicada às Forças Armadas, a Antropologia aplicada às Forças Armadas, além de outros campos do saber, todos contribuíram para o desenvolvimento da temática militar no Brasil, sempre numa perspectiva integrada, complementar e diversa.

O trabalho que se apresenta, embora não se compare em termos de importância e relevância aos citados anteriormente, também é fruto desse esforço interpretativo, e, portanto, é fruto também de uma formação diversa. A trajetória do autor se iniciou no campo da História, tendo o primeiro produto intelectual minimamente robusto sido uma monografia de conclusão de curso que versava sobre o pensamento político nacionalista autoritário, nos anos 1930 no Brasil, e mais especificamente, o pensamento e a historiografia sobre Oliveira Vianna. Interessava, naquele momento, compreender o lugar da democracia para aquele pensador. Depois, num curso de especialização em Política Brasileira, houve a primeira pesquisa mais aprofundada com os estudos sobre Forças Armadas no Brasil – visto que já havia tido contato com o tema das Forças Armadas na graduação. Num artigo, exigência para a conclusão do curso de pós-graduação lato sensu em Política Brasileira, discutiu-se os novos papéis apontados ou sugeridos para as Forças Armadas na Nova República. Sobretudo no âmbito do pós-11 de setembro, a agenda de segurança hemisférica e controle fronteira de crime organizado e contrabando de drogas, armas e produtos falsificados, a participação nas Missões de Paz, tomavam corpo e as Forças Armadas eram pensadas no enfrentamento das “novas ameaças” que se avizinhavam. Ademais, a democracia e o respeito das Forças Armadas a ela não estavam no horizonte imediato das preocupações da maioria dos acadêmicos. Naquele momento, a crença na mudança ideológica na composição da tropa era quase hegemônica.

Durante o mestrado, o assunto foi a interação entre jovens de periferia e os estudantes, professores e funcionários da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. A partir de uma experiência pessoal no campus da universidade com crianças e jovens do entorno dela, produziu-se uma dissertação que refletia as tensões e significados distintos aplicados à universidade e seu espaço por moradores, estudantes e professores. Destaca-se no texto a preocupação com a efetiva manifestação dos direitos civis e sociais da população empobrecida e socialmente segregada residente no entorno da universidade – sobretudo no Conjunto Habitacional do Matadouro (conhecido também como “Portelinha”) –, representada pela moradia digna, com espaço para lazer, segurança para que crianças pudessem brincar e se desenvolver e a percepção de que a universidade, indiretamente cumpria esse papel no

imaginário de crianças e jovens, um espaço minimamente seguro onde elas poderiam andar, brincar, correr, comer frutas, pedir comida e dinheiro e circular pela cidade. Embora não tenha absolutamente nada a ver com os temas anteriores de pesquisa, havia uma preocupação com a democratização dos direitos para essas populações. No horizonte da pesquisa, que se dedicava mais a uma análise sociológica dos processos de urbanização e de segregação racial e socioeconômica, havia também uma preocupação com a democracia no país, não somente como um valor etéreo, mas como algo que decanta na realidade efetiva e cotidiana de populações e grupos.

É nesse sentido que esta tese se insere. A preocupação de fundo é com o funcionamento da democracia no Brasil. Nesse sentido, a tese reflete muito da preocupação com o presente momento que o país vive, de ascensão de governos de extrema-direita e propostas autoritárias de golpes incentivados por setores civis e não rechaçados por militares e políticos conservadores. É claro que esta tese não se propõe a resolver o problema social ou político da interferência dos militares nos assuntos civis. Não é função do cientista social apresentar soluções para os problemas do país. Aliás, é importante distinguir sempre os problemas sociais dos problemas sociológicos ou políticos, isto é, que são de interesse da Sociologia e da Ciência Política, por exemplo. Mas apesar disso, o contexto social em que o trabalho é pensado e escrito importa. A vitória de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, dois políticos oriundos do Exército Brasileiro e a mobilização de militares de todos os círculos hierárquicos na campanha de Bolsonaro, chamaram a atenção.

A proposta inicial, apresentada à comissão de seleção do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF (PPGSP-UENF) versava sobre as visões dos praças das Forças Armadas brasileiras sobre a política e a democracia no Brasil. Nesse sentido, era um trabalho em perspectiva comparada. O interesse era entender como houve uma instrumentalização deste segmento das Forças Armadas no processo político, ao mesmo tempo em que se buscava compreender as especificidades de um setor militar pouco explorado até o momento. Segundo José Murilo de Carvalho, “A história dos sargentos ainda não foi escrita e não será aqui que iremos sanar essa lacuna” (CARVALHO, 2005, p. 67). O que se pretendia com a pesquisa, tal como imaginada no início, era sanar esta lacuna dentro da literatura sobre Forças Armadas e política no Brasil.

Além do foco num grupo subalterno dentro das Forças Armadas, outra inovação da ideia apresentada junto ao PGPSP-UENF, se assim se pode dizer, seria a metodologia de análise de conteúdo e de dados a partir das redes sociais. Desde as eleições de 2018, era noticiado a

presença digital de militares, tanto da reserva quanto da ativa, publicando, propagandeando e defendendo políticos e pautas conservadoras e atacando adversários políticos. Tal foi a repercussão da questão, que o Exército publicou uma diretriz a respeito do tema para organizar a conduta dos militares na internet, especialmente nas redes sociais². A partir de então, iniciou-se um acompanhamento das redes sociais de militares de baixa patente, sobretudo Twitter e Facebook, e de grupos de militares no Facebook e Telegram. As publicações tinham uma clara inclinação ideológica conservadora e de defesa dos interesses corporativos dos militares. Especialmente no contexto da discussão da reforma da previdência e reestruturação da carreira militar presente na Lei 13.954/2019, ficou evidente as distinções que existia entre os militares entre o alto comando e os praças³.

Apesar de produtivo⁴, este acompanhamento também demonstrou limites e dificuldades que, sobretudo num contexto onde a pesquisa foi afetada duramente pela pandemia de COVID-19 (praticamente 2 anos e meio dos 4 anos de tempo regular do doutorado foram de atividades remotas). O acesso aos militares não era fácil, a possibilidade de viés na análise dos grupos era grande, dado que não se tinha muitos parâmetros e controle sobre as publicações e o fluxo delas nos grupos de Telegram e Facebook, e principalmente porque havia muita informação que não era compartilhada nas redes, o que exigiram um esforço muito grande para encontrar informações confiáveis. Além disso havia outro ponto, quase um pressuposto, mais conceitual ou teórico: por via de regra, os militares que são treinados para analisar politicamente um cenário e produzir um diagnóstico sobre uma dada realidade social, são os do alto comando. Os praças e grupos subalternos tem, por obrigação militar, que executar as tarefas dadas pelos comandantes.

Nesse sentido, exigir deste grupo uma análise política poderia apresentar uma armadilha lógica: se esses militares não tem o treinamento nas doutrinas, ideologias e conceitos oriundos do comando das Forças Armadas, como generalizar esses dados para afirmar que uma parcela ou grande parcela de militares concorda com determinada postura? Ainda que se reconheça corretamente que, apesar de não serem treinados para falar, pensar, analisar ou debater questões

² Cf. <https://exame.com/brasil/exercito-enquadra-militares-que-usam-twitter-para-opinioes-politicas/> Acessado em 14/10/2023.

³ Para uma visão das críticas feitas pelos militares de baixa patente ao alto comando e ao presidente Bolsonaro, veja <https://www.sociedademilitar.com.br/2019/03/polemica-cresce-reestruturacao-um-projeto-dos-generais-farinha-pouca-meu-pirao-primeiro.html> Acessado em 14/10/2023.

⁴ Um dos produtos da pesquisa foi a apresentação de um trabalho sobre a crise na troca dos Comandantes Militares e do Ministro da Defesa em 2021. Cf. https://callforpapers.galoa.com.br/br/system/files/realm/conflict-conpg-2021/submissions/submission-136424-1082446-field_submission_abstract_file1.pdf Acessado em 14/10/2023.

políticas, econômicas e sociais, como o são os militares do alto comando (inerentes ao ofício do comando) esses grupos subalternos tem relevância política enquanto apoiadores de Bolsonaro, a maneira de se elaborar a pesquisa parecia equivocada. Era preciso encontrar onde os “pés poderiam se firmar” quando da produção da análise da tese. Foi aí que se decidiu pela análise textual das monografias da AMAN.

O desenho da pesquisa: o que se espera responder neste trabalho? Qual o seu objetivo?

Como informado acima, esses militares que iniciaram seus estudos para se tornarem oficiais, sim tinham – a princípio – a formação teórica e prática para a elaboração de análises mais robustas sobre a política e a democracia no Brasil. A partir de então, o foco da pesquisa mudou: ao invés de analisar o pensamento dos praças e grupos subalternos, o foco estaria nos militares recém-formados na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende-RJ. É lá que se formam os oficiais que exercerão os cargos de liderança no Exército Brasileiro. Após a formação na AMAN, os oficiais precisam continuar estudando em outras instituições se quiserem chegar aos postos mais elevados na hierarquia militar. A AMAN é apenas o ponto de partida de sua formação. Outra mudança da pesquisa foi a queda do viés de comparação: para a efetivação da pesquisa, ela teria que ser realizada especificamente a partir de informações, dados e textos oriundos do Exército Brasileiro. Até existem, obviamente outras academias militares de formação de oficiais na Aeronáutica e na Marinha e isso pode ser desenvolvido complementarmente em outro momento, mas neste texto, o foco recairá sobre a produção dos cadetes formandos do Exército Brasileiro, que estudaram na AMAN.

Mas, o que se procura analisar nas monografias dos cadetes da AMAN? Como apresentado acima, a preocupação mais básica e motivadora para a realização do trabalho é com o desenvolvimento ou a prática da democracia no Brasil. Ao mesmo tempo, iniciou-se essa introdução apresentando um histórico de relações militares intimamente ligadas aos rumos políticos do Brasil. Assim, parece haver uma tensão política entre os objetivos e interpretações das Forças Armadas, sobretudo do Exército, acerca do seu papel enquanto “poder moderador” do jogo política e das instituições brasileiras e o pleno desenvolvimento da democracia no Brasil.

Assim, o objetivo geral da tese é analisar a formação e a produção dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, centro de formação inicial do oficialato do Exército Brasileiro. Mais precisamente, busca-se analisar as monografias que versem

sobre temas políticos e históricos, verificando nelas se há a reprodução das teses tradicionais sobre o intervencionismo militar e como ela se manifesta.

Os objetivos específicos da tese são:

- a) Descrever o histórico de insubordinação e de autonomia dos militares na Nova República;
- b) Analisar o pensamento social e político brasileiro, destacando como intelectuais civis e militares contribuíram para o estabelecimento de um pensamento político brasileiro que legitima a intervenção militar na política brasileira;
- c) Descrever teoricamente o funcionamento do Exército como organização, seu processo de homogeneização realizado no século XX e o conceito de mitologia política;
- d) Descrever e analisar a formação dos militares durante seus anos na AMAN, sobretudo a partir dos elementos simbólicos e o “currículo oculto” presente na formação e na socialização;
- e) Analisar a produção dos cadetes sobre política e história do Brasil, tentando identificar de que maneira elas reproduzem o intervencionismo militar.

Acerca do desenvolvimento da tese, ela está dividida em 5 capítulos. No capítulo um, busca-se apresentar o histórico de insubordinação, de tensão entre os civis e os militares e os espaços de autonomia que os militares possuem no desenho político no Brasil. Através de uma pesquisa bibliográfica, busca-se demonstrar como os militares mesmo após o período da ditadura militar, mantiveram prerrogativas inalteradas na Nova República. Faz-se um mergulho de médio prazo nos últimos 40 anos das relações civis-militares no Brasil e, embora não se esgote todas as situações e toda a história da tensão entre civis e militares, busca-se demonstrar como os militares não foram completamente controlados pelo poder civil. Para isso apresenta-se todo um histórico de situações, conjunturas e problemas ocorridos entre civis e militares, ao mesmo tempo em que se apresenta os avanços em termos documentais e de reparação e memória que houve.

No capítulo dois, o objetivo é discutir o intervencionismo no pensamento político e social brasileiro. Retomando uma literatura que se dedicou ao tema, elabora-se uma crítica à interpretação de que o intervencionismo brasileiro tenha raízes externas do contexto da Guerra Fria. Retornando a autores do final do século XIX e da primeira metade do século XX, identifica-se três matrizes do pensamento político e social brasileiro que dialogaram sobre temas militares e contribuíram para a construção da ideologia do intervencionismo militar: o positivismo, o nacionalismo autoritário e o culturalismo conservador expresso por Gilberto

Freyre. Após apresentá-los e discutir a relevância deste conjunto de ideias e autores para a formação do intervencionismo militar, apresenta-se uma atualização deste pensamento a partir de falas contemporâneas de políticos e militares durante o Governo Bolsonaro, demonstrando a importância do estudo deste pensamento para a compreensão da conjuntura contemporânea no Brasil. Destaca-se nesse ponto, a incompatibilidade entre essa perspectiva intervencionista e a democracia enquanto valor e prática política. Como se entende neste texto, a *cultura política* democrática deve ser cultivada tanto nos setores militares quanto nos civis. O que ocorre no Brasil é que há uma circulação intensa entre elites civis e militares que legitimam o intervencionismo em detrimento de uma compreensão mais aberta e cujo centro é o controle civil objetivo (HUNTINGTON, 1996).

No capítulo três, o foco está em apresentar teoricamente a compreensão das Forças Armadas, e do Exército em particular, como uma organização. Para isso, utiliza-se o referencial teórico de Coelho (2000), Ferreira (2005) e Castro (2000). Neste capítulo, faz-se uma apresentação da temática das relações civis-militares e do militarismo. Em seguida, apresenta-se o processo de homogeneização ocorrido no interior do Exército brasileiro entre os anos 1930 e 1985. Por fim, apresenta-se a perspectiva organizacional como ferramenta teórica explicativa do comportamento do Exército na política no Brasil e o conceito de mitologia política como forma de interpretar alguns elementos simbólicos e imagéticos produzidos pelos militares dentro e fora da AMAN.

No capítulo quatro, elabora-se uma análise da formação e das formas de sociabilidade dos cadetes na AMAN, destacando tanto a formação oficial e o currículo escolar quanto a aprendizagem que ocorrem por meio das redes de contatos e relações sociais e os símbolos militares e como eles impactam na constituição de um ethos militar e no imaginário do oficial em período de formação. Destacam-se no capítulo a carga simbólica muito forte associada às personagens que passaram ou não pela AMAN mas que são heróis e exemplos a serem seguidos, além de todo um conjunto de valores e práticas que são aprendidas com o tempo, na sociabilidade e não necessariamente estará presente numa sala de aula formal.

Por fim, no capítulo cinco elabora-se a análise qualitativa de 20 monografias de cadetes da AMAN, com vias a perceber de que maneira essas monografias reproduzem (ou não) o intervencionismo militar. A análise é por amostra não generalizável estatisticamente. Apesar disso, é possível afirmar que por estarem presentes no textos dos cadetes, e se repetirem em diversas situações, há um elemento comum a todas elas que é o processo de socialização e de reprodução das narrativas militares tradicionais, fruto da ausência de enfrentamento dos civis e

da permissão de grande autonomia no que diz respeito à educação militar. Destacam-se nas monografias, teses conspiracionistas, tais como a do Marxismo Cultural, a reprodução de uma visão tradicional e conservadora no que diz respeito a princípios, moral e costumes, uma narrativa decadentista sobre o universo civil na contemporaneidade e uma forte presença do pensamento conservador culturalista e de uma mitologia política que associa o surgimento do Exército Brasileiro ao sentimento de brasilidade, nacionalidade e de patriotismo quando da expulsão dos holandeses na Batalha dos Guararapes em 1649 e à descrição da sociedade brasileira segundo essa leitura mitificada e caracterizada pela democracia racial e pela sociedade ordeira e pacífica.

Definindo as fontes e as técnicas da pesquisa

Para a execução da pesquisa, além da utilização de um conjunto amplo de referências bibliográficas (que será apresentado no próximo capítulo mais detalhadamente), buscou-se um conjunto diverso de técnicas e procedimentos de pesquisa que pudessem auxiliar no desenvolvimento da tese. Como informamos inicialmente, o próprio caráter opaco das instituições militares exige um diálogo grande com outros campos e saberes das Ciências Humanas. Além disso, a inexistência de uma rede relativamente grande e ampla de pesquisadores e autores, faz com que inevitavelmente se recorra a pesquisas de distintas áreas para complementar e enriquecer as pesquisas.

As duas técnicas de análise fundamentais para a realização deste trabalho são a revisão bibliográfica e a análise de conteúdo com base na História dos conceitos (KOSELLECK, 2020.

Análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados intencões, consequências ou contextos (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021, p. 6).

Através da revisão bibliográfica busca-se mapear a produção existente sobre a relação entre Forças Armadas e política no Brasil, dando destaque à participação dos oficiais do Exército brasileiro. A revisão de bibliografia especializada permitiu analisar a estruturação no pensamento social e político brasileiro do intervencionismo militar presente em, pelo menos, três matrizes ou tradições intelectuais: o positivismo, o autoritarismo nacionalista ou nacionalismo autoritário e o culturalismo conservador.

Através da análise bibliográfica secundária foi possível também analisar as transformações ocorridas o Exército ao longo do século XX, seus objetivos e estratégias e as consequências institucionais internas e políticas externas de tais transformações. Também foi

através da análise bibliográfica que se estudou o modo como os governos civis, pós-ditadura, passaram a utilizar as Forças Armadas em ações de Garantia da Lei e da Ordem – GLO's –, segurança pública, segurança nos grandes eventos e direcionando-as para Missões de Paz. O que parecia ser fruto das novas necessidades e desdobramentos do mundo no século XXI se mostrou, na prática, um processo de reafirmação de uma tradição intervencionista. Na prática, a análise bibliográfica permitiu compreender como a *cultura política* democrática está ausente em muitos aspectos dentro dos muros da caserna, mas também como os setores civis tampouco a exercitam, recorrendo aos militares para funções outras que não a guerra contra inimigos externos.

Faz-se também uma análise de conteúdo das imagens e símbolos presentes em determinados espaços da AMAN, com o intuito de observar de que maneira a instituição registra sua história e memória e como isso interfere na formação dos cadetes.

Por fim, elabora-se uma análise de conteúdo sobre algumas monografias de alguns cadetes da AMAN. As monografias foram selecionadas a partir da busca na base de dados da própria AMAN. Após a entrada no site, buscou-se a aba de “monografias”, no canto direito inferior. Após a abertura da opção, realizou-se a busca no sistema eletrônico do site a partir da utilização dos termos “história” e “política”. Do total de 1.420 monografias, separadas por ano de 2016 até 2023, a busca revelou 153 e 116 resultados, respectivamente. Deste total de 269 monografias (algumas repetidas, pois apareceram nas duas buscas realizadas no site), selecionou-se 20 monografias, cujos temas mais se aproximaram da História política do Brasil, estudos sobre tradicionalismo e patriotismo militar, ética, moral e o meio militar e guerras culturais e o papel do Exército, que qualitativamente entendeu-se relacionarem-se ao objeto da pesquisa.

1. “UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”: OS MILITARES NA NOVA REPÚBLICA⁵

1.1. Os militares e a transição política pactuada no Brasil

Após os anos de crescimento econômico impulsionado pelo “milagre econômico” e pela propaganda política pró-ditadura, o final da década de 1970 apresentava questões importantes a serem enfrentadas pelos militares no poder. De um lado, a crise econômica que já se mostrava relevante, não só no Brasil mas em outros países da região e do mundo. A década de 1980, conhecida como a “década perdida”, foi marcada por uma estagnação econômica que provocou uma urgência no repensar de políticas econômicas e sociais em toda a América Latina. No campo político e social, já havia uma forte mobilização em prol da campanha da Anistia política desse 1974, segundo Renato Lemos (2018, p. 163). Como informa o autor, os projetos e objetivos dos distintos movimentos sociais em prol dela eram diferentes, mas entre si havia a convicção de que era necessário a abertura política do país. Dentre esses movimentos, destacam-se o Movimento Feminino pela Anistia (op.cit. p. 180) e o Comitê Brasileiro pela Anistia (op.cit. p. 240). Havia um clima e um movimento entre os grupos opositores do regime de lutar pela anistia.

No Brasil os militares seriam os grandes condutores da transição política. Nas palavras do próprio presidente Ernesto Geisel (1974-1979), a distensão deveria ser “lenta, gradual e segura” (O GLOBO, 1978, p. 7). Como informa Lucas Pedretti, Castello Branco tentou “sustentar a imagem de que teria cumprido a tarefa (da abertura) por algum tipo de convicção democrática ou humanista. Não era esse o caso (2024, p. 71). Segundo o autor, havia pressões externas, movimentos internos e riscos de divisão interna à própria instituição, risco alto para uma instituição cuja existência organizacional está pautada na hierarquia e disciplina.

O controle que as Forças Armadas exerceram sobre o aparelho do Estado e sua presença ostensiva na cena política acabaram por importar uma série de conflitos políticos e ideológicos para o aparelho militar, subvertendo a hierarquia tradicional e as cadeias de comando daí derivadas. Já observada na literatura, a transformação do “modelo político” brasileiro (na expressão de Cardoso (1972)) não foi concebida originalmente “como uma volta dos militares aos quartéis, mas como a expulsão da política de dentro deles” (MARTINS, 1979-1980, p. 22). (CODATO, 2005, p. 84).

Tal diagnóstico também é defendido por Jorge Zaverucha, que afirma “A perda de aliados no campo civil, a derrota da subversão e as rivalidades militares intestinas entre os “profissionais” e a “comunidade de inteligência” levaram o presidente general Ernesto Geisel

⁵ Uma versão inicial deste capítulo foi publicada como artigo na Revista Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política e encontra-se disponível para consulta no link em <https://www.revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/155> Acessado em 12/12/2023.

a optar, a partir de 1974, por uma abertura lenta, gradual e segura e extremamente prolongada” (2010, p. 43).

Já no processo de discussão da Lei da Anistia, por fim aprovada em 1979, os militares preocupavam-se com sua imagem e a necessidade de conduzirem o processo para a democracia, ainda que não houvesse, como não há, consenso entre setores dentro da própria instituição.

Já de início, três aspectos devem ser destacados nesse longo período. Primeiro, o processo de “distensão política”, depois chamado “política de abertura” e, por fim, “transição política”, foi iniciado pelos militares, e não por pressão da “sociedade civil”, ainda que ela tenha influído, de maneira decisiva, menos no curso e mais no ritmo dos acontecimentos. Segundo, esse processo teve sua natureza, andamento e objetivos determinados também pelos militares ou, mais exatamente, por uma de suas muitas correntes político-ideológicas. Por fim, ele correspondeu à necessidade dos próprios militares resolverem problemas internos à corporação, e não a uma súbita conversão democrática de parte do oficialato (CODATO, 2005, p. 83).

A anistia é essencial para compreendermos o processo de abertura política do país e sua posterior redemocratização. Em junho de 1979, o presidente João Batista de Oliveira Figueiredo encaminhou ao Congresso o projeto de lei, que, ao ser aprovado, expressava em seu primeiro artigo:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. (BRASIL, 1979).

Pelo primeiro artigo já é perceptível como a anistia é “ampla, geral e irrestrita”, buscando não culpabilizar o Estado brasileiro, na figura dos militares, pelos crimes cometidos contra seus cidadãos. De acordo com Oliveira (1994), a questão da anistia tem um duplo sentido: ao mesmo tempo em que foi uma conquista democrática, foi também um muro protetor à instituição militar. O autor afirma que, mesmo na democracia, a anistia parecia estar fadada a “morrer no nascedouro, já que qualquer tentativa de responsabilizar indivíduos ou o aparelho militar (inclusive por fatos ocorridos após a anistia) tem merecido o (des)qualificativo de revanchismo” (OLIVEIRA, 1994, p. 110). Revanchismo, segundo os pesquisadores Castro e D’Araújo (2001), era o maior temor das Forças Armadas na transição democrática, o que, principalmente pelo *lobby* militar na Constituinte, não ocorreu.

Detendo-se nessa questão, é curioso analisar o caso da ideia de “revanchismo”. Ela está presente nos discursos mesmo antes do processo de transição ter se concluído. Tornou-se uma carta trunfo, utilizada por muitos líderes militares desde a transição para cá. E é utilizada sempre que os militares correm algum risco de perderem privilégios. No contexto da abertura e fim do

regime ditatorial, o medo era que fossem responsabilizados pelos inúmeros crimes que cometeram, acobertaram ou fizeram vistas grossas.

No dia 31 de dezembro de 1984, o Gabinete do Ministro do Ministério do exército emitiu o Informe n. 1.718, oriundo do Centro de Informações do Exército, difundindo-o para os comandos regionais do Exército, para a Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) e para os demais órgãos de informação das Forças Armadas – Cisa (Centro de Informações da Aeronáutica) e Cenimar (Centro de Informações da Marinha). O documento demonstrava claramente a preocupação do regime que findava com um suposto “revanchismo”. Em seu primeiro parágrafo, encontra-se esta consideração: “As organizações clandestinas já estariam preparando uma relação dos mortos e desaparecidos da ‘época da repressão’, bem como uma lista dos principais responsáveis, civis e militares, que teriam participado da ‘guerra suja brasileira.’” E segue: “Haveria, após a vitória de Tancredo Neves (não se sabe se, após 15 de janeiro ou 15 de março), uma ampla divulgação dessas listas através dos Órgãos de Comunicação Social (OCS) e uma ação política seria desencadeada, no sentido de cobrar do novo governo, providências punitivas dos responsáveis” (ARQUIVO NACIONAL, 1984). Outro documento intitulado “Mortos e desaparecidos – indícios de campanha revanchista”, afirma que “o assunto vem se avolumando na proporção em que se aproxima a data da posse do Presidente eleito, Tancredo Neves” (BAUER, 2014, p. 127-128).

A partir daí, não se poderia mais tratar do tema da condenação dos perpetrados de crimes contra direitos humanos durante a ditadura militar porque seria cair em “revanchismo”; não se poderia promover processos de esclarecimentos das condições em que mortes e torturas ocorreram porque seria “revanchismo”, não se poderia nomear os militares envolvidos em violências por “revanchismo”. O termo se tornou uma expressão de bloqueio discursivo que representava o poder de veto que os militares mantiveram após o fim da ditadura e que não permitia que se lidasse com determinadas questões.

[a] anistia suscitou um acordo de paz com o passado, com o intuito de evitar desgastes futuros. Tal fato implicou em não criminalizar os torturadores e assassinos e em não denunciar a parcela da sociedade civil que participou e financiou o golpe, que, por conta da forte pressão popular contra os militares durante as mobilizações pela redemocratização, não desejava ter sua figura atrelada a eles, de modo especial o empresariado (SILVA, 2023, p. 108-109).

Para Maria Celina D’Araújo (2010), as Forças Armadas brasileiras queriam sair preservadas do processo de abertura, sem possibilidades de cobranças sobre tortura e desmandos do passado, ao contrário do que ocorreu na Argentina. Certamente o que aconteceu no Brasil em relação à anistia foi o oposto do que houve no país vizinho. O contexto da transição no país vizinho foi muito afetado pela derrota na Guerra das Malvinas em 1982. Como afirma Jorge Zaverucha,

O fraco desempenho militar das Forças Armadas argentinas acelerou sua destruição como governo, e por pouco não as destruiu como instituições. A atuação do exército foi totalmente inaceitável para civis e militares. A marinha e, especialmente, a aeronáutica, entretanto, foram responsáveis pela melhor atuação argentina na guerra. Apesar disso, as três forças se acusaram mutuamente de falta de apoio. Entre os três grandes problemas detectados nas Forças Armadas argentinas durante a Guerra das Malvinas, destacam-se a ausência de um plano de guerra centralizado e a falta de comando unificado (1994, p. 89).

Os generais e líderes da ditadura estavam desacreditados, desmoralizados, e foram ao banco dos réus, tendo sido por fim condenados. Os julgamentos possuíam também uma função política, a de mostrar aos argentinos como de fato foi a ditadura em seu país e como se deveria repensar a atuação das Forças Armadas do país. Ou seja, escancararam para a população os fatos mais difíceis, mais intragáveis da atuação dos militares. A população também não se calou: houve manifestações pelos desaparecidos, espera na porta dos tribunais e um constante grito por justiça por seus parentes, amigos ou simplesmente compatriotas. Exemplo disso são as palavras de Hebe Bonafini, líder do movimento das Mães da Praça de Maio

Quando existe um câncer, ele deve ser removido para que a doença não se desenvolva, e estas Forças Armadas são um câncer para o país: elas roubaram, assassinaram e violaram mulheres. Não há nenhum artigo do Código Penal que não tenha sido transgredido. Quando foram à guerra, eles o fizeram irresponsavelmente e perderam. Novas Forças Armadas precisam ser criadas (apud ZAVERUCHA, 1994, p. 93).

O caso brasileiro encaminhou-se num sentido muito diferente, com os militares dirigindo o processo de transição política, já tendo feito a abertura política desde 1979, com Golbery e Geisel coordenando o processo e buscando, agora, manter determinadas prerrogativas e privilégios. O último exemplo de tamanho poder dos militares nesse contexto da transição é o ocorrido quando da doença e morte prematura de Tancredo Neves, eleito para a Presidência da República pelo Congresso em 1985.

Tancredo Neves adoeceu e morreu antes de tomar posse, criando uma enorme comoção nacional. E o que fazer, uma vez que José Sarney não havia chegado a tomar posse como vice? A resposta/ameaça veio por parte do general Leônidas Pires Gonçalves, indicado como Ministro do Exército por Tancredo Neves: “quem toma posse é o vice-presidente, José Sarney” (ARRUDA, 2015, s/p.). Sem dúvida, o tom de voz e o peso das quatro estrelas influenciaram a decisão política de aceitar a “solução” do general, emplacando o vice-presidente, que não era vice-presidente, na República. A possibilidade de convocar novas eleições, sobretudo diretas, e correr o risco de que não fossem seguidas as soluções de compromisso elaboradas entre Tancredo e os militares (inclusive de não revisão da Lei da Anistia) era inconcebível para o setor castrense (BRANDÃO et. alli. 2023, p. 191-192).

Complementando a análise de acima, é importante considerar que a própria indicação de José Sarney já era uma interferência dos militares no processo de transição para o poder civil.

Convém lembrar que os militares apoiaram a assunção de Sarney e vetaram o nome de Ulysses Guimarães para suceder Tancredo Neves. Os militares também tiveram cacife político para negociar os termos de sua saída do governo. Em bom português: perderam a batalha mas ganharam a guerra. Alguns detalhes desta transação são conhecidos: a) Tancredo negociou com os militares sua candidatura. Paulo Maluf, candidato presidencial derrotado por Tancredo no Colégio Eleitoral confirmou a existência de um acordo secreto entre Tancredo e o então ministro do Exército, general Walter Pires, sobre a transição; b) Os militares vetaram uma Assembleia Nacional Constituinte como órgão responsável pela elaboração da nova Constituição. Receosos de perderem o controle das futuras decisões, somente aceitaram um Congresso Constituinte, composto por membros eleitos para o existente Congresso conforme confidenciou o senador Fernando Henrique Cardoso, em reunião pública; c) Nenhum

militar seria julgado por supostos abusos de direitos humanos, em contraste com o ocorrido na Argentina de Raúl Alfonsín (ZAVERRUCHA, 1994, p.44-45).

A manutenção dos privilégios e prerrogativas castrenses intervencionistas ficaria explícita no desenho da Constituição de 1988, sobretudo a partir da configuração do artigo 142, mas não somente. É esse o próximo ponto a ser explorado.

1.2. Os militares, a Constituinte e a Constituição de 1988

Retomando a comparação do pós-ditadura na Argentina e no Brasil, tem-se que aqui evitou-se tocar no assunto e manter os porões e arquivos da ditadura fechados. No contexto da Constituinte de 1986 e da Constituição de 1988, os militares trabalharam abertamente para manterem seus privilégios, atribuições políticas e funções advindas do período autoritário.

Os militares brasileiros atuaram em duas grandes frentes de batalha. A primeira, como já explicamos, consistia na demonstração ostensiva de suas forças nas ruas, diante dos grupos que questionavam as desigualdades socioeconômicas e a superexploração da classe trabalhadora. Essa atuação das Forças Armadas acontecia fora do recinto do Congresso Nacional, mas indiretamente teve impacto nos debates e resultados da Constituinte. A Segunda, que passaremos a analisar, consistia no trabalho de convencimento dos deputados e senadores, nos bastidores da política, para manter a destinação constitucional das Forças Armadas. Para alcançar esse objetivo, os militares organizaram um poderoso e eficiente lobby, que contou com a cumplicidade e o aval do presidente Sarney e do Centrão, para impor seus interesses particulares sobre o conjunto da sociedade. [...] Os ministros militares contavam com as assessorias parlamentares muito bem estruturadas, e atuaram em sinergia com o governo e os parlamentares conservadores, com o objetivo de manter a autonomia das Forças Armadas e evitar questionamentos de suas prerrogativas constitucionais (ARRUDA, 2023, p. 86-87).

De acordo com Arruda (2023), os militares trabalharam intensa, organizada, coerente e eficazmente para a manutenção de seus interesses e objetivos em diversos campos de batalha da Constituinte: contra a criação de um Ministério da Defesa e pela manutenção dos ministérios militares, na questão da segurança interna ante a ameaça da “subversão organizada”, nas diversas comissões temáticas em plenário e, por fim, na permanência do ‘entulho autoritário’ na Nova República.

[...] os militares estavam muito bem preparados para a Batalha da Constituinte. É praticamente consenso entre os pesquisadores da matéria, que nenhum outro grupo conseguiu se articular tão bem quanto a corporação militar: seus representantes conseguiram se preparar com enorme antecedência, mostraram uma coesão inquebrantável e conseguiram definir com muita precisão as táticas e estratégias a serem utilizadas em cada uma das fases da Constituinte. Eles tinham plena consciência de que poderiam perder privilégios e imunidades, caso deixassem os parlamentares livres das suas pressões, já que de qualquer maneira existiria uma grande pressão popular. Os militares, como afirmou Eliézer Rizzo de Oliveira “não tinham muito a ganhar, mas certamente tinham muito a perder” na Batalha da Constituinte. Diante dos perigos que eles enxergavam, os militares alegaram que se outros grupos “de fora” da Constituinte tinham o direito de participar das discussões, eles também teriam (OLIVEIRA, 1994, p. 128). Para evitar qualquer risco de “revanchismo”, os militares também procuraram justificar a *guerra suja*, alegando que a atuação das Forças

Armadas na época da ditadura fora necessária, pois teriam agido em nome dos interesses nacionais contra a corrupção, a desordem e a ameaça subversiva. (ARRUDA, 2023, p. 91-92).

A questão do revanchismo reaparece como uma justificativa para qualquer tipo de ilegalidade ou de crime – tratado como “guerra suja” – no período da ditadura militar. Há, então, pelo menos duas formas de compreender o uso do termo revanchismo no contexto pós-ditadura: de um lado, ele acena para a busca de manutenção de estruturas legais que beneficiam e garantem privilégios aos militares. Assim, qualquer medida de revisão de atividades, funções constitucionais, privilégios previdenciários e medidas de reparação e responsabilização históricas, são tomadas como ações vingativas de um grupo de militantes antimilitares travestidos de políticos. Por outro lado, o revanchismo também aparece como uma falsificação, uma manipulação desses mesmos militantes que desejam denegrir as instituições militares imputando-lhes crimes hediondos ou não cometidos durante a ditadura.

Esse diagnóstico sobre a tutela militar e a relativa liberdade que tiveram na definição das funções constitucionais no contexto da Constituinte é compartilhada por Brandão et.alli:

E por falar em Sarney e general Leônidas, é preciso pensar na Constituinte de 1987 e 1988. Nesse momento, foi projetado e desenvolvido um forte lobby militar para assegurar os seus interesses: a missão constitucional das Forças Armadas que continuou pressupondo a possibilidade de atuação os militares na defesa da ordem, a responsabilidade pela segurança nacional (seja lá o eu isso signifique), a manutenção dos serviço militar obrigatório e o impedimento da criação de um ministério civil para comandar os militares. Ou seja, de uma esfera decisória que deveria impedir que as forças armadas fossem deliberativas: um Ministério da Defesa. O artigo aprovado pela Comissão de Garantia das Instituições nada mais fez, ao final, do que uma alteração quase superficial das missões constitucionais presentes na Constituição de 1967, apresentada em 1987 pelo próprio Exército (BRANDÃO et.alli. 2023, p. 192).

A primeira batalha havia sido vencida pelos militares em relação à anistia, pois se impediu sua futura culpabilização. A partir de 1985, ano que marcou a posse do primeiro governo civil desde 1964, ainda que eleito de forma indireta, os militares não saíram do poder, mas de seu centro. De acordo com Soares (2006), a principal marca da passagem da ditadura para a democracia no Brasil foi a continuidade dos militares nos rumos políticos do Brasil, e isso pode ser explicado por três fatores congruentes: a política brasileira (hipertrofia do Executivo, debilidade do sistema partidário, relação assimétrica entre Executivo e Legislativo e não resposta do Estado às demandas econômicas e sociais); a relação entre civis e militares (no caso brasileiro, os militares saíram do poder com alto grau de coesão institucional) e a crise pela qual o país passava, o que demandava do Estado posições políticas, sociais e econômicas urgentes. Assim, percebe-se como no primeiro governo civil, o de José Sarney (1985-1990), a presença dos militares era expressiva, ainda que não se possa afirmar que era um governo militar ou militarizado.

Sarney escolheu como ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, que criou um plano de reaparelhamento do Exército brasileiro, buscando soluções para as novas demandas estratégicas que o país enfrentaria. É comum que se utilize o termo “tutela militar” no primeiro governo civil brasileiro, tanto pela atuação de Pires junto ao presidente quanto pela atuação dos militares na Constituinte.

Para Castro e D’Araújo (2001), as principais preocupações dos militares em relação à Constituinte eram a revisão de atos praticados durante a ditadura militar e a manutenção da destinação constitucional das Forças Armadas como mantenedoras da lei e da ordem, em caso de convulsões internas. Em pesquisa, os autores entenderam que, na visão dos militares entrevistados, a Constituição estava “olhando para o retrovisor”: preocupada mais com o passado do que com o futuro. Além disso, outro fator apontado seria que a Constituinte teria “partido do zero”, esquecendo-se de experiências anteriores e configurando uma “colcha de retalhos”. Porém, o que ocorreu é que no final do processo da Constituinte os militares conseguiram reverter o processo que eles consideravam prejudicial para a instituição e neutralizaram o chamado “revanchismo” (CASTRO e D’ARAÚJO, 2001, p. 19). O *lobby* militar havia sido proveitoso para a instituição.

Na Constituição de 1988 a marca da manutenção dos interesses dos militares no texto constitucional ficou consagrada no artigo 142:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 2016, p. 89).

Na verdade, mesmo antes da Constituinte, Leônidas Pires Gonçalves já manifestava o desejo de manter as prerrogativas militares intocadas:

Já nos primeiros meses de governo, o poderoso Leônidas antecipara a posição dos militares a principal batalha que se travava no Congresso Nacional sobre a intervenção das Forças Armadas na segurança interna do país, condensada na chamada “garantia da lei e da ordem”, atribuição que lhes deram todas as Constituições brasileiras desde 1891, mas que, finda a ditadura, parecia fadada a caducar. Não para os militares. “É uma tarefa relevante do Exército participar do equilíbrio social e da estabilidade institucional, através da manutenção da lei e da ordem. [...] A destinação de nossas Forças Armadas é uma tradição que não necessita ser modificada, disse o general numa entrevista em setembro de 1985 (VICTOR, 2022, p. 50).

O artigo 142 era resultado de ampla negociação e alta pressão sobre as forças políticas da Constituinte, especialmente os deputados conservadores, dos partidos que, hoje, formam o que chama-se frequentemente de Centrão.

Os *lobbys* militares na transição e na constituinte fizeram com que as Forças Armadas mantivessem o seu papel legal de garantidor da ordem interna em caso de convulsões sociais. O vago e controvertido artigo 142 da Carta Magna é simbólico dessa regulação. Ele estabeleceu atribuições às Forças Armadas que extrapolam as temáticas

relacionadas à segurança fronteiriça. De acordo com a Constituição, os militares podem atuar, se requisitadas por um dos poderes constitucionais, para manter a lei e a ordem internas. Em razão disso, consideramos que as suas funções na carta magna foram ampliadas, pois a defesa territorial não foi a sua exclusiva tarefa. [...] O artigo 142 foi inserido na Constituição em virtude da pressão realizada pelos militares sobre as diversas forças partidárias da constituinte. A ingerência do ex-Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, foi essencial para que essa reivindicação fosse inserida. A defesa do tema pelos membros de um grupo de partidos de centro-direita constituído durante a assembleia, o *Centrão*, auxiliou decisivamente para a inserção desse discutível artigo em nossa Constituição. A possibilidade de intervenção sustentada no argumento de garantias dos poderes constitucionais é carregada de abstração. Interesses políticos podem levar a acordos carentes de legitimidade legal entre membros das Forças Armadas, dos setores produtivos e da burocracia estatal. A história de golpes de Estado do Brasil nos leva a essa ponderação (SALES; ARAUJO, 2022, p. 234-235).

Jorge Zaverucha (2000) concorda com essa análise e vai mais além, entende que tal construto institucional funciona como uma contrademocracia no Brasil.

O artigo 142 da Constituição confere às Forças Armadas a atribuição de garantir os poderes constitucionais (Executivo, Legislativo e Judiciário), a lei e a ordem. A noção de ordem e desordem envolve julgamentos ideológicos que os comprometem com uma determinada visão de Estado e sociedade que, por sua vez, está sujeita a estereótipos e preconceitos sobre a conduta (in)desejada de determinados indivíduos. Além do mais, tal artigo não especifica se a lei é constitucional ou ordinária, se a ordem é política, social ou moral nem quem define quando é que a lei e a ordem foram violadas. Basta determinada ordem do Executivo ser considerada ofensiva à lei e à ordem para que os militares possam constitucionalmente não respeitá-la. Mesmo sendo o presidente da República, o comandante-em-chefe das Forças Armadas. Há uma espada de Dâmocles fardada pairando sobre a cabeça dos poderes constitucionais. Tais poderes estão sendo constitucionalmente lembrados de que eles podem ir até onde as Forças Armadas acharem conveniente. Por conseguinte, em vez de tais poderes garantirem o funcionamento das Forças Armadas, são elas, em última instância, que garantem o funcionamento dos referidos poderes. [...] Numa democracia, o poder não é deferido a quem tem força mas, ao contrário, a força é colocada a serviço do poder. No Brasil, estabeleceu-se uma Constituição e foi entregue, precisamente aos que são mais tentados a violá-la, a tarefa de manter sua supremacia. Não à toa que as Constituições pinochetistas e sandinistas também conferem às Forças Armadas o papel de guardiãs da lei e da ordem (ZAUERUCHA, 2000, p. 38).

Como se viu, os militares saíram do processo de transição, da Constituinte e da Constituição de 1988 com muitas prerrogativas mantidas. De acordo com Sales e Araújo (2022) eles até ampliaram suas funções. Apesar disso, nem tudo foram vitórias. Pedro Arruda (2022) elabora uma lista de derrotas naquele contexto e no pós-Constituição. Ele cita: substituição do Conselho de Segurança Nacional pelo Conselho de Defesa Nacional, criação do Conselho da República, manutenção da proibição de filiação partidária aos militares da ativa, fim da censura, inclusão do habeas corpus no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, inclusão dos militares na categoria dos servidores públicos (membros das Forças Armadas se tornariam servidores militares federais) enquanto que policiais militares e corpos de bombeiros militares se tornariam servidores militares de Estados, Territórios e Distrito Federal, extinção do Serviço Nacional de Informações (o SNI) na administração Collor, criação do Ministério da Defesa,

ampliação do direito à informação por parte dos cidadãos em relação aos órgãos públicos e revogação da Lei de Segurança Nacional (2022, p. 270). Apesar disso, o resultado apontou muito mais no sentido de manter a autonomia militar e prerrogativas anteriores do que a transformação.

Tal leitura e interpretação se assemelha à desenvolvida por Soares (2006), para quem

[...] a *hipótese* é que são criados ou mantidos espaços de autonomia das Forças Armadas em relação ao Sistema Político, ou *esferas de autonomia*, ainda que mecanismos de controle se tenham estabelecido no período. Diferentemente do período de 1946-1964, durante o qual as Forças Armadas se consolidaram como um ator político relevante, com um autonomia francamente orientada para o exercício do poder político, no período considerado a autonomia tende mais para questões institucionais – uma *autonomia autárquica* –, mas de todo modo que tende, em algumas circunstâncias, a se tornar política, à medida que são preservadas determinadas condições anteriores a partir da criação de novos espaços autônomos ou mantidos aqueles já sedimentados. Em alguns casos, tanto a função das Forças Armadas, quanto seu *papel* – incluindo as *missões* – extrapolam os limites adequados para a consolidação da democracia, visto *que não se estabelece uma efetiva supremacia do poder civil sobre o poder militar em distintos campos da esfera de tomada de decisões* (SOARES, 2006, p. 16-17).

Ainda segundo Soares (2006) essa interpretação está pautada: a) no fato de a transição ter sido pactuada; b) certa expectativa de que os militares ainda eram uma reserva de poder que poderia evitar um estado de crise (entropia social e política), c) a ausência de interesse político interno nas questões militares (“defesa não dá voto”); d) a atenção dada às questões da Segurança Pública; e) o vácuo de poder entre os setores do Executivo e do Legislativo a respeito dos temas de Defesa (“déficit de atenção”, segundo Pion-Berlin; Trikunas [2007]); f) a formação da mentalidade militar, segundo a qual cabe a eles a proteção da sociedade e do Estado; g) as Forças Armadas acabaram por se consolidar como instituições que detem o poder de decisão e veto sobre temas de Defesa, ampliando o papel previsto para elas constitucionalmente; h) “o somatório desses fatores indica que o exercício da autoridade do poder civil sobre o poder militar não se estabeleceu em nível suficiente para caracterizar supremacia civil (SOARES, 2006, p. 18).

1.3. A criação do MINISTÉRIO DA DEFESA (1999)

O processo de transição política de um regime autoritário e ditatorial para uma democracia é um processo complexo e que envolve todo um conjunto de dinâmicas políticas, culturais, ideológicas, sociais, institucionais e legais. O marco do governo civil de José Sarney em 1985, a Constituição de 1988 e a eleição geral de Fernando Collor de Mello em 1989 foram pontos importantes no processo de transição do poder militar para o civil, mas não encerram a questão do controle civil nem das funções destinadas aos militares. O’Donnell e Schmitter (1991) consideram que os processos de transição política envolvem três fases: liberalização,

democratização e socialização. A fase da liberalização é marcada pela conquista de direitos políticos como *habeas-corpus*, liberdade de expressão e liberdade de associação. A fase da democratização é marcada pela participação nas decisões coletivas, isto é, funciona a partir dos direitos políticos de participação na vida pública. Há ainda a fase da socialização, que é marcada pela consolidação da liberalização e democratização em outras esferas que não a política. Como comenta Borges Filho (1997), se a fase da liberalização possui um sentido “negativo”, a fase da democratização teria um sentido “positivo”⁶. Todo o arcabouço de legislações e transformações políticas ocorridas nos anos 1980 e início dos anos 1990 aponta para um esforço de liberalização e democratização do regime político brasileiro. Entretanto, a consolidação democrática depende de outros elementos.

A ESTABILIDADE de qualquer democracia depende não só do desenvolvimento econômico, mas também da eficácia e legitimidade do seu sistema político. A eficácia significa o desempenho real, a medida em que o sistema satisfaz às funções básicas de Governo, tal como a grande maioria da população e poderosos grupos nela abrangidos (seja as grandes empresas comerciais ou as forças armadas) as encaram (LIPSET, 1967, p. 78).

Uma das questões fundamentais da estabilidade democrática é a confiança nas instituições e, ao mesmo tempo, das instituições no jogo político. Num primeiro sentido, uma das características fundamentais da organização estatal é a divisão e profissionalização de um corpo de funcionários, de uma burocracia. No outro sentido, os grupos sociais, partidos e instituições devem confiar nos procedimentos e estatutos que coordenam um dado sistema democrático. Nesse sentido, a reflexão sobre o funcionamento dos sistemas democráticos passa, necessariamente, pela discussão sobre o controle civil do aparato militar. Assim

Adam Przeworski, cientista político polonês que atua nos Estados Unidos, define como um grande desafio para as novas democracias, ou seja, os sistemas democráticos recentemente reconstruídos após ciclos autoritários ou aqueles decorrentes de sistemas socialistas anteriores: “a democracia somente pode funcionar se os que têm armas obedecem aos que não as têm. Portanto, a tarefa central na construção das instituições democráticas perduráveis é a imposição do controle civil sobre os militares” (OLIVEIRA, 2005, p. 85)

O período conhecido como Nova República foi marcado pela disputa simbólica e efetiva de construção de um sistema democrático que garantisse soberania popular expressa pelo voto em diferentes esferas e direitos civis e sociais de amplo espectro, isto é, liberdade de expressão, circulação, associação, mas também direito à saúde, à educação e ao saneamento básico.

⁶ O conceito de liberdade positiva pode ser, *grosso modo*, entendido como a liberdade de participação no espaço público, enquanto a liberdade negativa seria o conjunto de valores que preservam a liberdade e autonomia do indivíduo ante as pressões do Estado. Para uma análise dos conceitos de liberdade, ver BERLIN (2002).

Discute-se nos próximos tópicos o processo de construção do poder civil expresso na criação do Ministério da Defesa e na elaboração e divulgação dos documentos e normas referentes às diretrizes de Defesa do Brasil, a saber, a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa.

O processo de transição de um sistema político autoritário para um democrático e também do poder militar para civil, não se resume à promulgação de leis, mas carece também de implementação. Isto é, a subordinação militar aos civis precisa ser efetivada a partir de medidas e efetivas e propositivas. Após a estabilização econômica a partir do Plano Real no governo Itamar e a eleição de Fernando Henrique Cardoso para presidente, assumindo em 1995, o tema da reforma do Estado passou a fazer parte dos debates políticos e econômicos no país. É nesse contexto que se propõe a alteração das estruturas militares existentes para que elas se adequem às iniciativas de redução de custos, gastos governamentais e de otimização e maior eficiência institucional.

Cabe registro à parte sobre o Ministério da Defesa. Depois de longas tratativas — afinal, o tema por décadas esteve em aberto na vida institucional brasileira — finalmente, criamos o Ministério, há muito devido. Não o fizemos por modismo e menos ainda por pressão norte-americana⁷, como chegaram a insinuar certos críticos. Simplesmente não tinha mais sentido, dado o avanço institucional do Brasil e necessidade de racionalização e entrosamento entre as Forças Armadas, mantê-las sob a égide de ministérios distintos e mesmos distanciados. Não houve qualquer resistência militar à ideia de que o ministro fosse civil. Talvez preferissem pessoa de prestígio mas não ligada a outras corporações do Estado. (CARDOSO, 2006, p.322)

José Murilo de Carvalho interpretou a transição da ditadura e a criação do Ministério da Defesa como um ponto final no protagonismo militar. Segundo ele:

De 1985 para cá, houve uma desativação do ator militar, não mais graças à ação política de liderança de algum bruxo político, como Vargas, e sim graças à multiplicação de atores, alguns oriundos do trabalhismo de Vargas, mas agora com orientação totalmente independente do governo. [...] Temos não apenas uma política nacional sustentada nesses atores, como também uma agenda nacional dentro da qual as Forças Armadas cumprem papel secundário. Um colega costuma dizer, meio a sério, que hoje a Marinha é uma força militar profissional, a Aeronáutica um grupo de engenheiros que pilota aviões militares e o Exército um partido político. Pode ser que ele tenha razão no que se refere à última caracterização, mas o Exército seria um partido com pouco peso político. E nos últimos anos tem demonstrado que está aceitando com razoável bom senso várias mudanças importantes. [...] Vargas foi um

⁷ Houve no contexto da criação do Ministério, algumas discussões sobre a pressão dos EUA para que o governo brasileiro transformasse as Forças Armadas brasileiras segundo as diretrizes do governo estadunidense. Segundo Alsina Jr, “Difundida entre o oficialato estava a suposição de que a iniciativa presidencial [de criar o Ministério da Defesa] seria fruto de pressões internacionais, provenientes especialmente dos Estados Unidos – país cuja política externa teria como objetivo transformar as Forças Armadas latino-americanas em unidades de combate ao narcotráfico” (2006, p. 103)

aprendiz de feiticeiro, vítima de uma de suas criaturas, as Forças Armadas políticas. Hoje, a ação desses feiticeiros políticos já é dispensável. Desse ponto de vista, superamos de fato uma fase, [...] sem depender da precariedade de um Poder Moderador e do carisma imperial, e sem depender também da imposição da força encarnada nos militares. Antes que comece a qualificar essa nota, talvez exageradamente otimista, me calo. (CARVALHO, 1999, p. 344-345).

O processo de criação do Ministério da Defesa durou todo o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Foi um processo que contou com a participação e direcionamento das próprias Forças Armadas. Nesse sentido, parte da literatura levantou críticas quanto ao caráter pouco transformador do novo ministério para as relações civil-militares no Brasil.

Cabe assinalar um outro aspecto importante dos trabalhos que visavam ao recolhimento de informações que embasariam a modelagem institucional do futuro ministério. Este era o do virtual monopólio exercido pelo estamento militar sobre sua condução. Coube exclusivamente ao EMFA⁸ coordenar os estudos exploratórios e estabelecer os princípios que fundamentariam a seleção dos dados obtidos. Esses últimos seriam, sucintamente: a não-importação de modelos alienígenas, a mudança com moderação, a não-confrontação da tradição militar brasileira e a rejeição de artificialismos (ALSINA JR, 2006, p.104).

Alsina Jr (2006) destaca a perspectiva pouco transformadora presente nas discussões sobre a criação do Ministério. Zaverucha (2005) vai além. Segundo a interpretação deste autor

Falácia da autonomia é a crença na possibilidade de analisar o Ministério da Defesa brasileiro separado do contexto político que o criou. É impossível esperar que tal ministério atue de acordo com os princípios democráticos se o sistema político não se move nessa direção. Por isso mesmo, o modo como o Ministério da Defesa funciona é um dos indicadores da (falta de) saúde da democracia no país. Escrevi “funciona” pois sua criação *per se* não é suficiente para garantir que as Forças Armadas estão submetidas ao controle civil⁹. Por isso mesmo, não compartilho com a posição de Carvalho (1999) (ZAVERUCHA, 2005, p. 213).

Além dessas críticas sobre o caráter “pactuado” do processo de transição e criação do Ministério da Defesa, outros pontos que sugeriram à época e que demonstram certo protagonismo militar que tencionou o processo foram as disputas entre as Forças Singulares pelo maior ou menor destaque que o Exército teria na formatação do novo sistema de relações civil-militares no Brasil. Dado o maior contingente de pessoal e a própria maior longevidade da Força, por ser a primeira criada ainda no Império, historicamente o Exército sempre exerceu maior preponderância política e participação do que a Marinha e a Aeronáutica. Nesse sentido, havia

⁸ Estado Maior das Forças Armadas.

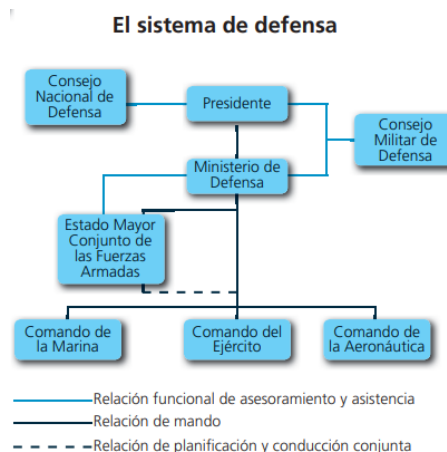
⁹ A perspectiva de Zaverucha é a de que a transição e o sistema político da Nova República estavam por demais ligados às estruturas da ditadura para que se pudesse afirmar que, de fato, houve uma transição para democracia.

o temor, quando da criação e implantação do Ministério da Defesa, de que o Exército ganhasse mais protagonismo e colocasse as outras Forças e suas demandas em ostracismo.

Nessa linha, desenvolveu-se a teoria do “abacate com leite”, que dava conta de que, por mais que se tentasse, ao colocar abacate (Exército) e leite (Marinha) juntos, o resultado seria sempre verde. Temia-se pela preponderância do Exército no novo Ministério, bem como a perda do controle sobre o fundo naval, a diminuição do orçamento e a erosão da excelência da Força. [...] No caso em tela, temia-se também que o histórico de envolvimento do primeiro na política nacional possibilitasse a este alavancar para si a maior parcela dos recursos disponíveis, em detrimento da Força Naval (ALSINA JR, 2006, p. 130-131).

Além desse ponto, havia a suspeita de que a criação do novo ministério e a mudança de toda a estrutura de Defesa no país representasse um risco de corte de investimentos e de verbas de custeio e funcionamento das Forças, perda de poder político dos ministros e das respectivas Forças por eles representadas¹⁰, diminuição do autogerenciamento de cada Força, diminuição de cargo de oficiais gerais, enfraquecimento do poder dos militares junto ao governo, envolvimento político nos assuntos de Defesa e criação de mais um nível na cadeia decisória (administrativa e operacional), conforme Alsina Jr (2006, p.106). Após três anos de elaboração e discussão, a **Emenda Constitucional nº 23, de 2 de setembro de 1999**, criou o cargo de ministro da Defesa, com exigência da nacionalidade brasileira para seu exercício. O Decreto n. 3.466 de 2000 (BRASIL, 2000) definiu a organização do Ministério da Defesa. Embora parte da literatura seja crítica ao potencial do Ministério da Defesa de subordinar o poder dos militares aos civis, deve-se reconhecer a importância da implementação do organismo no Brasil.

Figura 1: Estrutura do Ministério da Defesa



Fonte: RESDAL, 2016, p. 124.

¹⁰ Até aquele momento, cada Força Singular possuía um ministro. Com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, os ministérios foram extintos, e a chefia das Forças Singulares ficou a cargo dos Comandantes, que se encontram abaixo do Ministro da Defesa e a ele devem obediência.

Quanto ao presidente Cardoso, condicionou de tal modo o desenvolvimento das Forças Armadas e da Defesa Nacional que os chefes militares foram colocados em situação subordinada em relação às iniciativas e à autoridade presidencial. Em razão destes fatores, adotamos como linha divisória na direção civil sobre as Forças Armadas o primeiro governo do presidente Fernando Henrique (1995-1998). E o fator político que estabeleceu tal linha divisória foi a decisão de criar o Ministério da Defesa (OLIVEIRA, 2005, p. 117).

Além da criação do Ministério da Defesa, outro elemento fundamental para se pensar as relações civil-militares na Nova República foram os documentos publicados entre 1996 e 2012 e que fundamentam a reflexão sobre a Defesa e o papel dos militares no Brasil. Como se verá, longe de resolverem a questão, esses documentos constituíram-se em importantes momentos de reflexão e de propostas de mudanças e reorientações sobre os rumos das Forças Armadas no Brasil. Assim como a definição de políticas e propostas, a definição de conceitos e fundamentos políticos, econômicos, culturais e ideológicos de ação das Forças Armadas é fundamental para o entendimento dos modelos ou moldes de participação desejada para essas Forças.

1.4. Do arcabouço teórico e conceitual: da PDN ao Livro Branco de Defesa

A Política Nacional de Defesa¹¹ foi um documento publicado pelo governo brasileiro em 1996, fruto da reflexão de civis e militares quanto à necessidade de se repensarem os direcionamentos das Forças Armadas segundo as novas diretrizes em um mundo pós-Guerra Fria, mas também fruto das tensões internas no Brasil e da importância de atualização conceitual das Forças Armadas para os novos tempos pós-ditadura. Nesse sentido, havia uma crise de identidade dentro das Forças Armadas no novo contexto democrático, dado que durante praticamente todo o período republicano — sobretudo no pós-1935¹² — os militares organizaram suas ações e estratégias visando à defesa contra o “inimigo interno”¹³, conceito

¹¹ Na primeira formulação, em 1996, havia uma mudança de nomenclatura, pois se tratava da Política de Defesa Nacional (PDN).

¹² O marco de 1935 deve-se à importância para as Forças Armadas em geral das rebeliões ocorridas em algumas capitais do país naquele ano. Castro (2002) demonstra como os militares construíram um conjunto de tradições a partir do movimento conhecido como “Intentona Comunista de 35”. O anticomunismo constitui-se em importante elemento de construção de identidade militar no Brasil.

¹³ Segundo Stepan (1975), “desde o princípio, a ESG era anticomunista e estava empenhada na Guerra Fria. Mesmo antes que a ênfase na Guerra Fria mudasse, nos Estados Unidos, da guerra atômica para a revolucionária, a ESG tornou-se o centro do pensamento ideológico relativo à estratégia contrarrevolucionária no Brasil. Já que o comunismo era um inimigo, os EUA, sendo o principal país anticomunista, era um aliado natural” (STEPAN, 1975, p. 132).

cristalizado nas diretrizes da Escola Superior de Guerra, fundada sob influência dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e do enfrentamento à influência da União Soviética.

Além disso, as disputas entre as Forças Singulares por projetos, orçamento e a ausência de uma definição sobre os fundamentos da organização do setor de Defesa no Brasil levaram o presidente Fernando Henrique Cardoso a defender e definir como fundamental a produção de um documento sobre o tema no Brasil.

A PDN não surge somente como resposta ao desconforto do supremo mandatário com a dissensões existentes entre os ministros militares e as decorrentes pressões de parte a parte com o fito de convencê-lo sobre quem estava com a razão, mas sobretudo pela insatisfação de FHC com a forma de condução imprimida pelo Ministério da Marinha (ALSINA JR, 2006, p. 110).

Em dois meses, o documento foi elaborado e, assim como ocorreu no processo de transição e mesmo na constituição do ministério da Defesa, buscou-se o consenso artificial e a manutenção de visões não antagônicas — ainda que não coincidentes (ALSINA JR, 2006). Alguns dos principais pontos trazidos pelo documento eram a (tentativa de) conceituação e diferenciação entre Segurança e Defesa, a definição de que a função precípua das Forças Armadas é a defesa externa¹⁴ — o que demonstra uma mudança substancial em relação à Doutrina de Segurança Nacional da ESG —, uma breve análise do cenário internacional e regional e um conjunto de objetivos apresentados:

I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; **II.** defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; **IV.** contribuir para a estabilidade regional; **VII.** manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; **VIII.** conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País; **X.** estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais (BRASIL, 2005, p. 29-30).

Além dos elementos acima citados, tais como defesa externa, chama atenção a preocupação com o concerto mundial de estabilidade e paz, a profissionalização, adestramento e estruturação das Forças Armadas brasileiras e o desenvolvimento de uma base logística de defesa.

O fato é que o primeiro e tão esperado documento, o DPND de 1996 — que pode ser classificado como mera carta de intenções, ampla, vaga e genérica —, não cumpriu

¹⁴ Alsina Jr (2006) aponta que há muita imprecisão sobre o que seria Segurança e suas implicações e Defesa e suas implicações para o país, pois se a função das Forças Armadas é agir no plano de defesa externa, é necessário definir claramente quais são as situações em que o uso das Forças Armadas é permitido ou desejado. Ademais, a definição clara de Defesa e Segurança também permitem uma melhor alocação de recursos orçamentários.

com os objetivos que norteavam a revisão da Defesa, gerando discussões que perduraram até o momento atual, no governo de Lula da Silva (WINAND; SAINT-PIERRE, p. 58, 2007).

Apesar de representar um avanço em se publicar o primeiro documento de Defesa desde a ditadura, o caráter genérico e superficial do documento o tornou menos eficaz do que poderia (SOARES, 2011, p. 73). Além disso, o documento manteve prerrogativas e abriu novas concessões aos militares, mantendo pouco alterado o padrão de relações civil-militares no Brasil (WINAND; SAINT-PIERRE, 2007).

Doze anos depois, em 2008, foi publicada a Estratégia Nacional de Defesa (END). Se a publicação daquele documento sofreu críticas pelo caráter pouco inovador ou propositivo, a END se afirmou como uma tentativa do governo brasileiro caminhar no aprofundamento das discussões sobre Defesa no Brasil.

O documento mais relevante pelo seu impacto e vigor analítico foi a Estratégia Nacional de Defesa, apresentada em 2008, pelo presidente Lula. Uma orientação deste nível contribui para se que distingam dois níveis decisórios. As decisões políticas e das estratégias em sentido mais amplo de Defesa como atributos dos governos eleitos, ao passo que às Forças Armadas se reservariam as tarefas de execução. (SOARES, 2011, p. 74)

A END apresentava diretrizes, objetivos para cada Força Singular e, em conjunto, os setores estratégicos a serem desenvolvidos — a saber, o espacial, o cibernético e o nuclear — bem como a reorganização da Base Industrial de Defesa (BID) e reflexões sobre o Serviço Militar Obrigatório (BRASIL, 2008). Diferente da PDN de 1996, a END propõe um conjunto de medidas de implementação dos objetivos e diretrizes sobre a Defesa Nacional. Segundo Soares, “O diagnóstico foi mais aprofundado e largo, houve a indicação de objetivos mais gerais da Defesa com o estabelecimento de estratégias consentâneas” (2011, p. 76).

Na END prevalecem eixos que reorganizam as Forças Armadas e que criam condições para desenvolvimento tecnológico autônomo aliado à indústria bélica, além da compreensão de que as questões de Defesa e Segurança Internacional do país devem ser debatidas e monitoradas pela nação brasileira. A Defesa aparece como escudo do desenvolvimento, compatibilizando-se demandas que, antes de serem entendidas como díspares, devem ser satisfeitas ao longo do tempo e ao mesmo tempo, como necessária dialética (JULGMANN, 2010, p.478).

Em 2012, o governo Dilma publica o Livro Branco de Defesa Nacional – LB (BRASIL, 2012) que é, em termos de tamanho e conteúdo, o mais completo documento sobre Defesa Nacional publicado no Brasil. O LB apresenta os fundamentos, objetivos, diretrizes e as estruturas organizacionais de Defesa do país, projetos implementados e/ou em andamento e a própria economia de Defesa (orçamento, investimentos etc.).

Não há dúvida quanto à participação de civis e militares na discussão e implementação desse conjunto de propostas em documentos de Defesa. Apesar disso, a implementação de controle e subordinação dos militares ao poder civil permaneceu, ao menos parcialmente em aberto, dado que as propostas e iniciativas deixaram brechas e atenderam a demandas dos militares. No próximo tópico, exploram-se mais algumas tensões entre civis e militares na Nova República.

1.5. Pressões, insubordinações militares nas administrações FHC, Lula e Dilma

A Nova República, e as relações entre militares e civis, especificamente entre o campo da política e os militares foi marcado por uma tensão e instabilidade quase constante, com avanços e retrocessos, marchas e contramarchas, sístoles e diástoles – para usar a terminologia golberyana – que representaram avanços na arquitetura institucional de controle civil sobre a caserna, mas também momentos de insubordinação e de tensionamento dos elementos militares em relação ao poder civil. João Roberto Martins Filho (2000) resumiu bem as interpretações acerca das tensões entre o poder civil, mais especificamente o campo político, e os militares na Nova República:

Um breve exame das análises recentes sobre o problema da autonomia militar no Brasil permite perceber que elas podem ser agrupadas sinteticamente em três perspectivas: 1) as que defendem que a questão já foi superada; 2) as que enfatizam basicamente a continuidade das prerrogativas militares e 3) as que sustentam que importantes áreas de autonomia castrense persistem, mas decisões recentes permitem supor que o problema está em vias de resolução. Neste artigo, a partir do exame da política militar do governo Fernando Henrique Cardoso, propomos uma hipótese geral, algo diferente dessas três explicações. Em nossa visão, é preciso considerar, antes de tudo, que as Forças Armadas mostraram na última década notável capacidade de adaptação e iniciativa. A partir daí, num quadro geral marcado pela quase total ausência do Legislativo e pela boa vontade do Executivo, os militares têm sido capazes de desenvolver uma complexa estratégia de manutenção de sua influência política que, no entanto, inclui recuos em certas áreas institucionais relevantes (MARTINS FILHO, 2000, p. 1).

As posições limite estariam representadas, por exemplo, por Wendy Hunter (1994), argumentando e compreendendo como estabelecido o controle civil sobre os militares na Nova República, e Jorge Zaverucha (2005), enfatizando o mito da consolidação democrática no Brasil e fim do poder e tutela dos militares sobre a política. Buscando uma posição intermediária, João Roberto Martins Filho apresenta uma interpretação que valoriza ganhos institucionais, avanços no campo dos direitos humanos e das reparações históricas, mas, ao mesmo tempo, sustenta um conjunto de problemas fruto da autonomia e da insubordinação militares e da inépcia e fragilidade civil, tanto no Congresso Nacional, quanto na sociedade em geral, em valorizar os temas de Defesa. O resultado são avanços e retrocessos nas administrações FHC e Lula (1994-2009).

Martins Filho elenca vários momentos de crise entre o poder político e os militares nas administrações de Fernando Henrique Cardoso (2000) e de Lula da Silva (2010). No primeiro governo, segundo Martins Filho (2000), os momentos de maior instabilidade e tensão entre civis e militares ou de demonstração de insubordinação ou autonomia decisória dos militares em relação aos civis foi durante os debates de criação da Comissão dos Desaparecidos da Ditadura, a influência militar na modelagem da Política de Defesa Nacional de 1996 (que foi produto quase exclusivo de reflexão militar), a manutenção dos arquivos da ditadura fechados por decisão dos militares (p.3), o relativo baixo avanço na política de indenização às famílias [p. 3], os debates e demonstrações públicas de insatisfação militar que ocasionaram uma proposta de aumento do soldo até maior do que se imaginava para os militares

Nesse sentido, logo no início do mandato, a cúpula das Forças Armadas comunicou ao presidente que não aceitaria medidas salariais contrárias à hierarquia de soldos própria da corporação: "Qualquer solução para o salário do militar tem que vir em bloco", [...] Ao que tudo indica, o recado foi entendido. Em meados daquele ano, o presidente anunciou que a equipe econômica estava estudando, juntamente com o EMFA, uma melhoria nos ganhos dos militares (*O Estado de S. Paulo*, 19-8-95) (MARTINS FILHO, 2000, p. 5).

A análise dos dados da série histórica dos gastos militares em milhões de dólares e em porcentagem do PIB não deixam dúvida: houve um acréscimo considerável nos governos FHC.

Figura 2: Gasto militar em milhões de dólares (1989-1998)

1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
(9220)	(6360)	(4005)	5605	7402	7431	10906	9408	(14015)	(13125)

Figura 3: gasto militar do Brasil: porcentagem do PIB (1989-1997)

1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
(1,7)	(1,3)	(,7)	1,1	1,3	1,2	1,5	1,3	(1,8)

Fonte: MARTINS FILHO, 2000, p. 7).

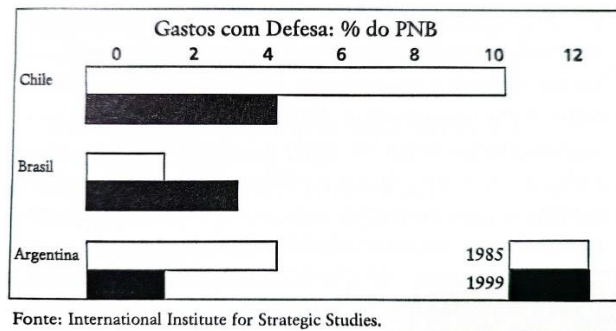
A conclusão do autor é que

Não faltam evidências de que o governo Cardoso não alterou esse estado de coisas, mesmo depois da promulgação da Política de Defesa Nacional. A compra dos aviões A-4 Skyhawk pela Marinha é um exemplo da continuidade dessa tendência (*O Estado de S.Paulo*, 30-12-97). Segundo um jornalista especializado em assuntos de defesa, "o que é politicamente grave é a forma como a compra dos Skyhawk foi encaminhada e, finalmente, apresentada ao presidente da República como fato politicamente consumado" (Pereira, 1997). Por sua vez, em todos os episódios de reafirmação da autonomia militar, a reação do Poder Legislativo, foi tardia e desarticulada. Assim, no governo Fernando Henrique Cardoso, tanto a disposição militar para se antecipar aos civis, como a inércia do Executivo e do Legislativo, no que tange ao controle das iniciativas militares, não foram alteradas. Ao contrário, o que parece ter ocorrido foi um aumento de autonomia militar nas questões de orçamento, em virtude da boa vontade do Executivo diante das reivindicações militares (MARTINS FILHO, 2000, p. 9)

Os dados apresentados pelo autor se assemelham aos resultados encontrados nas análises de Zaverucha (2005). Para esse autor,

Os dados aqui apresentados divergem dos de Hunter (1997). A autora enxergou uma constante erosão no poder dos militares brasileiros pós-1985. Afirmou que, com o passar do tempo, os militares se transformariam em “tigres de papel”. Em termos orçamentários, sua análise era a de que ante o declínio do poder militar, o orçamento militar perderia importância. Deste modo, os políticos, mercê da competição eleitoral, usariam os fundos destinados aos militares para fins clientelísticos. E isso faria com que os gastos totais executados no período pós-1985 diminuíssem significativamente. As vinte e quatro tabelas apresentadas mostram, todavia, uma regularidade nos gastos com os militares ao longo dos oito anos do governo FHC. Regularidade tanto no sentido de manutenção do terceiro lugar no ranking de execução orçamentária, bem como no acréscimo de dotação anual, e na efetiva execução orçamentária. E isto em uma época de crise fiscal (ZAVERUCHA, 2005, p.120).

Figura 4: Gasto com defesa em porcentagem do Produto Nacional Bruto



Fonte: ZAVERUCHA, 2005, p. 121.

Durante o Governo Lula os militares continuaram a demonstrar sua capacidade de organização e de autonomia relativa. Segundo João Roberto Martins (2010), os militares causaram tensões em pelo menos 4 momentos: durante a crise com o Ministro José Viegas, a questão que culminou com a chegada do Ministro Nelson Jobim ao cargo de Ministro da Defesa; a situação dos jovens entregues por militares à outra facção no Rio de Janeiro e à questão da demarcação da Raposa Serra do Sol (MARTINS, 2010, p. 284).

O contexto da demissão do Ministro José Viegas foi marcado pela insubordinação militar representada pela publicação de notas e falas à imprensa acerca dos soldos dos militares, movimento que havia sido proibido por Viegas em nota à tropa. Tal proibição não impediu os militares de veicularem suas opiniões e a tensão chegou ao limite quando publicaram fotos de Vladimir Herzog na prisão antes de ser executado pelos agentes da ditadura. A tensão seguiu por alguns dias até que Viegas fica sabendo da possibilidade de ser substituído por Aldo Rebelo e redige uma carta de demissão onde afirma

Ao que se soube depois, o ministro Viegas já na sexta-feira seguinte tinha redigido sua carta de demissão, que veio à luz com a aceitação do pedido pelo presidente Lula, a 4 de novembro, duas semanas depois (“Crise com militares derruba Viegas e Alencar é novo ministro da Defesa”, *O Estado de S. Paulo*, 5-11-2004). Segundo os termos da

carta, “o Exército Brasileiro não deve emitir qualquer nota com conteúdo político sem consultar o ministério”, é inadmissível que se mantenha o linguajar dos anos setenta, bem como apresentar o Exército como uma instituição que não precisa efetuar qualquer mudança de posições em relação ao que ocorreu no período de governo militar. Para Viegas, “a nota divulgada no domingo 17 representa a persistência de um pensamento autoritário, ligado aos remanescentes da velha e anacrônica doutrina da segurança nacional” (MARTINS FILHO, 2010, P. 286).

A posição do Governo Lula foi compor com os militares para evitar mais desgaste e a ação foi lida como uma vitória deles sobre os civis: “Embora faltem informações precisas sobre o processo decisório desses dias, a demissão representou rendição incondicional aos termos colocados pelos militares” (MARTINS FILHO, 2010, 287).

O segundo momento de tensão e de demonstração de insubordinação militar no governo Lula se deu com a chegada de Nelson Jobim à posição de ministro da Defesa. O contexto de crise foi desatado a partir do acidente do voo da 737 da Gol e da comprovação de responsabilidade dos controladores de voo. A partir daí uma série de protestos e movimentos surgiu que culminou com um motim grevista. “A crise alcançou seu ponto de ebulição em fins de março do ano seguinte, quando um movimento dos controladores de vôo de Brasília e mais quatro capitais paralisou, por algumas horas, quarenta e nove aeroportos do país e todo o tráfego aéreo sobre o território nacional” (MARTINS FILHO, 2010, p. 288). A tensão continuou com o presidente Lula adotando posturas pouco firmes e deixando transparecer a baixa capacidade do Ministério da Defesa de fazer valer suas decisões e posturas. O Ministério da Defesa, dessa forma, não cumpriu nenhum papel durante a crise. O presidente preferiu tratar diretamente com os comandantes militares, chamando-os para reunião no Palácio do Planalto, para acalmar os ânimos (MARTINS FILHO, 2010, p. 290).

Nelson Jobim chegou ao cargo de Ministro da Defesa empoderado e disposto a não tolerar insubordinação. Mas logo de cara enfrentou a reação de militares por falas a respeito de iniciativas de resgate da memória da ditadura e da inexistência de indivíduos contrários a essas ações do governo Lula. Em meio às discussões e debates sobre o processo de reaparelhamento das Forças Armadas, eclodiu uma crise político-militar causada pela presença militar no Morro da Providência.

Na noite de domingo, 15 de junho, os noticiários das TVs divulgaram que um incidente com o Exército no Morro da Providência levava moradores indignados à frente de quartéis, em protesto pela morte de três jovens moradores. Os rapazes tinham sido presos por uma patrulha do Exército na manhã do sábado, sob imediatos protestos dos moradores, o que levou o tenente Vinícius Ghidetti, do Primeiro Batalhão de Infantaria Mecanizada, a disparar um tiro para o ar. Ao encaminhar os presos ao oficial no comando, capitão Laerte Ferrari Alves, o tenente recebeu ordens de liberá-los, depois de passar por exame de corpo de delito. O capitão insistiu para que a liberação fosse feita de imediato. Em vez disso, o tenente resolveu conduzir os jovens em caminhão do Exército, a fim de entregá-los aos integrantes de uma quadrilha do Morro da Mineira, ciente de que se tratava de grupo rival do que dominava o Morro da

Providência. Os jovens foram severamente torturados e, em seguida, mortos a tiros. Seus corpos foram encontrados na manhã do domingo no Aterro Sanitário do Gramacho, em Duque de Caxias, município da Baixada Fluminense. Segundo o relatório publicado dois meses depois sobre aqueles acontecimentos, assinado pelos deputados Raul Jungmann, Jair Bolsonaro e Antonio Carlos Biscaia, “o estado dos corpos revelava uma história de violência insana” (MARTINS FILHO, 2010, p. 293-294).

Além do ocorrido e da desastrosa ação dos militares de entregarem os jovens para o grupo rival, o caso ganhou mais em tensão com os debates acerca da presença militar no Morro da Providência e o Exército agindo ou não desde o início da operação como força policial. Os debates continuaram e as investigações apontaram que além do que já fora exposto, havia um projeto de transformação de casas na região com vias a produzir um resultado eleitoral que favorecesse o candidato Marcelo Crivella.

Na audiência que realizou com parentes das vítimas e a presidente da Associação dos Moradores do Morro da Providência, a comissão ouviu denúncias de que o local escolhido para a reforma das casas, conhecido como Laje, faz frente para vias de trânsito movimentado, deixando claro o objetivo de apresentar as casas reformadas como vitrine, em benefício da candidatura do senador Crivella. Com efeito, chegou às mãos dos parlamentares um cartão postal com foto da situação das casas antes da reforma e desenho de sua aparência futura. O cartão era distribuído juntamente com o texto de propaganda do senador, no qual anunciava o começo das obras do projeto “Cimento Social”, afirmando: “Por determinação do Presidente Lula, o Ministério do Exército (sic), por razões históricas, vai realizar a obra no Morro da Providência” (MARTINS FILHO, 2010, p. 295-296).

Por fim, a última grande crise de insubordinação e de tensão entre militares e civis no Governo Lula se deu no contexto dos debates a respeito da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

Do lado da demarcação contínua, garantida pela Constituição, manifestaram-se o Conselho Indigenista de Roraima, a Igreja Católica, ONGs nacionais e internacionais, os setores nacionalistas da imprensa, a Advocacia Geral da União e o Ministério da Justiça – ao qual se subordinam a Polícia Federal, a recém-criada Força Nacional e a FUNAI. A favor da demarcação não contínua da reserva, o que garantiria a permanência se instalaram ilegalmente, ficaram os partidos de oposição ao governo federal, o Ministério da Defesa, o governo de Roraima, a grande imprensa, políticos de oposição ao governo e o deputado comunista Aldo Rebelo (PC do B) (MARTINS FILHO, 2010, p. 296).

A questão se desenvolveu a partir da possibilidade de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e dos conflitos que foram gerados entre fazendeiros da região, os povos nativos e os funcionários da Polícia Federal. O caso ganhou contornos de crise militar quando o General Heleno, Comandante da Amazônia proferiu um discurso no Clube Militar

A 16 de abril de 2008, por ocasião do seminário “Brasil, ameaças à sua soberania”, realizado no Clube Militar do Rio de Janeiro, o general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, oficial politicamente habilidoso e altamente prestigiado na própria Força, atacou frontalmente a política indigenista, considerando-a “completamente dissociada do processo histórico brasileiro”, “lamentável, para não dizer caótica”, sendo responsável pelo completo abandono dos índios a quem não

sobriria outra opção senão “gravitar” em torno dos pelotões do Exército. Na visão de Heleno, era inconcebível que brasileiros não-índios fossem proibidos de entrar em terra de índios, o que contrariaria a formação “miscigenada” da sociedade brasileira. Mas a afirmação mais grave do general foi a de que suas posições eram as do Estado-Maior do Exército, segundo ele “um órgão que serve ao Estado brasileiro e não serve ao governo (MARTINS FILHO, 2010, p. 297).

É digno de nota o termo conservador culturalista “miscigenada” aplicado à sociedade brasileira e que garante o direito, segundo Heleno, aos brancos de entrarem nos territórios dos povos nativos dado o processo supostamente democrático da sociedade brasileira. Essa é uma questão fundamental, na medida em que justifica as posições tomadas por ele de insubordinação e de tensão com o poder civil representado pelo Governo Lula. A chave de interpretação que Heleno mobilizou sinaliza para um processo de junção das questões político-militares e estratégicas do território da Serra do Sol com um elemento fundamental da cultura política brasileira que é a brasilidade cordial, que culmina na tese conservadora culturalista.

O conflito foi resolvido quase um ano depois quando o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa ao governo e obrigou os arroteiros a saírem do território. Sintomático do grau de interferência dos militares no processo foi a fala de um dos fazendeiros envolvidos no conflito: Paulo Cesar Quartiero desabafou: “Meu erro foi ter confiado na Justiça, foi ter confiado no Exército, que me disse ‘lute que nós apoiaremos’, mas não apoiaram” (MARTINS FILHO, 2010, p. 299).

A tese de João Roberto Martins Filho é a de que as tensões entre o governo e os militares não se caracterizaram nem pela realização das teses mais pessimistas, para quem as relações civis-militares não mudara nada na Nova República, mas também não realizaram as expectativas dos mais otimistas, que defenderam a adaptação dos militares à democracia. Da perspectiva adota aqui, os casos reforçam a autonomia e insubordinação dos militares e o prejuízo às relações civis democráticas.

A isso se deve acrescentar uma característica histórica da força terrestre, que parece querer abranger todo tipo de missão. Mais recentemente, esse traço se refletiu na confusão que se fez entre a ação no Haiti e operações de ordem interna. As sucessivas declarações de oficiais do Exército no sentido de que a participação do Brasil na Minustah pode ser útil a ações de garantia da lei e da ordem representa, nesse sentido, uma incompreensão do Exército uma relação à função da participação em missões externas, destinadas a possibilitar experiência internacional e fortalecer a imagem externa dos militares brasileiros, no quadro da orientação mais geral da política externa brasileira (MARTINS FILHO, 2010, p. 302)

A síntese do processo de tensão entre militares e civis no Governo Lula foi a questão da Raposa Serra do Sol e a insubordinação do General Heleno em relação ao governo.

Evidentemente, o general Heleno cruzou a linha da ilegalidade ao se manifestar sobre a questão e, principalmente, ao dizer que o Exército obedece ao Estado e não ao governo constitucionalmente eleito. O amplo apoio que angariou nas três forças aponta para a gravidade do problema. O ímpeto do Exército encontrou eco nos episódios de demagogia civil no mesmo episódio. Governador de estado, deputados e senadores, jornalistas e outros atores não apenas ignoraram a gravidade da transgressão disciplinar do general Heleno como procuraram tirar proveito da situação para criar dificuldades ao governo federal ou simplesmente tentar conseguir que o Executivo fechasse os olhos à ilegalidade da permanência de proprietários de terra com títulos de posse inexistentes em terras indígenas. O líder dos arroteiros de Roraima foi ao extremo de pretender que o Exército agisse como milícia em defesa de interesses privados (MARTINS FILHO, 2010, p. 302-303).

Esses casos de insubordinação só reforçam a leitura de que os militares tiveram diversas situações onde antes de serem admoestados pelo poder civil, esses preferiram compor com aqueles para evitar prolongar as situações de tensão e aumentar os custos da construção de uma relação civil-militar mais condizente com o regime democrático.

1.6. Acerto com o passado? Comissão Nacional da Verdade e as relações civil-militares no Brasil

Ainda na década de 1990, outro tema gerou muitas discussões nos meios civil e militar e tensionou o cenário político e institucional no Brasil. A ausência de discussão sobre os crimes e violências do período da ditadura, a não responsabilização por parte do Estado e dos indivíduos envolvidos e o próprio caráter negociado da anistia de 1979 eram desafios para a consolidação democrática no país, sobretudo para movimentos sociais e políticos de vítimas da ditadura. Por outro lado, associações, grupos e representantes das Forças Armadas temiam que qualquer iniciativa no sentido de revisitar o período da ditadura pudesse servir de pretexto para revanchismos e para a punição de militares e policiais que agiram no contexto ditatorial. No centro da discussão, estava o debate sobre a eventual revisão da Lei da Anistia e a própria batalha pela memória do período da ditadura.

Na batalha pela memória, a principal questão na Nova República foi o debate nos anos 2010 a 2014 sobre a criação, formatação, implementação e reconhecimento da Comissão Nacional da Verdade e de seu relatório. As Comissões da Verdade:

se espalharam pelo mundo a partir dos anos 1980 e 1990, acompanhando o que Huntington chamou de “terceira onda de democratização” (HUNTINGTON 1994). Em países de transição política recente, com frágeis e incertos arranjos de poder, elas se apresentaram como alternativa ao modelo disruptivo de tribunais judiciais. [...] Grosso modo, comissões da verdade foram ou são (i) corpos não jurídicos (ii) organizados nacionalmente (iii) durante períodos de transição política¹⁵ (iv) em torno dos princípios de escuta e autoridade moral de pessoas autoidentificadas e

¹⁵ O processo político brasileiro, nesse sentido é *sui generis*, dado que a Comissão da Verdade é efetivada mais de 20 após a transição para o governo civil, no Brasil com José Sarney.

reconhecidas vítimas cujos (v) testemunhos são recolhidos por figuras idealmente reputadas por sua moderação e capacidade de escuta e mediação de atores em lados opostos de sociedades divididas.[...] Nesse documento final, os inúmeros casos de vitimação individual são articulados em torno de uma narrativa que se pretende abrangente e consensual mesmo em contextos de profunda divisão social. Como consequência, (xix) busca-se garantir a não-repetição do passado e seus ciclos de violência. (HOLLANDA; ISRAEL, 2019, p. 3-4).

Entretanto, os embates entre civis e militares são anteriores. Desde a transição são conhecidos processos e tensões entre civis e militares pela responsabilização dos últimos nas mortes e desaparecimentos de civis. Em dezembro de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso sanciona a Lei 9.140 (BRASIL, 1995), que cria a Comissão de Desaparecidos e Mortos Políticos¹⁶, que passa a trabalhar junto às famílias de desaparecidos e mortos políticos emitindo certidões de óbito e processando reparações financeiras às vítimas e familiares das vítimas. Militares da reserva e defensores da ditadura manifestavam-se contra a comissão e seu trabalho de resgate da memória política do país¹⁷. Santos (2009) aborda o tema a partir das publicações e movimentações dos grupos de pressão de militares da reserva.

O governo eleito democraticamente [de FHC] possuía legitimidade para seguir adiante e o Congresso estava oxigenado pelos novos parlamentares que assumiram em 1995. Os manifestos dos grupos se tornam cada vez mais raros nas edições do *Ombro a Ombro* e do *Letras em Marcha* e de certa forma, o *fantasma* do golpe parecia estar longe. Porém uma série de acontecimentos protagonizados pelo governo instiga nova reação dos militares da reserva. A criação da Comissão de Desaparecidos Políticos e as novas informações sobre os casos de tortura, causaram espécie aos grupos. Em 1995, sob pressão do governo inglês, o Planalto retirou o adido militar na Inglaterra, coronel Armando Avólio Filho, acusado pelo grupo Tortura Nunca Mais de ter sido torturador no regime militar (SANTOS, 2009, p. 105-106).

Com a eleição de Lula da Silva, em 2003, houve uma série de pressões de movimentos sociais e políticos para que a anistia fosse revista e a temática da tortura e violência da ditadura fosse trazida à tona (OLIVEIRA, 2013). A primeira proposta da Comissão apareceu no Plano Nacional de Direitos Humanos-3, propondo, entre outras coisas: o esclarecimento público das

¹⁶ Em 2019 o presidente Jair Bolsonaro promoveu a mudança de membros da Comissão no contexto de falas do presidente negando que Fernando Santa Cruz, pai do atual presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Felipe Santa Cruz, tivesse sido morto pelo Estado brasileiro como atestava documento emitido pela comissão. A própria retórica midiática e alteração na composição da comissão sugerem um processo de diminuição de importância da mesma e a retomada do discurso oficial do período da ditadura e sobretudo da Anistia de que tais fatos são “página virada”. (SORANO & NERI, 2019).

¹⁷ O então deputado Jair Bolsonaro foi criticado por afixar um cartaz com os dizeres: “quem gosta de osso é cachorro” na porta de seu gabinete no Congresso, em protesto contra os trabalhos da Comissão de Mortos e Desaparecidos no Araguaia. (XAVIER, 2009).

violações de Direitos Humanos por agentes de Estado na repressão aos opositores¹⁸, a supressão da Lei da Anistia, o acesso a documentos produzidos pelo regime militar e o incentivo à temática de direitos humanos em escolas de formação inicial e continuada das Forças Armadas.

Durante a discussão da proposta e das investigações efetuadas pela CNV, os militares da reserva e da ativa mantiveram-se organizados e manifestando críticas à iniciativa. O então deputado federal Jair Bolsonaro, notório defensor dos militares e da ditadura, afirmou

O governo não quis discutir a fundo o projeto na Câmara por muitos motivos, entre os quais a sua inconstitucionalidade, principalmente pelo revanchismo explícito de setores que não aceitam a Lei da Anistia, já reconhecida até no STF. Por isso, o texto foi aprovado sem debates.[...] Preocupado em blindar autoridades que compõem o atual governo, o projeto ainda limita as apurações a crimes de tortura, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, não prevendo os praticados pela esquerda, como sequestros, justiçamentos (muito utilizados no Araguaia), latrocínios, carro-bomba e obtenção de recursos de países cujos regimes ditatoriais persistem até hoje.[...] O projeto joga os militares no covil das hienas, reabrindo feridas e atingindo diretamente a hierarquia e a disciplina castrense na medida em que os comandantes militares, com o silêncio que lhes é imposto, permitem que um ex-guerrilheiro, assessor especial do ministro da Defesa, fale por eles. (BOLSONARO, 2011)

Coimbra (2017) questiona os recuos na proposta da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que foi aprovada pelo Congresso e sancionada pela Presidência através da Lei nº 12.528, de 18 de Novembro de 2011, sobretudo, o fato da CNV não possuir caráter punitivo, mas apenas de direito à verdade. A finalidade seria “examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas no período”, a fim de “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011). A Comissão Nacional da Verdade foi aprovada e o relatório final foi entregue à Presidência da República em 2014¹⁹. Não sem resistências do setor militar e críticas à ineficácia em setores da sociedade e movimentos sociais. O ponto é que a CNV e os debates por ela suscitados demonstram a dificuldade que a sociedade brasileira, em especial os setores castrenses, tem em lidar com o passado autoritário brasileiro e respeitar os direcionamentos dados pelos civis eleitos em pleitos democráticos e competitivos.

¹⁸ Oliveira (2013) discute a questão das propostas de revisão do passado da ditadura e critica a perspectiva “unilateral” segundo a qual a comissão da verdade deveria focar apenas nos casos de violências cometidos por agentes estatais. Embora crítico dos abusos e violações de direitos humanos na ditadura, nesse ponto a leitura de Oliveira se aproxima da dos militares que defendem o estudo e publicização dos crimes “dos dois lados”.

¹⁹ Embora seja fundamental para a compreensão das relações entre civis e militares no Brasil, dado o espaço reduzido, não será possível promover uma apreciação sobre o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Todo o conteúdo encontra-se disponível em http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571. Acessado em 09/04/2020.

1.7. FORÇAS ARMADAS E SUA ATUAÇÃO INTERNA E EXTERNA: DAS MISSÕES DE PAZ ÀS OPERAÇÕES DE GLO.

Até o momento, no presente trabalho, discutiu-se a relação entre Forças Armadas brasileiras e poder político no Brasil na Nova República, seus percursos e controle civil através da criação do Ministério da Defesa e demais documentos analisados. A partir deste momento, serão discutidas duas formas de atuação da instituição que contribuíram para sua imagem positiva na Nova República — a presença militar na missão de paz no Haiti entre 2004 e 2017 — a Missão das Nações Unidas para estabilização do Haiti MINUSTAH — e a atuação nas operações de garantia de lei e da ordem — GLO, desde 1992.

As operações de manutenção da paz, ou simplesmente conhecidas como missões de paz, têm por objetivo manter a paz e segurança internacionais de uma maneira mais efetiva. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), elas se regem por três princípios básicos: consentimento das partes, imparcialidade e o não uso da força, exceto em legítima defesa e em defesa do próprio mandato. Apesar de a primeira missão de paz ter ocorrido em 1948, na Índia e no Paquistão, o Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DKPO), que efetiva as missões, somente foi criado em 1992. De acordo com a ONU, o objetivo das atuais missões de paz não é somente manter a paz e a segurança, mas também:

Facilitar processos políticos, proteger civis, ajudar no desarmamento, na desmobilização e a reintegração de ex-combatentes, apoiar a organização de processos eleitorais, proteger e promover os direitos humanos e ajudar a restabelecer o Estado de direito. (ONU, 2018, tradução nossa²⁰)

Com o fim da Guerra Fria em 1989 e a redefinição de atores internacionais, a ONU tornou-se mais ativa nos processos políticos decisórios em diversos países e passou a intervir de fato nas situações de conflito, em missões multidimensionais, e não mais tradicionais²¹.

O Brasil contribui com as missões de paz lideradas pela ONU não somente no contexto pós-Guerra Fria, mas desde 1947, quando observadores militares foram levados aos Bálcãs. Há interesse brasileiro de colaboração com a ONU em vários aspectos, como ajudar a solucionar

²⁰ Texto original: Los objetivos de las actuales operaciones multidimensionales de mantenimiento de la paz son, no solo mantener la paz y la seguridad, sino también facilitar procesos políticos, proteger a civiles, ayudar en el desarme, la desmovilización y la reintegración de ex combatientes; apoyar la organización de procesos electorales, proteger y promover los derechos humanos y ayudar a restablecer el estado de derecho.

²¹ A diferença entre missões tradicionais (durante a Guerra Fria) e multidimensionais (atuais) é que as últimas possuem características diversas, como remoção de minas, auxílio à população local, ajuda nas eleições e manutenção da segurança do local. As tradicionais se limitavam a reportar à ONU se os direitos humanos estavam sendo desrespeitados.

conflitos; manter o cessar-fogo; confirmar se os acordos de paz estão sendo mantidos; trabalhar na remoção de minas, entre outras funções. Portanto, a intervenção brasileira está de acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas — que trata de ações relativas a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão —, no qual o emprego das Forças Armadas torna-se o último recurso necessário para a manutenção da paz.

De todas as missões de paz de que o Brasil participou, destaca-se inegavelmente a Missão de Paz para estabilização do Haiti — a MINUSTAH (2004-2017). Na verdade, a presença da ONU no Haiti se deu a partir de 1993: a Missão das Nações Unidas no Haiti UNMIH (setembro de 1993 a junho de 1996), a UNSMIH (julho de 1996 a julho de 1997), a UNTMIH (agosto a novembro de 1997), a MIPONUH (dezembro de 1997 a março de 2000) até a MINUSTAH. O Haiti vem sofrendo intervenções e sanções internacionais de longa data e continua sendo o país mais pobre das Américas.

Em relação à presença brasileira na MINUSTAH, ela foi expressiva do início ao fim. Tal presença era percebida através de sua liderança militar e de tropas brasileiras, que eram treinadas a partir do Centro Conjunto de Operações de Paz no Brasil — CCOPAB, criado, em 2005, com o objetivo específico de treinar as tropas de forma padronizada à ONU, conforme recomendação do próprio órgão.

A presença brasileira no Haiti contribuiu para o resgate da imagem do Exército brasileiro, principalmente, após o terremoto de janeiro de 2010 (TARDIN, 2015) e tornou-se, segundo Gratius (2007):

a proa da nau brasileira que se dirige a um novo papel de pacificação na região (...) O compromisso do Brasil com a Minustah permite vincular o Haiti à agenda latino-americana e concebê-lo, por vez primeira, como parte da geografia e identidade cultural da região. Ademais, servirá de plataforma à intensificação de laços bilaterais entre Brasil e Haiti, e à promoção da cultura brasileira no Caribe. (GRATIUS, 2007, p. 19-20).

Para além do resgate da imagem brasileira e seu protagonismo regional, a MINUSTAH permitiu ao Brasil exportar sua “diplomacia solidária”, definida por Seitenfus como:

a concepção e a aplicação de uma ação coletiva internacional, sob os auspícios do Conselho de Segurança, feita por terceiros Estados intervenientes num conflito interno ou internacional, desprovidos de motivações decorrentes de seu interesse nacional e movidos unicamente por um dever de consciência ou por interesses difusos (2007, p. 12).

De acordo com a Constituição de 1988, as relações internacionais do Brasil regem-se, dentre outros princípios, pela autodeterminação dos povos, não-intervenção e a cooperação

entre os povos para o progresso da humanidade. O que se pôde perceber a partir da atuação brasileira na MINUSTAH foi o princípio da não-indiferença, no sentido de uma maior responsabilidade para com todos os países do globo.

Partindo dessa lógica, o Brasil visou, através de seu protagonismo na missão, projetar-se internacionalmente, sendo necessário analisar a MINUSTAH de forma multidimensional: foi interessante ao Brasil colaborar com suas tropas pelos ganhos estratégicos (possibilidade de assento permanente no Conselho de Segurança), ideológicos (o fato da política externa brasileira de então estar de acordo com uma missão organizada e aprovada pela ONU), políticos (liderança regional na América Latina e projeção internacional para o Brasil) e militares (maiores discussões a respeito do emprego das Forças Armadas e o resgate de sua imagem). Por isso, mais uma vez reafirma-se a importância da MINUSTAH para a instituição nas primeiras décadas do século XXI no que se refere ao resgate de sua imagem: primeiramente, a missão não tem nenhuma relação com a ditadura militar ou o passado autoritário brasileiro, o que a torna um evento livre de ressentimentos e, ao mesmo tempo, inédito; em segundo lugar, foi uma missão voltada para a manutenção da paz, de caráter humanitário.

As consequências para a instituição militar, principalmente, para o Exército brasileiro foram visíveis: os principais comandantes militares da MINUSTAH assumiriam importantes cargos nos governos civis posteriores, seja comandando as operações de garantia de lei e da ordem (GLO), seja assumindo cargos de ministério no governo de Jair Bolsonaro a partir de 2019, conforme será discutido posteriormente.

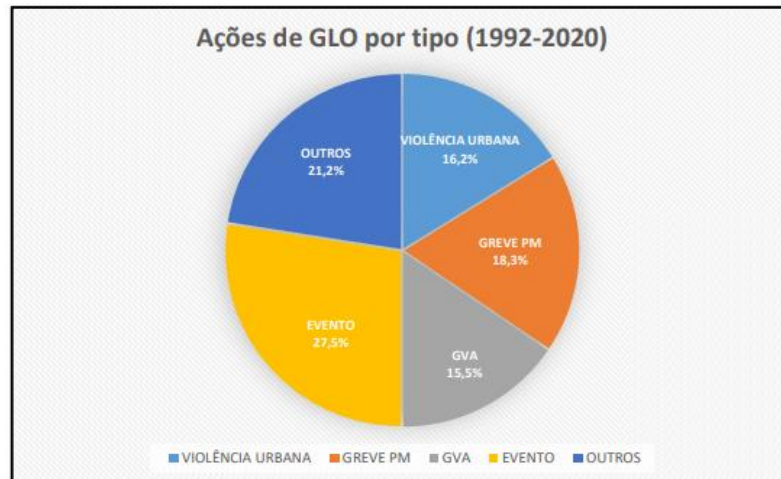
As operações de garantia de lei e da ordem, ou GLO foram formalizadas a partir do artigo 142 da Constituição Federal de 1988:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

A partir dessa possibilidade no referido artigo, a de que as Forças Armadas poderiam atuar em operações da lei e da ordem, outras leis complementares trouxeram novas perspectivas para o uso das Forças Armadas na Segurança Pública: a Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar no 117 de 2004, pela Lei Complementar no 136 de 2010 e do Decreto no 3.897 de 24 de agosto de 2001. Desde 1992, foram executadas 142 operações de GLO, que partem da ordem exclusiva do presidente da República, tendo como marco inicial a ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e

desenvolvimento que teve o Brasil como anfitrião. De acordo com os dados do Ministério da Defesa do Brasil, assim são distribuídas os tipos de operações:

Figura 5: Ações de GLO por tipo (1992-2020)



Fonte: BRASIL, 2020.

Como se pode observar pelo gráfico abaixo, as operações de GLO configuram-se sobretudo em casos em que a ordem pública está sendo ou poderá ser ameaçada, seja pelo caso expresso de violência urbana ou pela garantia da votação e apuração (GVA). Neste ponto, as Forças Armadas, obedecendo a uma ordem expressa da Presidência, agem como força policial, mas em casos excepcionais, ainda que 142 operações não podem ser consideradas exceções em um período de 28 anos, pois dá uma média de cinco missões por ano.

Se a MINUSTAH, conforme dito acima, contribuiu para o resgate da imagem dos militares no contexto contemporâneo, por se afastar da memória da ditadura e pelo fato da missão ter sido uma missão de paz empreendida pela ONU, também se pode fazer uma correlação entre as operações de GLO como fator de resgate da imagem das Forças Armadas, especificamente, o Exército brasileiro, principalmente, após 2010, ano marco do terremoto que devastou o Haiti. Como marco daquele ano no Brasil, temos a operação que ocorreu no Complexo do Alemão em novembro de 2010. Na ocasião, a pedido do Governador do Rio de Janeiro, o Ministro de Defesa Nelson Jobim autorizou, com o aval do presidente Lula, o envio de 800 militares e de blindados e aeronaves da Força Aérea, por meio da diretriz ministerial nº 14/2010. As ações das Forças Armadas, especificamente, do Exército, tiveram características típicas de segurança pública, como apreensão de drogas e dinheiro ilegais, confronto direto com os traficantes ainda presentes na Vila Cruzeiro e posteriormente no Complexo do Alemão, além da proteção aos acessos das favelas. Na época, houve aceitação tanto da mídia, quanto da população frente à ação do Exército no Alemão. Uma pesquisa realizada pelo IBOPE também demonstrou confiabilidade nas Forças Armadas na guerra contra o tráfico: 93% dos

entrevistados eram favoráveis à participação das Forças Armadas nas operações. A reportagem “A tropa ‘gente boa’ do Haiti” do jornal “Extra de 30 de novembro de 2010 destaca:

A operação no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro e os desafios que o poder público tem pela frente aproximam o Rio do Haiti, onde militares brasileiros também participaram da ocupação de favelas antes controladas por bandidos (...) as boas relações dos soldados do Exército com as comunidades no Haiti levaram os moradores a chamá-los de “*bom bagay*” (gente boa). (VASCONCELLOS, 2010).

Esta operação relaciona-se com a participação brasileira na MINUSTAH e é uma demonstração de como a imagem das Forças Armadas foi resgatada tanto a nível externo quanto a interno. As consequências também foram percebidas pelas posições políticas de destaque de militares brasileiros que lideraram missões tanto no Haiti quanto na atuação da Segurança Pública em operações de GLO. Alguns desses líderes, passaram a ter posição de destaque no governo do presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018, inclusive liderando ministérios estratégicos, o que será analisado a seguir.

1.8. O “NOVO” PROTAGONISMO MILITAR NA NOVA REPÚBLICA²²

Pelo exposto até aqui, a utilização do termo “novo”, em referência ao protagonismo militar, é discutível, mas se ainda há dúvida quanto a isso antes de 2018, a partir desse momento tornou-se clara a participação dos militares no jogo político. Não apenas após na eleição, mas mesmo antes pode-se perceber a influência dos militares. Como apresentado anteriormente, os militares, sobretudo do Exército, já faziam parte do cotidiano político nacional há muito tempo, mas a mensagem enviada no *twitter* pelo general Villas-Boas, então Comandante do Exército, repercutiu nacionalmente e foi lida, na véspera do julgamento no STF que poderia favorecer o ex-presidente Lula, como uma tentativa de tutelar o jogo político e as instituições políticas do país.

Nessa situação que vive o Brasil, resta perguntar às instituições e ao povo quem realmente está pensando no bem do País e das gerações futuras e quem está preocupado apenas com interesses pessoais? Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais²³ (VILLAS-BOAS, 2018)

²² Serão destacados aqui três momentos chave desse protagonismo: a mensagem do general Villas-Boas quando do julgamento do recurso do ex-presidente Lula, o contexto das eleições e o primeiro ano do governo Bolsonaro. Não será possível, por uma questão de tempo e mesmo de distanciamento histórico, uma análise mais apurada do governo Bolsonaro.

²³ Disponível em https://twitter.com/Gen_VillasBoas/status/981315174660485122 Acessado em 14/06/2020

Naquele contexto, Villas-Boas manifestava de modo indireto a indignação com a possibilidade de libertação do ex-presidente Lula e demonstrava o grau de politização das Forças Armadas brasileiras, da reserva e da ativa, no contexto. O próprio general Villas-Boas reconheceu isso:

Eu reconheço que houve um episódio em que nós estivemos realmente no limite, que foi aquele tuíte da véspera da votação no Supremo da questão do Lula. Ali, nós conscientemente trabalhamos sabendo que estávamos no limite. Mas sentimos que a coisa poderia fugir ao nosso controle se eu não me expressasse. Porque outras pessoas, militares da reserva e civis identificados conosco, estavam se pronunciando de maneira mais enfática. (VILLAS-BOAS, 2018)

Não foi a primeira vez que um militar da ativa havia manifestado claramente uma mensagem ameaçando as instituições políticas nacionais. Um ano antes, o então general Hamilton Mourão, ainda na ativa, em uma palestra manifestou posição ameaçando uma ação militar na política. Perguntado sobre a crise política durante o governo de Michel Temer, argumentou

'Pô, por que que não vamos derrubar esse troço todo?' Na minha visão, aí a minha visão que coincide com os meus companheiros do Alto Comando do Exército, nós estamos numa situação daquilo que poderíamos [chamar de] 'aproximações sucessivas'. Até chegar o momento em que ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do Judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos que impor isso. (MOURÃO, 2017)²⁴

No contexto das eleições a fala de um dos *force commanders* da MINUSTAH chamou a atenção. O general Ajax Porto Pinheiro, o último comandante da operação de paz no Haiti, fez um vídeo, disponível em vários canais reacionários no youtube, analisando todo o cenário eleitoral de 2018²⁵. Segundo ele,

São duas ideologias distintas que vão entrar em choque. Por isso é diferente. [...] Agora, eles voltam numa situação diferente, e tenho certeza de que eles voltam com sede de vingança. Se eleitos, nós do Exército seremos as principais vítimas [...] não tenham dúvida, se voltarem ao poder eles tentarão fazer o que sua ideologia fez em outros países como a Venezuela. O comunista [...] é o irmão siamês do fascista” O comunista é especialista em acusar o seu adversário do que ele é. Ele chama o adversário de fascista, quando o fascista é ele. Mentiroso, quando mentiroso é ele. Isso é uma técnica comunista usada há muitos anos. Ele não diz que é comunista, ele diz que é socialista. E o socialista é um comunista envergonhado. E o comunista é irmão siamês do fascista. (PINHEIRO, 2018)

O general, que após a eleição assumiu o cargo de assessor especial do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal, reproduz uma narrativa muito semelhante à que grupos

²⁴ O trecho, na íntegra, da palestra do general Mourão na loja maçônica está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VJMAtzT9nHM> Acessado em 14/06/2020

²⁵ Para uma análise mais completa sobre o vídeo cf. MARTINS, FILHO, João Roberto. O que pensam os militares. Disponível em <https://boletimluanova.org/2020/05/20/o-que-pensam-os-militares/> Acessado em 14/06/2020

reacionários religiosos produzem acerca da doutrina do “marxismo cultural” que vigoraria no país e que ameaçaria os pilares da “civilização ocidental”. E contra esse inimigo interno, mas com ligações internacionais, seria necessário um grau de militância muito intenso. Pode-se perceber que a politização nas Forças Armadas no período eleitoral era muito grande, até porque vários militares se elegeram deputados e senadores no pleito de 2018²⁶ com pautas conservadoras, reacionárias e alinhadas com o governo de Jair Bolsonaro.

O governo de Jair Bolsonaro é o último ponto a ser explorado aqui sobre a relação entre Forças Armadas (FFAA) e política na Nova República. Durante seu governo, segundo o Tribunal de Contas da União, mais de 6.000 militares, da ativa e da reserva e das três Forças Armadas trabalham em cargos de primeiro, segundo ou terceiro escalão (KAFRUNI, 2020). Na verdade, a prática da militarização da política no Brasil não é nova no Brasil. Retomando a análise da transição do regime autoritário para o período democrático, de acordo com Suzeley Kalil Mathias

Num primeiro momento, trabalhamos com a ideia de que a ocupação dos cargos civis por militares representaria a *militarização* do governo e, conseqüentemente, do Estado no Brasil. A partir da análise dos diversos dados, concentrados principalmente nas duas áreas escolhidas para o estudo (Educação e Comunicações), notamos que a *militarização* é algo muito maior e mais duradouro do que a simples ocupação de cargos, embora este seja um de seus mecanismos. [...] o termo *militarização* se desdobra em nossa análise: ele passa e simples ocupação de cargos por membros fardados a um conjunto de atitudes do governo que refletem uma visão de mundo que tem por base a organização castrense. Em termos provisórios, sugerimos três significados para militarização: 1. Militarização diz respeito à participação física ou à ocupação de cargos da administração pública civil por militares; 2. Militarização pode ser ainda a realização, por meio das políticas governamentais, das doutrinas defendidas ou formuladas pelos militares; e 3. A impressão ou transferência de valores castrenses para administração pública também é entendida como militarização. Em outras palavras, o ethos político (o que vigora na polis) é equivalente ao ethos militar. (MATHIAS 2004, p. 25-26).

Em sua pesquisa de doutorado, posteriormente transformada em livro, Mathias (2004) demonstra como os militares construíram – não sem apoio, anuência ou leniência de setores do poder civil – toda uma rede que funcionava para mantê-los no poder e manter seus objetivos atendidos.

[...] a hipótese mais forte, principalmente quando avaliamos esses dados em conjunto com os discursos dos presidentes, não é a segurança como expressão do desenvolvimento, mas a segurança necessária à permanência no governo, a busca da estabilidade política, e, portanto, de adesão da sociedade ao projeto de país desejado pelos militares (MATHIAS, 2004, p. 118).

²⁶ Disponível em <https://exame.com/brasil/22-militares-foram-eleitos-para-o-legislativo-como-eles-atuarao/>
Acessado m 14/06/2020

Por fim, Suzeley Mathias (2004) ainda demonstra que em alguns projetos educacionais promovidos pelo governo brasileiro, os militares ainda exerceram influência. De acordo com ela, esse processo de militarização foi mais no sentido de imprimir tendências condizentes com as defendidas pela caserna nas políticas governamentais do que um processo de militarização quantitativo.

Além do presidente e do vice, militares de formação, o governo ainda contou com o general Augusto Heleno (ex-MINUSTAH) como ministro do Gabinete de Segurança Institucional; o general Walter Souza Braga Netto como ministro da Casa Civil; o almirante Bento Albuquerque no Ministério de Minas e Energia; o general Carlos Alberto dos Santos Cruz — ex-MINUSTAH, demitido em junho de 2019, tendo sido substituído pelo general Luiz Eduardo Ramos, ex-MINUSTAH, no Ministério da Secretaria de Governo; o tenente-coronel da Aeronáutica Marcos Pontes²⁷ como ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; o capitão do Exército Tarcísio Gomes de Freitas à frente do Ministério de Infraestrutura; o capitão do Exército Wagner Rosário como ministro da Controladoria-Geral da União; o general Eduardo Villas-Bôas como assessor Especial do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); o general Otávio do Rêgo Barros como porta-voz; o general Fernando Azevedo Silva como ministro da Defesa²⁸ e o general Eduardo Pazzuelo como ministro da Saúde no contexto da pandemia de COVID-19.

Entre as questões que envolveram os militares no governo Bolsonaro, destacam-se as comemorações ao golpe militar de 1964 que geraram muitas críticas na mídia, as disputas e tensões entre a ala “olavista” — reacionária religiosa — e setores das FFAA (o momento de maior tensão se deu quando da demissão do general Santos Cruz, em junho de 2019), as medidas de expansão do limite de munição e armamento permitido a civis. Isso gerou muito ruído e críticas, mas os principais pontos da participação dos militares no governo foram as questões orçamentária e da reforma da seguridade social dos militares e as sucessivas ameaças feitas pelo presidente de ruptura institucional e democrática.

Os militares aumentaram sua participação no orçamento federal e foram excluídos de cortes salariais e de aposentadorias como outros setores do poder público quando da Reforma da Previdência (GIELOW; PATO, 2020) Essa é uma das questões levantadas para justificar ao apoio militar ao governo, mesmo com as críticas. Outro ponto é a possibilidade de retorno ao

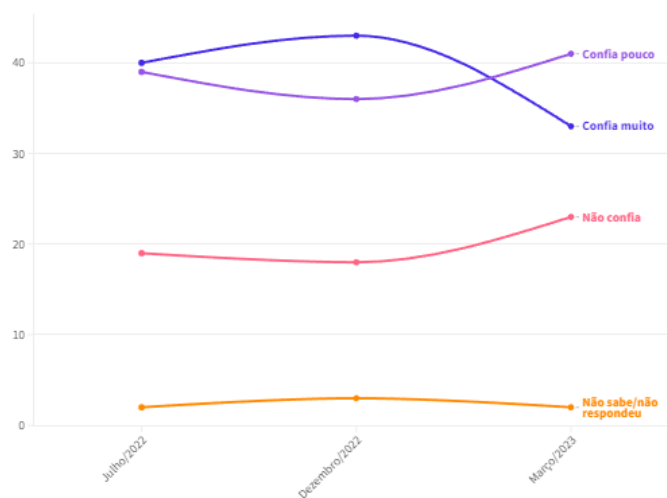
²⁷ O ministério perdeu o setor de Telecomunicações que voltou a ter um ministério próprio.

²⁸ Nota da edição: em 30/03/21, os então comandantes militares Edson Leal Pujol (Exército), Ilques Barbosa (Marinha) e Antônio Carlos Bermudez (Aeronáutica) colocaram seus cargos à disposição diante do anúncio da demissão do ministro Fernando Azevedo Silva, que foi substituído pelo general Braga Netto, o qual, por sua vez, deu lugar ao senador Ciro Nogueira, do Progressistas, antigo Partido Progressista (GIELOW et al, 2021).

poder perdido após o fim da ditadura. Seja pelo lado econômico, seja pelo aspecto político de projeção institucional e de capacidade decisória, os militares — no governo, principalmente, mas também os da ativa e da reserva — agiram como instrumento político e influenciaram o jogo político nacional.

Do ponto de vista institucional, a situação pode garantir orçamento maior, projeção e a implementação de uma série de projetos importantes para as FFAA, mas também resultados negativos no que diz respeito á imagem das Forças Armadas.

Figura 6: Confiança nas Forças Armadas



Fonte: Genial/Quaest, 2023.

Ainda que se busque diferenciar as FFAA dos militares que trabalharam no governo, na prática, com quase 3.000 militares com cargos comissionados e o núcleo do Palácio do Planalto todo militarizado, é muito difícil produzir uma diferenciação efetiva. A presença e a participação dos militares no governo Bolsonaro, sobretudo no contexto da Pandemia de COVID-19 e nos distúrbios após o resultado das eleições para Presidente da República em 2022 deixaram um resultado negativo na imagem delas. Esse dado está longe de ser definitivo, mas é um indicativo do grau de deterioração das Relações Civis-Militares no período contemporâneo.

CONCLUSÃO

A partir do que foi exposto, apresentam-se algumas conclusões parciais sobre o tema proposto. Primeiramente, fica evidente que a presença de militares na política, de modo direto

ou indireto, não é tão incomum na história brasileira, e, sobretudo na Nova República, a compreensão desse processo passa pela análise da transição do regime ditatorial findado em 1985. É importante que se considere o papel teórico e prático dos militares no arranjo institucional e político brasileiro caso se pretenda uma compreensão melhor dos dilemas políticos enfrentados e também as possibilidades de construção e reconstrução das instituições políticas nacionais.

O processo de profissionalização das Forças Armadas — iniciado no pós-ditadura, com o fim do SNI, a publicação da Política de Defesa Nacional e a criação do Ministério da Defesa — foi importante e produziu algum resultado, mas não foi enfrentado de modo mais incisivo, o que deixou marcas. Os militares permaneceram com “ilhas de autonomia” dentro da estrutura burocrática em que ainda reproduziram visões, tradições e práticas contrárias àquelas demandadas no processo de estabelecimento de um controle civil objetivo sobre o braço armado estatal. Todo o debate sobre a Comissão dos Desaparecidos Políticos e a posterior Comissão Nacional da Verdade, o Ensino Militar nas Academias Militares e de Oficiais e a própria fragilização do Ministério da Defesa e do governo civil, em momentos de crise, apontam para um processo inacabado e que permitiu que houvesse uma articulação de grupos civis e militares reacionários que mantiveram determinadas visões inalteradas.

O governo Jair Bolsonaro pode ser entendido como um governo militar tanto do ponto de vista ideológico, quanto prático, já que o governo reproduzia uma narrativa muito alinhada à dos militares — por exemplo sobre os eventos ocorridos entre 1964 e 1985. O mesmo se pode dizer a partir da utilização de diversos militares em todos os níveis do governo, sobretudo no primeiro escalão. Esse processo de militarização rendeu frutos, como já o fez, mas também trouxe muitos prejuízos à imagem dos militares.

Se a MINUSTAH serviu como oportunidade de deixar para trás as manchas negativas no passado militar e o Brasil adquiriu no plano internacional uma projeção de país comprometido com valores humanos e com o desenvolvimento social dos mais necessitados, a expertise político-militar adquirida lá foi posta em prática no país tanto em ações de GLO, quanto na segurança pública — sendo a intervenção federal no Rio de Janeiro a ação mais simbólica. Nesse sentido, a *cultura política* intervencionista e salvacionista foi reativada, apresentando as Forças Armadas e o processo de militarização como a solução para os problemas sociais e de violência que o país enfrenta.

2. O intervencionismo militar no Pensamento Político e Social Brasileiro: positivismo, autoritarismo e culturalismo conservador²⁹

2.1. Introdução

O interesse no tema das Forças Armadas e em sua participação na política brasileira aumentou desde a chegada de Jair Bolsonaro ao poder. O presidente, eleito em 2018, antes da vida congressual, fora militar do Exército Brasileiro (EB) e alcançara o posto de capitão em sua passagem para a inatividade.

No governo Bolsonaro, houve um acréscimo no número de militares da ativa e da reserva ocupando cargos comissionados e de confiança. Sendo assim, muitos analistas têm se preocupado com os significados dessa presença e os impactos políticos, sociais, institucionais, culturais e eleitorais que dela derivam (AMORIM NETO; ACÁCIO, 2020).

Na literatura que discute o papel dos militares na política brasileira, Costa (2008) adotou um critério diferente para examinar os fundamentos das intervenções militares: a “nacionalização” da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Ao considerar as análises externas, o autor identifica uma tradição surgida no pensamento político e social no país, ligada ao patrimonialismo estatal. Ela teria contribuído para a legitimação das intervenções militares e para o delineamento da DSN: o positivismo, o autoritarismo e a ingerência militar na República.

Em concordância com essa perspectiva de nacionalização dos fundamentos teóricos e ideológicos das intervenções, Castro (1995) interpretou a Proclamação da República de 1889 baseado na participação da “mocidade militar”, influenciada pelos ideais positivistas. Em sentido complementar, embora focando em outro recorte e outros autores, Suano (2002) e Rodrigues (2018) analisaram a relação entre o pensamento militar – sobretudo do alto oficialato – entre os anos 1930 e 1960 e as reflexões dos autores da corrente conhecida como autoritária, tais como Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral.

Suano (2002), Costa (2008) e Rodrigues (2018) contribuem para o entendimento do pensamento político brasileiro sobre os militares no século XX. Da mesma maneira, colaboram para que se percebam as permanências e as mudanças entre determinados destaques, temas, conceitos e problemáticas nessa concepção e um fluxo entre o pensamento civil e militar.

²⁹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 32, intitulado *Pensamento Social no Brasil*, no 44º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, ocorrido entre 1º e 11 de dezembro de 2020. Posteriormente foi publicado na revista *Insight Inteligência*, na edição 97. Disponível em <https://inteligencia.insightnet.com.br/o-intervencionismo-militar-no-pensamento-politico-e-social-brasileiro-positivismo-autoritarismo-e-culturalismo-conservador/>. Acessado em 12/12/2023.

Todavia, dado o foco político desses trabalhos, acredita-se que elementos relevantes foram pouco explorados, sobretudo a dimensão social da leitura e interpretação conservadora que esses grupos civis e militares fizeram do Brasil.

Em face desse cenário, o objetivo deste texto é apresentar três matrizes do pensamento social e político brasileiro que fundamentaram o intervencionismo militar no país: o *positivismo* político e filosófico, o *autoritarismo* das décadas de 1920-40 e o pensamento *conservador culturalista*, cujo expoente é Gilberto Freyre. Embora com características próprias e eventualmente até contraditórias, importa a compreensão de que elas contribuíram – ainda que de diferentes formas – para a consolidação de uma imagem ou função dos militares, em especial do Exército, como atores legítimos de intervir no jogo político no Brasil.

Este texto não se propõe a analisar a totalidade do pensamento políticos expresso por militares. Busca-se uma análise que transita entre o pensamento político e social de grupos civis e militares, e cujo ponto de maior de contato é a legitimação das intervenções das Forças Armadas na política e sociedade brasileiras.

Para tanto, elaborou-se uma revisão bibliográfica de trabalhos enquadrados nas três matrizes apontadas, recorrendo-se a fontes primárias e secundárias de militares e civis que corroboram os argumentos apresentados. Por fim, apresentaram-se alguns trechos de pronunciamentos, discursos ou entrevistas de militares que permitiam perceber a presença de ecos dessas matrizes intervencionistas nos dias atuais, sobretudo no governo Bolsonaro.

2.2. O positivismo nas Forças Armadas: ordem, progresso e ciência

O positivismo é uma filosofia fruto das reflexões iluministas do século XVIII e do racionalismo do século XIX. De acordo com Alonso (1996), o positivismo nasceu como uma atitude epistemológica que tinha como características a realidade, a utilidade, a certeza e a precisão do conhecimento. Como filosofia científicista que era, o positivismo comteano defendia a possibilidade de descoberta e compreensão rigorosa da realidade, dos fatos e das experiências e primava por uma busca de leis do funcionamento das sociedades. Nesse quadro, seriam três os estágios do desenvolvimento humano e social: o teológico, o metafísico e o positivo. Esses três estágios apontam para as possibilidades de apreensão da realidade pelo método e pela reflexão analítico-científica.

Ao mesmo tempo, o positivismo constituiu-se como uma filosofia política. Para Comte, “os graus de desenvolvimento da natureza humana, da organização social e do conhecimento estão normalmente relacionados, de modo que uma transformação em um deles implica a modificação dos demais” (ALONSO, 1996, p. 110).

A partir da segunda metade do século XIX, Comte propôs mudanças em sua interpretação. Além do conhecimento racional, o estudioso compreendeu que seria necessário um processo de socialização que teria na hierarquia e na autocracia as bases de sua sociedade. A democracia, portanto, passa a ser vista como uma ilusão metafísica condenada ao desaparecimento, visto que o futuro da humanidade residiria na ditadura positivista comandada por uma classe de sábios (ALONSO, 1996). Em consonância com a argumentação de Alonso (1996), o ponto-chave dessa percepção é a tentativa de síntese dos princípios do movimento positivista brasileiro.

O primeiro ponto da tentativa de síntese é o cientificismo, ou seja, a crença na ciência como alavanca do progresso e da civilização. Nesse sentido, pode-se falar em aproximação entre as propostas positivistas e a modernização social, ainda que ordeira. Em segundo lugar, a missão social – uma tendência à valorização do bem coletivo em detrimento dos princípios individuais. O terceiro ponto, recorrente nas diversas tendências positivistas no Brasil, é a valorização nacionalista contra os bacharéis e literatos. Por fim, destaca-se a união em torno do republicanismo, uma vez que as correntes positivistas, em maior ou menor grau, questionavam o sistema imperial e os setores da elite política.

Benjamin Constant (1836-1891), professor de matemática e engenheiro militar formado pela Escola Militar de Engenharia, foi um dos principais divulgadores do pensamento positivista no Brasil e o principal interlocutor dessa corrente dentro do Exército Brasileiro na segunda metade do século XIX. Nas escolas militares, sobretudo na Escola Militar da Praia Vermelha, constitui-se nesse período um conjunto de estudos mais filosóficos e teóricos que militares, baseados nos princípios do cientificismo e do racionalismo, na busca pelo desenvolvimento por meio do mérito próprio e pela valorização do conhecimento.

Conforme Alonso (1996), a vertente desenvolvida por Constant era um positivismo de corporação, fundamental para a articulação do golpe de 15 de novembro de 1889 e a consolidação da República em seus primeiros anos. Suas principais características, além do elemento militar que lhe dava sustentação, era uma concepção “modernizadora e jacobina, na qual se enfatizava a ditadura republicana comandada por um grupo de eleitos, que os militares identificaram consigo mesmos” (ALONSO, 1996). Em seu afastamento do Ministério da Guerra, Constant afirmou que

Um Exército enfim, que correspondendo às legítimas aspirações nacionais, instalou e firmou para sempre em sólidas e largas bases a república no seio da pátria por meio de uma revolução eminentemente pacífica e humanitária (...) soube elevar-se nobremente à sublime missão social e política reservada aos exércitos modernos, que de acordo com os preceitos da ciência real, que deve inspirar e guiar sua conduta, mais pacífica do que guerreira, mais humanitária do que nacional. [...] É que eles [os

exércitos] obedecem consciente ou inconscientemente na sua índole, organização e nos seus destinos a leis imperturbáveis reguladoras da evolução geral do progresso humano que tende inevitavelmente e progressivamente para o feliz regime final industrial e pacífico resultante do fraternal conagração dos povos. [...] Para ele [progresso humano] concorrerá poderosamente o exército brasileiro a que me orgulho pertencer (apud CORREA, 1997, p. 15).

Destacam-se, então, na fala de Constant, o apreço ao cientificismo crente no progresso da humanidade, a confiança nas leis incontornáveis da humanidade, uma concepção de missão redentora do Exército – em nome da razão e do progresso –, e o caráter político do movimento positivista, orgulhoso da implantação da República.

Christian Lynch argumenta que as Forças Armadas se constituíram no

[...] mais célebre grupo burocrático a reivindicar o papel de “vanguarda iluminista”. Desde o final do Império, porta-vozes deles de inspiração positivista e jacobinista, como Benjamin Constant e Lauro Sodré, passaram a veicular a tese de que os soldados seriam “cidadãos fardados”: os militares seriam os mais patrióticos de todos os cidadãos; os únicos dotados de, num ambiente de decadência cívica e da classe política civil (a “pendantocracia”) e da apatia do povo, darem a vida pela Pátria (2017a, p. 14).

Ainda sobre o positivismo no Brasil, no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos (1860-1903) e seus herdeiros políticos, Borges de Medeiros (1863-1961) e Getúlio Vargas (1882-1954), também recepcionaram e adaptaram essa filosofia. No castilhismo, diferentemente de Constant e dos militares, houve uma sistematização mais simples, que reforçava o papel tutorial do Estado na chamada “reforma moral” da sociedade (SVARTMAN, 2003, p. 129).

Com Castilhos, sobressaiu a face política em sentido pleno, que objetivava o poder do estado, a ditadura positiva e políticas públicas como meio mais eficaz de civilizar o país. Embora partidário da religião da humanidade, Castilhos logo se afastou da Igreja, defendendo a necessidade da intervenção política para que o progresso se instaurasse no país, buscando meios que permitissem apressar a “marcha da civilização” (ALONSO, 1996, p. 125).

Essa concepção política intervencionista da ditadura positivista e republicana não pode ser ignorada nem o papel e o lugar do Rio Grande do Sul nesse processo. Isso porque

[...] Getúlio Vargas era de formação castilhista, e o jovem cadete Góes Monteiro, segundo seu depoimento, “matuto pobre do Norte, ainda inadapitado aos costumes gaúchos, filiei-me ao Partido Castilhista”; depois, porque pelo Colégio Militar e pela Escola Militar de Porto Alegre passaram muitos oficiais que tiveram atuação destacada na política pós-30 [...] (FERREIRA, 2007, p. 96).

O alagoano Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que atingiu o posto de general no Exército Brasileiro, é figura central tanto do apoio militar ao governo de Vargas, em 1930, quanto para a compreensão do pensamento e da reorganização militar daquele período.

Tal como os castilhistas, Góes Monteiro era um incondicional defensor da manutenção da ordem, mas também aceitava a ideia da insubordinação frente a uma situação considerada inadmissível. No seu entender, tal era a situação do Brasil no final dos anos vinte: miséria material e moral do povo, irresponsabilidade no trato da coisa pública, desonestidade e indignidade generalizadas, predomínio dos apetites particularistas desenfreados, injustiças e desmandos de toda ordem. Góes entendia que “entre os defeitos das elites brasileiras, mal formadas, predominam a intolerância, o egoísmo e as rivalidades sem conta, que atingem as raias do impatriotismo e da falta

de bom senso da negação do espírito de justiça e equidade” (SILVEIRA, 1989, p. 257).

Evidenciam-se, no discurso militar da época, a interpretação de decadência moral das elites – inclusive seu caráter “mal formado” – e do processo político brasileiro e a predominância do particularismo e do egoísmo como características do jogo político, contrário às concepções nacionalistas patrióticas de abnegação em prol da nação. Em carta escrita a Sobral Pinto, em 1945, Góes Monteiro reforça:

Confesso que admirei, realmente, na minha mocidade, a conduta política castilhista, influenciada pela formação defeituosa da mentalidade dos cadetes da Escola Militar. O espetáculo de ordem, trabalho e honradez do governo sul-rio-grandense era único em meio a tropelias e escândalos reinantes em outros estados da nação. [...] Era um modelo de tirania esclarecida. [...] Cedo verifiquei, porém, o caráter miniatural do *estatismo positivista*³⁰, propenso a construir republiquetas de governança patriarcal, impróprio a conformar, nos seus liliputianos quadros, o problema de dimensões continentais como é, de fato, o conjunto brasileiro. Esse caráter fracionário, localista, federativo no puro sentido que está na base da política comtiana, repugno ao meu modo de ser militar. Quem diz militar diz brasileiro. O soldado não é gaúcho, nem alagoano, nem amazonense. É brasileiro (1964, p. 112-113).

Permanecem os elementos positivistas, acrescidos de críticas aos particularismos da doutrina castilhista, em oposição aos valores nacionalistas oriundos das Forças Armadas. Na mesma carta, o general faz alusão a Alberto Torres, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, demonstrando que a circulação e a produção de ideias eram maiores do que apenas o positivismo castilhista ou baseado na leitura de Constant.

Acerca da presença do positivismo no pensamento e na ação política dos militares, Svartman (2003) identificou em ações dos militares na ditadura pós-64 alguns elementos positivistas. Segundo o autor, “[...] essa tradição compõe uma matriz geradora de práticas políticas autoritárias cujo eixo é um corpo de ideias positivistas que acabaram por exercer uma influência muito mais duradoura que o movimento positivista propriamente” (SVARTMAN, 2003, p. 126). São elas: antiliberalismo, onde ideias como nação, segurança nacional e bem público são a chave de entendimento; a reforma moral ante ao caos civil (miséria, corrupção, egoísmo); tutela do estado, que se faz imprescindível nesse cenário; e uma concepção da ditadura como uma magistratura, isto é, legitimando-a com um verniz cientificista, tecnicista desconfiado das elites civis (SVARTMAN, 2003).

Cumprido, pois, sintetizar alguns pontos do positivismo (em um sentido amplo) para o pensamento intervencionista militar: ênfase na formação científica, crença no caráter transformador da ciência – progresso, defesa da modernização/civilização do país (social, política e econômica), regeneração nacional, desconfiança e crítica à degeneração da elite e do

³⁰ Grifo do autor.

sistema político, crítica à democracia, à representação e ao liberalismo, crença em um estado forte, central e implementador de políticas públicas e eliminação do conflito social.

2.3. O pensamento autoritário: Estado, elites e modernização política e social

O segundo conjunto de reflexões que também colabora para o Pensamento Político e Social Brasileiro e possui relações com o tema das Forças Armadas é a tradição autoritária. No que tange ao tema das Forças Armadas

[...] na tentativa de reinserir as ideias de Góis Monteiro no sistema social inclusivo conduz necessariamente ao exame do chamado pensamento autoritário, que se formou no Brasil sobretudo a partir da Primeira República e configurou uma ideologia autoritária cuja influência se fez presente já nos anos 1920 e principalmente depois de 1930 (PINTO, 2016, p. 296).

De acordo com Fausto (2001), o conceito de autoritarismo estaria ancorado em um regime com relativa independência da sociedade civil e da esfera privada, além de se apresentar com um viés mais conservador. Em suma, pode-se compreender o pensamento autoritário com base nas noções de autoridade, ordem social e Estado forte e presente (centralizado ou não), funcionando como um agente privilegiado de transformação social tanto para conservar ou reagir quanto para reformar (COSTA, 2008). Segundo Lynch,

As circunstâncias atravessadas pelo país naquela etapa impunham excepcioná-lo do universalismo liberal e aplicar-lhe temporariamente os remédios que dariam origem ao modelo político do Regresso, estatista, centralista e interventor. A posição “particularista” de Vasconcelos, justificando a construção de um Estado forte, unitário e regulador, deu o tom do conservadorismo que vigoraria durante a primeira metade do reinado de Dom Pedro II, graças à sua ação e de outros estadistas conservadores, como Eusébio de Queirós, o Visconde de Uruguai e o Marquês de São Vicente (2017b, p. 334).

Da mesma maneira, acrescenta: “O *conservadorismo estatista* de Vasconcelos, de inspiração ilustrada, desaguaria em Oliveira Vianna” (LYNCH, 2017b, p. 356). Sendo assim, tal abordagem autoritária, herdeira do conservadorismo estatista de Vasconcelos, teria nesse Estado forte e regulador uma de suas características fundamentais.

Dessa forma, acreditou-se e trabalhou-se “[...] no sentido de implantar um poder político forte e centralizado capitaneado por ‘políticos puros ou científicos’. Esse governo teria a missão pedagógica de promover a educação cívica e o reordenamento social” (COSTA, 2008, p. 45-46). Nas palavras de Rodrigues,

Os ideólogos do autoritarismo promoveram um culto do Estado como única Instituição capaz de construir a nacionalidade. O regime autoritário deveria reprimir inimigos internos e externos, a fim de garantir a segurança nacional. Esses intelectuais defendiam a implantação de regimes de força. Sob este aspecto, Francisco Campos foi quem mais se destacou como teórico ou como formulador de legislação repressiva (2018, p. 317).

Um dos mais produtivos autores do período foi o fluminense Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951). A leitura que o estudioso faz da história do Brasil é crítica, sobretudo

acerca do processo de ocupação do solo e de expansão territorial. Segundo o pensador Oliveira Vianna, “O tipo humano que teria se formado, então, no meio rural como ‘um amante da solidão, e do deserto, rústico e anti-urbano, fragueiro e dendrófilo, que evita a cidade e tem o gosto do campo e das florestas” (COSTA, 2008, p. 50). Haveria, portanto, a formação de uma sociabilidade antiurbana, personalista e particularista no Brasil, a qual dificultaria a formação de uma vida política ideal. Vianna denunciava as elites e seu *idealismo utópico*, que buscava adaptar ideias e modelos de outros povos no Brasil. Em contrapartida, defendia o *idealismo orgânico*, aquele oriundo da análise da efetiva realidade social e histórica brasileira.

Lynch (2017a) defende que, embasados na identificação da distância entre o país real (estado social) e o país legal (instituições), autores como Oliveira Vianna propõem um *pedagogismo*, no sentido de educar as elites nacionais, de modo que houvesse uma renovação intelectual e política que permitisse a identificação das mazelas que o país apresentava. Suas raízes estariam no processo de formação social e de ocupação territorial da nação, embora se fizessem sentir no período republicano – particularismo, privatismo e personalismo. Caberia, portanto, ao Estado nacional, forte e centralizado a força capaz de promover as mudanças necessárias para a adequação das leis e das estruturas sociais e políticas ao povo do país.

Pela história do brasileiro, mudar este estado de coisas pela via liberal seria insensato e impossível, justamente pela utopia deste idealismo despregado de nossa realidade. Assim sendo, alguma coação seria necessária, assumindo a ideia de “autoridade” um valor superior à de “liberdade”: a liberdade representada pelo liberalismo seria desagregadora da sociedade e do território brasileiro, fortalecendo os poderes mandões locais enquanto o princípio da autoridade manteria unidos país e sociedade, povo e nação. O Estado Autoritário seria agente de uma política nacional que eliminaria qualquer tipo de dispersão ou fragmentação que pudesse dissolver o país (COSTA, 2008, p. 54).

Retomando a discussão promovida por Góes Monteiro, haveria um caráter pouco nacional no castilhismo e era necessária uma concepção do Exército como uma instituição brasileira, sem particularismos regionais. Dessa maneira, percebe-se como esse pensamento autoritário penetrou nos imaginários social, civil e militar. Em relatório secreto encaminhado ao presidente Getúlio Vargas sobre as atividades do Ministério da Guerra durante o ano de 1941, o general Eurico Gaspar Dutra afirma que

[...] a finalidade de toda educação moderna é a formação de unidade espiritual da nação, do melhor dirigente nacional e a seleção de chefes. Seria toda uma obra de autoridade e de respeito, fundada em critério severo e conduzido com justiça, carinho e energia. Para o ministro, haveria, em matéria de educação, dois temas presentes que se contrariavam: o sistema autoritário e o sistema liberal. Com relação ao segundo, observava que já havia sido feita uma experiência no domínio público e que o resultado fora o mais desastroso possível. [...] Segundo Dutra, o modelo ideal era fundado nos princípios psicológicos e autoritários, calcado nas regras da disciplina social, cujo fim era formar valores reais e positivos que em todos os domínios fossem úteis e socialmente aproveitáveis (RODRIGUES, 2018, p. 327).

Sobressai no documento de Dutra o caráter nacionalista, autoritário e cívico da educação, além da crítica ao liberalismo, regime caracterizado como o “mais desastroso possível” (DUTRA apud RODRIGUES, 2018, p. 327). A via autoritária se apresentava, desse modo, como um caminho legítimo de promoção dos objetivos nacionais, quaisquer que fossem eles definidos. Em consonância com o pensamento de Góes Monteiro, pode-se dizer que ele

[...] é intelectual do “partido fardado” e está inserido no conjunto de pensadores políticos brasileiros de vertente autoritária. O mais curioso é a configuração de seu pensamento, afastando-se dos demais grupos militares, demonstra que se comporta como um pensador político autônomo em relação aos militares e bem próximo do tipo de reflexão apresentada pelos civis (SUANO, 2002, p. 112).

Havia, nos anos 1920 e 1930, um esforço de passar o Brasil a limpo e compreender suas características fundamentais, a fim de que fosse possível empreender um projeto de civilizá-lo e modernizá-lo. Ante o contexto de crise causado pela dissolução do povo, pela fragmentação da sociedade e pelo fracasso político do liberalismo, cabia a missão de “[...] criar a nação e abrasileirar a república” (SUANO, 2002, p. 120). Assim o pensamento de Góes Monteiro tinha como ponto de partida alguns pressupostos, quais sejam: a política como “ciência da realidade”, isto é, a crença na capacidade de identificação e de formulação de soluções para os problemas estruturais constatados³¹; a natureza individualista humana; o elo entre os povos se dá por relações de poder; a guerra como condição natural da vida; o determinismo histórico para as nações, em que todas passarão por um ciclo de nascimento, crescimento e morte (SUANO, 2002).

Com fulcro no reconhecimento dessa natureza da guerra, constatou-se que o domínio inicial foi “[...] perdido pelos nativos por culpa do atraso e da inferioridade deles e da incapacidade consequente para defenderem a terra de seu habitat, que passou a outras mãos mais fortes e ágeis que o alargaram e formaram um povo novo e mesclado” (MONTEIRO, 1934, p. 112-123). Há uma concepção próxima ao darwinismo social, de influência positivista, que reconhece o conflito e a competição como naturais. A resposta apresentada por Góes Monteiro busca externalizar esse conflito, eliminando-o das dinâmicas internas ao Estado-nação. Aliás o próprio general Golbery do Couto e Silva, intelectual militar e grande articulador do governo Geisel e da abertura política no Brasil, enfatizará, em *Um Dilema Eterno do Homem* (2003), essa acepção hobbesiana do sistema internacional e do funcionamento das relações sociais. Somado a essa leitura mais ampla do funcionamento das sociedades, Góes Monteiro

³¹ Aqui há mais um elemento de permanência da filosofia positivista no pensamento de Góes Monteiro: crença na ciência como meio de leitura e intervenção no mundo e progresso.

produziu também um conjunto de análises sobre a realidade brasileira, elaborando diversas críticas. Ao justificar a participação no Golpe/Revolução de 1930, afirma:

A convicção de que a atitude que tomava era o bem da Pátria, ameaçada de dissociação por uma política que só fazia malefícios ao povo, reconhecendo que pelos meios pacíficos era impossível mudar a mentalidade dos dirigentes, dos homens que se assenhorearam do poder, e que deles usavam e abusavam para satisfazer os baixos apetites pessoais, interesses facciosos, não produzindo nenhum bem para a coletividade (GÓES MONTEIRO, 1934, p. 44).

De modo semelhante, Golbery pontua que

Na onda da intoxicação liberal que se seguia à vitória aliada, desmoralizadora, mais tarde, o arcabouço ultracentralizador do Estado Novo getulista, e a Constituição de 1946 viria a consagrar os velhos ideais descentralizadores e autonomistas, com drástico cerceamento do poder executivo em face do legislativo e redução do poder central da União, o que acabaria, muitos outros fatores contribuindo largamente, ao mesmo tempo, na quase anomia de 1963 e 1964. [...] [Citando Geisel, continua Golbery] e planejamento, em sua elaboração e em sua execução, que exige, de qualquer forma, dose larga de coordenação e de controle, tanto maior quanto menos desenvolvido e, pois, mais vulnerável a pressões externas, for o país de que se trate (COUTO E SILVA, 1981, p. 12-13).

Ao acrescentar, posteriormente, “[...] a prática defeituosa de um regime inadequado que impedia a formação de uma ideologia nacional” (GÓES MONTEIRO, 1934, p. 197), Monteiro deixou claras suas vinculações teóricas, aproximando-se das análises elaboradas por Alberto Torres, Oliveira Vianna e outros autores do pensamento autoritário e do positivismo. Nessa perspectiva, defende que

O meio mais racional de estabelecer, em bases sólidas, a segurança nacional com fim de disciplinar o povo e obter o máximo rendimento em todos os ramos de atividade pública, é justamente adotar os princípios de organização militar, contanto que seja isenta do espírito militarista (GÓES MONTEIRO, 1934, p. 201).

Caberia ao Exército promover a política do Exército, e não no Exército. Sendo assim, a reestruturação da tropa e de sua formação obedeceriam a necessidades não organizacionais, mas nacionais. Retoma-se o papel pedagógico do Estado e das Forças Armadas, em especial, para educar as elites e a população segundo os valores de ordem, disciplina, hierarquia, compromisso abnegado com a nação, espírito de grupo/coletivo e nacionalismo.

2.4. Os militares e o conservadorismo culturalista: nação, história e Exército em Freyre

Poucos trabalhos causaram tanto impacto no Pensamento Político e Social Brasileiro, desde seu lançamento, quanto os de Gilberto Freyre. Apesar disso, na pesquisa bibliográfica empreendida para este estudo, muito pouco se encontrou sobre a relação entre Gilberto Freyre, as Forças Armadas no Brasil e o pensamento político dos militares.

O pensamento e a obra de Gilberto Freyre podem ser entendidos com base na linhagem do conservadorismo culturalista, junto com José de Alencar e outros autores (LYNCH, 2017b). O traço marcante dessa linhagem do pensamento conservador no Brasil é

[...] a tendência a defender a tese de que a essência da sociedade brasileira já foi formada por Deus, pela natureza ou pela história. Este conservadorismo pode ser chamado precisamente de culturalista, porque valoriza o passado que ele qualifica positivamente como patriarcal, ibérico e católico. Descrita em tons de um épico civilizacional, a formação colonial era vista como tendo moldado uma cultura original na América. Graças a esse processo, o Brasil desenvolveu uma sociedade singular, que faz dela perfeitamente distinguível de outras grandes nações e transforma sua população em um povo autêntico (LYNCH; PAGANELLI, 2017, p. 881)³².

Depreende-se, pois, que, sem desconsiderarem críticas, inconsistências e tensões, os conservadores culturalistas tendem a interpretar a experiência colonial como positiva e que os processos de modernização não podem ou não devem apagar, esquecer ou ignorar essa herança cultural e histórica.

Em conferência feita em 1948, Gilberto Freyre elabora uma análise sobre a participação dos militares no Brasil. Ancorado na consciência da necessidade do estudo, bem como da prática e do conhecimento empírico, Freyre abre sua explanação propondo similaridades entre o ofício do sociólogo e do militar. O argumento central do texto freyreano era a valorização do Exército – principalmente pelo seu caráter espacial-nacional e democrático no acesso às Forças Armadas – como uma vanguarda valiosa a colaborar para o desenvolvimento nacional e as transformações sociais do país. Assim, no contexto do pós-Guerra do Paraguai,

Desejavam os proprietários de negros que oficiais do Exército fizessem as vezes dos já impotentes capitães-do-mato de seu serviço particular. Desejavam o Exército reduzido a isto: um capitão-do-mato. Recusando-se a tal serviço, o Exército recusou ser um “subexército”, para melhor continuar a ser normal e dignamente exército: Exército da Nação. E fazendo-o, se não agiu dentro da estrita normalidade de seu papel de coordenador de contrários nacionais e de fiel cumpridor das ordens do governo estabelecido, não agiu contra o conjunto de forças que constituíam a nação: apenas deixou de agir em favor de uma só – a grande Propriedade – dominadora ainda do Governo, ou de parte do Governo, e insistente na conservação de privilégios moral e socialmente já repelidos pela vontade do Brasil mais esclarecido e não apenas mais numeroso (FREYRE, 2019, p. 22).

O Exército é alçado a uma posição de vanguarda nacional esclarecida, que atua a favor da nação, ainda que de modo estritamente ilegal. Parece haver dois códigos: o legal, presente na letra da lei, e o superior, fruto dos anseios do conjunto das forças nacionais as quais o Exército representa e age em prol. Evidencia-se também a noção de que o Exército é o “coordenador dos contrários”, isto é, aquela instituição que seria capaz de equilibrar os antagonismos dos grupos sociais, conduzindo seus interesses coletivamente.

Esse parece ser o tom do artigo *Forças Armadas: uma força suprapartidária na vida pública brasileira*, publicado no dia 5 de abril de 1964, no Diário de Pernambuco, dias após o Golpe de 1964 e o início da ditadura civil-militar. Nesse esteio, Freyre (1964, p. 4) declara que

Diante de nova e saudável presença das Forças Armadas na vida pública brasileira, em momento excepcionalmente crítico para as instituições brasileiromente

³² A tradução foi feita pelo autor.

democráticas no nosso país – presença supra-partidária e supra-regional e desinteressada de vantagens do poder político por parte dos militares [...] Não são poucos [...] que estão desejando saber de brasileiros se há de fato uma “constante” – já sugerida por um sociólogo brasileiro – segundo a qual as Forças Armadas do Brasil vinham desempenhando na República função outrora desempenhada – neste ponto a sugestão é de Joaquim Nabuco – no nosso país pela Coroa. Isto é, a função de força suprapartidária cuja intervenção na vida política ocorreria apenas, de modo decisivo e superior, em momentos de agudo desajustamento internacional ou interpartidário e para sobrepor aos interesses facciosos em conflito ou em choque extremado, o interesse ou a conveniência autenticamente nacional.

Na sequência do texto, Freyre cita três exemplos em que as Forças Armadas agiram como força suprapartidária: durante a Revolução Republicana no final do século XIX, no contexto dos anos 1930 e, então, em 1964. Essas ações foram legitimadas por Freyre (2019) dada a capacidade dos militares em coordenar os diferentes, impedir os excessos, controlar as facções particularistas e exprimir os valores nacionais fundamentais. Esse cuidado com os excessos seria expresso tanto internamente às Forças Armadas quanto externamente, porquanto é possível que governos fracassem, pois “Sem senso de responsabilidade e sem culto de disciplina não há exército, nem há nação, nem há ciência” (FREYRE, 2019, p. 15).

Já a mestiçagem e a presença das diferentes culturas e experiências sociais que moldam a sociabilidade brasileira são enfatizadas como elementos centrais para a inserção brasileira no mundo contemporâneo. Destarte a situação brasileira tende a generalizar-se ou a uniformizar-se, de modo que se aprendam

[...] normas de convivência e até ideais de plástica humana baseados em tolerância de contrários ou em equilíbrio de antagonismos, já antigos entre nós. Teremos sido, assim, como nação ou povo, antecipados em vez de retardados culturais como chegaram a imaginar (FREYRE, 2019, p. 17).

Este é um elemento importante do conservadorismo culturalista freyreano: a miscigenação, fruto da colonização, como um marco positivo da história e da cultura brasileiras. Refletindo sobre a Constituição de 1934, Freyre, em artigo intitulado *Democracia Social e Política na América*, declara que

[...] Em muitos aspectos, a atual Constituição brasileira é uma tentativa inteligente de ser genuinamente brasileira; um esforço para harmonizar um governo central forte com um mecanismo para atender às necessidades locais ou regionais, tão diversas num país tão vasto quanto o Brasil; um esforço, também, para harmonizar autoridade com liberdade (FREYRE apud MACIEL, 2020, p. 89).

Até mesmo os pontos problemáticos da ação militar no Brasil, como Canudos, explicam-se não pelo despreparo militar – ainda que as Forças Armadas também tivessem responsabilidade – mas pelo bovarismo e pelo bacharelismo das elites. Estas buscavam resolver os problemas nacionais com o uso militar ou da política, pela força ou pela censura prévia (FREYRE, 2019).

Nesse ponto da discussão de Freyre, surge um aspecto fundamental: há que se reconhecer que as Forças Armadas não são capazes de resolver todas as mazelas sociais, e, ao mesmo tempo, os assuntos de defesa não são exclusivos das Forças Armadas, mas exigem um comprometimento nacional. Contudo pode-se argumentar que esse raciocínio também valeria em sentido contrário: os militares parecem ter legitimidade para intervirem em outras áreas do país, já que interfeririam nos temas de defesa.” Ninguém mais fará coisa alguma porque tudo se deixará ao Exército, que é forte, que é poderoso, que é paternal. Exército, que é hoje, no Brasil, força organizada no meio da muita desorganização que nos perturba e aflige” (FREYRE, 2019, p. 27).

Destaque-se o uso do termo “paternal” para descrever o Exército, assim como a crítica sobre a identificação da desordem que “aflige e perturba” os brasileiros. Freyre sinaliza um papel superior de estabilização, controle e coordenação da convivência dos diferentes. Em consonância com essa concepção, em artigo publicado em 1969, o pensador analisa o caráter “genuinamente brasileiro” do Exército. Segundo ele,

Ao brasileiro, genuinamente brasileiro, repugna [...] a violência dos impactos revolucionários em suas formas clássicas, isto é, sanguinárias e patibulares, parece explicar o fato de vir sendo o Brasil, como nação, desde o Movimento que lhe deu a independência política, um país notável pelas chamadas revoluções brancas (FREYRE, 1969, p. 20).

Parece haver, na abordagem do autor, uma disposição natural para a negociação, o aceite do contraditório e as transformações negociadas. Freyre ainda busca definir as características psicossociais da brasilidade:

Não hesito em sugerir que a tendência para soluções de equilíbrio dos principais problemas com que o brasileiro vem tendo que substituir valores puros por valores combinados; para modificar situações sem pretender extinguir radical ou violentamente na situação nova, todos os elementos característicos das antigas que ela vem substituir (FREYRE, 1969, p. 13).

Haveria, portanto, um fruto de uma especificidade brasileira, dado que a experiência latino-americana seria marcada por caudilhos militares ou civis e por turbulências políticas de todos os tipos. Em contrapartida, a experiência brasileira teria sido de “democracia coroada”, com a monarquia e seu caráter de “autoridade paternalista (FREYRE, 1969, p. 23).

Por fim, Freyre produz e reproduz um conjunto de perspectivas também veiculadas pela tradição militar brasileira. A primeira delas é a ideia de que o Exército e a pátria brasileiros possuem um ponto de nascimento em comum: a Batalha de Guararapes, no século XVI. “E de se destacar o simbolismo da ‘pernambucanidade’ do autor. Afinal, foi em Guararapes que se plasmou a gênese do Exército Brasileiro e da própria ideia de Pátria, da terra brasílica” (FREYRE, 2019, p. 8).

Castro (2002) demonstra como Guararapes foi constituído como marco importante para os militares. Antes de haver um Brasil independente, já existiria uma força militar pronta a enfrentar o inimigo externo, estrangeiro, ameaçador da segurança nacional: a força do Exército Brasileiro.

Aliado a isso, Guararapes seria, decerto, o nascedouro da concepção de brasilidade formada pela integração e pela mestiçagem das três raças: branca, negra e indígena. Nesse sentido, não há instituição que melhor represente a democracia no Brasil, posto que “Força antidemocrática ou antipopular o Exército nunca foi sistemática ou conscientemente entre nós” (FREYRE, 2019, p. 33). A influência dos militares teve que aumentar para que outras instituições pudessem também se amoldar à democracia e ao bom funcionamento da instituição militar.

Nas duas Batalhas dos Guararapes escreveu-se a sangue o endereço do Brasil: o de ser um Brasil só e não dois ou três. O de ser um Brasil fraternalmente mestiço na raça e na cultura e não outra república sul-americana asperamente nativista ou agressivamente antieuropeia ou outra Java ou mesmo uma Guiana em ponto grande (FREYRE, 1994, p. 161).

Outros pontos são a concepção e a interpretação de que a tendência é que a participação do Exército na vida política brasileira ocorra de modo pacífico. Aliás, o tema do pacifismo reaparece em vários momentos da obra.

O Exército, por uma espécie de intuição que entre alguns de seus líderes mais esclarecidos data de dias remotos, de sua responsabilidade antes de coordenador pacífico que de ordenador violento e arbitrário dos contrários da vida nacional, vem principalmente acompanhando entre as várias tendências brasileiras, as que parecem mais de acordo com as tradições, aspirações e necessidades gerais do Brasil; e não tentando impor-se às demais forças nacionais como a Nação (FREYRE, 2019, p. 18). No Brasil, excetuando-se um ou outro período, povo e instituições democráticas, povo e instituições nacionais, desde os dias remotos da Independência, tendem, dentro das imperfeições humanas, a completar-se e aperfeiçoar-se pacificamente (FREYRE, 2019, p. 31).

Os conflitos sociais são reduzidos a uma presença mínima. Ademais, o Exército antevê e interpreta sempre as aspirações das forças nacionais, contribuindo para a permanência de valores e tradições que teriam aderência à nacionalidade e à tradição brasileira. Inclusive a figura de Caxias merece destaque, visto como símbolo máximo de compromisso civil e militar com a brasilidade e a nação.

Que vem a ser o caxiismo? Em resumo: aquela consciência de dever, aquele senso de responsabilidade, aquela dedicação ao serviço público, aquela sensibilidade à causa nacional que constituem, no Brasil, um conjunto ético de nítida origem militar. [...] Caxiismo não é conjunto de virtudes apenas militares, mas de virtudes cívicas, comuns a militares e a civis. [...] Pelo que não devemos, os civis brasileiros, deixar que as virtudes que constituem o caxiismo sejam virtudes apenas militares. [...] Devemos fazer do caxiismo, isto sim, um conjunto de atitudes plenamente cívicas que tanto valor tenham nos meios militares como normas de conduta plenamente, polivalentemente, cívicas (FREYRE, 1966, p. 18-19).

A crítica e o medo do comunismo também aparecem como um elemento para valorizar e justificar a participação dos militares na política, “O que não significa que a prevenção justa deva ser negligenciada. De modo nenhum. Surpresas ou traições como a de 1935 podem repetir-se” (FREYRE, 2019, p. 36). As análises conservadoras culturalistas e o anticomunismo castrense compartilham, pelo menos, um ponto em comum: a crença na cordialidade brasileira, fruto da miscigenação e do tratamento pacífico e não divisivo da questão racial e escravocrata.

Por último, Freyre é enfático ao afirmar a possibilidade do uso das Forças Armadas como instrumento de garantia da estabilidade social, política e cultural no Brasil. Tal constância estaria assentada no caráter da revolução “genuinamente brasileira”, isto é, sem excessos, radicalidades e que garantisse a preservação da nacionalidade e de seus padrões de sociabilidade e vivência.

Do que o Brasil de hoje parece particularmente precisar é de que seu Exército, integrado no sistema democrático brasileiro, americano, mundial, sirva, cada vez mais, à nação democrática, sem que a nação democrática se descuide de sua organização civil para depender passiva e exclusivamente da força e da ação de seu Exército. Se nos faltar, porém, nos dias excepcionalmente difíceis que começamos a atravessar, essa organização civil que saudavelmente complete a militar, só nos resta esperar das Forças Armadas o quase milagre de colocarem suas forças e armas a serviço da comunidade desorganização e da obra de consolidação do Brasil em democracia ao redor de seus mais autênticos líderes civis (FREYRE, 2019, p. 40).

Dezoito anos depois, Freyre reflete sobre desafio semelhante e afirma que

É necessário àquele poder militar a impregnação ética que lhe venha desse sistema; ou que ele consiga comunicar a esse sistema. Quando o sistema é enfraquecido em seu governo, em sua administração, em sua imprensa, em sua organização de ensino, nas relações de organizações religiosas com a da família e com a cívica, por “corrupção, decadência e traição”, o poder militar se ressentido dessa fraqueza. A não ser que ele próprio consiga concorrer para purificar o sistema corrompido. Um problema, por conseguinte, psicológico-moral. Um problema de caxiismo que se faça plenamente cívico em vez de se conservar estritamente militar (FREYRE, 1966, p. 21).

Desse modo, o conservadorismo culturalista freyreano deixa uma fresta para o intervencionismo militar, plenamente justificado pela manutenção das tradições nacionais e pela brasilidade plástica, mestiça, hierarquizada e pouco aberta ao dissenso e ao conflito.

Conclusão

O estudo do tema das Forças Armadas no pensamento político brasileiro está em aberto, e seria ilusão e ingenuidade crer ser possível encerrá-lo em um único texto ou ensaio. Entretanto alguns pontos podem ser destacados. Em primeiro lugar, as Forças Armadas estão presentes de diversas formas e em diferentes escolas ou tradições do pensamento: do conservadorismo estatista e culturalista às perspectivas socialistas não tratadas neste texto.

Argumentou-se que há um conjunto de justificativas feitas por intelectuais brasileiros que embasaram a concepção de que seriam legítimas, dentro de determinados parâmetros, as

intervenções militares. Embora não sejam as únicas, as explicações apresentadas neste artigo tendem a se caracterizar como um conservadorismo reformista e modernizador, seja na versão positivista, seja na autoritária. A perspectiva culturalista é mais cética no que se refere à modernização, sobretudo dado o risco de alteração da estrutura social e cultural nacional. Ainda assim, a crença na capacidade do Exército, sobretudo, de tutelar a sociedade, permanece.

Sendo assim, acredita-se que esse conjunto de reflexões é útil para a compreensão do pensamento social brasileiro, em especial do período republicano, bem como para a identificação de ecos e influências no pensamento, nos conceitos e nas práticas políticas de militares e civis. Recentemente, em artigo em *O Estado de S. Paulo*, o general Eduardo Villas-Boas reproduziu argumentos tradicionais do conservadorismo culturalista freyreano ao pontuar que

Somos um país [...] decorrente da miscigenação, em que as três raças se mesclaram, cada uma delas aportando características ímpares. A criatividade, a alegria de viver, a tolerância, a adaptabilidade, a resiliência, a religiosidade, o sentido de família, o patriotismo, enfim, esses e outros atributos são como uma vasta produção de frutos, à espera de serem colhidos e colocados na grande cesta da nacionalidade brasileira. (VILLAS BÔAS, 2020).

Assim, pronunciamentos e falas defendendo a possibilidade de intervenção militar ao arrepio da Constituição, defesas do uso do “poder moderador” pelas Forças Armadas, clamor de lideranças políticas e de parte da população pela tomada do poder pelos militares para promoverem uma “limpeza na política” e crítica à existência e ao funcionamento do Legislativo e do Judiciário em prol de um governo “que resolva” os problemas nacionais apontam que o autoritarismo reformista e estatista também não deixou de circular nas mentes civis e militares.

Ainda permanece certa crença na capacidade técnica dos militares e alguma descrença dos civis – decadentes – em gestão da coisa pública, sobretudo em contextos de escândalos de corrupção. Em redes sociais, não são raras as publicações – muitas delas falsas – de obras conduzidas por militares que, em seis meses, teriam feito o que governos civis – em especial de centro-esquerda – não fizeram em vinte anos. É preciso desarmar essas bombas falaciosas. Por isso, o estudo do pensamento político militar e civil acerca do intervencionismo permanece atual, pertinente e necessário. Ainda há muito o que se dizer e fazer sobre.

3. OS MILITARES E A TEORIA: ORGANIZAÇÕES, ANTICOMUNISMO E AS MITOLOGIAS POLÍTICAS

3.1. O Exército e a democracia: os fundamentos do controle civil

As Forças Armadas são instituições fundamentais para o funcionamento do Estado moderno. Como argumenta Costa (2014), os Estados modernos são Estados soberanos, se os entendermos como aqueles organismos ou instituições que possui o poder absoluto e permanente, capaz de manter a independência e a liberdade das ingerências externas no ambiente interno, assim como de garantir a seus súditos ou cidadãos a sensação de segurança que são fundamentais para a manutenção da vida. Para a execução destes objetivos, as Forças Armadas são essenciais. De acordo com Costa,

Sendo as forças armadas a agência política responsável pela administração e imposição da violência legítima que conquistou e garantiu a vitória histórica do Estado Moderno, temos que esta instituição e as forças armadas são indissociáveis, donde se conclui que a relação civil-militar é uma, senão a primeira, atividade política a nascer com o Estado moderno (2014, p. 14).

Em países como o Brasil, de passado colonial, as Forças Armadas estão vinculadas até mesmo à formação do Estado nacional (PENIDO, 2015). De igual modo, nas modernas sociedades a democracia se apresenta como o sistema político por excelência a ser defendido e a partir do qual se organiza todo o complexo funcionamento da sociedade. Embora se possa questionar o que é democracia – e isso conduziria a uma quase infindável quantidade de definições teóricas – o ponto aqui é que a democracia, mesmo com as suas distintas concepções, se constituiu na base de funcionamento das sociedades contemporâneas. Assim, democracias são regimes políticos onde as preferências dos cidadãos são levadas em consideração, igualmente e sem discriminação, na seleção das lideranças governamentais, e na definição, organização e execução das políticas e ações governamentais (DAHL, 2005).

Esta é uma concepção que não esgota as possibilidades ou condições necessárias à democracia, mas se constitui num fundamento inicial das modernas sociedades democráticas. Nessas sociedades, as decisões governamentais (políticas, econômicas, sociais e etc.) não são definidas ou resolvidas à revelia da vontade dos cidadãos, mas mais que isso, elas não estão dadas a priori. Há todo um conjunto de possibilidades e de incertezas no jogo democrático, que se baseia no conflito entre os diferentes pontos de vista, grupos de interesses e organizações da sociedade, institucionalizados em partidos políticos ou não. Além da responsividade perante os cidadãos, um sistema democrático é marcado pela incerteza quanto aos resultados políticos que as forças ou grupos políticos e da sociedade esperam obter. Nas palavras de Adam Przeworski,

Numa democracia, todas as forças devem lutar reiteradamente para a realização de seus interesses, uma vez que nenhuma delas está protegida pelo simples mérito de sua

posição. Ninguém pode esperar para modificar conseqüências ex post: todos devem submeter seus interesses à competição e à incerteza. Esta característica da democracia não exclui a possibilidade de alguns generais organizarem uma conspiração e destruírem as instituições democráticas. Infelizmente, é possível. Numa democracia, entretanto, os generais não têm capacidade organizada de solapar instituições políticas e os atores que submetem seus interesses à competição democrática não precisam prever as reações dos militares (PRZEWORSKI, 1984, p. 37).

Destaque-se a especificação que Przeworski (1984) faz sobre a possibilidade de que generais solapem as instituições políticas e a democracia. Como desenvolvido acima, as Forças Armadas constituem-se quase que simultaneamente ao surgimento do Estado Moderno, e enquanto tal, necessitam ser consideradas no arranjo democrático, político e social. O que se afirma é que não se pode prescindir da análise das relações entre as Forças Armadas e o poder civil no processo de construção dos regimes democráticos.

Nesse sentido, todo processo de democratização ou de experiência democrática envolve, a princípio, algum nível de controle civil sobre os militares. As relações entre os civis e os militares é relevante para a estabilidade democrática, pois segundo Przeworski, “É claro que a base institucional do controle civil sobre os militares constitui o ponto nevrálgico da consolidação democrática” (1994, p. 50).

Nesse sentido, a reflexão sobre a consolidação democrática no Brasil – e em qualquer país que se pretenda democrático – exige necessariamente que se discutam os critérios, meios e implementação de propostas de definição do controle civil sobre as Forças Armadas. Eficácia e legitimidade são pontos fundamentais para a estabilidade de uma democracia. Somado a isso, é fundamental que se tenha o controle sobre as Forças Armadas, braço bélico de um Estado-Nação e que essa esteja submetida aos pressupostos democráticos definidos pelo povo via representação. Entretanto, surge daí uma questão: como equalizar o funcionamento das instituições e do sistema democrático com a existência desse braço armado que são as Forças Armadas? A resposta à essa questão foi desenvolvida no contexto do pós-II Guerra Mundial.

It is, I think, fair to say that prior to World War II civil-military relations received little attention from social scientists and historians, at least in the English-language literature and certainly in American writing. The experience itself and, even more importantly, the subsequent Cold War, Korean War, and the conflict between President Truman and General MacArthur stimulated in the 1950's a new stream of scholarly analysis of the problems of civil-military relations and military policymaking (HUNTINGTON, p. ix, 1977).

Após o conflito, e com a iminência de novas questões militares no contexto da Guerra Fria, tornava-se fundamental discutir o espaço institucional, legal, político e mesmo econômico aos militares, sobretudo aos oficiais superiores e do alto comando. Esse diagnóstico é confirmado por Wright Mills, ao afirmar que

Desde Pearl Harbor, os que comandam os novos meios americanos de violência passaram a dispor de considerável autonomia, bem como de grande influência, entre seus colegas políticos e econômicos. Alguns soldados profissionais passaram de sua função militar para outras altas áreas da vida americana. Outros, embora continuando soldados, influíram, pelos conselhos, informações e julgamento, nas decisões de homens poderosos em questões econômicas e políticas, bem como em empreendimentos científicos e educativos. Com ou sem uniforme, generais e almirantes tentaram modelar a opinião da massa da população, emprestando o peso de sua autoridade, em público como em particular, a políticas contravertidas (WRIGHT MILLS, 1975, p. 237).

Tornava-se necessário limitar esse tipo de participação política dos militares, direta ou indiretamente no cenário político estadunidense. Refletindo sobre esta questão, o primeiro autor a discutir o tema foi Samuel Huntington em seu clássico “O Soldado e o Estado” (1996), publicado originalmente em 1957. Huntington empreende um esforço monumental de sociologia histórica e comparativa para determinar o processo pelo qual as forças militares foram se transformando na modernidade até atingirem um determinado padrão de relação com os civis que ele concebe como o da profissionalização. O modelo huntingtoniano de sociologia histórica das relações civis-militares não é linear, evolucionista nem monocromático. Pelo contrário, seria possível identificar padrões distintos de relações civis-militares. Mas antes de tratar disso, é necessário explicar a natureza das ações militares para Huntington. Para ele, baseando-se em Clausewitz,

“a guerra nunca é um ato isolado. Tampouco é a força um fim em si mesmo. Ela só se justifica quando racionalmente empregada em favor de fins públicos. A guerra é sempre subordinada a fins políticos externos, que determinam a extensão e a natureza da violência a ser empregada. Os resultados na guerra nunca são absolutos (HUNTINGTON, 1996, p. 75).

Reverberando as teorias weberianas sobre as instituições burocráticas na modernidade, Huntington entende que as Forças Armadas são, antes de tudo, burocracias dentro do estado, que se especializam (ou devem se especializar) na administração da violência legítima. Segundo ele,

A função militar é desempenhada por um técnico de profissão pública burocratizada, especialista na administração da violência e responsável pela segurança militar do estado. Um valor ou uma atitude só faz parte da ética profissional militar se for deduzido ou derivado de sua especialização, da responsabilidade e da organização peculiares da profissão militar. A ética profissional é mais ampla do que as éticas profissionais no sentido estrito do código que governa o comportamento do profissional no sentido estrito no código que governa o comportamento do profissional frente aos não-profissionais (HUNTINGTON, 1996, p. 79).

A atividade da guerra nunca é uma atividade isolada do campo da política, e não se deve/pode prescindir desta relação. A tensão entre política e guerra, ou regime democrático e instituição militar é constitutiva da moderna democracia liberal ocidental. Embora fruto de dimensões distintas, essa tensão faz parte do jogo democrático, e tanto um excesso quanto outro

é pernicioso para democracia. De um lado, não se pode abrir mão de Forças Armadas que garantam a soberania do Estado. Do outro, não se pode cair em “militarismo”.

3.2. O militarismo e a profissionalização militar

O conceito de militarismo surgiu como conceito no livro “A History of Militarism”, publicado originalmente em 1937 por Alfred Vagts (1959). Nele o autor faz uma diferenciação muito importante: existe o modo militar e o modo militarista. “Every war is fought, every army is maintained in a military way and in a militaristic way” (VAGHTS, 1959, p. 13). O modo militar seria constituído pela busca de otimização do uso de homens e recursos visando a obtenção de vitória dos objetivos de poder com a máxima eficiência, isto é, com o mínimo custo de sangue e recursos. O militarismo, por sua vez, seria caracterizado pela valorização excessiva das tradições, costumes, práticas e prestígio militar, ainda que transcenda os interesses militares. Inclusive, o militarismo tenderia a ocorrer, segundo Janowitz, mais em tempos de paz do que em de guerras (VAGHTS, 1959, p. 15).

O risco do militarismo repousa no fato de que sua expansão pode ameaçar todos os ramos da sociedade e a penetração e sobreposição dos temas militares sobre os demais campos da sociedade pode causar danos para todos. Sobre isso, afirma Roque Spencer Maciel de Barros,

Que se distinga com cuidado a mentalidade militar e o militarismo, assim como a mentalidade clerical (ou do clero) e o clericalismo. Apoiado na História do militarismo, de Alfred Vagts, Boer lembra que o modo de pensar e agir militares é “limitado quanto aos seus objetivos, confinado a uma função, e científico nas suas qualidades essenciais”, enquanto o militarista, ilimitado nos seus objetivos, “é capaz de permear toda a sociedade e de dominar a indústria e as artes. Rejeitando o caráter científico da maneira militar, o militarismo ostenta as qualidades de casta e de culto, de autoridade e de crença (BARROS, Roque de. 1980, p. XIV).

O militarismo pode adquirir características de culto e de crença, no sentido de uma forte adesão aos valores militares por membros das Forças Armadas ou civis, tanto em tempos de guerra quanto principalmente em tempos de paz. Segundo David Pion-Berlin

É possível que a sociedade seja militarista mesmo quando os militares estão relutantes em atuar. Eleitores podem estar à frente dos militares em relação ao desejo de ver as Forças Armadas empregadas para realizar tanto objetivos internos quanto externos. Desse modo, é possível que uma política militarista seja guiada pelo sentimento público, mais do que pela preferência do governo ou dos militares. Os cidadãos podem sofrer de uma exuberância irracional em relação aos militares. Excessivamente confiantes sobre a utilidade da guerra como instrumento político, pressionam os governantes a priorizar o uso da força em situações inadequadas. Essa reação pode ser frequentemente resultado de falta de conhecimento, quando o público compreende mal o modo de as Forças Armadas se enquadrarem na complexidade das práticas da política externa. O militarismo não implica que os militares sejam os principais proponentes. Ser militarista não significa ser militar (PION-BERLIN, 2018, p. 624).

Destaque-se que o militarismo pode prescindir de militares, no sentido de não ser expressão de uma ação deliberada dos militares ou de um governo em específico no sentido de ressaltar os valores militares. Assim, o militarismo configuraria uma forma de *cultura política* que circula nas sociedades e pode tomar forma de movimento mais organizado seja em momentos de paz ou de guerra³³. Nesse momento hipotético de circulação de uma *cultura política* militarista, haveria uma inversão, na medida em que a finalidade dos militares é substituída pela manutenção e glorificação dos meios. Esta é a posição de Wright Mills,

Em contraste com a existência dos militares, vistos simplesmente como peritos na organização e utilização da violência, o “militarismo” foi definido como “um exemplo da preponderância dos meios sobre os fins”, no objetivo de intensificar o prestígio e aumentar o poder dos militares. Trata-se, naturalmente, de um conceito civil, que considera os militares rigorosamente como um meio para a realização de finalidades políticas civis. Como definição, mostra a tendência dos militares de não se sujeitarem a ser meios, buscando finalidades próprias, e de transformar outras áreas institucionais em meios para a realização delas (MILLS, 1975, p. 265).

Outra forma de interpretação da dualidade entre o modo militar e o militarismo é no aspecto técnico e disciplinado do modo militar versus o modo eufórico e descontrolado do estado guerreiro, característico do militarismo.

O militar opõe-se a ambas essas tendências, pois a ética militar traça uma nítida distinção entre poder armado e belicosidade, entre Estado Militar e Estado guerreiro. O primeiro corporifica as virtudes militares do poder ordenado: a disciplina, hierarquia, contenção e firmeza. O segundo se caracteriza por euforia e entusiasmo descontrolados e irresponsáveis e também pelo amor à violência, à glória e à aventura (HUNTINGTON, 1996, p. 88).

Por fim, uma última forma – que de modo algum esgota a questão da oposição entre militarismo e o modo militar – é o da administração da guerra, segundo normas científicas e racionais em oposição aos líderes heroicos que encarnam o espírito marcial e o valor pessoal.

A história da moderna instituição militar pode ser descrita como uma luta entre líderes heroicos que encarnam o tradicionalismo e a glória, e os “administradores” militares, que tratam da conduta científica e racional da guerra. Esta distinção é fundamental. O administrador militar reflete as dimensões científicas e pragmáticas da guerra; é o profissional com laços efetivos com a sociedade civil. O líder heroico é a perpetuação

³³ No caso brasileiro, valeria à pena investigar as manifestações surgidas no contexto do pós-segundo turno das eleições presidenciais de 2022, no sentido de analisar como o componente da cultura política militarista circulava entre os manifestantes que acamparam em torno de instituições militares em todo o Brasil solicitando uma intervenção militar que representaria um golpe de estado no Brasil. Chama a atenção, nesse caso, como o movimento contou com a cumplicidade dos militares do alto comando das Forças Armadas, que agiam permissivamente em relação à presença dos manifestantes nas portas dos quartéis e o apoio nem tão velado do governo derrotado nas eleições majoritárias federais. Apesar disso, a presença de milhares de civis de todos os estratos sociais sugere que um componente militarista estava em circulação no imaginário daqueles manifestantes. Ademais, a defesa de um golpe de estado por parte das Forças Armadas é uma pauta frequente em manifestações da extrema-direita no Brasil desde os movimentos de protestos contra o governo Dilma Rousseff em 2016. De lá para cá, o tema sempre retorna, inclusive com a anuência de juristas que concordam com a tese da legítima intervenção militar.

do tipo guerreiro, o oficial montado que encarna o espírito marcial e o tema do valor pessoal (JANOWITZ, 1967, p. 25).

Além do exposto, Janowitz elabora uma distinção importante entre dois tipos de militarismos:

O militarismo intencional – o tipo identificado com o militarismo prussiano – envolve domínio e penetração das instituições civis por líderes militares, atuando direta e premeditadamente através de auspícios governamentais e outras instituições. O “militarismo imprevisto” desenvolve-se por falta de tradições efetivas para controlar a instituição militar, assim como devido ao fracasso dos dirigentes civis em agirem com relevância e coerência. Em tais circunstâncias, cria-se um vácuo que não só incentiva uma ampliação do poder da liderança militar, como na realidade força essas tendências. O militarismo imprevisto parece explicar aspectos cruciais de problemas contemporâneos dos Estados Unidos (JANOWITZ, 1967, p. 22).

Morris Janowitz explora a distinção entre um militarismo causado pelos militares – o *militarismo intencional* – e um militarismo fruto de uma espécie de vácuo de poder – o *militarismo imprevisto*. É interessante considerar esta distinção para o caso do Brasil³⁴, sobretudo devido à ausência de interesse governamental e de setores da sociedade civil em tratar dos temas militares. Se por um lado o *militarismo intencional* tem um sentido organizacional, isto é, se desenvolve a partir das questões e objetivos militares internos na disputa com outras burocracias e etc., por outro o militarismo imprevisto é resultado de uma ausência que é suprida pela participação e ação do braço armado num campo, originalmente civil.

David Pion-Berlin chama a atenção para o fato de que na América Latina, o militarismo não estar ligado à prática da guerra. Num contexto marcado pelo reduzido número de conflitos interestatais, o militarismo é usado de modo difuso, para expressar uma presença militar em missões não vinculadas à defesa ou como forma de presença ou onipotência militar (PION-BERLIN, 2018, p. 625). E mais, segundo ele, é fundamental distinguir se a agenda militar é desenvolvida por eles próprios ou se estão obedecendo e cumprindo ordens dos governos democraticamente eleitos. O escopo das missões militares pode ser grande nos dois cenários, mas são completamente diferentes quanto ao grau de risco para a democracia e o controle civil: se a agenda militar de missões e tarefas é atribuída pelos próprios militares, as Forças Armadas impõe-se como força pretoriana. “No segundo cenário, os militares recebem as decisões; eles seguem a vontade de seus supervisores políticos, independentemente de quão restrita ou ampla possa ser a missão atribuída” (PION-BERLIN, 2018, p. 626).

³⁴ O ponto será abordado mais detalhadamente no capítulo 4.

3.3. Breve histórico do processo de homogeneização do Exército Brasileiro.

3.3.1. A mobilização dos militares subalternos no contexto pré-1930

De acordo com José Murilo de Carvalho (2019), foram quatro as revoltas militares promovidas ou com participação relevante de praças da Marinha e do Exército: da Marinha, a Revolta da Esquadra, em 1891 e a Revolta dos Marinheiros ou Revolta da Chibata, em 1910. No Exército foram a Revolta do Sargento Silvino em 1892 e a Revolta dos Sargentos em 1915. Começando pelas revoltas no Exército, a Revolta do Sargento Silvino ocorre no contexto da saída do Marechal Deodoro da Fonseca da Presidência e da manifestação de apoio a ele por setores inferiores das Forças Armadas.

No dia 19 de Janeiro de 1892, o Sargento Silvino Honório de Macedo, que recém havia sido absolvido no processo dos motins dos dias 13 e 14 de Dezembro, acompanhado de outros deodoristas, revoltaram a Fortaleza de Santa Cruz. A Fortaleza da Lage apoiou a revolta, fazendo com que parte da Baía de Guanabara ficasse dominada pelos revoltosos. Porém, assim como os motins de Dezembro, faltou articulação mais precisa com as tropas de terra, as quais não apoiaram o movimento liderado pelo Sargento Silvino. O governo agiu rápido e neutralizou o movimento. Tropas cercaram as fortalezas por terra e navios pelo mar. Logo, a Fortaleza da Lage se rendeu. Porém, a Fortaleza de Santa Cruz resistiu e foi tomada por assalto pelas tropas governistas, e durante o ataque, o Sargento Silvino foi ferido (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 7).

Além desta revolta, em 1915 uma outra ocorre, a Revolta dos Sargentos, mobilizada pelas críticas dos setores inferiores do Exército contra as condições de trabalho, os soldos e a própria carreira.

Ao se apreciar as acusações dirigidas ao movimento dos sargentos de 1915, fica evidente que centenas de militares da baixa hierarquia ansiavam pela adoção de medidas reformadoras que oportunizassem uma carreira digna e estável ao mesmo tempo em que não se submetiam passivamente aos arbítrios do generalato. Em sua origem, foi um movimento de viés corporativo e que encontrou acolhida em parlamentares do campo progressista (SALOMÃO, 2020, p. 13).

Na Marinha, o contexto dos anos da Primeira República também foram marcados por movimentos de praças. A Revolta da Esquadra (1891) estava ligada à oposição que Deodoro da Fonseca possuía dentro e fora das Forças Armadas, num contexto de crise política e econômica grave. A segunda de praças na Marinha tornou-se muito mais conhecida, a Revolta da Chibata, em 1910.

Na noite de 22 de novembro de 1910, mais de dois mil marujos da Marinha de Guerra brasileira se rebelaram na Baía de Guanabara, tomando o controle dos principais navios da frota recém comprada da Grã-Bretanha, especialmente dois dos grandes encouraçados, *Minas Gerais* e *São Paulo*, e ainda o cruzado *Bahia* – e posicionaram suas armas em direção à sede do poder federal. Os marinheiros, em sua maioria negros, pardos e originários do Norte e Nordeste do Brasil, pediam, em primeiro lugar, o fim dos castigos corporais, e, particularmente, a extinção da chibata (CAPANEMA, 2020, p. 77).

As causas da revolta são muito mais profundas. O país atravessava um momento decisivo de transição de um modelo monárquico para o republicano e havia todo um conjunto de expectativas sobre o desenvolvimento econômico, político e social naquele contexto. Havia um objetivo claro na revolta, mas ela representava mais, muito mais.

Essas reivindicações objetivavam mudanças profundas na Marinha de Guerra e foram formuladas por indivíduos pobres, integrantes das classes mais baixas da hierarquia militar, na maioria negros e analfabetos, que explicitaram o seu próprio ponto de vista sobre as deficiências na Marinha de Guerra. Os amotinados revelaram ainda uma insatisfação com a República, pois no decorrer das duas primeiras décadas do novo regime, os sucessivos governos não haviam sido capazes de trata-los como “cidadãos fardados” e “republicanos”, e por isso, não suportavam mais a “escravidão na Marinha Brasileira”, exigindo, assim, “os direitos sagrados que as leis da República nos facultam” (NASCIMENTO, 2008, p. 40).

O saldo da revolta foi a expulsão da marinha – apesar da aprovação da anistia no Senado –, prisão e morte de quase todos os envolvidos. João Cândido, líder escolhido pelos marinheiros do encouraçado *Minas Gerais*, consegue sair vivo da Ilha das Cobras, para onde havia sido mandado com outros revoltosos após ser acusado de liderar uma segunda revolta conhecida como Revolta do Batalhão Naval (SAMET, 2011). Após esse período na prisão, foi internado como louco e afastado da Marinha, passou a viver como estivador no Rio de Janeiro³⁵.

3.3.2. A Doutrina Góes Monteiro: homogeneização organizacional e construção de identidade e função social e política (1930-1945)

Ao lado destas revoltas, a Primeira República ainda foi palco de um conjunto de movimentos militares de oficiais do Exército e da Marinha que sacodem a República. De acordo com José Murilo de Carvalho, ocorreram cinco revoltas de oficiais na Marinha e nove no Exército, entre 1889 e 1930 (2019, p. 32). Talvez a principal mobilização militar nesse contexto tenha sido o Tenentismo na década de 1920. Todas essas revoltas demonstram a grande diversidade de grupos, interesses e divisões que havia dentro das Forças Armadas brasileiras naquele contexto. Enquanto força militar, essas divisões representavam uma ameaça à hierarquia e disciplina, bases conceituais clássicas para o funcionamento da instituição militar. De acordo com José Murilo de Carvalho, entre 1930 e 1945 ocorreram 182 agitações, protestos ou revoltas militares de oficiais e praças no Brasil (2019, p. 99).

Nesse mesmo contexto, o Exército brasileiro passava por uma nem tão silenciosa e efetiva transformação. “Entre 1905 e 1912 três contingentes, totalizando 34 oficiais, haviam passado dois anos em regimentos alemães. O Exército brasileiro moderno começou com o retorno desses homens ao Brasil (MCCANN, 2009, p. 216). Em 1919 chega ao Brasil a “Missão

³⁵ Essas informações foram encontradas em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/C%C3%82NDIDO,%20Jo%C3%A3o.pdf> Acessado em 27/02/2022

Francesa”, um conjunto de militares que tinham por objetivo treinar e modernizar a doutrina e a preparação militar. Esses dois movimentos de modernização e atualização da doutrina militar brasileira representaram os esforços da elite militar de diminuir a distância entre as Forças Armadas brasileiras e as dos países europeus e dos Estados Unidos, que estavam recém saídos da campanha vitoriosa na I Guerra Mundial. Os oficiais que participaram da expedição dos “Jovens Turcos” começam a alcançar os postos mais elevados do Exército nos anos 1920 e 1930. A imaginada modernização estava em processo, lento mas contínuo. Nesse ínterim, os militares passaram a publicar suas ideias na revista A Defesa Nacional, propondo transformações tanto no âmbito militar quanto político (NASCIMENTO, 2010).

Dentre os oficiais que serão impactados pelas propostas, Pedro Aurélio de Góes Monteiro, general do Exército brasileiro na década de 1930, foi um dos mais afetados. Após o turbilhão de movimentos, contestações, revoltas e tentativas de golpes, a virada dos anos 1920 para 1930 demandava uma transformação.

Encerrado o período conhecido por *República Velha*, ficaram como seu legado ao Exército questões a exigir, com o início da década dos 30, pronto atendimento. Eram elas sobretudo a da regeneração dos princípios da disciplina e hierarquia, constantemente violadas, e a da definição do papel do Exército na sociedade, assim como das formas de institucionalizá-lo (COELHO, 2000, p. 109).

O ponto central era eliminar as influências partidárias, doutrinárias externas ao Exército de modo que ele estivesse blindado contra o sectarismo e as divisões observadas na sociedade brasileira e dentro da caserna na Primeira República. A síntese da Doutrina Góes Monteiro ficou conhecida como

Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no Exército. (...) A política do Exército é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo, e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria (GÓES MONTEIRO apud COELHO, 2000, p. 115)

O projeto de Góes Monteiro é muito mais amplo do que “apenas” blindar a tropa das influências políticas. Nesse sentido, o quadro e as regras de promoções a sargentos e a oficiais deveria ser todo remodelado, a estrutura militar completamente repensada, distribuição estratégica da tropa pelo território nacional e até o conjunto de armas e materiais bélicos a serem utilizados, deveriam ser repensados (SUANO, 1999).

“É essa a situação que exige a reforma geral da organização estabelecendo “medidas radicais de saneamento”. A única forma de resolvê-la está numa série de leis que ofereçam resistência ao arbítrio e aos privilégios, atendendo apenas às necessidades do Exército (SUANO, 1999, p. 112).

Embora pareça contraditório, apesar da participação de Góes Monteiro e de setores militares brasileiros no Golpe de 1930 que deu o poder a Getúlio Vargas, logo na sequência Monteiro passa a defender o afastamento dos militares do cenário político.

Outro instrumento de isolamento dos oficiais foi a legislação sobre participação em organizações de caráter político-partidário. A participação foi intensa nos primeiros anos depois da revolução, tanto em termos individuais como coletivos, envolvendo sobretudo oficiais subalternos. O Clube 3 de Outubro³⁶ e os interventores militares agiam como autêntico grupo de pressão sobre o governo, para irritação de outros militares e, mais ainda, das chefias políticas civis. Mas já na subcomissão de 1933, Góis Monteiro defendeu a proibição total da participação política dos militares. Sugeriu proibir o voto a todo e qualquer militar da ativa; vetar a participação em organizações de caráter político; agregar sem vantagens os militares eleitos para cargos públicos; passar obrigatoriamente para a reserva os que ficassem mais de seis anos em cargos eletivos. A subcomissão aprovou a maioria das sugestões, mas nos debates da constituinte quase todas foram derrotadas e a Constituição ficou próxima à de 1891 quanto a esse ponto (CARVALHO, 2019, p. 121).

O grande evento da década de 1930 para os militares, aquele que transformou tudo e todos dali em diante foi o Movimento de 1935 (conhecida pejorativamente de Intentona Comunista). Grosso modo, o que ocorreu em 1935 foram rebeliões militares no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, por grupos de militares identificados com o socialismo e o comunismo que, embora tenha vitimado fatalmente militares, foi rapidamente debelado pelas autoridades. A interpretação militar do evento destaca o controle soviético sobre os militantes e militares brasileiros “Os senhores soviéticos determinaram. Os cegos brasileiros obedeceram” (MACIEL; NASCIMENTO; AUGUSTO, 2012, p. 74). Teria sido, nessa interpretação uma das muitas tentativas de transformar o Brasil num país comunista.

Os comunistas brasileiros foram acusados de serem elementos “a serviço de Moscou”, e, portanto, traidores da pátria. Os militares que tomaram parte na revolta foram, em particular, acusados de uma dupla traição: não só do país como da própria instituição militar, ferida em seus dois pilares – a hierarquia e a disciplina (CASTRO, 2002, p. 51).

Recorrendo a forte embasamento teórico e discordando desta interpretação, Marly Vianna argumenta que

[...] ao contrário do que até agora tem sido opinião corrente, a IC [Internacional Comunista] não passou de ator coadjuvante do drama de novembro de 1935 – que não planejou nem sugeriu –, mantendo sobre as anunciadas possibilidades revolucionárias do país uma expectativa conivente. [...] Não deixo de considerar a forte influência da IC na vida política, na “modelagem” ideológica e na vida orgânica do PCB, mas pretendo ultrapassar o viés exogenista, que consiste em atribuir os acontecimentos de 1935 exclusiva ou principalmente a diretivas e influências externas, fixando-me em seus condicionamentos nacionais amplamente preponderantes: as tradições políticas e a mentalidade dos diversos setores, grupos e classes que atuavam na sociedade brasileira da época (VIANNA, 1992, p. 18).

³⁶ O Clube 3 de Outubro foi criado por militares tenentistas apoiadores de Getúlio Vargas que defendiam a manutenção do governo provisório e o adiamento da reconstitucionalização do Brasil. Para maiores informações, recomenda-se o texto disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Clube3Outubro> Acessado em 27/02/2022.

De acordo com Ferreira (2005), ainda há muitas dúvidas sobre o que teria ocorrido entre 23 e 27 de novembro de 1935. O que teria sido realizado pelo “governo revolucionário”? Qual o papel do governo brasileiro na eclosão do movimento? Tratava-se, de fato, de um levante comunista? E quanto às vítimas, quantas foram? Para os fins deste trabalho, concorda-se com Ferreira quando ele afirma

Para o nosso trabalho a verdade não importa. O que nos importa é aversão do fato. Mais precisamente, a versão, ou melhor, as versões que o Exército deu sobre esses eventos. Interessa-nos sobretudo perceber como o Exército constrói e reconstrói ideologicamente o fato nas diversas conjunturas políticas e como o Exército se constrói ideologicamente através da rerepresentação do fato (FERREIRA, 2005, p. 49).

Claro que a verdade importa. Mas o que se está destacando aqui é como a memória institucional do Exército constrói uma visão sobre o movimento de 1935 que serve exatamente àquele objetivo de constituição de uma homogeneidade interna, contribui para a formação de uma identidade comum entre os diferentes estratos e grupos de militares – contra um inimigo comum que é o comunismo internacional traidor e assassino – e também de uma função social clara, o combate ao comunismo e ao inimigo interno. A partir do movimento de 1935, todo um conjunto de leis, regras e diretrizes serão instituídos visando a eliminação dos militares partidários (sobretudo os comunistas, socialistas, de esquerda e mesmo nacionalistas) e a formação de um ideário comum à caserna.

As revoltas de 1935 provocaram grandes modificações na legislação. A mais drástica foi a Emenda nº 2 à Constituição, que permitia a cassação por decreto da patente de oficiais que se envolvessem em atividades subversivas. Com base nessa emenda foi expulso um grande número de oficiais. A medida era tão radical que provocou reação do próprio Góis Monteiro, que a acusou de desmoralizar o corpo de oficiais, favorecendo assim, mais do que dificultando, a bolchevização do país. A Constituição de 1937 revogou a medida, mas incorporou a proposta de Góis: proibição de voto a todos os militares da ativa (CARVALHO, 2019, p. 122).

Se de um lado houve um processo de expurgo nas Forças Armadas como consequência do Movimento de 1935, do outro ele serviu como elemento de coesão interna e construção de identidade.

A fase de intensa criação de novos símbolos e cerimônias do Exército iniciada com a adoção do culto a Caxias e aprofundada com a reforma da Escola Militar continuou nos anos seguintes. A frustrada revolta comunista de novembro de 1935 foi um evento-chave que desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas (CASTRO, 2002, p. 49).

O processo de transformação do 23 de novembro em uma lembrança institucional do Exército não se deu de modo imediato nem foi fortuita.

A decisão de transformar o 27 de novembro em mais uma data do calendário das celebrações oficiais do Exército e das demais Forças Armadas foi basicamente organizacional e política. [...] A institucionalização da mensagem não sucede automaticamente aos eventos de novembro de 1935. Demorou um certo tempo até que o Exército percebesse os benefícios dessa retórica (FERREIRA, 2005, p. 50).

A análise de Edmundo Campos Coelho caminha em sentido semelhante.

O pânico das chefias militares foi autêntico. O General Góes Monteiro referiu-se após debelado o movimento, à fase “pré-agônica” na qual entrara o Exército, e mencionava como uma das causas desta “decomposição” a “incúria e inépcia dos chefes, que são o cérebro apodrecendo”. As consequências imediatas da Intentona foram, em primeiro lugar, uma maior aproximação entre chefes militares e, em segundo, a descoberta de que a percepção de um inimigo comum constituía-se no fator desta coesão maior, que poderia se estender aos demais escalões (2000, p. 121).

O ponto fundamental da instrumentalização da revolta é a capacidade que ela tem de, a partir da articulação e coordenação dos militares do comando, servir como elemento de coesão e de construção de identidade. Em termos organizacionais, a instituição militar ganha com a construção desse inimigo comum a todos os estratos e níveis.

Nesse quadro, a história da década de 1930 é a da eliminação não apenas das correntes reformistas e mesmo esquerdistas – tarefa consolidada depois da revolta Comunista de 1935 –, mas também dos generais da geração da Primeira República – missão facilitada pelo afastamento destes oficiais após a derrota da Revolta de 1932, com a qual muitos deles se alinharam (MARTINS FILHO, 2017, p. 104).

A lembrança institucional do Movimento de 1935 passa por cerimônias públicas, atos no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, onde estão enterrados militares mortos nos confrontos, homenagens aos falecidos nas revoltas, presença de Presidentes da República e lideranças políticas. De acordo com Castro (2002), somente nos anos 1990 é que os Presidentes da República deixaram de frequentar as cerimônias de lembrança do evento. Entretanto, após a vitória de Jair Bolsonaro, os militares retomaram a memória e lembrança do evento, com cerimônias, Ordens do Dia e divulgação em redes sociais.

A administração Bolsonaro tem sido marcada pelo embate com forças sociais, movimentos políticos, instituições públicas, jornalistas e etc. Em boa parte dessas tensões, o presidente reedita a narrativa anticomunista como elemento de coesão interna ao conjunto de seus apoiadores e de detração aos adversários políticos e críticos.

3.3.3. A República de 1946 e a politização nas Forças Armadas: das disputas no Clube Militar à Revolta dos Sargentos e dos Marinheiros no contexto pré e pós-1964

Após o fim do Estado Novo varguista em 1945, o cenário político mudou. O contexto pós-45 é marcado por uma liberalização maior que atinge inclusive o estamento militar. Tanto assim que oficiais militares se candidatam à Presidência, com Eurico Gaspar Dutra, vencendo o pleito pela UDN e se tornando o primeiro presidente após o Estado Novo.

O cenário político entre 1945 a 1964 foi marcado pelas disputas políticas entre nacionalistas e liberais. A postura nacionalista enfatizava uma necessidade de articulação e

coordenação do estado brasileiro na promoção do desenvolvimento via substituição de importações e a criação de uma indústria nacional que desse suporte aos projetos nacionais. Por outro lado, buscava-se, sobretudo via personalidade de Getúlio Vargas e o conjunto dos movimentos ligados ao trabalho e ao sindicato, uma aliança eleitoral e política que fortalecesse a causa. Nesse campo, o principal partido a representar esses interesses era o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. Do lado liberal, enfatizava-se a necessidade de uma abertura – relativa ou plena – ao capital externo e uma diminuição das atribuições do governo federal. A aposta era na liberalização da economia nacional como instrumento de atração de investimentos e de desenvolvimento. Politicamente, eram representados pela UDN, União Democrática Nacional.

[...] a formação de grupos e subgrupos no interior da máquina militar, a partir de algumas linhas de separação ideológicas, políticas e até partidárias, não questiona necessariamente o funcionamento hierarquizado da totalidade dessa máquina. Cada um daqueles grupos reivindicou a representação de interesses políticos e profissionais corporativos, pregando, salvo em raríssimos momentos, o respeito aos mecanismos hierárquicos (PEIXOTO, 1980, p. 72).

Se no âmbito civil havia cisão e disputa política, apesar dos esforços, projetos, leis e normas instituídas por Góes Monteiro, no campo militar permanecia também divisões e disputas. Enquanto instituições sociais, mesmo com o aparato burocrático e repressor ativo, era difícil manter a caserna impermeável às questões sociais que tencionavam o debate público de então.

[...] na eleição de 1950 e nos pleitos bianuais subsequentes defrontaram-se as correntes que chamaremos aqui de “nacionalistas” e “antinacionalistas”. A primeira, agrupada na Chapa Amarela, tinha como marca registrada a defesa da industrialização do país com características autônomas, posicionando-se de forma abertamente crítica contra o papel dos “trustes internacionais” e contra uma política externa de alinhamento com os Estados Unidos. O segundo grupo, abrigado na Chapa Azul, defendia uma postura favorável tanto em relação à participação do capital estrangeiro na industrialização do país, quanto à aliança com os EUA nos quadros da Guerra Fria (MARTINS FILHO, 2017, p. 112-113).

As eleições do Clube Militar na década de 1950 reproduziram, grosso modo, a polarização política que caracterizava o ambiente público civil.

O ambiente político brasileiro do período 1945-1964 foi muito rico do ponto de vista das ideologias, projetos e perspectivas apresentadas. Mesmo no âmbito cultural e musical, com a Bossa Nova e o Samba, havia um clima de frescor no ar. Todavia, o suicídio de Vargas em 1954, a posse conturbada de Juscelino Kubitschek garantida com um contragolpe militar em 1955 (CARLONI, 2012) e o aumento das pressões, tensões e radicalização política e social nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) e a própria Campanha da Legalidade para a posse de Jango, demonstravam que o cenário político brasileiro encontrava-se longe de uma normalidade democrático-liberal “normal”. Em todos esses momentos a temática do

anticomunismo retornava com maior ou menor força. Nesse espaço não é possível abordar todo o contexto histórico, mas também não é preciso demorar-se muito neste ponto: o clima político no governo Jango se tornou muito tenso, e sob acusações de comunista e de tentar introduzir reformas socialistas no Brasil, as Reformas de Base e o próprio governo Jango sofreram duras críticas e oposição no contexto 1961-1964.

No contexto de agitação política dos anos 1960 os sargentos e praças não permaneceram imunes. A constituição de 1946 proibia a eleição de militares graduados (sargentos, suboficiais e cabos). Apesar disso, dado apoio à causa da Legalidade em 1961, os militares esperavam que alguma mudança ocorresse lhes garantindo o direito de se elegerem. Coincidentemente, em 27/11/1962 (aniversário do Movimento revoltoso comunista de 1935) o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que, de fato, a ilegitimidade dos militares era norma constitucional. Isso inicia uma série de mobilizações pelo país pelos direitos dos militares.

Entre os comunistas, havia aqueles como o Partido Comunista Brasileiro, que seguia a orientação de Luiz Carlos Prestes, que defendiam fazer a luta do povo usando o processo político, porém havia outros setores comunistas que defendiam a tomada do poder pela luta armada (CAVALHEIRO, 2011, p. 86).

O clima de radicalidade se intensifica em 1963 quando a questão é votada no dia 11 de setembro pelo Supremo Tribunal Federal e é também confirmada a proibição. A partir daí a mobilização e os protestos dos militares subalternos se intensifica. Algumas centenas de graduados da Marinha e Aeronáutica tomam prédios em Brasília, fazem reféns – entre eles Victor Nunes Leal, importante jurista e escritor brasileiro e, à época Ministro do STF. Em um dos mais importantes – e únicos – trabalhos sobre as revoltas militares de praças e sargentos nos anos 1960, o pesquisador Paulo Parucker chama a atenção para o fato de que

O movimento dos praças nos anos iniciais da década de 1960 não foi apenas “militar”. Estava inserido num contexto de ampla mobilização das camadas populares que mais e mais colocava em xeque a continuidade, nas precárias bases estabelecidas, das relações de dominação. A ação dos baixos escalões militares, assim, deve ser também encarada nessa dimensão: uma experiência histórica muito rica em referências tanto para a memória de lutas das classes dominadas quanto para a discussão da questão da cidadania (2009, p. 33).

O movimento foi rapidamente sufocado pelas autoridades militares e civis. Entretanto, foi utilizado por setores civis e militares como forma de criticar João Goulart, então Presidente, exigindo sua renúncia. O saldo do movimento foi a prisão de 536 pessoas e a condenação a quatro anos de prisão, em 1964 de 19 sargentos envolvidos na revolta³⁷.

37

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_sargentos
Acessado em 27/02/2022.

Cf.:

As consequências da Revolta de Brasília foram múltiplas. [...] Outra consequência, muito prejudicial, foi que serviu de pretexto para os setores golpistas das Forças Armadas desencadearem novas formas de perseguição aos sargentos, além das que já vinham ocorrendo. Para o Governo Federal, e especialmente a Jango, estava criada uma situação extremamente complexa, pois precisava conciliar duas situações contraditórias: evitar uma perseguição exacerbada aos sargentos e, ao mesmo tempo, manter uma relação razoavelmente boa com a oficialidade (CAVALHEIRO, 2011, p. 97).

O cenário de mobilizações e protestos continuou e no contexto já de 1964 os marinheiros da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais (AMFN) – uma entidade criada em 1962 e que, segundo um de seus membros fundadores, tinha como objetivo

A associação nasceu com duas tendências bem claras e em disputa. A mais conciliadora queria “reformatar” a Marinha a partir da colaboração entre oficiais e marinheiros. A mais combativa propunha uma orientação mais independente. Venceu a mais moderada, encabeçada por João Barbosa, cabo artilheiro. [...] As inúmeras tentativas de buscar uma aproximação entre a associação e o Estado Maior da Armada, resultaram em negativas hostis, reforçando a posição mais combativa na entidade (CAPITANI, 20, p. 29-30).

Já no contexto de Março de 1964, é organizada uma reunião da AMFN, associação que era ilegal no entendimento da Marinha. Enviados militares para prenderem os associados reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos, muitos militares se juntaram ao movimento

Um pelotão de 26 fuzileiros se aproximou do portão principal, que estava fechado e ficou frente a frente com os marinheiros que estavam do outro lado. Os apelos para depor as armas e aderir aumentaram. A emoção foi muito grande. O soldado Paulo Novaes Coutinho largou a metralhadora e a cartucheira no chão, o portão se abriu para ele entrar; os demais 25 o acompanharam. Do outro lado uma companhia de fuzileiros armados de canhões e metralhadoras recebeu a ordem de “fogo”. Os fuzileiros baixaram as armas e retiraram as munições. Concretizou-se a rebelião dos soldados do mar e terra da Marinha. A unidade estava selada. O comandante, para evitar que os demais também aderissem, embarcou a tropa e voltou ao quartel imediatamente. A hierarquia fora rompida oficialmente, a rebelião estava caracterizada (CAPITANI, 2005, p.68-69).

Os acontecimentos no imediato posterior são notórios: o comício da Central do Brasil, a acusação de que João Goulart quebrou a hierarquia militar, as denúncias de que um golpe comunista se avizinhava, a mobilização secreta dos militares do alto oficialato preparando-se para o golpe, o apoio dos Estados Unidos, a decisão do General Olímpio Mourão Filho de movimentar suas tropas, sediadas em Juiz de Fora (MG) e deflagrar o Golpe Militar em 31/03/1964. O clima de radicalismo atingia o ponto de não retorno e os militares do alto comando mantiveram-se atentos ao projeto de homogeneização que havia sido iniciado nos anos 1930 por Góes Monteiro, acelerado com as consequências do Movimento de 1935 e que havia sofrido revezes no contexto da República de 1946. Um processo violento e extenso de expurgos foi colocado em prática no pós-1964.

Dentro das Forças Armadas a polarização era grande e os ódios, maiores. Depois da vitória, seguiu-se expurgo semelhante aos da década de 1930. De 1964 a 1968, 1312

militares foram expulsos da corporação, dos quais 574 oficiais e 738 praças. Não é difícil imaginar quem constava das listas de punição: entre os oficiais, líderes da corrente nacionalista do Clube Militar, os que apoiaram Lott em 1955 [no contragolpe que garantiu a posse de Jucelino Kubitschek], os que apoiaram Goulart; entre os praças, as que participaram das manifestações de 1963 e 1964. Medidas tomadas pelos militares vitoriosos em 1964 implementaram reformas organizacionais que retomavam o ideal de Góis de imunizar as Forças Armadas contra as divisões políticas. Além dos expurgos dos opositores, intensificou-se o controle hierárquico e ideológico sobre os oficiais, expandiram-se os serviços de inteligência, reformou-se o sistema de promoção e reforma de modo a impedir a permanência por muito tempo de oficiais na ativa ou no mesmo posto (CARVALHO, 2019, p. 168).

Em 1976, por ocasião da lembrança do Movimento de 1935, o comandante do II Exército afirmara: “em nossos quartéis não aparecerão mais Lamarcas, não aparecerão mais Agildos Baratas, porque os nossos quartéis hoje estão purificados” (CASTRO, 2002, p. 61). Logo que iniciou-se a ditadura militar, os militares mais alinhados com as pautas nacionalistas começaram a sofrer processos. De acordo com Marcus Figueiredo,

[...] proporcionalmente, entre civis e militares, a taxa de punição política é mais significativa entre os últimos. Agora, através da análise de sua aplicação, veremos como esta alternativa autoritária serviu, e vem servindo como instrumento de controle do conflito político no interior das Forças Armadas (1978, p. 62).

Refletindo sobre esse cenário, o professor Paulo Cunha destaca que

Na verdade, essa política não se limitou à primeira fase do golpe de 1964, pois teve continuidade, mesmo com alguns deles estando na reserva; atingindo outros na ativa, incluindo policiais militares. Nas décadas seguintes, além de atingidos profissional e financeiramente, esses militares arcaram ainda com uma punição moral. Constantemente vigiados, presos em várias ocasiões, impedidos de exercer suas profissões, sem falar da repressão que se abateu sobre os praças e conscritos nos anos de 1970 e 1980, um dado novo que emergiu em depoimentos recentes (CUNHA, 2014, p. 140).

Na tabela 1, verifica-se que no primeiro e último ciclo o grupo militar mais atingido foi o dos militares subalternos. No total de atingidos pelas punições também se destacam os militares dos grupos inferiores.

Tabela 1: Punições nas Forças Armadas

	Ciclos			Todo o período (1964-1973)
	1964-1966	1967-1970	1971-1973	
Altas Patentes	8,6% (84)	2,7% (1)	3,7% (11)	7,4% (96)
Patentes Médias	34,4% (337)	68,7% (24)	39,4% (117)	36,4% (478)
Subalternos	57,0% (559)	28,6% (10)	56,9% (169)	56,2% (738)
Total	100,0% (980)	100,0% (35)	100,0% (297)	100,0% (1312)

Fonte: FIGUEIREDO, 1978, p. 63

Claudio Beserra de Vasconcelos apresenta números diferentes, mas igualmente sintomáticos da perseguição e violação dos direitos contra os militares. De acordo com o ele, “Entre 1964 e 1970, pude contabilizar um total de 1487 militares punidos, sendo: 53 oficiais gerais, 274 oficiais superiores, 111 oficiais intermediários, 113 oficiais subalternos e 936 entre sargentos, suboficiais, cabos, marinheiros, soldados e taifeiros” (2018, p. 91).

3.3.4. Os militares na Nova República: do voto corporativo à Presidência Jair Bolsonaro

A saída dos militares do governo em 1985 – ou se se preferir em 1989, com a eleição direta e democrática do primeiro Presidente civil desde Jânio Quadros – ocasionou uma diminuição em sua movimentação e interferência política. Apesar disso, os militares, sobretudo os da reserva, continuaram ativos, produzindo análises políticas, revitalizando teses anticomunistas da Guerra Fria (CHIRIO, 2021) e criando todo um ecossistema de extrema-direita cujo objetivo era agir como grupo de pressão por pautas políticas, econômicas, sociais e mesmo culturais, de acordo com os interesses e as visões de mundo da caserna (SANTOS, 2009). Esse ecossistema seria fundamental no contexto dos anos 2016 a 2018, especialmente no momento da eleição de Jair Bolsonaro.

Desde o fim do regime militar que os militares se esforçaram para demonstrar publicamente que estavam recolhidos à caserna. Havia um constrangimento em aparecer na cena política de maneira explícita e por parte da sociedade civil e da academia havia uma crença na robustez da nossa democracia. Na verdade, durante o período democrático os militares estiveram ativos na vida política, mas não de forma explícita. Pouco ou nada se ouvia falar sobre sua atuação (ATASSIO; PINTO; GUZMAN, 2021, p. 209).

Como discutido no capítulo 1, do ponto de vista do controle civil sobre as Forças Armadas, o período foi marcado por incontestes avanços na legislação e na construção de instituições que fortaleçam o poder civil sobre os militares. Faz parte desse processo a publicação em 1996 da Política Nacional de Defesa, a criação do Ministério da Defesa em 1999, a publicação da Estratégia de Defesa Nacional em 2008 e o Livro Branco de Defesa em 2012. Mas ao mesmo tempo, esse processo foi insuficiente e por demais tímido em modificar tradições, pensamentos e práticas intervencionistas nas Forças Armadas, vislumbrou-se a possibilidade de abertura de novas bases nas relações civis-militares (FUCILLE, 2021).

Um segundo momento, foi marcado pelos militares “sendo tragados” (ou se aproveitaram das brechas por eles mesmos deixadas quando da Transição para a democracia?) pra dentro do debate público a partir da convocação dos militares para ações de Garantia da Lei e Ordem (GLO’s), seja em grandes eventos, como na Rio-92, Jornadas Mundiais da Juventude

Católica, Rio+20 em 2012 e a Copa do Mundo e as Olimpíadas, seja para ações de combate ao narcotráfico em favelas e comunidades do Rio de Janeiro e outras cidades.

A banalização das Op GLO geraria inúmeras críticas por parte de diferentes segmentos, sendo a principal questão de fundo o fato de que o aumento no número dessas operações – bem como a forma como vêm sendo executadas – representaria um desvio da atividade-fim das Forças Armadas: a defesa do Brasil contra inimigos externos. Somam-se a isso os questionamentos sobre o despreparo das tropas para lidar com situações cotidianas da segurança pública e o ainda vigente déficit de cultura democrática no interior das Forças Armadas, bem como a lembrança de sua histórica atuação no combate ao “inimigo interno” – os acusados de “subversão” – nos períodos de maior repressão política (FREIXO, 2020, p. 11-12).

Além das ações no plano da Segurança Pública, outro campo de atuação das Forças Armadas brasileiras foram as missões de paz da ONU.

O envio de tropas nas denominadas Missões de Paz da ONU também foi uma constante durante esses governos e garantiu autonomia de atuação das Forças Armadas em situações de poder. As Missões já figuravam como atividades militares constitucionais desde 1948, porém foram intensificadas e publicizadas a partir de meados da década de 1990. A Minustah, Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti, que se deu entre 2004 e 2017, deslocou para o Haiti, neste lapso de 13 anos, cerca de 37 mil oficiais das Forças Armadas brasileiras. O Brasil foi o país líder da missão e atuou, inclusive, como apoio à Polícia Nacional do Haiti, além de desempenhar papel junto à Polícia da ONU (UNPOL) (ATÁSSIO, PINTO, GUZMAN, 2021, p. 212-213).

Um terceiro lugar, se deu exatamente com a participação de Jair Bolsonaro. Após sua saída conturbada da caserna, Bolsonaro se candidatou a vereador com uma pauta sindical e de representação dos militares subalternos. Chamado de “mau militar” pelo general Geisel, Jair Bolsonaro tinha dificuldades em adentrar os quartéis.

A questão não era apenas a participação política, era a radicalização. Para Jarbas Passarinho, um tenente-coronel que ocupou vários ministérios na ditadura e na democracia, Bolsonaro representava o radicalismo de direita. [...] Se havia um problema para qualquer comandante da guarda ou oficial de dia no Rio de Janeiro, durante a década de 1990, era a possível tentativa de entrada de Jair Bolsonaro na unidade militar para fazer campanha. Em uma década marcada pela consolidação da redemocratização, a presença de um ex-oficial com perfil radical fazendo campanha dentro da instituição poderia custar um desgaste desnecessário. Seja como candidato a vereador ou a deputado, ele acabou sendo proibido de entrar nos quartéis do Rio de Janeiro (SANTOS, 2021, p. 164).

Militando em prol dos militares, sobretudo os subalternos, Bolsonaro foi ganhando espaço entre os militares e familiares de militares e garantindo um conjunto de eleitores fiel. Ao mesmo tempo, o cenário político foi mudando e, após as vitórias seguidas do Partido dos Trabalhadores, as acusações de corrupção nos escândalos conhecidos como Mensalão (em 2004) e o da Petrobrás (2014-15), Bolsonaro foi conquistando mais apoio entre os oficiais. O

ato simbólico de início da campanha para presidência em 2018 se deu em formatura na AMAN em 2014³⁸.

Esse modelo intramuros de atuação de baixa intensidade se manteve até a crise que levaria à derrubada por meio do impeachment do governo de Dilma Rousseff (PT). É então que integrantes das Forças começam publicamente a abandonar a neutralidade e o apartidarismo que caracterizavam os pronunciamentos dos chefes na maior parte dos governos da Nova República (GODOY, 2021, p. 59).

Mas o que isso quer dizer? O ponto central da reflexão é, ao retomar-se a viagem histórica de média duração que faz-se neste texto, perceber como a instituição militar lidou de modo distinto com a mobilização política e partidária nos contextos pré-1964 e pós-1964. A tese que defende-se neste texto é a de que o processo de “limpeza” ou expurgos que se iniciaram em 1930 com Góes Monteiro e sofreu revés nos anos 1950 e 1960, voltou com força após o Golpe de 1964 e concretizou-se nos anos da ditadura. Mesmo com a Anistia de 1979, a instituição militar (seja Marinha, Aeronáutica ou Exército) foi totalmente remodelada, de modo a eliminar, se não todos os grupos ideológicos não alinhados com a estrutura hierárquica da ditadura, boa parte daqueles que conformavam outros “partidos militares”, na terminologia de Peixoto (1980). Ademais, interessava também eliminar da cadeia de comando e reprodução institucional os perfis indesejados de militares militantes nacionalistas, progressistas e etc.

Na Nova República, houve um processo de manutenção da retórica anticomunista e intervencionista militar, sobretudo a partir do ecossistema de jornais, revistas e panfletos escritos por militares da reserva e que buscavam pressionar o governo em pautas de seu interesse (SANTOS, 2009) (CHIRIO, 2021), que foi reaquecida no contexto da eleição de 2018.

Atualizando a tradição anticomunista das Forças Armadas com as teses sobre o “marxismo cultural” – provenientes da extrema direita norte-americana e difundidas no Brasil desde o final da década de 1980 por Olavo de Carvalho – e articulando-as com uma interpretação peculiar das ideias de Antonio Gramsci, o general Avellar Coutinho se tornou rapidamente referência para amplos setores da direita militar e civil, no contexto do crescimento do conservadorismo no Brasil, tanto com A revolução gramscista no Ocidente quanto com sua outra obra, Cadernos da liberdade: uma visão do mundo diferente do senso comum modificado, de 2003 (FREIXO, 2020, p. 15).

Esse processo de homogeneização da organização militar não foi fortuito, mas se construiu a partir das escolhas do comando militar, sobretudo do Exército, no contexto dos anos 1930-1945 e foi reforçado no contexto da Ditadura. A identidade das Forças Armadas brasileiras ainda é fortemente vinculada à ideia de combate ao comunismo, mesmo hoje. Nesse sentido, o projeto também foi bem-sucedido.

³⁸ O curto vídeo em que Jair Bolsonaro lança informalmente sua campanha para a Presidência de 2018 está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=MW8ME9S87SI> Acessado em 28/02/2022.

Retomando a questão da comparação entre a militância política de militares de baixa patente no contexto pré-64 e pós-85, o que sobressai da análise é um processo de aceitação/negociação muito menos duro do que antes. Sobretudo porque na Nova República não há mais grupos organizados interna ou externamente à caserna (mas ligados a ela) com a capacidade de dividir a tropa. A ameaça de insubordinação converteu-se, após esse longo processo tenso, violento e profundo, em chamado à mobilização, seja em prol de Deus, da Pátria e da Família ou de prebendas econômicas individuais ou coletivas para os membros da caserna.

Do ponto de vista funcional, tal proposta deu às Forças Armadas uma função interna e externa que até hoje permanece no imaginário militar como ativa: derrotar o inimigo interno e pacificar o país. Se o processo dentro da caserna foi relativamente bem sucedido, no âmbito social a batalha dos militares pela hegemonia ideológica ainda está por concretizar-se. Sabe-se lá o que sobreviverá do Brasil se isso se concretizar.

3.4. Os militares como organizações

Há várias formas de se interpretar as relações entre os militares e a política e os militares e a sociedade. complementando os temas desenvolvidos anteriormente, pretende-se analisar as Forças Armadas como organizações (COELHO, 2000). É através deste quadro analítico que, acredita-se, possa ser explicada a estratégias e comportamento dos militares na política e na sociedade brasileiras. Ademais, acredita-se também que tal desenho teórico oferece estofos para a compreensão do pensamento militar desenvolvido nas academias.

Assim, pretende-se explicar de que maneira as Forças Armadas, enquanto organizações, buscam autonomia decisória, institucional e maior participação política visando ganhos estratégicos orçamentários ou não. No caso brasileiro, torna-se fundamental a análise ofertada por Edmundo Campos Coelho em *Em busca da identidade* (2000) e de Roberto Ferreira em *Organização e Poder* (2005), além de outros trabalhos de comentaristas. O ponto é demonstrar como as Forças Armadas, e o Exército, em particular, desenvolveram ao longo do século XX uma doutrina própria, construída a partir de objetivos e interesses internos – não excluindo os conflitos intramuros – que se consolida numa identidade funcional e organizacional próprias, e que se constitui a partir da busca constante por autonomia decisória e institucional. Ferreira (1995) explorará o papel do anticomunismo nesse processo de definição de um inimigo que confere homogeneidade e identidade interna, ao passo que o contexto internacional também colabora com essa imagem e esse papel atribuído internamente (MOTTA, 2020).

Por isso se fez necessário o mergulho histórico dado no item anterior. Pretendeu-se demonstrar o processo de formação desse ideal organizacional e sua evolução no período dos anos 1930 até a Nova República. Através da análise realizada, acredita-se ser possível afirmar que no exato momento em que se profissionaliza a estrutura e funcionamento das Forças Armadas no Brasil, sobretudo do Exército, elas desenvolvem ao mesmo tempo e complementarmente uma doutrina altamente politizada – combate ao inimigo interno e função moderadora/salvacionista. Nesse sentido, no Brasil o ideal de profissionalização resultou não em afastamento da política, mas na entrada dos militares, pelo menos do alto comando, nos debates políticos e o aprofundamento das construções ideológicas por parte de setores do Exército Brasileiro. Isso ofereceria uma resposta à dupla orfandade de que fala Coelho (2000).

Assim, tratar-se-ia de um equívoco interpretativo analisar as relações civis-militares brasileiras a partir do binômio excludente IDEOLOGIA x PROFISSIONALIZAÇÃO. Não se trata de uma oposição entre uma e outra, mas de um quadro complementar: a profissionalização permitiu a ideologização das Forças Armadas, sobretudo do alto comando, no contexto dos anos 1930-1960, no sentido de construção de uma identidade funcional militar caracterizada pelo combate ao inimigo interno. Ao mesmo tempo, esse processo foi construído a partir da busca de autonomia decisória e institucional que se manifesta na definição propriamente militar de ensino, função política e social, regulamento interno e organização.

3.4.1. A perspectiva de Edmundo Campos Coelho

Quando iniciou seus estudos nos anos 1970 sobre as Forças Armadas no Brasil, Edmundo Campos Coelho identificou uma vertente principal que, na sua incompletude, era quase hegemônica nas Ciências Sociais no Brasil. Essa perspectiva foi nomeada de *concepção instrumental*, e se desdobrava em três outras visões particulares.

A premissa de que as Forças Armadas não tem interesses próprios nem autonomia para uma conduta protagônica faz parte de uma propecta tradição do nosso pensamento político, reforçada na "modernidade" pelo catecismo de uma certa religião civil, aparentemente já extinta, segundo a qual o Estado é mero instrumento das classes dominantes. A versão clássica e laica da tradição reza que os militares são os porta-vozes das "classes médias"; na vertente religiosa e fundamentalista, podem ser eles os "cães de guarda" da burguesia ou de qualquer outra classe ou subclasse dentre as várias susceptíveis de satanização (COELHO, 2000, p. 18).

As três versões da concepção instrumental são a oligárquica, segundo a qual os grupos econômicos que comandam, leia-se, as "classes dominantes", exerceriam um poder sobre os militares comandando-os. Nessa chave, os militares agem a partir de relações de classe; a concepção dos setores médios enfatiza que o Exército seria agente das classes médias cartoriais. Nesse sentido, eles seriam agentes representantes dessas classes; por fim a última visão

instrumental é a moderadora, segundo a qual os militares seriam árbitros de conflitos de classe, independentemente da visão da organização acerca da função (COELHO, 2000, p. 32-33).

Ao leitor mais desatento poderá passar despercebida a crítica ao marxismo e á interpretação classista das relações entre estado e sociedade ou estado e política. Contrapondo-se a isso, Coelho logo apresenta seus pressupostos:

Isto posto, se o analista pretender arriscar algum palpite sobre a conduta dos soldados, de nada lhe valerá o exame da organização militar: suas agências e seus métodos de socialização e treinamento, os valores que moldam e mantêm sua estrutura, sua doutrina, suas prescrições de comportamento, sua peculiar visão de mundo. Em suma: tudo o que forma e informa a alma militar. Minha tese neste Em busca da identidade é precisamente o intereso do que reza a tradição [...] permaneço fiel à ideia de que as Forças Armadas são antes de tudo organizações e que vê-las por este prisma ainda é melhor maneira de entender seu comportamento (COELHO, 2000, p. 18).

Logo depois, Coelho apresenta dois conceitos fundamentais para o desenvolvimento de sua obra: a dupla orfandade:

Primeiro, a orfandade funcional [...] Crêem firmemente que a sociedade e sua elite política não lhes tem qualquer apreço, considerando-se perfeitamente dispensáveis no que tem como sua destinação precípua, a função clássica de defesa nacional [...] A isto se soma o sentimento de orfandade institucional – a convicção de que não quem os ouça, quem se interesse pelas questões que lhes são mais caras, quem advogue a favor de seus pleitos, reconhecendo-lhes a pertinência e a legitimidade, quem se empenhe pelo respeito à integridade da peculiar estrutura da organização. Há entre os soldados a percepção generalizada de que o tratamento que recebem é casual, se não desrespeitoso e, ademais, condescendente, adoçado com mimos e afagos com os quais a blandícia dos políticos espera aquietar a caserna, ou, nos momentos de crise, instrumentalizá-la para a “preservação da ordem e da defesa das instituições”, a outra destinação constitucional das Forças Armadas que, no léxico da classe política, significaria quase sempre preservação das posições na estrutura do poder (COELHO, 2000, p. 19).

A dupla orfandade altera e exerce influência decisiva no modo como os militares enquanto organização vão se relacionar com os demais grupos, burocracias e instituições do sistema político e da sociedade.

Coelho (2000) interpreta essa falta de reconhecimento como dois tipos de orfandade. A primeira, uma orfandade funcional, em virtude da qual os militares creem firmemente que a sociedade e sua elite política não lhes têm qualquer apreço, considerando-os dispensáveis quanto a sua função clássica de defesa nacional. A segunda orfandade é a institucional, a convicção de que não há quem os ouça ou se interesse pelas suas questões, quem advogue pelos seus pleitos, que se empenhe pela integridade da sua organização. Por isso, caberia aos militares uma conduta de protagonismo, definindo de forma autônoma seus objetivos e suas estratégias no corpo de uma doutrina de defesa nacional eventualmente imposta à nação (COSTA; JANOT, 2021, p. 10).

O argumento desenvolvido pelo autor não nega que outros interesses e fatores influenciam no comportamento dos militares. Por exemplo, o *golpismo civil* (COELHO, 2020, p. 20) é um elemento fundamental. Como viu-se no item anterior, o militarismo, civil ou não,

pode muitas das vezes sobrepor-se ao jeito militar ou modo profissional de se pensar a guerra e a defesa da pátria.

Organizações são sistemas fortemente orientados para sua própria sobrevivência (a um nível básico e mínimo de aspiração), mas também para o controle da maior extensão possível do seu meio ambiente. Se conseguem ou não atingir estes propósitos é uma questão empírica, mas será sempre uma função da capacidade das organizações extrair recursos do ambiente para se fortalecerem. E o que é mais importante: estratégias de aquisição ou extração de recursos são sempre de natureza política, quer sejam orientadas para as condições internas (seleção da elite, controle das oposições, expurgos etc.) ou para as externas (**formação de coalizões, cerimônias públicas para difusão dos valores organizacionais** etc.). É sobre estes modelos que Coelho (1976) **estudou** a evolução das relações entre o Exército e a sociedade, procurando mostrar como a primeira parte de estratégias de acomodação e **adaptação** à segunda para chegar a estratégias de controle sobre ela. A análise é institucional; isto é, a história da organização é investigada com o propósito de descobrir uma constelação de indícios que revelem a natureza, o caráter, o *ethos* da organização (COELHO, 1985, p. 5).

O ponto desenvolvido por Edmundo Campos Coelho (1985) (2000) é observar o funcionamento interno da organização e a busca constante por autonomia decisória e de sobrevivência. No caso das organizações militares, atenta-se para os objetivos, as estratégias, as alianças e ações tomadas pelo setor do alto comando – que dirige a organização a partir da hierarquia e disciplina – para maximizar os ganhos relativos no ambiente em que ela está inserida. É a partir das organizações militares, da sua formação, de seu processo de sociabilidade, das estruturas educacionais internas à caserna e de todo um conjunto de elementos simbólicos e imaginários próprios dos militares que se poderia compreender os processos de instrumentalização em dado momento histórico ou não.

Em termos da dimensão do poder, quanto mais amplo for o controle que uma dada organização exerça sobre a alocação de recursos escassos num determinado espaço social, maior o controle político que exercerá sua liderança dentro do mesmo espaço social. Teoricamente, este controle terá alcançado o máximo de expansão quando o espaço social dentro do qual ele é exercido tenha coincidido com os limites da sociedade inclusiva (COELHO, 2000, p. 43).

Os capítulos do livro de Coelho (2000) serão dedicados à análise histórico-sociológica das relações entre as Forças Armadas e o poder civil durante o período imperial e toda a República. O centro da argumentação de Coelho (2000) é de que os deslocamentos e atitudes tomadas pelos líderes militares podem ser explicados a partir dos objetivos de ganhos materiais, simbólicos e de poder da organização. Mais que a influência dos Estados Unidos – e não se está negando-a no contexto da Guerra Fria –, mais do que as pressões de classes e grupos empresariais e financeiros – e não se está negando que elas tenham existido –, mais do que as afinidades seletivas com as classes médias – e não se está dizendo que os militares do alto oficialato do Exército não tenham relações de parentesco com a classe média –, o

comportamento dos militares se explica pelos interesses e objetivos que se desenvolvem no seio das instituições militares.

3.5. Os mitos e mitologias políticas

Um dos pontos centrais que se pretende desenvolver neste trabalho é a dimensão do imaginário e das ideias políticas. Como apresentado no capítulo 2, o imaginário brasileiro é rico de interpretações sobre a participação dos militares no jogo político.

Quanto aos mitos, trata-se de outra conceituação polêmica. Originalmente, os mitos eram considerados exclusivamente como narrativas fabulosas, ilusórias. Recentemente, porém, os especialistas tem tido uma maior sensibilidade para a importância social do mito como elemento central nas diversas formações culturais. Eles representam histórias de caráter sagrado, revelações primordiais e atuam na constituição de modelos exemplares. Os mitos são elementos importantes do imaginário social, na medida em que transmitem mensagens, ajudam a forjar valores identitários e contribuem para dar coesão aos diversos grupos (MOTTA, 1996, p. 97).

O pensamento social e político brasileiro, ao ter entre seus representantes, autores que dialogam com as temáticas e, mais que isso, as representações e construções teóricas dos militares, leia-se sobretudo o pensamento de Gilberto Freyre, colabora inevitavelmente para o desenvolvimento dos jogos de poder no país. Nesse sentido, o estudo do imaginário não configura uma perda de tempo, mas um mergulho num aspecto fundamental das estruturas de poder da modernidade. Como lembra o historiador Rodrigo Patto de Sá Motta,

Pois bem, o argumento então é que o imaginário político pode ser considerado como um dos elementos constituidores da cultura política. O largo espaço utilizado para trabalhar com a conceituação ligada ao imaginário se deve à complexidade e à polêmica de que se reveste e não a uma desconsideração aos outros elementos integrantes do universo cultural. Aliás, é interessante frisar a importância de se encarar as diversas dimensões da cultura como um todo orgânico. O imaginário, fenômeno situado no nível das representações, não faz sentido sem o estudo das práticas culturais. O imaginário não é uma espécie de fantasmagoria alheia à realidade, como muitas vezes é entendido. As representações existem em função da necessidade humana de conferir ao mundo uma ordem e de compreender a realidade, ou, pelo menos, de conferir-lhe um sentido. São também instrumentos para a intervenção humana no real, na medida em que as representações podem informar a ação, propondo caminhos e possibilitando estratégias. Além disso, podem desempenhar o papel de legitimar determinadas práticas e configurações sociais, como relações sociais hierarquizadas e privilégios (MOTTA, 1996, p. 97).

Há uma relação intrínseca entre o contexto histórico e social e a produção de um imaginário que lhe corresponda, não uma chave marxista ortodoxa, como reflexo apenas e tão somente das relações de trabalho e das forças produtivas, mas como também uma produção fundamental de sociedades, grupos e indivíduos que, por diversos motivos e interesses, buscam representar sua realidade e as formas de visualização do mundo de formas particulares. Apesar disso, durante muito tempo o imaginário político ficou relegado ao segundo plano das análises

e estudos pelo seu grau de imprecisão, subjetividade e pouca clareza, como se pertencesse mais ao universo dos sonhos do que à realidade política e social dos grupos humanos.

Mas milenarismos revolucionários, nostalgias passadistas, culto do chefe carismático, obsessões maléficas podem igualmente ser apresentadas sob uma forma mais imediata ou mais abrupta. Então, é em toda sua autonomia que se impõe o mito, constituindo ele próprio um sistema de crença coerente e completo. Ele já não invoca, nessas condições, nenhuma outra legitimidade que não a de sua simples afirmação, nenhuma outra lógica que não a de seu livre desenvolvimento. E sem dúvida, qualquer que seja o caso, a experiência mostra que cada um dessas “constelações” mitológicas pode surgir dos pontos mais opostos do horizonte político, pode ser classificada “à direita” e à “esquerda”, segundo a oportunidade do momento (GIRARDET, 1987, p. 11-12).

Raoul Girardet (1987) introduz o conceito de mitologia política como uma ferramenta para interpretação da realidade.

O mito político, tal como definido até aqui, é uma poderosa força motriz para a ação política, tendo como característica básica sua recusa à razão. Ele se opõe, portanto, à visão da política como feita de opções racionalmente motivadas, fruto da interação de cidadãos conscientes de seus próprios interesses com políticos que expõem com nitidez seus programas de ação – a visão “ideal” do funcionamento da democracia, exposta na introdução. Pode ficar a impressão, portanto, de que é mito toda irrupção do irracional na vida política. Isto não é verdade. A política não é, nem pode vir a ser, um espaço feito só de razão. Elementos irracionais estão presentes em todo o campo político. O jogo político não trata só – ou mesmo prioritariamente – de questões “técnicas” ou de interesses que podem ou não ser acomodados, mas põe em questão disputas de valores. O mito é uma manifestação intensa do irracional na vida política, mas não seu e a vida social em geral, aliás (MIGUEL, 1998, s/p).

Nas sociedades contemporâneas, o mito político aparece de, pelo menos quatro formas: a conspiração, a idade do ouro, o salvador e a unidade (GIRARDET, 1987, p. 12). Como se entende o desenvolvimento deste texto, as quatro formas podem aparecer no discurso do conservadorismo culturalista – ou não – de personalidades militares – ou não –, também. Assim, a primeira dimensão que importa considerar como uma mitologia política no discurso militar é o anticomunismo. Como informa Roberto Martins Ferreira (2005) e Celso Castro (2000), o anticomunismo se constituiu numa mitologia que serviu para unificar e homogeneizar a caserna no contexto dos anos 1940 e 1950.

Nos anos seguintes, os vencedores de 1935, principalmente os chefes do Exército, foram cristalizando um relato sobre o evento que tinha como ponto central a idéia de “traição”. Dentre os elementos do imaginário anticomunista que ganharam colorido mais forte, está a associação do comunismo com o mal, representado como uma enfermidade. Daí a metáfora, que teria vida longa, de uma “infiltração” comunista, como se fosse uma doença/doutrina “exótica” introduzida no Brasil por agentes estrangeiros ou por traidores da pátria. Embora a oposição de amplos setores militares ao comunismo anteceda a revolta, foi a partir desse momento que os comunistas passaram a ser claramente identificados como o maior inimigo. Esse processo teve como ponto focal a institucionalização, pelos militares, de uma comemoração no aniversário da vitória sobre a Intentona. O ritual de rememoração dos mortos leais ao governo, repetido a cada ano no Rio de Janeiro, tornava seu “sacrifício” presente, renovava os votos anticomunistas dos militares e socializava as novas gerações nesse mesmo espírito. Desde então, o roteiro permanece basicamente o mesmo: formatura de tropas militares junto ao túmulo dos militares mortos em 1935; recepção das

autoridades civis e militares; canto do hino nacional; aposição de flores aos pés do monumento; discursos e leitura da ordem do dia dos chefes militares; chamada nominal dos mortos, ao som de salvas de canhão (CASTRO, 2000, p.50-51).

Como discutido em item anterior, o processo de organização e reorganização do Exército, iniciado por Góes Monteiro visualizou no movimento de 1935 a oportunidade de construção de um marco de solidariedade interna e de constituição de um inimigo a ser combatido.

Para se perceber como a organização militar demorou em perceber como utilizar política e organizacionalmente os acontecimentos de novembro de 1935, basta ver que nesse mês o general João Gomes, então Ministro do Exército, publicou no Boletim do Exército um documento assinado por ele. Desde esse ano até os dias atuais, todo 27 de novembro o Exército e as demais Forças Armadas emitem uma mensagem relembrando os acontecimentos de 1935. Nessa nota de 1935, curiosamente, o comunismo não é citado (FERREIRA, 2005, p. 51).

As outras formas de mitologias políticas discutidas por Girardet (1987) também podem aparecer no texto. A Idade do Ouro pode ser interpretada como o período da colonização e da família patriarcal e tradicional, não suscetível aos abalos nas tradições e nos valores morais como agora. O culturalismo conservador pode ser visto tanto como uma forma de matriz de pensamento político e social, quanto uma forma de mitologia política na medida em que propõe uma interpretação acerca de um passado mitificado e idealizado. O salvador pode ser interpretado como o próprio Exército Brasileiro e as Forças Armadas em geral. Nesse ponto, há uma proximidade muito grande entre esse conceito e o messianismo de que fala Coelho (2000). Por fim, o mito político da unidade pode ser aplicado ao próprio entendimento da organização militar, vista como um espírito uno, conectado pelos valores da tradição, disciplina, hierarquia e pela brasilidade cordial.

Por fim, a mitologia política pode ser compreendida como uma forma de antipolítica, na medida em que, segundo Luis Felipe Miguel,

Sentimentos gêmeos, a nostalgia da unidade e a aversão ao conflito permitem-nos apreender a característica mais importante do mito político: ele é *a forma política da rejeição à política*. O campo político é feito de dissenso, de conflito, de desunião; é percebido também como feito de deslealdade. Ele exhibe de forma permanente a falta de unidade dentro da sociedade. O regime democrático é particularmente frágil a esse tipo de crítica, uma vez que seu principal ritual de coesão social — a eleição — é também o ponto culminante do processo que expõe com maior nitidez a desunião, que é a campanha eleitoral, momento em que são destacadas com mais força as diferenças que separam partidos e candidatos. O mito utiliza essa rejeição aos procedimentos políticos como arma dentro das próprias disputas políticas. O fantasma da conspiração aglutina a comunidade contra um inimigo externo (mesmo que interno, isto é, infiltrado: de qualquer jeito, é um estranho *de facto*) (MIGUEL, 1998, s/p).

Esses mitos e mitologias políticas estão ativos no pensamento dos militares e dos civis no Brasil. Neste trabalho, busca-se demonstrar como essas construções teóricas estão ativas e

mobilizam os militares política e socialmente. Como se disse, essas mitologias são instrumentalizadas, por exemplo, pelas organizações militares que as mobilizam segundo seus objetivos e intenções próprias.

3.6. O Imaginário social

A temática do imaginário é muito cara para o campo das Ciências Sociais. Nos diferentes campos do conhecimento, tais como História, Sociologia, Antropologia, Filosofia e etc., o tema da imaginação e da relação entre imaginário e sociedade tornou-se um elemento constitutivo de escolas de pensamento, tradições de pesquisas e um campo frutífero de diversos estudos e trabalhos.

Nenhuma relação social e, por maioria de razão, nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem. O princípio que leva o homem a agir é o “coração”, são as suas paixões e os seus desejos. A imaginação é a faculdade específica em cujo lume as paixões se acendem, sendo a ela, precisamente, que se dirige a linguagem “enérgica” dos símbolos e dos emblemas (Baczko, 1985, p. 301).

Baczko (1985) contesta a tese materialista de que os seres humanos são mobilizados apenas por desejos e valores materiais, demonstrando que o coração e suas paixões também mobilizam a ação humana. E a esse respeito, é a imaginação o elemento central que coordena e movimenta interna e externamente ao ser humano as paixões, através dos símbolos, dos signos, das imagens e da linguagem.

O homem é um animal que constitui, por meio de sistemas simbólicos, um ambiente artificial em que vive e o qual é, continuamente, transformado. A cultura é propriamente um movimento de criação, transmissão e reformulação desse ambiente que está em constante circulação[...] Com efeito, todas as épocas têm as suas modalidades específicas de imaginar, reproduzir e renovar o imaginário, assim como possuem modalidades específicas de acreditar, sentir e pensar (BRUSADIN, 2014, p. 12).

Como afirma Brusadin (2014), o imaginário vai sendo transformado de acordo com os contextos em que ele é mobilizado e as pessoas estão inseridas. Deste modo, é possível falar em diversos imaginários sociais e coletivos sendo mobilizados por diferentes atores, grupos, burocracias e movimentos da sociedade, diversos tanto no aspecto do conteúdo quanto da forma como esses imaginários são mobilizados. Tal posição é compartilhada também por Lorena Herédia (2021), que concebe que

Os valores são disputados no terreno do imaginário, uma vez que direcionam o destino dos agrupamentos, podendo ser escolhidos e manipulados em favor de determinados interesses, ou mesmo esquecidos quando deixados de lado na conformação de um novo imaginário social. Isso porque a consolidação de um imaginário social depende de uma comunidade de imaginação – ou comunidade de sentido –, um espaço que se

erige a partir ou das vontades coletivas de fundar um novo imaginário, ou da apropriação de valores de um imaginário preexistente. O compartilhamento de símbolos, mitos, histórias, heróis é um elemento que compõe um imaginário social, portanto é com eles que uma forma de se imaginar socialmente vai ser legitimada, aceita e assimilada pela comunidade de sentido (HERÉDIAS, 2021, p.15).

É a partir de um conjunto de signos, de símbolos e da formação de uma comunidade de sentido que seria possível conceber-se a formação de um imaginário. Esse imaginário é sempre, com o perdão da cacofonia e possível redundância, imaginado, isto é, essa construção imaginada é imaginária no sentido de que é fruto da cultura e da interpretação que a dá os diversos grupos e atores que creem nela. Posto de outra forma, o imaginário social é real no sentido de seu efeito, de congregação, de coesão grupal, de formação de preferências, do gosto, de visão de mundo, de sentido para a existência social e, no fim, até mesmo de um sentido para a ação social, mas do ponto de vista do imaginário em si, ele não existe em separado do grupo ao qual está vinculado. O imaginário só existe em função de, em relação a.

O imaginário social molda o comportamento dos agentes do grupo, o que facilita a mobilização em prol de uma causa determinada, e atua como um esquema de interpretação para os indivíduos, tendo mecanismos eficazes para que estes adiram ao sistema simbólico produzido e para interferir na interiorização de tal sistema. O imaginário é uma das características da vida social e é a trilha pela qual os agentes sociais definem as particularidades do seu meio, como a definição de crenças comuns, compreensão do que é moral e distribuição de hierarquia social. O imaginário social compartilha de determinados mitos, símbolos, representações ou princípios e é singular aos contextos sócio-históricos, posto que as formas de se imaginar, de reproduzir e recriar o imaginário e de acreditar, sentir e pensar permutam ao longo do tempo e dos espaços (HERÉDIAS, 2021, p.15-16).

Como afirma Herédias (2021), o imaginário social molda o comportamento dos agentes do grupo e facilita a mobilização em prol de um objetivo ou causa. Nesse sentido, o imaginário é sempre mobilizado como estratégia política de determinados grupos, partidos ou movimentos. No Brasil, José Murilo de Carvalho analisando os momentos iniciais da República afirma que

O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo [...] Embora fundamentalmente de natureza discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável [...] Aprofundando a investigação, verifiquei que, embora em escala menor do que no caso francês, também houve entre nós batalha de símbolos e alegorias, parte integrante das batalhas ideológicas e política. Trata-se de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos. A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (CARVALHO, 1990, p. 9-10).

José Murilo de Carvalho (1990) demonstra como o imaginário social foi fundamental no processo de instauração de um novo regime político no Brasil. Como discutido por Herédias (2021), a disputa pela imagem e pelos símbolos é fundamental para o estabelecimento de uma estrutura social legítima. Isso porque legitimar um regime pressupõe estabelecê-lo como rotina simbólica e cotidiana nos corações e mentes da população. Ou seja, é preciso que se busca naturalizar, tornar corriqueiro os usos e costumes deste novo regime instalado. E para o exercício desta legitimidade, a produção de símbolos e de rituais é fundamental.

O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é o que me interessa – por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelas condutas (CARVALHO, 1990, p. 10-11).

Comentando a obra de José Murilo de Carvalho, Wallace Magalhaes argumenta

A partir de uma análise sobre os mitos e símbolos pertinentes à implantação do regime republicano no Brasil, José Murilo de Carvalho define o imaginário social como um fenômeno que “é constituído e se expressa por ideologias e utopias...[e]...por símbolos, alegorias, rituais, mitos” em que “as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro”. Pelo exposto, o imaginário possui um caráter político e social, em que a consolidação de uma visão de mundo (ideologia, regime político) se dá por sua legitimação, em que agentes ou grupos sociais são mobilizados para atingir tal fim. Apropriando-se do conceito de Bourdieu, o imaginário é um *campo* de luta política e disputa pelo poder, marcado pelo conflito entre agentes, grupos, classes, ideologias, visões de mundo, etc (2016, p. 105).

No campo das Ciências Humanas, muitos trabalhos se dedicaram ao estudo do imaginário, com distintas colorações ideológicas, metodológicas e teóricas. Como afirma Magalhães,

A década de 1960 foi marcante na produção e desenvolvimento do imaginário social como categoria de análise das Ciências Humanas. Pautada na idéia de mentalidade e sua longa duração, a imaginação social ultrapassou os limites do plano simbólico e ganhou contornos materiais, funcionando como grande instrumental político (2016, p. 94).

A seguir, serão apresentadas as contribuições de Bronislaw Baczko (1985) para o campo do imaginário social. Com isso, espera-se fundamentar a análise sobre o imaginário social dos militares da AMAN, tanto no sentido de sua formação, isto é, da importância do imaginário social no momento da formação do oficial, quanto no sentido da visão de mundo que eles reproduzem em seus trabalhos, isto é, da maneira como esse imaginário aparece representado ou descrito nas monografias da Academia Militar das Agulhas Negras.

3.6.1. O imaginário para Bronislaw Baczko

O filósofo e historiador das ideias polonês Bronislaw Baczko (1924-2016), foi um pensador dedicado desde sempre ao estudo do imaginário e das formações imagéticas na Escola de Varsóvia, durante as décadas de 1950 e 1960.

As ciências humanas mostravam porém que, contrariamente aos slogans que pediam “a imaginação ao poder”, *esta sempre tinha estado no poder*. O paradoxo é apenas aparente. Os slogans exaltavam somente as funções criadoras da imaginação e, ao investirem o termo com funções simbólicas, concentravam nele as aspirações a uma vida social diferente, *outra*. Os antropólogos e os sociólogos, os historiadores e os psicólogos começaram a reconhecer, senão a descobrir, as funções múltiplas e complexas que competem ao imaginário na vida colectiva e, em especial, no exercício do poder. As ciências humanas punham em destaque o facto de qualquer poder, designadamente o poder político, se rodear de representações colectivas. Para tal poder, o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico (Baczko, 1985, p. 297).

No texto *Imaginário Social* (1985), escrito para a Enciclopédia Einadi, Baczko produz uma análise histórica do imaginário social na Filosofia e Sociologia, demonstrando a transformação do sentido de imaginário ocorrida no século XIX: de então uma visão restrita do que seria o imaginário, passou-se à conceber o imaginário como sendo influenciado ou constituído por outro campo, como o económico ou o político. No fundo, o imaginário passou a ser visto como aquilo sob o qual se exerce algum tipo de manipulação que obscurece a verdade dos fatos.

Foi sobretudo na segunda metade do século XIX que se afirmaram correntes do pensamento que aceitavam como evidências afirmações do género: “Não são as ideias que fazem a história. A história verdadeira e real dos homens está para além das representações que estes têm de si próprios e para além das suas crenças, mitos e ilusões”. Tratava-se, pois, de uma tendência cientista e “realista” que pretendia separar na trama histórica, nas acções e comportamentos dos agentes sociais, o “verdadeiro” e o “real” daquilo que era “ilusório” e “quimérico”. A operação científica era assim concebida como uma operação de “desvendamento” e de “desmistificação” (Baczko, 1985, p. 297).

O argumento que Baczko (1985) vai desenvolver gira em torno da percepção de como o imaginário é fluido e maleável como instrumento de luta mas também de sociabilidade nos mais diversos contextos.

Em qualquer conflito social grave – uma guerra, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magnificentes dos objectivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria acção das forças em presença? Como é que se podem separar, neste tipo de conflitos, os agentes e os seus actos das imagens que aqueles têm de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade, etc.? Não são as acções efectivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências? Evoquemos sumariamente outro exemplo. Não será que o imaginário colectivo intervém em qualquer exercício do poder e, resignadamente, do poder político? Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica, nada tem de irrisório e não existem, efectivamente, em quantidade ilimitada. Alguns deles são particularmente raros e preciosos. -A prova disso é que

constituem o objecto de lutas e conflitos encarniçados e que qualquer poder impõe uma hierarquia entre eles, procurando monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras. Os dispositivos de repressão que os poderes constituídos põem de pé, a fim de preservarem o lugar privilegiado que a si próprios se atribuem no campo simbólico, provam, se necessário fosse, o carácter decerto imaginário, mas de modo algum ilusório, dos bens assim protegidos, tais como os emblemas do poder, os monumentos erigidos em sua glória, o carisma do chefe, etc. (BACZKO, 1985, p. 298-299).

Como desenvolvido pelo autor acima, a apropriação de símbolos e de imagens é fundamental para o exercício de um poder legítimo. Como lembra Baczko (1985), se trata de um poder imaginário, mas nunca ilusório. O grande giro proposto pelo autor, foi pensar o imaginário como um elemento factível de ser administrado pelo poder político, isto é, de estar submetido a ele de alguma forma, contribuindo para o exercício de controle e dominação uma dada sociedade. Existe algo de importante nas relações de poder que extrapolam o universo do bélico, do belicista, do estritamente econômico, que é o universo do imaginário.

A existência e as múltiplas funções dos imaginários sociais não deixaram de ser observadas por todos aqueles que se interrogavam acerca dos mecanismos e estruturas da vida social e, nomeadamente, por aqueles que verificavam a intervenção efetiva e eficaz das representações e símbolos nas práticas colectivas, bem como na sua direcção e orientação. A história destas observações, intuições e esboços de teoria está ainda por fazer a partir de uma releitura de textos muito diversos: filosofia e moral, retórica e antropologia, etc (BACZKO, 1985, p. 299).

Baczko (1985) elabora uma síntese histórica acerca de como o imaginário foi pensado a partir da tradição filosófica ocidental. Ele apresenta o pensamento de Platão e Aristóteles acerca dele, destacando que na Grécia da democracia clássica, o processo de instauração da deliberação pública provocou um certo ocaso do imaginário, dos ritos e dos mitos. No seu lugar, teria ocorrido uma aposta na argumentação e na persuasão (BACZKO, 1985, p. 301). Sobre Maquiavel, o filósofo e historiador das ideias polonês vai desenvolver uma análise que relaciona a disputa e luta pelo poder ao tema da crença e da manipulação do imaginário e dos símbolos.

Maquiavel [1513; 1513-19], conquanto inspirando-se na tradição antiga, retoma amplamente a experiência da propaganda real contra o poder eclesiástico (especialmente o dos leigos) e daí elabora a sua teoria. A famosa frase: “Governar é fazer crer” põe em destaque as relações íntimas entre o poder e o imaginário, ao mesmo tempo que resume uma atitude técnico-instrumental perante as crenças e o seu simbolismo, em especial perante a religião. Encontramos em Maquiavel toda uma teoria das aparências de que o poder se rodeia e que correspondem a outros tantos instrumentos de dominação simbólica. As “aparências” fixam as esperanças do povo no Príncipe, permitindo mobilizar e aumentar a energia daquele, fazer medo aos adversários, etc. O Príncipe, rodeando-se dos sinais do seu próprio prestígio e manipulando habilmente toda a espécie de ilusões (símbolos, festas, etc), pode desviar em seu proveito as crenças religiosas e impor aos seus súbditos o dispositivo simbólico de que retira o prestígio da sua própria imagem (Baczko, 1985, p.301).

Se em Maquiavel “Governar é fazer crer”, para os autores do pensamento racionalista e iluminista a crença é uma forma de obscurecimento da verdade e de manipulação. É nesse

momento que Baczko concebe a transformação do imaginário em algo negativo, grosso modo próximo à alienação e à dominação. Baczko (1985) vai argumentar que durante o Iluminismo se consolidou entre os pensadores da época a necessidade de formação de uma contra-imaginação, que utilizasse os símbolos para destruir o Antigo Regime, que também se utilizou em larga medida do imaginário como elemento constitutivo de poder. O ápice desse movimento se dará no século XX com os movimentos racionalistas, tais como o positivismo e o marxismo – ainda que guardadas as suas distinções. O ponto central era a necessidade de argumentação e comprovação do carácter externo da explicação e justificação do imaginário, isto é, as causas que ajudariam a compreender um dado imaginário não se encontraria nele próprio, mas sim nas relações de poder, de produção e/ou em outros lugares da sociedade. Enquanto Marx está interessado nas causas e origens do imaginário, Durkheim e Weber – considerados os pais da Sociologia moderna – tem posições distintas:

Marx sublinha as origens dos imaginários sociais, designadamente as ideologias, bem como as funções que desempenham nos grandes conflitos sociais. Durkheim põe em relevo a correlação entre as estruturas sociais e os sistemas de representações colectivas, ao examinar o modo como estas fornecem uma instância que assegura o consenso senão a coesão social. Quanto a Max Weber, coloca o problema das funções que competem ao imaginário na produção do sentido que os actores sociais atribuem necessariamente as suas acções (BACZKO, 1985, p.306).

Após esse breve passeio histórico, Baczko se propõe a definir, então, o que compreende como o imaginário social.

Os imaginários sociais constituem outros tantos pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer colectividade produz e através da qual, como disse Mauss, ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objectivos. É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser [cf. Ansart 1974, p. 14]. Porém, designar a identidade colectiva corresponde, do mesmo passo, a delimitar o seu “território” e as suas relações com o meio ambiente e, designadamente, com os “outros”; e corresponde ainda a formar as imagens dos inimigos e dos amigos, rivais e aliados, etc. O imaginário social elaborado e consolidado por uma colectividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as colectividades tem os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma, o seu “pessoal”. O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida colectiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. [cf. Gauchet 1977]. O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder. Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objecto dos conflitos sociais (BACZKO, 1985, p. 309-310).

Tal diagnóstico é confirmado com Magalhães, ao afirmar que

Nesse sentido, Baczko expõe que o imaginário social é um dos mecanismos que regulam a vida coletiva, definindo, através das referências simbólicas, divisões internas, hierarquizações e instituições sociais, além de “uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controlo da vida colectiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”, concluindo que “ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objecto dos conflitos sociais” (2016, p. 104).

Baczko (1985) vai desenvolver uma concepção acerca do que é o imaginário social que entende-o como fruto da própria necessidade social de conferir identidade a si própria, mas também de definir aspectos da vida coletiva (inimigos, território, imagens e valores). Esse esforço é tanto no sentido de conferir uma ordem ao social, mas também se incluir nesta ordem, apresentando uma posição para si nesse universo hierárquico e ordenado. Como comentado também, o imaginário social é uma força reguladora da vida coletiva: ele, ao conferir significado e significância para as questões do social, seus símbolos, valores e visões, ele hierarquiza e ordena todo o conjunto da sociedade e suas relações.

O imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos “discursos” nos quais e pelos quais se efectua a reunião das representações colectivas numa linguagem. Os signos investidos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos. E assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento [cf. Castoriadis 1975; Malrieu 1967]. A construção do símbolo e dos sistemas de símbolos, que se revelam fortemente estruturados e dotados de notável estabilidade, bem como as relações entre imaginário e símbolo, constituem problemas tanto para os psicólogos como para os sociólogos do conhecimento (BACZKO, 1985, p. 311).

Enquanto seres de linguagem ou com linguagem e produtores de cultura, de reflexão e de significação, toda a nossa experiência coletiva passa pela formação de imagens e de um conjunto de símbolos que conferem significado ao caos a vida. A partir daí, também se consolida com se forma um jeito de ser e de existir, isto é, como desenvolvido por Baczko (1985) esse imaginário formado também apresenta posições, formas de inserção e modos de se relacionar com os outros, também esses constituídos pelos símbolos e pelo imaginário.

Os mais estáveis dos símbolos estão ancorados em necessidades profundas e acabam por se tornar uma razão de existir e agir para os indivíduos e para os grupos sociais. Os sistemas simbólicos em que assenta e através do qual opera o imaginário social são construídos a partir da experiência dos agentes sociais, mas também a partir dos seus desejos, aspirações e motivações. Qualquer campo de experiências sociais está rodeado por um horizonte de expectativas e de recusas, de temores e de esperanças [cf. Desroche 1973]. O dispositivo imaginário assegura a um grupo social quer um esquema colectivo de interpretação das experiências individuais, tão complexas quanto variadas, quer uma codificação das expectativas e das esperanças (BACZKO, 1985, p. 311).

Sobre isso, a análise de Wallace Magalhaes é parecida, pois afirma o autor que

Nesse sentido, o imaginário social ganha contornos instrumentais, tendo na ideologia um papel fundamental, uma vez que esta oculta os mitos e orienta novas técnicas de

manipulação do imaginário. Tais técnicas, em constante refinamento e diferenciação, criam mecanismos mais sofisticados e especializados de manejo do imaginário, destacando-se, por exemplo, a propaganda moderna. A superação do viés mitológico a partir instalação do poder estatal fez do imaginário um espaço de disputas políticas, entrelaçando-o com o poder (2016, p. 104).

Trazendo para a discussão dos militares no Brasil, sobretudo do Exército Brasileiro, a constituição de um imaginário social pelos militares, tanto os confere a possibilidade de construir uma interpretação histórico e sociológica para o Brasil, quanto os dá a chance de apresentarem um lugar específico para si nesse jogo de símbolos e representações. Como viu-se a partir dos estudos de Edmundo Campos Coelho (2000), os militares buscaram ao longo de todo o século XX por uma identidade que lhes conferisse uma função e uma resposta à dupla orfandade: tanto a institucional quanto a funcional. Esse processo de busca de construção de uma identidade é eivado de momentos em que o imaginário foi instrumentalizado, mas também percebido como central. Seja no contexto da Primeira República, com o estabelecimento da República e da constituição de uma imagem do Exército como sendo uma instituição mais preparada para o exercício da condução cívica e técnica da nação, seja no período autoritário dos anos 1930-1940, quando o Exército foi apresentado como sendo a instituição educadora por excelência da nação, ou no período mais recente, durante e após a ditadura, em que os militares produzem e reproduzem uma nova concepção de imaginário caracterizada pela crença na junção entre a formação do Exército Brasileiro, a nacionalidade racialmente democrática do Brasil e a cordialidade e recusa da violência como constitutivo de nossa nacionalidade. Em todos esses momentos o Exército mobilizou um conjunto de símbolos e signos que lhes conferiam sentido, ordenamento e posição social definida.

Uma das funções dos imaginários sociais consiste na organização e controlo do tempo colectivo no plano simbólico. Esses imaginários intervêm activamente na memória colectiva, para a qual, como dissemos, os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram. Os imaginários sociais operam ainda mais vigorosamente, talvez, na produção de visões futuras, designadamente na projecção das angústias, esperanças e sonhos colectivos sobre o futuro (312).

Como analisou Castro (2000), o anticomunismo foi um elemento central nesse processo de estabelecimento de um ordenamento social interno e externo à tropa. É a partir dele, mas não somente, claro, que os militares vão organizar todo um processo de homogeneização da tropa e de construção de um imaginário social que posiciona e dá função ao Exército Brasileiro: conter a ameaça comunista. Esse processo foi reforçado pelas pressões externas fruto da Guerra Fria, mas já estava em curso no Brasil desde, pelo menos, o início dos anos 1940 (CASTRO, 2000).

A influencia dos imaginários sociais sobre as mentalidades depende em larga medida da difusão destes e, por conseguinte, dos meios que asseguram tal difusão. Para garantir a dominação simbólica, é de importância capital o controlo destes meios, que correspondem a outros tantos instrumentos de persuasão, pressão e inculcação de valores e crenças. É assim que qualquer poder procura desempenhar um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam os imaginários sociais, do mesmo modo que tenta conservar um certo controlo sobre os seus circuitos de difusão Baczko, 1985, p.313).

Essa produção de significados e de um imaginário se consolida com a definição de uma função intervencionista, que ao arripio da Constituição de 1946 e de 1988 – as duas constituições mais democráticas – apresentam as Forças Armadas como instituições garantidoras do espírito nacional e legítimas mantenedoras das tradições culturais brasileiras, a saber, a democracia racial, a sociedade incruenta, que nega os caminhos violentos e patibulares, diria Gilbert Freyre, a pacificidade e plasticidade e adaptabilidade, fruto de nossa experiência bem sucedida de colonização e de equalização dos diferentes.

Ora, ao produzir um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também “guardiões” do sistema que dispõem de uma certa técnica de manejo das representações e símbolos. E certo que devemos ter cuidado ao aplicar um vocabulário moderno as sociedades “primitivas”, designadamente as que não conhecem um poder estatal. Nestes casos, tanto o imaginário social como as técnicas do seu uso são produzidos espontaneamente, confundindo-se com os mitos e os ritos. Do mesmo modo, os guardiões do imaginário social são, simultaneamente, guardiões do sagrado. A margem de liberdade e inovação na produção de todas as representações colectivas, em especial na dos imaginários sociais, é particularmente restrita. O simbolismo da ordem social, da dominação e submissão, das hierarquias e privilégios, etc., é quantitativamente limitado, ao mesmo tempo que se caracteriza por uma fixidez notável. Por fim, também as técnicas de manejo destes símbolos se confundem com a prática de ritos que reproduzem o fundo mítico, tratando-se tanto de técnicas corporais como da arte e da língua (BACZKO, 1985, p. 299-300).

Nessa chave de leitura baczkoniana, as Forças Armadas podem ser interpretadas como essa guardiã do sistema simbólico que colaboraram por estabelecer, mas também do qual são fruto. Enquanto guardiã desse imaginário, as Forças Armadas – em especial o Exército – agirão em defesa do status quo vigente e da manutenção desse sistema de crenças e de valores. Isso é fundamental tanto do ponto de vista da existência e funcionamento da própria instituição militar e de sua missão definida a partir ou em relação a esse imaginário, mas também em relação às transformações ocorridas (ou não) na sociedade e que afetam estas representações. Dito de outra forma, o Exército vai agir em razão deste imaginário coletivo e social construído também por eles tanto na construção interna de regras, valores e visões de mundo, como também no combate externo, na sociedade, àquilo que entenderá como sendo ameaças constituídas também pelo imaginário social que construiu. Eis a consequência perigosa da autonomia militar na construção de mitos, símbolos e de um imaginário social e coletivo relativamente autônomo.

4. A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS E A EDUCAÇÃO DOS CADETES

4.1. A AMAN enquanto instituição total ou totalizante

Imagem 6: A Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN



Fonte: Exército Brasileiro, 2017.

Até o presente momento, este texto apresentou um relativo histórico das intervenções, participações e insubordinações militares no contexto da Nova República, discutiu o pensamento social e político de militares e civis que servem de subsídios para o intervencionismo militar e demonstrou-se como a interpretação dos militares enquanto organização permite compreender as ações, estratégias e opções políticas de setores militares – sobretudo do alto comando – durante diversos períodos da história do Brasil. O ponto até aqui foi ressaltar uma persistente presença militar no cenário político, ora mais patente ora mais latente, mas sempre ativa, sobretudo no que diz respeito às questões específicas da caserna. Colocando em outras palavras, trata-se de ressaltar que as relações civis-militares no Brasil nunca atingiram um padrão condizente com o controle civil democrático das Forças Armadas.

Pairou sempre, a sombra da influência militar sobre a decisão de civis, quando não, suas declarações acabaram impactando o jogo político brasileiro.

No contexto da Nova República, muitos foram os acadêmicos que vaticinaram a adaptação dos militares à democracia. Hunter (1997) foi uma das intelectuais a reiterarem essa interpretação. Outro acadêmico que também seguiu por esse caminho foi o professor Celso Castro.

Ao mesmo tempo, nota-se que o tema tem sido cada vez mais estudado na universidade e novos livros iluminam momentos de tensão, como a versão do general Sylvio Frota para um dos mais turbulentos episódios da ditadura, durante o governo Geisel, numa biografia que acaba de chegar às livrarias pela Jorge Zahar Editora. O volume foi organizado pelos professores Maria Celina D'Araújo e Celso Castro, da Fundação Getúlio Vargas, que há mais de 15 anos registram a memória militar a partir de depoimentos e documentos de oficiais de alta patente. **Castro tranquiliza os temerosos. Assim como outros especialistas consultados, ele acredita que os episódios recentes são eventos isolados e que não existem indícios de nada semelhante a um desejo dos militares de retornarem ao poder.**³⁹ Mestre e doutor em antropologia, ele afirma que a visão das Forças Armadas quanto ao poder nas duas últimas décadas está adaptada ao regime democrático. Por um lado, explica, deve-se observar que, ao contrário do que ocorreu em países vizinhos do Cone Sul, os militares brasileiros não foram punidos por atos cometidos durante o a ditadura. Por outro lado, aceitaram os governos civis democraticamente constituídos e o país passou por eventos como o impeachment, o funcionamento da Comissão dos Desaparecidos e a eleição de um presidente de esquerda sem nenhuma turbulência institucional na área militar (JUNIOR, 2006).

No contexto da Nova República, esse sentimento era compartilhado por muitos especialistas. A leitura enfatizava que o tempo estava a favor da democracia, isto é, que a transição geracional se ocuparia de eliminar os resquícios de golpismo e intervencionismo dentro das Forças Armadas e, assim, em algumas décadas, os militares - agora treinados, formados, disciplinados e convivendo em tempos democráticos – converter-se-iam minimamente em agentes seguidores dos ditames democráticos no que diz respeito às relações civis-militares.

Dentro de uma perspectiva histórica de mais longo prazo, porém, Castro observa que nada impede que, em cenários de grave crise social ou institucional, voltem a ressurgir apelos messiânicos em relação a uma intervenção militar na política. Não há, ao menos no horizonte visível, essa ameaça, destaca. **Para ele, a geração do regime militar já está “de pijama”, como se diz na caserna. “As novas gerações de oficiais têm um distanciamento emocional muito maior em relação a esse período. Com isso, eventos outrora sensíveis passam a ser vistos cada vez mais como históricos**⁴⁰.” Assim, as maiores preocupações dos militares da ativa, acrescenta Castro, têm sido com questões como melhores salários e orçamentos, que permitam aprimorar o quadro material muito precário no qual as Forças Armadas brasileiras se encontram e que as tornem aptas a cumprir minimamente suas missões básicas. Os militares procuram também preservar sua identidade institucional e simbólica como elemento importante da constituição da nacionalidade brasileira. Tanto que o governo Lula foi bem aceito e não houve nenhuma turbulência militar a esse respeito. “O

³⁹ Grifo nosso.

⁴⁰ Grifo nosso.

impacto negativo do regime militar sobre a instituição foi muito sentido pelos próprios militares, e isso funcionou e ainda funciona como um antídoto preventivo contra qualquer idéia intervencionista⁴¹ (JUNIOR, 2006).

Embora faça uma ressalva no início do texto, Castro (apud JUNIOR, 2006) argumenta que a turma “de pijama” diminui cada vez mais, tornando o ambiente da caserna cada vez menos contaminado pelas paixões oriundas dos sentimentos de concordância e de apoio à ditadura militar. Além disso, a própria memória sobre os militares aparece na análise de Castro como marcada negativamente pela experiência ditatorial, o que traria como consequência um sentimento de afastamento das ideias intervencionistas. Entretanto, argumenta-se neste trabalho que o caráter organizacional das Forças Armadas, exerce importante papel na definição das ações, reflexões e posicionamento delas. Ademais, o complexo conjunto de obras, publicações e postagens da comunidade militar da reserva ou de civis – mas todos oriundos de uma concepção mais alargada da “família militar” – manteve setores dos militares muito engajados e ativos na militância anticomunista e intervencionista.

Se por um lado, essa rede de publicações, livros, artigos e de blogs funcionou como um canal agregador das ideias de extrema-direita para esses setores militares ultrarreacionários, também é possível afirmar que o próprio desenho institucional da formação dos militares contribuiu para esse reforço dos papéis tradicionais dos militares enquanto “garantidores” das liberdades e da própria ordem interna nacional. No mínimo, a formação militar na Nova República teria sido pouco afetada pelos novos ventos democratizantes, reproduzindo ainda no ensino formal e informal, determinadas tradições e valores que reiteram uma imagem dos militares como instituição diferente dos civis, seja com traços de superioridade moral em relação aos civis, seja de autonomia funcional e organizacional. No que se segue, busca-se demonstrar como funciona a formação militar na Academia das Agulhas Negras, destacando tanto o percurso formal, disciplinas, treinamentos e práticas formais, quanto todo um conjunto de experiências e sociabilidades não ditas diretamente, mas aprendidas e ensinadas desde que se adentra os portões da Academia.

Imagem 7: Formatura de aspirantes na Academia Militar das Agulhas Negras

⁴¹ Grifo nosso.



Fonte: Exército Brasileiro, 2022

Uma das características mais marcantes das Forças Armadas, incluindo o Exército, é a diferenciação do universo dos civis. Já foi abordado no texto o caráter organizacional dos militares e o quanto essa característica ajuda a compreender os caminhos escolhidos ou trilhados pelos militares, a partir das decisões do alto comando, ao longo da história. Mas para uma compreensão melhor desse processo de formação de uma identidade coletiva forte, faz-se necessário o entendimento das Forças Armadas como *instituições totais* (GOFFMAN, 1999) ou *instituições totalizantes* (CASTRO, 2007).

O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida (dormir, brincar e trabalhar). Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados em um mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 1999, p. 17-18).

As *instituições totais* são aquelas em que seus membros são moldados através de um conjunto de atividades coletivas e/ou individuais, organizadas ou ordenadas cronológica e racionalmente a partir de um objetivo organizacional ou institucional. Elas tem um poder muito efetivo de transformação e de constituição de um ser, um sujeito novo, a partir de uma rede de

experiências que visa homogeneizar os comportamentos e produzir uma nova subjetividade, afeita, atenta e profundamente ligada aos interesses das instituições.

A AMAN se enquadra como sendo uma instituição total na concepção de Goffman (1987), para os estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internação, onde um grupo relativamente numeroso de internados vive em tempo integral. A AMAN tem todas essas características, pois funciona para seus discentes como local de residência, trabalho, lazer, educação, dentre outras. Por outro lado, temos o corpo dirigente responsável pela ordem e administração, assim identifica-se opressores e oprimidos, caracterizados pela equipe dirigente e pelo grupo dos internados, os primeiros modelam e os segundos são objetos de procedimentos modeladores (XAVIER, 2017, p. 85).

Celso Castro (2007) até elabora algumas críticas ao conceito, manifestando algumas divergências com o uso de Instituições totais a partir da percepção de algumas diferenças entre seu uso aplicado a manicômios e presídios e o ambiente militar. Para ele, em primeiro lugar, não há uma clara diferenciação nos meios militares entre a “equipe dirigente” e os “internos”. Isto é, embora haja o critério da hierarquia como elemento de diferenciação dos círculos militares, há mobilidade social fruto do esforço individual. Ademais, os laços de amizade são até incentivados, respeitados – claro – os limites hierárquicos. Em segundo lugar, busca-se, nas academias militares, a “vitória cultural” sobre o indivíduo, algo que não está presente nas instituições totais tradicionais. E por último, as instituições totais tem como uma de suas características mais marcantes o fato de serem estabelecimentos de participação compulsória, algo que não existe nas academias militares, quem está ali, está opção, não imposição legal.

Apesar dessas críticas, Castro (2007) parte do conceito de instituições totais e, elaborando críticas e outras análises chega à categoria de instituições totalizantes.

Mesmo fora dos quartéis, os militares estão formalmente sujeitos, por exemplo, a padrões prescritos de comportamento e aos limites impostos pelos “círculos hierárquicos”, definidos no artigo 15º do Estatuto dos Ser militar não é uma profissão que se restrinja à jornada de trabalho. Pelo artigo 13, parágrafo 3º do Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980), a disciplina e o respeito à hierarquia — vistos como a base institucional das Forças Armadas — “devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados.” Chamo atenção para o fato de que a obrigação se estende para além do serviço ativo, incluindo os aposentados, e também para a expressão “em todas as circunstâncias da vida”. Militares como “âmbitos de convivência entre militares de uma mesma categoria”, com a finalidade expressa de “desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo.” 7 Esses círculos hierárquicos regulam, por exemplo, regras de comensalidade — sargentos e oficiais não podem sentar-se à mesma mesa. Não respeitar esses círculos levaria a uma das situações mais temidas pela instituição: a “promiscuidade hierárquica”. Ao longo da vida militar, há também uma grande concentração de interações dentro de um mesmo “círculo social”, seguindo uma imagem da sociologia simmeliana. Com isso, o “mundo militar” torna-se mais diferenciado, enquanto a individualidade de seus integrantes torna-se mais indiferenciada. Na vida militar, para além do ambiente de trabalho, os locais de moradia, de lazer e de estudo são também, em grande medida, compartilhados. Essa

característica estende-se para cônjuges e filhos, englobando toda a “família militar”. A interação social endógena é estimulada, tanto formalmente, através eventos de confraternização organizados pela instituição, quanto informalmente, através de encontros sociais organizados por colegas de “família militar” (CASTRO, 2007, p. 4).

Refletindo sobre esse caráter totalizando das academias militares, e da própria profissão militar, onde o militar deve se comportar segundo determinadas expectativas, normas, valores e regras mesmo quando não está fardado ou mesmo após se aposentar, Castro propõe essa conceituação diferente num sentido de refletir esse desejo de produção de um nova forma de se viver no mundo, onde todas as esferas da vida, mesmo as interações familiares, os casamentos, os divertimentos, os locais de moradia, enfim, são abarcados pelo espectro militar.

A mudança de caracterização — de total para totalizante — pretende caracterizar melhor uma experiência totalizadora e básica para a identidade militar, que engloba e fundamenta as características diferenciais entre militares e paisanos: a da preeminência da coletividade sobre os indivíduos. O resultado é a representação da carreira militar como uma “carreira total” num mundo coerente, repleto de significação e onde as pessoas “têm vínculos” entre si. O militar é, assim, produto de um desenvolvimento especial do individualismo moderno, posto que profundamente marcado tanto por ideais meritocráticos quanto pela hierarquia – uma espécie de “individualismo hierárquico” (CASTRO, 2007, p. 5).

A respeito da hierarquia, Piero Leirner acrescenta que

Cotidianamente, existe uma distinção entre “nós-militares” e “eles- paisanos” comumente aplicada quando se está apenas entre esse “nós”. Ela se manifesta cada vez que é solicitado um guia de referência que estabeleça uma demarcação entre os dois mundos, aquele com o qual alguém se identifica e o outro que é identificado por contraste, formando-se assim uma identidade contrastiva. Mas estas não são apenas marcas de distinção que resultam de uma apropriação diferencial da linguagem exercida cotidianamente. Ao contrário, elas estão ancoradas num universo organizacional que, por si só, já define rigorosamente as fronteiras de pertencimento à comunidade militar. **Essas fronteiras “enquadram” aqueles que comandam e obedecem de acordo com uma ordem na hierarquia, e descartam os que simplesmente não estão nesse conjunto. Assim, o conjunto das relações escalonadas entre militares traça os limites da hierarquia militar, o campo onde se definem simultaneamente o pertencimento à Força e as relações peculiares a ela. Desse modo é que as condutas no Exército, mantidas por indivíduos que se encontram em posições diferenciadas de acordo com um rol de segmentos específicos, como as patentes, têm como parâmetro a hierarquia enquanto fato coletivo capaz de ordenar a ação individual, de modo que ela esteja em consonância com a conduta geral, tornando assim a própria idéia de coletividade viável⁴².** Portanto, a hierarquia constitui um fenômeno em que o coletivo pode ser “lido” através da ação individual, decorrendo daí a sua pertinência enquanto ângulo privilegiado de abordagem da identidade militar (LEIRNER, 1997, p. 72).

Tal perspectiva também é compartilhada por Jaime Taddei, que afirma

A organização militar tipifica com requintes de formalidade, exatidão e sutileza essa reciprocidade através de códigos, estatutos, regimentos, regulamentos e normas gerais de ação – para ficarmos em algumas codificações modeladoras do caráter e do comportamento, até aqui, exclusivamente *objetivos* - que prescrevem, com força de lei, as condutas que a instituição *quer* de cada integrante, com relação a si, ao outro e

⁴² Grifo nosso.

ao mundo, observada cada função, de cada atividade, em cada situação. E não há nela atividade que não seja coberta por algum código de comportamentos desejáveis específicos, como tais formal e institucionalmente normatizados. Em outras palavras, comportamentos recíprocos são definidos pelo texto da norma escrita e, em caso de omissão, definido pela hierarquia (TADDEI, 2007, p. 165).

A hierarquia é algo fundamental das instituições militares. É a partir dela que se estrutura todo um conjunto de normas e valores que vão orientar o comportamento dos estudantes e de todo o corpo de profissionais. Como argumenta Leirner (1997), a hierarquia é o fato coletivo que conecta os diferentes estratos e círculos militares. É ela que dá a legitimidade para a submissão dos novos aspirantes aos antigos e confere segurança, estabilidade e ordem. Numa perspectiva semelhante, Suzana Magalhães afirma

Em tempos de paz, o Exército entra em um modo de funcionamento específico, que exacerba o foco no adestramento e preparação, no corpo da tropa e nas escolas militares. Esse fato até explica a persistência do paradigma da *Escola do Guerreiro*,⁴³ mesmo em períodos longos sem conflitos armados... No cotidiano dos espaços educativos, militares do Exército, que podem ser escolas, centros de instrução ou unidades da tropa, **a Educação do Guerreiro tem um objetivo, que é transmitir um habitus: um conjunto de formas de pensar, sentir e de se comportar, de aspirações, gostos, e atitudes, de conhecimentos tácitos, que envolvem rotinas corporais e mentais inconscientes, que permitem agir de modo espontâneo, sem pensar (BOURDIEU, 1980).** Esse habitus é heterogêneo e dinâmico e brota a partir das armas, quadros, serviços e das especialidades técnicas ou operacionais, que ~soa as corporações militares estruturadas a partir do esforço coletivo do Exército de lutar a guerra convencional, e que permaneceram, de algum modo, na guerra não convencional ou mesmo na chamada não guerra (MAGALHÃES, 2023, p. 194).

Numa chave interpretativa semelhante, mas sociologicamente distinta – a sociologia bourdieusiana – Magalhães (2023) também colabora para o entendimento das instituições como organizações que visam a produção de uma subjetividade coletiva que age e influencia nos comportamentos, ações, pensamentos e decisões tanto internas quanto externas ao mundo militar.

Ainda empiricamente consideradas, as instituições pressupõem a existência de um contexto de ordem, direção e estabilidade. Se entregues a seus recursos exclusivamente humanos, essa convivência entre os homens e seus grupos – à luz de uma racionalidade apologética desses mesmos estatutos e normas – correria o risco de se mostrar um estado de natureza hobbesiana. **Sucede que a ordem social não faz parte da natureza das coisas. Há que criá-la, investir engenho e arte humanos para que a convivência se processe eficaz e harmoniosamente, como se costuma dizer, civilizada e eficazmente.** Para os funcionalistas, a socialização é um dos modos com que a ordem social é mantida. As tentativas de entender as causas – que transcendam as de ordem biológica – e conduzam à emergência, manutenção e transmissão de uma ordem social impõem como indispensável a condução de análises, que acabam constituindo verdadeiras teorias da institucionalização (BERGER e LUCKMANN, 1999: 39). Não é difícil, como se observa, identificar no desenho organizacional – que se contém no perímetro de significação da vida institucional – a existência de uma tipificação de áreas de atuação, envolvimento e responsabilidade de uma organização, *maxime* porque estruturada com base na hierarquia e estritamente estratificada em níveis – os postos dos oficiais, as graduações das praças e aí dentro a

⁴³ Grifo da autora.

antigüidade que define precedências – e, também, numa divisão de trabalho, através dos quadros de funções definidas e exercidas consoante especificidades verticalmente definidas. As instituições implicam historicidade e controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história oficial compartilhada. Não são desenvolvimentos de emergência instantânea. **As instituições têm uma história de que são, a um só tempo, criadores e criaturas. “É impossível compreender adequadamente a instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida.”**⁴⁴ Ao exercer este controle institucional da conduta humana e suas relações, a instituição a estatui, define e regula como “naturalizados” e “legitimados”. O controle significa que os membros têm as suas ações – e, possivelmente, atitudes e orientação – determinadas e influenciadas pela condição de a ela pertencerem (TADDEI, 2007, p. 166-167).

Assim, é preciso que se as instituições possuem uma historicidade, e foram produzidas dentro de determinadas condições históricas, sociais, políticas e culturais. Ademais, a própria dinâmica social e inter-organizações também exerce influência no desenho e funcionamento da mesma. Nesse sentido, instituições criadas numa sociedade historicamente democrática ou que durante muitos anos teve sucessivas experiências democráticas de médio e longo prazo, tenderiam a ser democráticas, assim como instituições criadas em contextos de regimes historicamente autocráticos e de baixa responsabilidade social e representatividade, tendem a reproduzir esse imaginário, valores e práticas.

Além disso, é preciso considerar o caráter interno dos objetivos organizacionais. Isto é, não somente o contexto histórico em que a instituição está inserida importa, mas também os objetivos que orientaram as decisões tomadas pelos dirigentes institucionais também. Como argumentou-se no capítulo 3, argumenta-se que o caráter de orfandade funcional e institucional do Exército Brasileiro (COELHO, 2000) e a autonomia relativa da instituição na definição de suas atribuições, foram decisivas para a delimitação de uma imagem de si do Exército como garante das instituições brasileiras, e da brasilidade, numa chave de leitura culturalista, e que, portanto, permite que as ações de intervenção não sejam vistas como exceções à regra constitucional, mas sim o cumprimento da mesma. Até porque, há um setor expressivo da sociedade brasileira – vide o apoio civil às intervenções militares no contexto após as eleições de 2022 – que adere ao discurso militarista civil, clamando por ações militares que corrigiram os males da nação.

4.2. A Academia Militar das Agulhas Negras e a educação formal dos cadetes.

⁴⁴ Grifo nosso.

Uma das mais importantes academias militares no Brasil é a Academia Militar das Agulhas Negras, a AMAN. Localizada no município de Resende, mais especificamente no quilômetro 312 da Rodovia Presidente Dutra, no estado do Rio de Janeiro, ela foi fundada em 1944, e é o estabelecimento de nível superior responsável pela formação, a nível básico, dos oficiais do Exército Brasileiro (PINTO, 2021).

Imagem 8: Vista aérea de parte da AMAN



Fonte: Exército Brasileiro, 2022.

Sobre a escolha da cidade de Resende, afirma Tânia Godoy

O fato de se escolher uma cidade no interior do estado correspondia às intenções de se isolar os cadetes para que não se imiscuissem em questões políticas, como era prática enquanto estavam na Praia Vermelha e no Realengo: “A nova localização teria a vantagem de retirar ‘a mocidade do contato das agitações políticas e das seduções altamente prejudiciais dos grandes centros’” e que em Resende seria possível “forjar uma nova mentalidade, um corpo homogêneo de profissionais, e criar, parafraseando o General Von Der Goltz, uma verdadeira aristocracia física, intelectual e moral” (GODOY, 2004, p. 111).

No tocante à estrutura educacional, a AMAN conta com um conjunto principal, onde ficam o comando e a administração da escola, salas de aula, museu, bibliotecas e refeitórios, uma ampla praça de esportes, com dois estádios, parque aquático, quadras diversas, pista de treinamento utilitário, centro de excelência em reabilitação/ academia de musculação, dois ginásios cobertos e centro hípico, um auditório para 1.150 pessoas e um teatro com 2.821 lugares e dependências próprias para a instrução militar, como instalações

de tiro e a praça das armas. No conjunto principal ficam alojados os cadetes, separados por ano de entrada e Arma escolhida. As matérias do ensino fundamental são ministradas nas salas de aula e as do ensino profissional têm seu lugar nos parques de treinamento. Após a separação por Armas, até mesmo as matérias do ensino fundamental são cursadas com a Arma (PENIDO, 2015).

O aluno admitido na AMAN recebe o título de cadete. Na hierarquia, esse título corresponde a uma praça especial, com graduação entre o subtenente e o aspirante a oficial. Até hoje, foram diplomadas aproximadamente 60 turmas e mais de 20 mil aspirantes a oficiais. A entrada todos os anos é de, em média, 450 jovens e o efetivo total de alunos tem se mantido mais ou menos estável, variado entre 1.600 e 1.750 cadetes. Os dados mais atuais não estão disponíveis e os contatos com a Academia Militar das Agulhas Negras não foram respondidos a contento no sentido da disponibilização de informações sobre a estrutura da instituição. Recorreu-se à Lei de Acesso à Informação, mas por algumas vezes teve-se o pedido negado ou não concluído a contento devido à “base de dados não estar consolidada”. Ainda assim, segundo as informações obtidas⁴⁵, aproximadamente 400 cadetes se formam por ano a Aspirantes a Oficial. De acordo com Penido, o desenvolvimento das academias militares no Brasil teria passado por 4 fases:

A primeira delas vem da fundação da Academia Real Militar (1810) até a separação dos dois cursos, Engenharia Civil e Engenharia Militar em duas instituições autônomas, a Escola Militar e a Escola Politécnica (1851). A segunda fase segue até a criação da Escola de Estado-Maior, em 1905. A terceira fase compreende o período de 1905 até 1930, com a vinda da Missão Militar Francesa. Por fim, a quarta fase, a partir de 1930, quando o ensino militar se desenvolveu, cresceu em número de instituições, especialização, mecanização e profissionalização (PENIDO, 2015, p. 91).

A formação dos militares do Exército Brasileiro é organizada em ciclos que se desenvolvem durante todo o período da carreira. A formação básica ocorre na AMAN, o aperfeiçoamento do oficial – correspondente ao nível de mestrado civil – ocorre na Escola Superior de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) e a formação para oficiais do estado maior – correspondente ao nível do doutorado civil – ocorre na Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), todas elas localizadas no estado do Rio de Janeiro. A participação e progressão nessas escolas militares dependem do mérito individual e da turma de ingresso na AMAN (PENIDO, 2015). Desde a sua elaboração, a AMAN foi pensada como uma instituição

⁴⁵ Cf.: <https://www.aman.eb.mil.br/ultimas-noticias/819-aman-realiza-aspirantado-2022> Acessado em 11/08/2024.

que estrutura, reforça e consolida a distinção entre o universo civil e o militar. Isso fica claro desde cedo, na própria dimensão simbólica e imagética da instituição.

Após concluir o Curso com aproveitamento, o concludente será declarado Aspirante-a-oficial (Asp) do Exército Brasileiro, sendo-lhe conferida a graduação de Bacharel em Ciências Militares. O Asp será designado para servir em alguma Organização Militar do Exército, localizada em qualquer região do país, para atender às necessidades do serviço, respeitando-se a precedência da escolha pela classificação obtida ao término do Curso, iniciando assim, um estágio probatório. Imediatamente após concluir o Curso, o Aspirante é matriculado em um estágio probatório, cuja conclusão, com aproveitamento, proporcionará a nomeação a Oficial do Exército Brasileiro, no posto de Segundo-Tenente, ficando a partir desse momento, sujeito às prescrições dos Art. 97 (2º), 115, 116 e 117 do Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 1980) caso venha a pedir demissão do Exército (PINTO, 2021).

Imagem 9: O Brasão da AMAN



A associação entre o termo castrense e castelo permaneceu presente na construção da AMAN. Não porque as formas do conjunto arquitetônico se parecessem com um castelo (mecanismo de defesa absolutamente superado com o moderno aparato militar), mas porque ele simboliza a tentativa de distanciar aqueles que manejam armas – os servidores castrenses – dos demais, usando para isso uma estrutura física de aspecto tradicional e imponente inspirada na monarquia, como pode ser observado no brasão da escola (PENIDO, 2015, p. 105).

A formação de um cadete na AMAN segue um currículo definido.

O curso da Academia tem a duração de quatro anos⁴⁶. Durante esse período os cadetes vivem em regime de internato, com saídas ocasionais chamadas de “licenciamentos”. Os cadetes recebem gratuitamente, e no próprio local de estudo, moradia, alimentação, uniformes, serviço de lavanderia e assistência médica e dentária, além de um pequeno soldo. O ensino compreende duas áreas: “fundamental” e “profissional”. O ensino fundamental visa dar ao cadete o embasamento cultural necessário para o prosseguimento da carreira. Não há matérias eletivas, todas são obrigatórias (CASTRO, 2021, p. 24).

Como afirmado acima por Castro (2021), o curso de formação básica (ensino fundamental) visa preparar o militar, dando-lhe um estofamento cultural necessário para a continuidade da carreira. Já o profissional,

[...] visa dar ao cadete o conhecimento técnico necessário para atuar até o posto de capitão dentro da “Arma” que ele escolhe ao final do 1o ano: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência, Comunicações ou Material Bélico. Após o “Curso Básico”, como é chamado o 1o ano do curso da Aman e no qual o ensino profissional é comum a todos os cadetes, ocorre uma separação entre as matérias específicas a cada Arma (CASTRO, 2021, p. 25).

Imagem 10: Cadetes chegando à AMAN



Fonte: Exército Brasileiro, 2024.⁴⁷

Como afirmado acima, não se trata somente de uma formação oficial ou formal. O tempo na academia militar – e a AMAN não é um caso à parte – é um período de absorção de

⁴⁶ Desde 2012, o curso básico para a formação dos cadetes mudou, e agora passou para 5 anos em regime de internato. Apesar disso, é possível realizar algumas saídas autorizadas. Sobre isso, ver PENIDO, 2022, p. 14.

⁴⁷ Cf.: <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/portoes-aman-24> Acessado em 12/08/2024.

diversos tipos de conteúdos, oficiais e não oficiais que são apreendidos através das redes de sociabilidades e experiências trilhadas na formação militar. Como afirma Castro,

É importante destacar que a formação de oficiais do Exército não se resume aos quatro anos de Academia; ao contrário, consiste em várias etapas. No entanto, elas apenas desenvolvem algo que o oficial já deve possuir desde a conclusão do curso da Aman: “*espírito militar*”. É este o tema do presente livro. Na Academia o cadete vive um processo de socialização profissional durante o qual deve aprender os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. Meu objetivo é apresentar uma interpretação de como esse processo ocorre. Uma opção metodológica fundamental deve ficar desde logo clara: estou principalmente interessado não nos conteúdos formais específicos às matérias ensinadas, e sim nos aspectos informais do curso, na experiência subjetiva dos cadetes na Academia. Através de manuais e apostilas o cadete adquire conhecimentos sem dúvida indispensáveis ao exercício da profissão, mas é na interação cotidiana com outros cadetes e com oficiais que ele aprende como é *ser militar* (CASTRO, 2021, p. 25-26).

Durante o primeiro ano de estudos, o cadete é exposto a um conjunto de disciplinas gerais que visam informar e o preparar, como dito acima, para a carreira militar. É o início do processo de diferenciação entre o universo civil e o militar. Ali ele vai aprender sobre uma série de conhecimentos básicos de diversas áreas do saber com vias a subsidiar os futuros estudos específicos de cada Arma e também para o bom desempenho enquanto militar.

Imagem 11: Currículo básico do 1º Ano na AMAN

AMAN Bás) (C	Língua Portuguesa II	75	
	Língua Espanhola II	45	
	Língua Inglesa II	75	
	Ética Filosófica	60	
	Economia I	45	
	Estatística	45	
	Química Aplicada II	60	
	Segurança da Informação e das Comunicações	60	
	Técnicas Militares III	90	
	Técnicas Militares IV	90	
	Desenvolvimento da Identidade Militar (DIM)	350	TFM, Instr Esp, Equitação, Tiro e OU

fonte: PENIDO, 2015, p. 123.

Após a entrada na AMAN, o cadete escolhe no início do segundo ano uma das armas a seguir. Segundo o site do Exército,

Durante este ano, os cadetes realizarão o Curso Básico da Formação de Oficial Linha de Ensino Militar Bélico. A partir do segundo ano, conforme a classificação na turma, eles escolherão sua arma, quadro ou serviço: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações, Material Bélico ou Intendência. Assim, eles serão divididos em cursos específicos, e passarão mais três anos dedicados a aprender as particularidades de sua área. A formação combina o treinamento militar operacional e a formação acadêmica. Ao final do Curso, os cadetes produzem um trabalho científico, de nível de graduação, e são declarados aspirantes a oficial (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2024).

A escolha da Arma é fundamental para a vida do cadete e a sua futura experiência profissional.

Ao final do primeiro ano na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o cadete escolhe, por ordem de classificação e a partir das vagas oferecidas, em que Arma, Quadro ou Serviço irá permanecer por toda sua carreira. De 1998 a 2012, verifica-se que as vagas que primeiro são preenchidas são as do Quadro de Material Bélico (MB) e do Serviço de Intendência (INT). Essa é uma das decisões mais importantes da carreira do militar, tendo em vista que seu perfil profissional, suas perspectivas na carreira, o lugar social ocupado na Força, as cidades ou locais em que irá trabalhar, os possíveis comandos e chefias que exercerá, a satisfação dos desejos ou sonhos que possuía antes do ingresso nas Forças Armadas, e mesmo sua inserção na vida civil após terminado o tempo de serviço e já encaminhado para a reserva, tudo isso é determinado pela decisão de ingressar numa Arma, Quadro ou Serviço específico (COSTA, 2020, p. 173-174).

Mas não somente durante os anos de exercício da profissão militar a Arma importará, mesmo durante o curso de formação na AMAN, a definição de qual Arma você será alocado determinará todo um conjunto de experiências e vivências dentro da caserna. De acordo com Celso Castro,

Na maior parte do tempo durante os próximos anos, o cadete estará em companhia exclusiva de “irmãos” de Arma. No cotidiano da Academia existe uma nítida separação entre as Armas, e por esse motivo alguns cadetes chegam a dizer que “aqui não é uma Academia, são sete Academias, uma para cada Arma. É totalmente diferente”. As turmas de aula, tanto as do ensino fundamental quanto as do ensino profissional ou de educação física, são separadas por Armas. Os alojamentos (alas) são separados por Armas, e quando acontece de — por sobras no efetivo — parte de uma Arma ser alojada na ala de outra, ela “não participa da ala, só dorme lá”. As refeições são feitas em mesas separadas por Armas. Finalmente, os exercícios de campo são feitos por Armas, muitas vezes com a participação de cadetes de mais de um ano da mesma Arma. Logo, a interação vertical dentro das Armas é muito mais intensa do que a horizontal entre os anos. Dentro da Arma convivem o 2o, 3o e 4o anos: embora as aulas sejam separadas, eles se encontram nas alas, nas festas da Arma e nos locais de instrução (parques). O ano passa a ser uma referência meramente cronológica. Um cadete é de Infantaria, Cavalaria ou outra Arma antes de ser do 2o, 3o ou 4o ano (CASTRO, 2021, p. 82).

Cada experiência futura do cadete será influenciada pela escolha da Arma a qual ele escolherá. E não só isso, mas também todo um conjunto de valores, posturas e atitudes deverão ser seguidas de acordo com cada arma escolhida. Ela representa um dos momentos mais fundamentais da formação do cadete e guarda muito mais significados do que se imagina, olhando de uma perspectiva civil. Refletindo sobre isso, Xavier informa de um conjunto de competências específicas que um cadete de cada Arma deve desenvolver no período de sua formação.

Dentre as competências específicas, os oficiais de infantaria e cavalaria, devem desenvolver: o planejamento, a condução, e o emprego tático de frações de tropa em operações convencionais na ofensiva, na defensiva, as com características especiais, as com características especiais de ambiente; operações não convencionais; operações de manutenção da paz sob a égide de organismos internacionais; ações subsidiárias; e operações de segurança integrada. Dos oficiais de artilharia espera-se que, dado o caráter técnico da arma de artilharia, desenvolvam a capacidade de: planejar e conduzir o emprego tático de uma bateria de comando; uma bateria de obuses; uma seção de operações; uma seção de reconhecimento e inteligência; uma seção de comunicações; uma seção de logística; uma bateria de tiro; uma seção de reconhecimento, comunicações e observação, tudo em operações convencionais.

Deve também desenvolver capacidades para conduzir uma fração em operações não convencionais, manutenção da paz, ações subsidiárias e de segurança integrada. As competências específicas a serem desenvolvidas pelos oficiais de engenharia, é: planejar e conduzir o emprego tático de operações convencionais de reconhecimento; manutenção da rede mínima de estradas; técnicas de navegação e de transposição de cursos d'água; trabalho de navegação do terreno; trabalho de instalações em campanha, construção de pontes; e manutenção da paz sob a égide de organismos intelectuais (XAVIER, 2017, p. 94).

Imagem 12 e 13: A Escolha das Armas



Fonte: Exército Brasileiro, 2022.

Celso Castro também apresenta competências específicas que cada Arma exigirá ser desenvolvida pelos cadetes após a entrada deles em suas respectivas Armas. “O sistema de Armas fornece os tipos ideais dos integrantes de cada Arma – o infante, o cavalariano, o artilheiro, o engenheiro, o intendente, o comunicante, o matbeliano – em referência aos quais cada indivíduo deve fazer sua operação” (CASTRO, 2021, p.87). Como sintetiza Costa (2020) a respeito das diferenciações entre as Armas, os infantes são os “vibradores”, os combatentes da Arma “mais militar”, os bitolados; os cavalarianos têm o espírito do “rápido e mal feito”, aqueles que desenvolvem iniciativa pessoal e flexibilidade; os artilheiros são os militares meticulosos e os mais limpos, técnicos e estudiosos, que não podem provocar um acidente de tiro; os engenheiros são da Arma que “gosta de trabalhar” e que se dá bem com todas as outras Armas, são os mais feios, os atarracados; os intendentes são os que apoiam e suprem, não guerreiam, mas “trabalham com a cabeça”, têm maior contato com os civis, são os “gordinhos”; na Arma de Comunicações estão os que atuam junto aos comandantes no combate, são os “sisudos e introspectivos”; finalmente, o Material Bélico agrega os militares que “disputam com a Intendência o título de civis de farda”, são os “mecânicos” (Castro, 1990, p. 63-89).

Imagem 14: Cadetes reunidas após a escolha das Armas



Fonte: Exército Brasileiro, 2022.

Apesar disso, recentemente alguns dados indicam uma mudança sensível no perfil das escolhas das Armas por parte dos cadetes. A partir de dados do Anuário Estatístico da AMAN, Frederico Costa (2020) apresenta uma possível tendência de mudança no perfil de escolhas das Armas entre os cadetes que se formaram entre 1998 e 2012. A tendência encontrada por ele demonstra uma certa regularidade de parte da tropa em selecionar posições menos honoríficas e Armas menos tradicionais em detrimento de Armas e posições que proporcionem relativo mais conforto e remuneração.

A perspectiva ocupacional, que mostra a tendência de se encarar a atividade militar como uma profissão qualquer, indica a crescente aproximação das atividades militares daquelas civis, com a consequência de se medir resultados, papel e função social, bem como remuneração e status jurídico, a partir das perspectivas de mercado. Essa perspectiva se apresenta como nova variável a se acrescentar ao debate relativo ao Brasil. Levando em conta as hipóteses levantadas no parágrafo anterior, também se deve levar em conta, para a melhor compreensão dos dados oferecidos pelos Anuários Estatísticos da AMAN, a possibilidade de complexificar o caso brasileiro, colocando-o num ponto entre os modelos pseudo-ocupacional e pseudo-institucional, uma gênese de transformação de instituição para organização (os militares, assim, compartilhariam simultaneamente do ônus e do bônus, tanto do extremo institucional quanto do extremo ocupacional). Em outras palavras, o militar ainda é considerado eficaz para as demandas da sociedade brasileira, mas já demonstra um grande percentual de oficiais “civilianizados”, embora ainda se mantenha um grau elevado de coesão interna e alguma percepção de distinção em relação aos civis. [...] Assumindo uma projeção de 30 anos de carreira, a partir de 2028 o Exército brasileiro terá uma elite dirigente composta por generais que não necessariamente assumiram sua arma de origem como prioridade profissional (o Alto Comando do Exército é composto por oficiais oriundos das armas combatentes), por não terem sido os cadetes mais antigos no momento da escolha (COSTA, 2020, p. 189-190).

Isso traria consequências ainda não previsíveis para as relações civis-militares no Brasil, mas aponta para um processo que sugere uma quebra num dos pilares da formação

militar brasileira, a saber, a separação entre paisanos e militares, que é um dos elementos mais básicos do habitus militar da AMAN e de outras academias militares. Estaria ocorrendo um processo de aproximação entre a forma de visualização da carreira militar e a de civis. Num contexto marcado pela pressão militar, insubordinação militar e pela autonomia relativa em diversos setores da caserna, essa tendência sinaliza para transformações ainda não conhecidas, mas que já fazem parte, de alguma forma, do cenário nos EUA (COSTA, 2020).

Imagem 15: o currículo básico da AMAN no 2º, 3º e 4º ano

AMAN (2º Ano)	Língua Espanhola III	45	
	Língua Inglesa III	75	
	Psicologia	105	
	História Militar do Brasil (HMB)	60	
	História Militar Geral	60	
	Introdução ao Estudo do Direito (IED)	60	
	Técnicas Militares		
	Emprego Tático	424	
AMAN (3º Ano)	DIM	302	TFM, Instr Esp, OU e Tiro
	Idiomas	90	
	Metodologia da Pesquisa Científica	50	
	HMB	60	
	IED	60	
	Didática Aplicada à Instrução Militar	60	
	Técnicas Militares		
	Emprego Tático	399	
AMAN (4º Ano)	DIM	354	TFM, Tiro, Liderança, Instr Esp e OU
	Direito Administrativo	60	
	Direito Penal Militar	60	
	Administração	60	
	Relações Internacionais	30	
	Técnicas Militares		
	Emprego Tático	225	
DIM	261	TFM, Instr Esp, OU e Tiro	

Fonte: Penido, 2015, p. 123.

Como afirmou-se acima, a partir do segundo ano, o cadete tem um conjunto de novas disciplinas, atividades e exercícios a cumprir, baseado na escolha que fez da Arma.

O ensino compreende três áreas: fundamental, profissional e militar. O ensino fundamental visa dar ao cadete uma cultura geral necessária à carreira. Já o ensino profissional objetiva proporcionar o conhecimento técnico para atuar até o posto de capitão. Durante o primeiro ano na AMAN, todos os cadetes fazem os seus estudos em comum. Após a escolha da Arma, o ensino profissional varia em razão das necessidades da especialidade escolhida. O treinamento militar, embora não esteja necessariamente expresso no currículo, faz parte de um intenso processo de ressocialização. Nesse percurso, destaca-se a prática de esportes. Os treinamentos físicos, além de aprimorar a resistência física necessária ao exercício profissional, ajudam a desenvolver o espírito de corpo (VIEIRA, 2011). Os cinco anos são organizados baseados na pedagogia por competências que, a partir da gestão de talentos e de pessoal, tenta adequar o talento do educando (competências natas e adquiridas) às necessidades da instituição.¹³ O Exército define por competência militar a “capacidade de mobilizar ao mesmo tempo e de maneira interrelacionada conhecimento, habilidade, atitude, valores e experiências para decidir e atuar em diversas situações” (VIEIRA, 2011, p. 78). Portanto, as competências foram pensadas para as múltiplas possibilidades de emprego militar e para os futuros cenários de conflito. Para desenvolver competências, foram propostas mudanças no currículo. Os estabelecimentos de ensino militar, inclusive a AMAN, adotam o modelo de disciplinas isoladas. As mudanças sugerem que, durante os três últimos anos na AMAN, o cadete possa optar por disciplinas eletivas, segundo áreas de interesse definidas pelo Exército. No quinto ano também estão previstos cursos e estágios na tropa. Essas atividades práticas são uma preocupação histórica das escolas. Para isso,

são utilizados exercícios de adestramento, jornadas e campo, estágio na tropa (que é quando o cadete experimenta o cotidiano em uma unidade da sua Arma) para que ele execute as funções de comandante e líder de pequenas frações (pelotão e seção) e de subunidade (companhia, bateria ou esquadrão) (PENIDO; MATHIAS; FAUSTINI, 2022, p. 14).

Foi solicitado mais de uma vez via Lei de Acesso à informação⁴⁸, as bibliografias dos cursos oferecidos na AMAN. Entretanto, elas não foram disponibilizadas, sob o argumento de que as bases de dados não estão consolidadas.

Imagem 16: Resposta ao pedido de acesso à informação

Resposta
 Prezado(a) Senhor(a),
 A respeito do pedido protocolo nº 60110.001283/2024-77, o SIC-EB informa que, até o presente momento, não foi possível consolidar as informações sobre o seu pleito.
 Por fim, eventual recurso deve ser dirigido ao Chefe do Estado-Maior do Exército, no prazo de 10 (dez) dias, conforme previsto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
 Cordialmente,
 Serviço de Informações ao Cidadão do Exército Brasileiro
 (Conheça seu Exército - <http://www.eb.mil.br/>)

Pedido de Acesso à Informação Detalhado

Número de protocolo	Tipo	Esfera	Órgão destinatário
60110.001283/2024-77	Acesso à Informação	Federal	CEX - Comando do Exército

Fonte: elaboração própria, 2024.

Apesar disso, durante o governo de Jair Bolsonaro, foi divulgado na imprensa que circulava nas academias militares (AMAN, ESAO e ECEME) livros que endossavam uma narrativa reacionária, ultraconservadora, culturalista e bastante alinhada com o pensamento da extrema-direita bolsonarista. De acordo com o jornalista Rubens Valente

O livro do olavista Flávio Gordon "A corrupção da inteligência" (editora Record, 2017) integra a bibliografia da EsAO no campo da "história militar" - ao todo, foram citados 21 obras nessa disciplina. No livro, Gordon faz diversos ataques aos professores universitários, artistas, jornalistas, petistas e até a militares das Forças Armadas, sugerindo que eles "subestimaram" a esquerda. Ele apresenta a esquerda como o grande problema do país e argumenta que ela promove uma "guerra cultural" (VALENTE, 2020).

Essa interpretação de um grande complô da esquerda mundial tornou-se muito reproduzida no Brasil a partir do final da ditadura militar e das obras de intelectuais de extrema-direita como Olavo de Carvalho e outros.

Além de Gordon, outro autor muito querido por Olavo de Carvalho integra a bibliografia da EsAO, o general de brigada reformado Sérgio Augusto de Avellar Coutinho (1932-2011). Ele apresenta uma tese na linha da exposta por Gordon a partir de interpretação de escritos do filósofo marxista Antonio Gramsci (1891-1937). O livro referenciado pela EsAO se chama "A Revolução Gramscista no Ocidente: A

⁴⁸ Número de protocolo: 60143.002365/2024-51

Concepção Revolucionária de Antônio Gramsci em os Cadernos do Cárcere" (ed. Biblioteca do Exército, 2012) (VALENTE, 2020).

Daniela Mussi e Álvaro Bianchi (2022) elaboraram uma análise do pensamento anti-gramsciano na América Latina, destacando a relação entre as obras de Sérgio Avellar Coutinho com o pensamento anti-gramsciano e essa interpretação acerca do papel das novas esquerdas no cenário pós-ditadura.

O livro do general Sérgio Augusto de Avellar Coutinho *A revolução gramscista* veio à luz no ano seguinte e nele constava o agradecimento ao general Loureiro, que teria apresentado o pensamento de Gramsci ao seu autor. Para o general Coutinho, o pensamento gramsciano brasileiro, nascido das tentativas terroristas fracassadas de impedir o avanço da “revolução de 1964”, buscava agora uma “via pacífica” para o poder, inspirado na experiência eurocomunista. Nesta interpretação, a estratégia “gramscista” teria começado a ser organizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) já nos anos 1970 como plano para uma transição temporariamente não violenta para a democracia – um “‘intermezo’ (sic!) democrático-burguês” (COUTINHO, 2002, p. 102). Em seguida, as minorias comunistas ativas neste processo teriam atuado na disputa dos sentidos do processo constituinte nos anos 1980, acuando as “maiorias democráticas” e preparando o terreno ideológico para a tomada do poder (MUSSI; BIANCHI, 2022. p. 20).

Além de ter sido escrito por um general, o que por si só já confere um status de legitimidade à obra e um convite à leitura, é importante considerar o peso de determinada literatura ser utilizada como referência bibliográfica num curso de formação militar. Essas leituras corroboram uma interpretação antidemocrática da sociedade brasileira, na medida em que enfatizam o caráter instrumental do Exército e de outras Forças militares como agentes de contenção da ameaça vermelha, infiltrada e inimiga interna. É a reativação da Doutrina de Segurança Nacional que não deixou de ser utilizada ou defendida no âmbito militar, mas perdeu muito de sua aderência na sociedade brasileira no contexto da Nova República. Todavia, viu-se no capítulo 3 que ela continuou ativa nos grupos de pressão da reserva em panfletos, sites, blogs e publicações de militares e civis apoiadores destas ideias.

Esses valores e ensinamentos acabam por serem relacionados à determinadas interpretações sobre a História do Brasil que enfatizam o caráter intervencionista militar. É imprescindível que isso fique claro: da perspectiva de que se está adotando aqui, a reprodução acrítica desses valores e tradições nas academias militares colabora para a permanência do militarismo civil e do pensamento intervencionista.

A percepção dos atributos militares como exemplos de verdadeiros valores éticos e morais, bem como o sacrifício pela pátria permeou um discurso do general Antônio Hamilton Martins Mourão por ocasião das comemorações do cinquentenário da morte do sargento Argemiro de Camargo, vítima de uma emboscada guerrilheira em 1965. Segundo Zatta e Vannini (2018), o discurso do general reafirma a visão militar sobre a “Redentora” (o movimento de 31 de março de 1964), além de deixar subentendida a ideia de que o Exército brasileiro salvou o país de uma ditadura comunista (PEREIRA, 2022, p. 28).

Há um esforço de junção dos sentimentos e posturas abnegadas e sacrificiais características do meio militar com a defesa do país ante a suposta tentativa de comunização do mesmo. Embora esse processo guarde pouquíssima ou nenhuma proximidade com a realidade fática da vida, isto é, embora não tenha absolutamente nenhuma comprovação histórica de que tal projeto foi organizado e executado pelas esquerdas brasileira no âmbito dos anos 1960, a tese serve exatamente para oferecer um sentido, uma função, um dever ao militar de se relacionar diretamente com a sociedade brasileira tutelando-a e lhe garantindo a reprodução de seus traços culturais mais significativos: a mestiçagem, a inexistência de conflitos sociais duradouros, a cordialidade e o respeito às tradições.

Todo esse processo de estudo, preparação, treinamento e atividades extras segue um rígido controle dos oficiais superiores e foi definido a partir do objetivo de produzir um espírito de corpo que atenda aos interesses da instituição militar. Como lembra Taddei

Surge, em razão disso, um repertório de ações de tipificação biunívoca com relação a partes que se acham envolvidas e, para cada qual, tornado habitual nos respectivos papéis, alguns dos quais se realizarão separadamente, outros em comum. A *vantagem* mais importante, conveniente talvez, parece estar na capacidade de predição das ações do outro, que uma sociologia considera como estímulo à ordem. A interação das partes se faz previsível e a vida coletiva decorre segundo uma ampliada e cotidiana pauta de reiterações, supostas e tratadas como corretas e naturais. Algumas ações, muitas delas, se processarão numa linha de comportamentos de ordem remissiva, em baixo nível de necessidade de atenção. Não constituem fontes de risco ou de perplexidades. Tudo se reveste da convivialidade que, para as partes em contato, constitui a vida cotidiana, e que vai, coincidentemente ou não, ao encontro de uma outra ordem de imposições, ainda que não auto-reconhecida, de extração, agora burocrática. Visto de um outro ângulo, ao interagirem, os membros de uma instituição estarão construindo um *fundamento*, que servirá para estabilizar ações separadas e sua articulação. O entrelaçamento, por vezes referido como *esprit de corps*, exige, para a sua consumação, uma situação social duradoura e o exercício de ações auto-percebidas como importantes para agentes, condôminos do edifício e clientes. Aqueles, os agentes, pelo exercício da mutualidade e por um sistema de lealdades que, não é de iniciativa pessoal, mas conduzido segundo os valores ditados ao indivíduo pelo *ente totalidade*, que assujeita um pertencimento comum. A construção desse trabalho de ressonâncias, que se aguardam e se respondem, por sua vez, torna possível a divisão do trabalho entre os membros, personagens profissionais, abrindo, agora, caminho para atividades e respostas que exigem um nível mais alto de atenção e risco (TADDEI, 2007, p. 167-168).

Esse repertório de ações, práticas, valores e percepções tendem ao imediatismo, na medida em que se espera dos militares uma confiança suprema no treinamento e no adestramento que torne previsível a atitude do outro militar. Mas esse processo, embora seja revestido de um forte componente de radicalidade e de exigência, deve ser conquistado também através de medidas de convivialidade, isto é, através do dia a dia, do cotidiano. Daí a necessidade de padronização e de homogeneização e de comportamento previsível por parte da elite dirigente.

Imagem 17: Treinamento físico de um cadete na AMAN



Fonte: Exército Brasileiro, 2022.

4.3. A Academia Militar das Agulhas Negras e a educação **informal** dos cadetes

Está-se chamando de educação informal, todo o conjunto de experiências, informações, ensinamentos, técnicas, práticas e valores que não são incluídos oficialmente nos cursos das academias militares, como na AMAN, mas que fazem parte do currículo oculto que as instituições totalizantes como essas apresenta a seus estudantes. Nesse sentido, é preciso que se reconheça – e neste trabalho isso é um pressuposto importante, que as Academias Militares enquanto instituições totalizantes abordam a produção de uma subjetividade e de um espírito de corpo que se valem de todo um conjunto de símbolos, tradições, costumes, práticas e posturas não escritas mas que orientarão toda a vida do cadete e futuro aspirante a oficial.

O que se está chamando de educação formal e informal foi conceituada por Magalhães (2023) como currículo “real” e “oculto”:

Pode-se dizer ainda que a Educação do Guerreiro e seus paradigmas de virilidade, concretiza-se através do chamado currículo “real”, que consiste nas experiências de aprendizagem vivenciadas pelos alunos, e pelo currículo “oculto”, que abrange as aprendizagens espontâneas, não planejadas pelos professores e pela Escola (MAGALHÃES, 2023, p. 42).

Imagem 18: O lema “Cadetes! Ides comandar, aprendei a obedecer”



Fonte: Ministério da Defesa, 2023.

A respeito do currículo oculto presente na AMAN, o General de Brigada Severino de Ramos Bento da Paixão afirma que

Uma das experiências mais significativas que todo oficial formado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) vivencia, e que marca a sua existência para sempre, tem início quando ele, como cadete, ao entrar em forma no Pátio Tenente Moura, se depara com os dizeres: ***“Cadete! ides comandar, aprendei a obedecer”***. De imediato, ele toma consciência de que está diante de palavras que constituem uma divisa, um elemento identitário para o corpo de cadetes e uma máxima que serve para orientá-lo quanto ao seu destino e sobre como deve proceder, enquanto instruindo, no tempo alocado à formação de seus atributos e suas competências. É experiência que assimila um conhecimento e um aprendizado incorporado por meio dos sentidos. No Pátio Tenente Moura, o sentido da visão é o primeiro que apreende aquelas palavras e as grava na memória do jovem cadete. Ainda mais pelo fato de se apresentarem de forma quase sagrada, uma vez que, para indicarem explicitamente o valor para o qual apontam, são constituídas por letras douradas. Certo é que alguns cadetes, naqueles momentos de silêncio que antecedem o “avançar para o rancho” ou entre um toque de “sentido” e “descansar” nas incontáveis formaturas em que perfilam os seus corpos, deixam seus pensamentos focarem na direção daqueles dizeres, refletindo-os em suas mentes e permitindo, assim, que suas almas sejam esculpidas pelo currículo oculto que ali está presente, educando-os para serem os futuros chefes militares do Exército Brasileiro. (PAIXÃO, 2022).

Ainda sobre o currículo real e o oculto,

O autor entende as academias como espaço onde os padrões de comportamento do militar profissional são construídos. Para além das habilidades técnicas, é ali que o aluno vai receber a doutrina de como ser um líder militar, é aquele o espaço guardião da moral e da honra. Isso pode ser observado no forte simbolismo histórico que as escolas carregam. Bandeiras e objetos de guerras enfrentadas, materiais de militares que se tornaram heróis nacionais e cerimônias que são repetidas algumas vezes há mais de um século são uma fonte de aprendizado sobre a história da guerra e da própria Força Armada, tão importante quanto estudo sistemático em manuais ou em sala de aula (JANOWITZ, 1964). A juventude é uma etapa de definições e o aprendizado de “como ser militar” se dá, principalmente, pelo dia-a-dia na academia e na socialização

com amigas da mesma patente e oficiais. Durante o tempo de Academia, ocorre grande esforço para que o cadete aprenda valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. Objetivamente, “é na interação cotidiana com outros cadetes e oficiais que o cadete aprende como é ser militar” (CASTRO, 1990, p. 15). Na AMAN existem diversos rituais de forma a auxiliar o processo de ressocialização, sendo um dos principais a cerimônia de entrega do Espadim76. Esse /apenas um exemplo. Na verdade, toda a rotina é controlada, forçando a ressocialização (PENIDO; KALIL, FAUSTINI, 2023, p. 125).

Embora possa parecer cansativo, o que se procura é demonstrar na literatura como a formação do militar não obedece apenas aos objetivos claros, patentes e imediatos da estrutura da caserna. Há todo um conjunto de simbolismos, de técnicas de obtenção de aceitação, controle e de produção de sentidos que não está visível ao primeiro olhar: a punição por uma má postura, a crítica dura a uma cama mal arrumada, um “esporro” público por um erro de organização e execução de uma tarefa, a vigilância constante quanto ao uniforme – do quepe ao coturno – tudo importa, tudo tem seu lugar e seu valor na formação desta nova subjetividade que se pretende constituir.

Como já foi dito, o imaginário da educação militar visa a formação de um tipo de sensibilidade e de visão de mundo próprias do soldado, a partir de uma característica fundamental da profissão militar: a possibilidade de confronto com o inimigo e a necessidade de manter-se firme diante da ameaça de morte. Esse imaginário caracteriza-se por um tipo específico de socialização profissional, centrada em um complexo arcabouço de símbolos, metáforas e arquétipos, que pode ser interpretada a partir da mitanálise. O imaginário da educação militar (a *Educação do Guerreiro*) é milenar, tendo sido intensificado após a organização racional de uma força militar burocratizada a serviço do Estado, o que, no caso da Civilização Ocidental, ocorreu após o final da Idade Média (séculos XIV-XV) (MAGALHÃES, 2023, p. 39-40).

Como afirmou-se acima, mesmo no contexto fora da caserna o militar leva a sua instrução. Nesse sentido, a farda é introjetada no ser, e assim, os valores apreendidos durante o tempo de formação militar são muito mais profundos e duradouros do que se imagina. E seus efeitos também são muito mais presentes.

O ethos militar revela costumes, modalidades de participação, práticas sociais e privadas que compõem a natureza da vida do soldado. Implicados nessas práticas estão muitos dos objetivos e valores internos. E esses valores, enquanto servem claramente ao fim da disciplina militar, possui um efeito na vida de um soldado que transcende as exigências do seu ofício. Um soldado leva para o mundo civil o retrato de si mesmo que ele ganhou no exército, e esse retrato, porque revela o seu objetivo externo dos militares, está também imbuído de um ethos particular que se auto justifica. Esse ethos presta-se ao respeito pelo poder estabelecido (PEREIRA, 2021, p. 6).

Ainda sobre isso, diz Suzana Magalhães

O imaginário da educação militar é construído e transmitido nas escolas militares e nos espaços institucionais educativos das Forças Armadas e auxiliares, sofrendo modulações a partir de distintas tradições nacionais e da cultura organizacional de cada força armada, que brota, por sua vez, das formas de emprego militar. Ou seja, a *Educação do Guerreiro* se modifica em conformidade com as diferentes formas de fazer a guerra (MAGALHÃES, 2023, p. 41).

Uma das primeiras distinções oriundas da educação informal do cadete é a distinção entre civil e militar. De acordo com Celso Castro

Ao ingressar numa academia militar, o indivíduo enfrenta um rito de passagem da condição de civil para a de militar. Ele é submetido a um processo de construção da identidade militar que pressupõe e exige a desconstrução da identidade civil anterior — o novato vira inicialmente “bicho”, mesmo que já tenha uma experiência militar prévia. O objetivo é marcar o ingresso num mundo social que é qualitativamente diferente — e visto como superior — ao dos não militares. A construção de uma oposição simbólica militar × civil estrutura e sustenta toda a cosmologia militar, dando origem não só à identidade social do militar, mas também, por oposição e contraste, à do civil — ou, como falam usualmente entre si, do “paisano” (CASTRO, 2021, p. 14-15).

Essa formação informal, ou “oculta” também se manifesta no culto às tradições e aos símbolos. Como afirma Magalhães

A educação militar funciona sobretudo através do uso intensivo de um tessitura simbólica inscrita no regime diurno de imagens, voltada para a superação dos limites físicos e psicológicos dos indivíduos, de uma agonística, do homem em face das ameaças de morte e da passagem do tempo, que opera por meio de esquemas verticalizantes e ascensionais, corporificados, por exemplo, no símbolo do arqueiro, para quem a “intenção do voo, é sempre a ascensão” (DURAND, 1984, p.150.). E quem enceta o processo ascensional? Aqui entra o arquétipo do herói, já mencionado anteriormente. Sendo sempre relacionado aos símbolos solares, ele rompe com as trevas, em diversas mitologias: Prometeu, Teseu, Aquiles e Hércules. O herói que encarna o arquétipo mítico da liberdade de espírito, que se identifica com uma vontade de transcendência, de ruptura, com uma existência prosaica, banal, que se manifesta no ímpeto agonístico, agressivo, de um guerreiro em luta: “Pode-se dizer que a transcendência exige descontentamento primitivo, esse movimento de humor que traduz a audácia do gesto ou a temeridade da iniciativa. A transcendência é sempre armada (DURAND, 1984, p. 179) (MAGALHÃES, 2023, p. 65).

Imagem 19: A Biblioteca José Pessoa



Fonte: Exército Brasileiro, 2021.

Exemplo desses lugares de tradição e de transmissão de valores através dos símbolos é a Biblioteca Marechal José Pessoa, figura central no processo de remodelagem do ensino militar e da própria fundação da Academia Militar das Agulhas Negras.

O saber cultural é indispensável para qualquer estudante. Diferentes instituições de ensino definem com maior ou menor prioridade os conteúdos de seus currículos voltados para essa área. Na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) a cultura permeia a elaboração de vários planos e legislações ligadas ao ensino e à gestão. O próprio planejamento estratégico dispõe de objetivo específico ligado ao tema, que será descrito neste artigo. Além disso, a proposta pedagógica da AMAN também prevê o desenvolvimento da cultura. Isso está presente nos regulamentos, nos conteúdos programáticos, nos perfis profissiográficos, nos planos de disciplinas e nas diretrizes de educação, elaboradas tanto pelo comando da academia, quanto por seus escalões superiores. Dessa forma, percebe-se uma grande preocupação da instituição com o enriquecimento cultural dos cadetes das Agulhas Negras. A estrutura escolar possui ferramentas, ambientes e meios para que isso seja operacionalizado. Assim, o patrimônio contido na instituição deve ser um aliado na busca desse objetivo e nesse contexto a Biblioteca Marechal José Pessoa constitui-se de um local que deve ser visitado por todo cadete. Naquele ambiente, além obviamente da grande coletânea de livros, existem numerosos itens que podem ser explorados para o ganho de saber cultural e histórico, além de serem propícios para o reconhecimento sobre as tradições e os valores da Força Terrestre ao longo do tempo (ESTEVES, 2022, p. 108).

Esse saber está presente, a princípio, em todos os espaços da academia, e biblioteca é um exemplo desses. Exemplo disso é a disponibilização de quadros pintados dos grandes heróis militares, modelos a serem seguidos. De acordo com Esteves (2022), há na biblioteca da AMAN algumas pinturas muito representativas dos valores, tradições e interpretações que se deseja inculcar no cadete:

Imagem 20: Cópia da Primeira Missa no Brasil – acervo Biblioteca da AMAN



Fonte: ESTEVES, 2022, p. 112.

“A primeira Missa no Brasil” é uma pintura de Victor Meirelles de 1860. Nela estão apresentados, cordialmente sentados, os nativos assistindo passivos e os portugueses rezando a primeira missa. Essa imagem traz um poderoso componente culturalista ao enfatizar a boa convivência desde cedo entre os povos que formaram o Brasil. A imagem colabora com a construção de uma narrativa histórica fortemente marcada pela passividade populacional e pela boa convivência com os povos contrários ou diferentes, algo inexistente em outras sociedades como Estados Unidos da América e África do Sul, onde a divisão e o conflito racial estiveram presentes. Talvez seja uma das pinturas mais expressivas da perspectiva culturalista presente na AMAN. Importa considerar também o elemento cristão presente desde cedo na história do Brasil. Tudo isso conflui para o estabelecimento do Exército Brasileiro como a instituição modelo da brasilidade no século XX, e, portanto, garante de nossa estabilidade política (atualização do Poder Moderador acrescida com o imaginário da Guerra Fria) mas agora também de nossas tradições culturais e sociais tão próprias.

A representação dos personagens no quadro foi feita de forma suavizada, no posicionamento das pessoas, nos gestuais, relacionando os elementos da composição do trabalho com leveza, como se espera encontrar em um ato religioso. Aquele que vê o quadro admira a cerimônia, observa os índios espontaneamente integrados ao ambiente, não sendo estes representados de forma idealizada. (CHRISTO, 2009) No contexto cultural da AMAN, a presença dessa pintura serve para transmitir os ensinamentos de história ligados à exploração portuguesa no descobrimento e nos primeiros anos de colonização, bem como da composição inicial da sociedade brasileira, por meio do contato entre os portugueses e os nativos do Brasil. Ainda se tem informações sobre a arte no Brasil e a possibilidade de se explorar a produção no Segundo Reinado e do vulto do artista Victor Meirelles, que além dessa obra, ainda pintou temas importantes como “Juramento da Princesa Isabel” (Museu Imperial de Petrópolis), a Batalha dos Guararapes (Museu Nacional de Belas Artes), Moema (Museu Arte de São Paulo) e o Combate Naval do Riachuelo (Museu Histórico Nacional) (ESTEVEES, 2022, p. 113).

Imagem 21: a Proclamação da república de Henrique Bernardelli



Fonte: ESTEVES, 2022, p. 117.

Esta pintura pode ser analisada pelo prisma da exaltação do protagonismo militar. Tomando o Golpe de 15 de novembro de 1889 como o momento fundante da interferência explícita dos militares na República, esse evento consolidou a imagem do militar como “soldado-cidadão”, atento, ativo e participativo nos ditames políticos da república brasileira.

A pintura é cheia de ensinamentos. É possível usá-la para exemplificar o conjunto social da proclamação, movimento que não provocou lutas e nem acarretou mortes. O gesto de erguer o quepe contrasta com de erguer a espada, presente em um outro quadro presente na pinacoteca – o do gesto de Dom Pedro I na Independência do Brasil (ESTEVES, 2022, p. 117-118).

Novamente, Esteves (2022) remete à leitura conservadora culturalista segundo a qual os processos históricos mais relevantes do Brasil se passaram de modo incruento. Como condizendo com o traço cultural “tão nosso”, haveria uma predisposição brasileira para as “revoluções brancas” como informou Freyre no capítulo 2. A Proclamação da República foi o momento inicial onde os militares agiram enquanto grupo de pressão, partido político, ou na linguagem de Oliveira Ferreira, “partido fardado”.

A proclamação da República chega na esteira da Questão Militar. Foi na Questão que o Partido Fardado encontrou a seiva com que alimentou a oposição ao Império e procurou afirmar-se como condutor do processo político na República. A adesão dos militares à campanha abolicionista, traduzida em pronunciamentos coletivos e em sua recusa em fazer do Exército um preador de escravos fugitivos, ao lado do agravamento da tensão entre o governo e a Força de terra, fez dos meses finais da Questão um período em que, na linguagem militar moderna, “fermentaram” a idéia do cidadão-soldado e a de que o Terceiro Reinado permitiria que o País continuasse sendo “propriedade da família Bragança”. A transformação do militar em cidadão-soldado

implicava a contestação da disciplina e da hierarquia; essa contestação se revela também na oposição a que a princesa Isabel sucedesse a seu pai, e desaguardaria fatalmente na República. É importante observar que o “espírito” do Partido Fardado demora em traduzir-se nas ações das principais figuras que conduzem o processo da República (FERREIRA, 2000, p. 79).

Imagem 22: Pintura de Caxias na biblioteca da AMAN



Fonte: ESTEVES, 2022, p. 119.

A figura do Duque de Caxias – Luis Alves de Lima e Silva – é uma das figuras mais interessantes para se elaborar uma análise. Segundo Esteves, O quadro fica localizado na entrada da Biblioteca. Quem adentra ao recinto fica de frente para o intervalo entre a nave leste e a nave central. Ao olhar para a esquerda vê o quadro do Barão do Rio Branco, ao olhar para a direita vê o de Caxias (2022, p. 120). Militar importante do período do século XIX,

Duque de Caxias é considerado a expressão máxima da ideia virtuosa da pacificação, a partir da concepção militar. Ele foi responsável por tornar os processos de pacificação elemento essencial para a formação do Exército e consolidação do território brasileiro no pós-Independência. [...] Os primeiros eventos que possibilitaram essa vinculação entre pacificação e a defesa da unidade do território brasileiro foram as vitórias militares do governo imperial, instalado no Rio de Janeiro, contra insurgências regionais. Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (1803-1880) foi o principal líder militar nas pacificações contra as chamadas Rebeliões Regenciais. Não à toa recebeu a alcunha de “O Pacificador” e “O Duque de Ferro”, sendo alçado a patrono do Exército Brasileiro em 1962 (RODRIGUES; MORATO, 2019, p. 16).

Novamente retoma-se o imaginário de Caxias como o “pacificador”. Seu papel nas Revoltas Regenciais e outros conflitos no século XIX o alçará à posição máxima de modelo de

interventor militar na política e sociedade⁴⁹. No limite, deve-se a Caxias a manutenção da ordem imperial e a integridade política e territorial do Brasil. Enquanto as forças particulares, locais e individualistas forçavam o na direção da anarquia e da divisão, Caxias representava o esforço de manutenção da ordem, da estabilidade e do Brasil. Novamente, Caxias é uma figura histórica fundamental do Exército Brasileiro, mas sua memória guarda grande proximidade com aquilo que estamos chamando de conservadorismo culturalista, na medida em que ensina aos jovens cadetes uma certa história do Brasil, enfática em apresentar uma narrativa histórica pouco conflitiva, onde as divisões sociais não tenham vez e onde a cordialidade e a pacificidade são princípios constitutivos da nossa experiência coletiva. Seja em sala de aula, em momentos de lazer ou em estudos e treinamentos, os cadetes estão o tempo todo sendo informados sobre todo um conjunto de valores, símbolos e práticas que devem introjetar e reproduzir. É por isso que se deu atenção aso quadros presentes na Academia, pois eles não são apenas representações de heróis militares e modelos a ser seguidos, mas informa toda uma série de valores e ideias a respeito dessas figuras e de seu papel para o Exército e na sociedade brasileira

Ao se chegar ao final do estudo das obras de arte, o resultado de uma apreciação conjunta revela que elas são ótimas referências sobre História do Brasil e a cultura militar ligada aos heróis do Exército Brasileiro e nacionais, sobre as batalhas de algumas das principais guerras das quais o Brasil participou e sobre as referências anímicas ligadas aos cadetes – como as representações sobre o Marechal José Pessoa. (ESTEVEES, 2022, p. 123).

Como afirmado por Esteves (2000), o objetivo de todo esse complexo conjunto de experiências informais, isto é, que ocorrem para além dos bancos escolares da AMAN é a produção de uma cultura militar profunda em cada cadete. Sobre isso, afirma Godoy,

O fato de se utilizarem apenas oficiais militares como agentes educadores na AMAN, suprimindo a presença de civis na docência; a consideração de que o oficial superior, por ter o curso de Estado-maior do Exército possui plena capacidade e conhecimento para ministrar aulas de História Militar; a definição do perfil profissiográfico e a condução do ensino na consecução deste perfil, **formatando o futuro oficial num sentido dogmático (e declarado) no processo estabelecido na AMAN determinam as características básicas de um pensamento histórico comprometido e direcionado na difusão da versão institucional da História Militar e do Exército**⁵⁰. O conhecimento da história é construído enquanto ferramenta profissional, tanto no preparo para o combate (no estudo das batalhas aplicando o instrumental conceitual dos princípios da guerra e das doutrinas), quanto na transmissão de um sentimento patriótico aos futuros jovens líderes, que o divulgarão junto às tropas subordinadas, com um conteúdo ufanista e um culto aos vultos do passado, na concepção heroica e exemplar do guerreiro: o instrutor é um exemplo a ser seguido no interior da instituição de ensino e seu desempenho docente contribui na formação do oficial, que se tornará exemplar aos subordinados no exercício futuro de sua liderança. Então, a docência civil nas disciplinas de História Militar está fora de cogitação, pois poderia introduzir elementos do conhecimento alheios aos

⁴⁹ Não se analisará a construção do culto a Caxias no âmbito do Exército brasileiro. Para mais informações, consulte-se CASTRO, Celso. A invenção do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2002.

⁵⁰ Grifo nosso.

interesses morais na formação dos futuros oficiais do Exército (GODOY, 2004, p. 147-148).

Imagem 23: Instrução a um cadete



Fonte: Exército Brasileiro, 2022.

A própria figura do instrutor militar, seu imediato superior hierárquico é já uma figura de exemplo a ser seguido e de transmissão de valores e qualidades morais.

Como já foi dito, há milênios, a educação militar se nutre do arquétipo do herói cujas origens se encontram nas mitologias mais arcaicas. Seus elementos fundamentais são um homem que busca provar o valor pessoal diante de condições hostis, confrontando oponentes aparentemente invencíveis, defendendo pessoas ou coletividades. O arquétipo do herói inspira uma pedagogia da exemplaridade, calcada na imitação de um modelo ideal de soldado (“padrão”, na linguagem castrense do Exército), que representa o modelo acabado e genuíno da formação militar cujas características são a excelência profissional, relativa à eficiência nas lides da profissão militar, boa apresentação pessoal, qualidades morais e capacidades e habilidades de liderança. Ao longo da história do ensino militar, o modelo ideal de soldado costuma se materializar nos patronos das armas e da Força Armada, que encarnam, em suas trajetórias pessoais, o *ethos* institucional. Aqui intervém o papel importante desempenhado, na Educação Militar, das narrativas de um panteão de heróis, que serve para inspirar a construção da ascese e do percurso iniciático dos alunos (MAGALHÃES, 2023, p. 121).

Longe de representar um período tranquilo da formação, essa relação entre militares instrutores e os cadetes é perpassada pela noção de esforço. De acordo com Magalhães,

[...] os ritos e práticas da Educação do Guerreiro se caracterizam pela habituação constante ao desconforto físico e psicológico, sob a égide do arquétipo da escada (ou escalada) cujo objetivo é simular, com contexto escolar, as condições adversas que os soldados enfrentam numa situação de conflito armado. [...] [o desconforto físico e psicológico] permeia todo o processo de formação, que funciona como uma ascese – sob a influência de esquemas ascensionais – no sentido da superação dos limites pessoais, coadunando-se o preparo no sentido pessoal com o emprego da Força armada, que exige renúncias ao conforto físico e mental e a exposição ao risco da morte (MAGALHÃES, 2023, p. 87-88).

Essa visão também é compartilhada Ana Penido, Suzeley Kalil e Ana Faustini

Os maiores responsáveis por essa pressão sobre os cadetes são os tenentes, seus superiores imediatos. Como em tudo mais da hierarquia militar, os cadetes precisam respeitar a sua cadeia de comando e raramente têm contato com oficiais superiores. Embora os tenentes sejam os mais duros na disciplina militar, são também os que conhecem os cadetes em detalhes. Eles registram ao longo do ano o desempenho, punições, licenças médicas, elogios e tudo mais sobre cada um dos seus comandados (PENIDO; KALIL; FAUSTINI, 2022, p. 19).

Imagem 24 e 25: a Escolha das Organizações Militares após o término do curso



Fonte: Exército Brasileiro, 2022.

Após todo esse percurso, o cadete que concluir o curso partirá para a formatura e a escolha de uma Organização Militar para desempenhar suas funções. Lá ele deverá reproduzir todos os ensinamentos que obteve na Academia e desempenhar suas funções com zelo e atenção. Ao mesmo tempo, esse cadete possui todo um conjunto de valores, cultivados desde a

entrada no portão da AMAN. Valores esses que se alinham mais facilmente ao conservadorismo.

O conteúdo e a forma da educação militar cria uma visão do mundo, da vida em geral, que costuma ser chamada de conservadora. Isso está longe de caracterizar um fenômeno do militar brasileiro. Essa identificação oferece-lhe a possibilidade de ter um olhar para o âmbito político sem violações da regra de ferro institucional do não-partidarismo, que é obrigado a observar e com cuja existência e necessidade é fácil de concordar [...] Exatamente aí reside uma diferenciação da formação do militar de nível superior e da, digamos, elite civil. Aquela, subscrevendo e exercendo orientações conservadoras que se difundem, até por inércia, de maneira tão avassaladoramente epidêmica de modo a formar consensos e juízos de valor que, ao invés de considerar as condições de contexto do tempo que habitam, se bastam na exaltação e reiteração do passado, erigido em tradição - categoria que traz consigo um valor de sagrado, vale dizer, de puro, virtuoso (TADDEI, 2007, p. 195-196).

Uma das últimas etapas do processo de formação do Aspirante a Oficial é a formatura. Mas as turmas formandas possuem um costume próprio: a escolha de um nome para representar a turma. É uma das últimas marcas da formação na AMAN que os acompanharão para o restante de sua jornada de vida e profissão militar. A escolha de um nome para a turma representa a expressão de valores, tradições, costumes e a própria história por trás daquele nome escolhido. Através da Lei de Acesso à Informação, foi solicitado o envio da lista de nomes escolhidos pelos cadetes desde 1985, ano considerado como marco do fim da ditadura militar no Brasil.

Das turmas que se formaram entre 1985 e 2023, 50% delas adotou o nome de alguma personalidade militar como nome da turma. Os eventos históricos contabilizam 42% do total. Chama a atenção, portanto, a utilização da memória de heróis militares como nomes das turmas, numa espécie de ritual de atualização daqueles mitos militares. Essas personagens históricas incorporaram ou produziram muitos dos valores militares fundamentais para a caserna.

São valores morais e não econômicos, expressos no Estatuto dos Militares: I – o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria até com o sacrifício da própria vida; II – o civismo e o culto das tradições históricas; III – a fé na missão elevada das Forças Armadas; IV – o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve; V – o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; VI – o aprimoramento técnico-profissional. [...] Esses valores aprendidos na escola funcionam como um divisor de águas entre civis e militares. Segundo Fázio (2008), as organizações civis pautam-se pela legalidade e pelo individualismo, enquanto as organizações militares subordinam-se à honra e ao juramento ao Estatuto Militar (PENIDO, KALIL, FAUSTINI, 2022, p. 20).

Dentro do conjunto de temas que aparecem nos nomes das turmas, destacam-se aqueles que fazem menção à Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial – última experiência de combate convencional e em grande escala em que o Exército Brasileiro esteve – e aos eventos ocorridos no século XVII no contexto das Invasões Holandesas. Em relação à FEB, os nomes fazem menção a soldados ou oficiais que lutaram na Itália e representaram o

país no conflito. Já em relação às invasões holandesas, os nomes citados de eventos ou de personalidades destacam a formação e um grupo de aliados (segundo a mitologia militar, formado por brancos, negros e indígenas), que se organizaram para expulsão o estrangeiro e, que isso fomentou o início do sentimento de nacionalidade e de civismo.

Tabela 2: Os eventos e nomes vinculados à Batalha dos Guararapes

Ano de formatura	Nome da turma
1992	Batalha dos Guararapes
2003	Antônio Dias Cardoso
2006	Compromisso Imortal de 1645
2008	Capitão-mor Pedro Teixeira
2018	General Francisco Barreto de Menezes

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Como argumentou-se no capítulo 2, os eventos ocorridos antes, durante e após a Batalha de Guararapes no século XVII são centrais para a elaboração teórica e a reprodução na história militar da narrativa segundo a qual não há distinção entre o nascimento do Brasil enquanto sentimento de nacionalidade, enquanto corpo pátrio uno e da própria criação do Exército.

No dia 20 de maio foi realizada formatura no Comando da 7ª Região Militar, Região Matias de Albuquerque, alusiva ao Compromisso Imortal prestado por patriotas durante a Insurreição Pernambucana. A solenidade foi presidida pelo Gen Div Carlos Machado, Comandante da 7ª Região Militar, que em suas palavras destacou a importância do Compromisso Imortal dentro do contexto da Insurreição Pernambucana e do surgimento pela primeira vez no Brasil da palavra Pátria. No dia 23 de maio de 1645, 18 líderes insurretos firmaram este compromisso: “Nós, abaixo assinados, nos conjuramos e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda ajuda de fazendas e de pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração de nossa pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém; sob pena de quem o contrário fizer será tido como rebelde e traidor e ficará sujeito ao que as leis em tal caso permitam”. Surgia assim pela primeira vez no Brasil a palavra pátria e a firme disposição de instaurá-la, a despeito mesmo de interferências contrárias de Portugal. Era o início do processo irreversível de Independência, que seria concretizado cerca de dois séculos após (COMANDO MILITAR DO LESTE, 2022).

Assim como a data e o evento histórico é rememorado, figuras ilustres que participaram também foram homenageadas pelos Aspirantes a Oficiais.

O tenente Pedro Teixeira comandou, neste mesmo ano, uma expedição punitiva, composta por 20 soldados e vários indígenas tupinambás contra uma belonave batava, sendo ferido em combate em 9 de agosto do mesmo ano. Foi promovido a capitão em 28 de agosto de 1618 e recebeu a missão de construir, em 1622, uma estrada ligando Ourém, no Pará, até Viana, no Maranhão. Enviado ao rio Xingu, em 1625, conquistou e destruiu o Forte Mandiutuba, construído pelos holandeses. Neste mesmo ano, em 24 de outubro, expulsou os ingleses do Forte Torrego e, em 10 de julho de 1632, defendeu

o Forte de Gurupá do ataque inglês, obrigando o comandante inimigo a retrair para a margem esquerda do rio Amazonas (Exército Brasileiro, 2024).

Além disso as homenagens a eventos históricos e a personalidades também privilegiam os militares que estiveram envolvidos em repressão e revoluções no século XIX. Destacam-se os militares que participaram da contendação aos movimentos regenciais e, portanto, que foram essenciais para a manutenção da “ordem” imperial e a estabilidade territorial e social brasileira. Exemplo disso é que a homenagem ao bicentenário do Brigadeiro Sampaio.

TABELA 3: RELAÇÃO DE NOME DE TURMA FORMAÇÃO DA AMAN 1985-2023

ANO	NOME DA TURMA	BREVE COMENTÁRIO BIOGRÁFICO OU INFORMATIVO
1985	FORNOVO	Processo Histórico - FEB
1986	MARECHAL MÁRIO TRAVASSOS	Personalidade militar
1987	MISSÃO INDÍGENA	Processo histórico – intervenção na sociedade
1988	MARECHAL TROMPOWSKY	Personalidade militar
1989	CENTENÁRIO DA REPÚBLICA	Processo histórico – intervenção na política
1990	CIDADE DE RESENDE	Homenagem à cidade
1991	GEN ERNANI AYROSA	Personalidade militar – apoiador do Golpe de 1964, mentor intelectual da operação condor e importante personagem na ditadura nas escolas militares
1992	BATALHA DOS GUARARAPES	Processo histórico – mitologia de origem do conservadorismo culturalista castrense
1993	CASTEL NUOVO	Processo Histórico - FEB
1994	GEN PENHA BRASIL	Personalidade militar
1995	GEN FERNANDO VALENTE PAMPLONA	Personalidade militar
1996	BICENTENÁRIO DA INCONFIDÊNCIA MINEIRA	Processo Histórico
1997	CINQUENTENÁRIO DA ESCOLA MILITAR DE RESENDE	Referência à escola militar
1998	CINQUENTENÁRIO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA	Processo Histórico - FEB
1999	MARECHAL ZENÓBIO DA COSTA	Personalidade militar – combateu o Contestado, as revoltas de 22 e 24 e a Revolução de 1932.
2000	MAESTRO CARLOS GOMES	Personalidade civil
2001	MARECHAL CARLOS MACHADO BITENCOURT	Personalidade Militar Patrono da Intendência – combateu a Revolução de 1932 e Canudos (acusado de crimes de Guerra)
2002	VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA	Guerra do Paraguai
2003	ANTONIO DIAS CARDOSO	Personalidade Militar – português na Batalha dos Guararapes
2004	BRASIL 500 ANOS	Processo Histórico

2005	TEN GEN CARLOS ANTÔNIO NAPION	Personalidade militar - Patrono do quadro do Material Bélico do Exército
2006	COMPROMISSO IMORTAL DE 1645	Evento histórico – contexto das Invasões holandesas
2007	BICENTENÁRIO DE CAXIAS	Personalidade militar – patrono do Exército – “pacificador”
2008	CAPITÃO-MOR PEDRO TEIXEIRA	Personalidade militar – conquistador da Amazônia – enfrentou holandeses
2009	HERÓIS DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA	Processo Histórico - FEB
2010	GEN EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI	Personalidade Militar – Presidente na ditadura – Período mais intenso de torturas
2011	BICENTENÁRIO DA ACADEMIA REAL MILITAR	Referência à escola militar - AMAN
2012	BICENTENÁRIO DO MARECHAL OSORIO	Personalidade militar – patrono da Arma da Cavalaria
2013	GEN CARLOS DE MEIRA MATTOS	Personalidade militar -
2014	BICENTENÁRIO DO BRIGADEIRO SAMPAIO	Personalidade militar – Patrono da Arma da Infantaria e combatente de diversas revoltas regenciais – intervenção política manutenção da ordem
2015	GENERAL PITALUGA (Plínio Pitaluga)	Personalidade militar - FEB
2016	SESQUICENTENÁRIO DA BATALHA DE TUIUTI	Processo histórico - Guerra do Paraguai
2017	TENENTE IPORAN NUNES DE OLIVEIRA	Personalidade Militar – FEB
2018	MESTRE-DE-CAMPO GENERAL FRANCISCO BARRETO DE MENEZES	Personalidade militar – Batalha dos Guararapes
2019	70 ANOS DA VITÓRIA DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA	Processo Histórico - FEB
2020	150 ANOS DA CAMPANHA DA TRÍPLICE ALIANÇA	Processo histórico - Guerra do Paraguai
2021	DONA ROSA DA FONSECA	Mãe do Marechal Deodoro da Fonseca
2022	BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL	Processo histórico
2023	CENTENÁRIO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL	Processo Histórico – modernização do Exército Brasileiro

O Brigadeiro Sampaio, filho de Antônio Ferreira de Sampaio e de Antônia de Souza Araújo Chaves, nasceu em 1810, na Fazenda Vitor, situada na povoação de Tamboril, no vale do rio Acaraú, 232 km a sudoeste da cidade de Fortaleza, no Ceará. Com 20 anos, alistou-se como voluntário nas fileiras do 22º Batalhão de Caçadores. Em abril de 1832, recebeu seu batismo de sangue em combate travado nas ruas de Icó e S. Miguel, contra as tropas contrárias à abdicação de D. Pedro I. Participou, com destaque, na maioria das campanhas de manutenção da integridade territorial brasileira, tais como: Cabanagem (PA), em 1836; Balaiada (MA), em 1838; Guerra dos Farrapos (RS), de 1844 a 1845; e Praieira (PE), de 1849 a 1850. Alcançou as insígnias de brigadeiro pela sua bravura na Guerra contra Oribe e, à testa da 3ª Divisão do Exército Imperial, que viria a ser a Divisão Encouraçada, com os lendários Batalhões Vanguardeiro, Treme-Terra e Arranca-Toco, rumou para a campanha da Tríplice Aliança. Sua atuação na Batalha de Tuiuti, onde foi gravemente ferido três vezes, tornou-o um herói nacional. O Exército Brasileiro, como justo reconhecimento, declarou Sampaio patrono da Arma de Infantaria, por meio do Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962. (CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, 2023).

Além das já referenciadas menções, destacam-se as homenagens a militares que estiveram envolvidos na contenção e repressão a levantes no século XX, caso dos Marechais Zenóbio da Costa e Carlos Machado Bittencourt. Seja observando as ações militares no século XIX ou no século XX, a repetição do padrão de intervenções militares com o intuito de reprimir a população revoltosa internamente no país é destacada. Como já observado em outros momentos deste texto, há uma tendência de utilização das Forças Armadas brasileiras contra seus próprios cidadãos. E isso ao se homenagear esses eventos históricos e personalidades militares, o que pode-se inferir é que os cadetes e futuros generais do Exército Brasileiro estão confirmando a apreensão desses valores, normas, princípios e narrativa histórica. Se a escolha de um nome para a turma é algo tão central na vida do cadete, e de fato o é, não pode passar despercebido a coincidência na seleção de nomes e eventos que destacam um papel intervencionista, político, parcial, beligerante contra seus próprios cidadãos e conservador no sentido de reproduzir as velhas narrativas militares.

O sintoma mais claro desse descolamento entre o que se espera dos militares em termos de valores e aspirações e as expectativas que eles próprios alimentam a partir dos símbolos e valores veiculados é a escolha do General Emílio Garrastazu Médici para nome da turma em 2010, ano em que se discutia no país a implantação da Comissão Nacional da Verdade e Justiça – que seria implantada, de fato, em 2012. Tal iniciativa é uma demonstração clara de uma mensagem dos cadetes aprendida com os veteranos professores militares na AMAN: a recusa à revisão de valores e de narrativas militares que se ancoram no passado intervencionista e de abusos dos Direitos Humanos.

Por fim, cabe notar a escolha de Rosa da Fonseca como nome da turma de 2021. No ano de formatura da primeira turma mista da AMAN, a escolha da mãe de Deodoro da Fonseca simboliza o reforço da posição conservadora da mulher enquanto mãe, cuidadora e mantenedora do lar, como disse determinado político, “bela recatada e do lar”.

5. O CONSERVADORISMO CULTURALISTA, A TRADIÇÃO E O INTERVENCIONISMO NAS MONOGRAFIAS DOS CADETES DA AMAN

5.1. Breve introdução

As monografias dos cadetes formandos da AMAN são um requisito para a obtenção do título de graduado em Ciências Militares. Assim, elas se estruturam, em geral, segundo moldes das monografias das graduações civis. Grosso modo, a produção de uma monografia é a primeira experiência de pesquisa de um estudante individualmente. Como afirma Salomon, a monografia “é todo trabalho científico de primeira mão, que resulte de pesquisa. [...] [Podemos defini-las como] o tratamento escrito aprofundado de um só assunto, de maneira descritiva e analítica, em que a reflexão é a tônica [...]” (1971, p. 256). Após todos os cursos, treinamentos, ensinamentos, aprendizagens, convivência e testes, os cadetes partem para a demonstração de parte do que aprenderam, e do mérito de obterem o título de bacharéis em Ciências Militares, produzindo um conhecimento novo, válido e que tenha relação com o preparo técnico e profissional que receberam no estudo da guerra. Segundo orienta Mafra (2007), essas monografias de graduação “são estudos teóricos sobre uma questão proposta, pelos quais os alunos devem demonstrar capacidade de leitura e compreensão, competência para interpretar idéias e ordená-las logicamente e domínio das principais normas da pesquisa bibliográfica” (2007, p. 26).

No que diz respeito às monografias dos cadetes da AMAN, é preciso que se reflita sobre o objetivo da academia militar. Não se tem o interesse em se produzir aqui uma história das academias militares, mas antes, refletir sobre sua função nos tempos contemporâneos. Nesse sentido, o ponto fundamental delas é a preparação para guerra contra o inimigo externo.

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (BRASIL, 1988).

Embora já se tenha demonstrado uma certa tradição no Brasil de utilização das Forças Armadas contra sua própria população, na repressão a revoltas, movimentos sociais e políticos de ataque à estrutura política e social, bem como também em utilizá-los para agirem em periferias, segurança de grandes eventos e outras missões militares, a função primeira é a defesa da pátria contra ameaças ou ataques externos. Em texto de apresentação no site da AMAN, afirma-se que

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) é o berço da oficialidade da linha de ensino militar bélico do Exército Brasileiro, herdeira e guardiã de nossas mais

nobres tradições. Como estabelecimento de ensino superior tem como missão síntese formar os oficiais combatentes, graduando-os em ciências militares e desenvolvendo nos futuros líderes os mais caros valores de nossa profissão, tornando-os aptos a vencer os desafios do século XXI (AMAN, 2019).

Destaque-se a noção de que a AMAN é a guardiã das tradições do Brasil. Como discutido no capítulo 2, o conservadorismo culturalista parte de uma interpretação da realidade em que é preciso reconhecer, valorizar e manter determinadas tradições constituídas pelo processo histórico. Nesse sentido, há desde já uma apresentação do Exército como força de preservação de tradições. De fato, há uma tendência das Forças Armadas ao conservadorismo, até mesmo pelo perfil da função que exercem. Enquanto forças que trabalham com o exercício da violência, muitas vezes tendo que predizer ações ou interpretar gesto de agentes externos e pouco transparentes, os militares devem estar atentos aos movimentos do inimigo e suspeitar de cada movimentação para não ser pego desprevenido ou de surpresa. Assim,

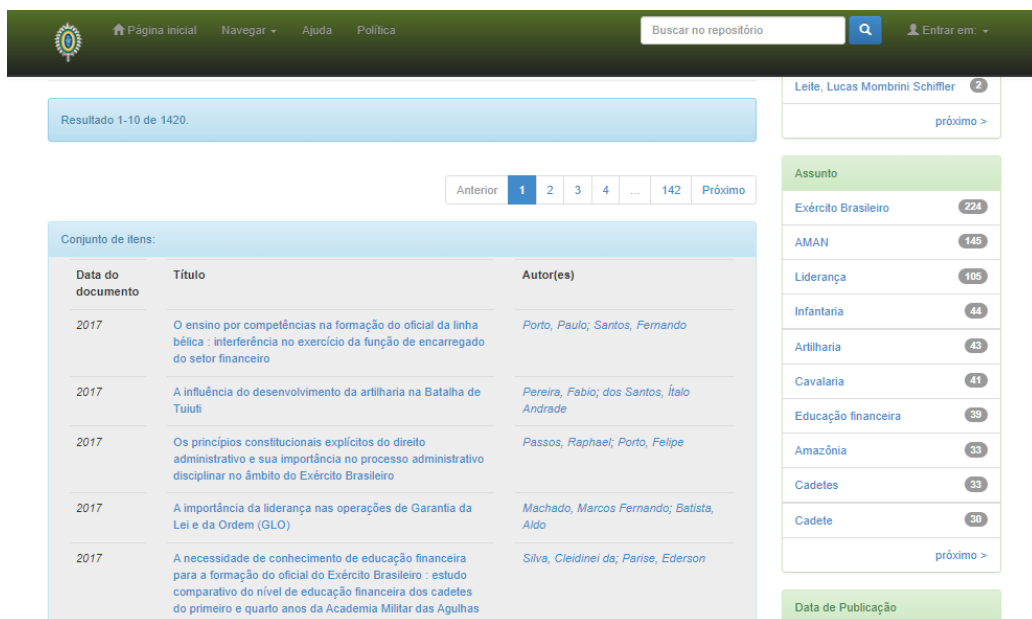
“A vocação militar é uma profissão porque acumula experiências que fazem um conjunto de conhecimentos profissionais.” (HUNTINGTON, 2016, p. 86) O militar acredita no aprendizado pela experiência, não só a sua, mas aquela advinda pelo estudo histórico. Por isso, a ética profissional militar dá valor ao estudo comparativo, sistemático e objetivo da história, dos fatos e fenômenos do passado que podem servir de aplicação futura (CRUZ, 2022, p. 184).

A temática conservadora aparece na forma como as instituições militares processam os eventos históricos e produzem uma leitura própria do mundo.

O conservadorismo identifica-se perfeitamente com a ética militar, mormente no que concerne à aceitação das instituições existentes, à concepção da inevitabilidade de uma realidade imperfeita e à desconfiança em relação a projetos que tenham por propostas a reversão radical desta realidade imperfeita. O militar, assim, atribui realismo ao conservadorismo. A realidade é imperfeita e é com esta realidade imperfeita que ele tem de lidar (SANTOS, 2018, p. 200).

Apesar de uma tendência ao conservadorismo, uma outra questão fundamental no teor das monografias é o profissionalismo. Dada a necessidade de definição da função militar básica ser o enfrentamento de ameaças externas, “defesa da pátria” (BRASIL, 1988), as monografias dos cadetes da AMAN deveriam, a princípio, refletir essa preocupação com a produção de conteúdo voltado para o enfrentamento da função precípua das Forças Armadas. Esse é um pressuposto deste trabalho. Enquanto principal resultado dos 5 anos de preparação para atingir o patamar hierárquico de aspirante a Oficial, é esperado que o militar tenha um preparo técnico apurado. Ademais, o conjunto de disciplinas que ele é obrigado a estudar, também sinaliza para a necessária preparação para a guerra externa.

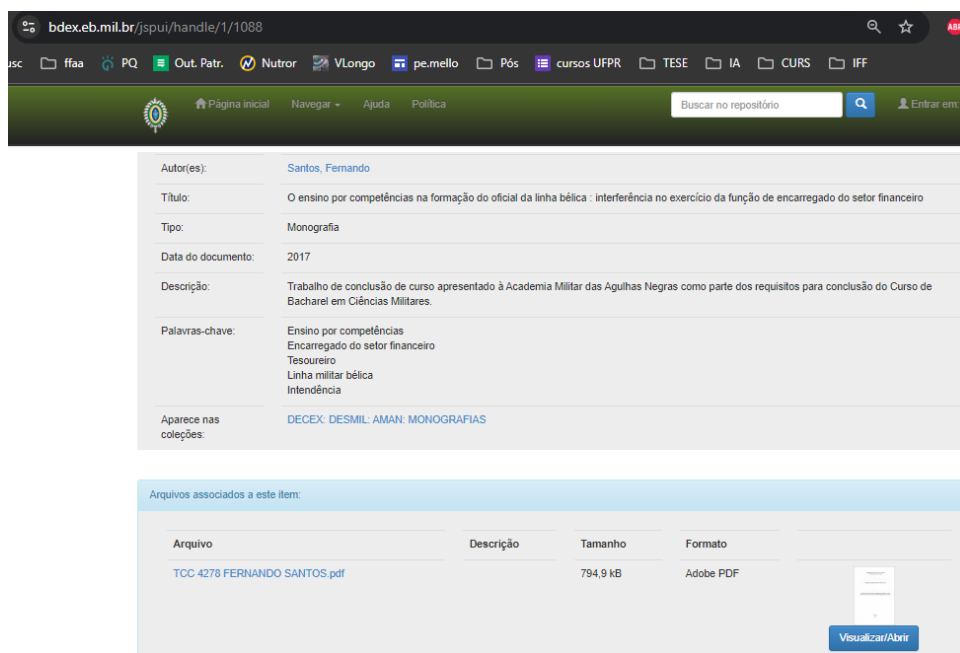
Imagem 26: o site da AMAN com as monografias



Fonte: Exército Brasileiro, 2024.

A produção dos cadetes esta disponível online, em sítio que permite o download dos arquivos em pdf, além da consulta de algumas informações, tais como o título do trabalho, o ano em que foi defendida, o orientador, as palavras-chave escolhidas pelo próprio cadete, além do arquivo em formato .pdf.

Imagem 27: as informações abertas das monografias no site da AMAN



Fonte: Exército Brasileiro, 2024.

Antes de adentrar no contexto da descrição e análise do conteúdo das monografias, é importante registrar o formato das mesmas. No geral, as monografias apresentam tamanhos de variam entre 25 a 45 páginas, incluídas as referências bibliográficas. Além disso, normalmente se dividem em introdução, objetivos, metodologia, resultados e discussão, recorrendo a trabalhos acadêmicos de pesquisadores civis para embasar essa divisão e parte das discussões.

No tocante à literatura utilizada, não foi possível acessar o conjunto das bibliografias das disciplinas, como informado acima, mas das utilizadas nas monografias, as mais frequentes são trabalhos escritos por militares, mesmo os livros mais antigos, da década de 1960 e 1970. Além desses trabalhos, aparecem muitos manuais militares e documentos internos de organização e instrução da tropa, algo esperado. O que chama a atenção e não era esperado é a consulta a sites informativos, educativos e blogs com conteúdos relativamente simples. Por exemplo, o cadete Corrêa (2017) utiliza informações retiradas do blog “Brasil escola”, destinado a jovens estudantes do ensino fundamental e médio.

Imagem 28: uso de blogs como referências bibliográficas

- VIEIRA, ELLEN – **Resumo da História do Japão contada em Eras.** Disponível em: <https://skdesu.com/historia-do-japao-contada-em-eras/> Acesso em: 17 jun. 2019.
- PACIEVITCH, THAIS – **História dos Estados Unidos..** Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/historia-dos-estados-unidos2/> Acesso em 17 jun. 2019.
- MELO, FELIPE DE OLIVEIRA – **A intolerância e a desunião na sociedade brasileira.** Disponível em: <https://fmelo0.jusbrasil.com.br/artigos/636146029/a-intolerancia-e-desuniao-na-sociedade-brasileira>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- FRANCISCO, WAGNER DE CERQUERIA - **"Haiti - História"; *Brasil Escola*.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/historia-haiti.htm>. Acesso em 15 de junho de 2019.
- PREFEITURA DE PARAPUÃ – **Realizado culto à Bandeira na EMEF do Bairro Córrego Rico, com apresentações dos alunos, 2014.** Disponível em: <https://www.parapua.sp.gov.br/noticias/educacao/realizado-culto-a-bandeira-na-emef-do-bairro-corrego-rico-com-apresentacoes-dos-alunos/> Acesso em 18 jun. 2019.

Fonte: CORRÊA, 2019, p. 31.

Além do blog supracitado, outros também de pouco valor acadêmico são considerados e citados pelo aspirante a oficial. Ao mesmo tempo, muitos trabalhos se valem de artigos e livros escritos por acadêmicos para validarem seus argumentos e suas teses. Nesse sentido, trabalhos como de Anthony Giddens, Emile Durkheim, Max Weber e outros sociólogos e

pensadores são utilizados como que referendando as análises que os cadetes produzem em suas monografias.

Outro ponto importante a se destacar nas monografias é a metodologia utilizada. Diversos trabalhos recorrem à análise de questionários (eletrônicos ou não), mas o número de entrevistas ou de questionários. Muitos utilizam de 5 a 10 entrevistas somente para “comprovar” as hipóteses sobre utiliza. Além disso, os trabalhos usam, na maioria quase absoluta das vezes, entrevistas com os próprios militares da AMAN de anos anteriores ou do mesmo ano.

Por fim, destaca-se na produção das monografias um conjunto muito amplo de temas diversos, que vão de táticas, estratégias e desenvolvimento tecnológico aplicado a cenários militares diversos – temas altamente condizentes com o preparo militar para a guerra – a temas como inteligência emocional, síndrome de burnout em cadetes da AMAN, a importância do inglês para a carreira do oficial e economia doméstica e educação financeira. A seguir tem-se uma tabela com a diferenciação entre temas altamente profissionais e pouco profissionais. Quando mais atrelado ao exercício da guerra externa, mais profissional, quanto menos ligado ao enfrentamento de inimigos externos, menos profissional. É válido informar que, a classificação quanto à profissionalização foi elaborada a posteriori, pela pesquisa que originou este texto, entretanto, as palavras-chave foram escolhidas pelos próprios cadetes, que as informam na página onde se localiza a monografia no site da AMAN.

Tabela: 4: palavras-chaves mais frequentes por grau de profissionalização

Profissionalização	Total	Palavras-chave	Frequência	Porcentagem
Altamente Profissional	177	Exército Brasileiro	32	18.079096
Altamente Profissional	177	Reconhecimento	12	6.779661
Altamente Profissional	177	Comparação	10	5.649718
Altamente Profissional	177	Artilharia	8	4.519774
Altamente Profissional	177	Carro De Combate	8	4.519774
Altamente Profissional	177	Pelotão De Cavalaria Mecanizado	8	4.519774
Altamente Profissional	177	Adestramento	7	3.954802

Altamente Profissional	177	Doutrina	7	3.954802
Altamente Profissional	177	Cavalaria	6	3.389831
Altamente Profissional	177	Evolução	6	3.389831
Altamente Profissional	177	Guerra Irregular	6	3.389831
Profissional	244	Exército Brasileiro	30	12.295082
Profissional	244	Doutrina	17	6.967213
Profissional	244	AMAN	12	4.918033
Profissional	244	Amazônia	12	4.918033
Profissional	244	Segunda Guerra Mundial	11	4.508197
Profissional	244	Segunda Guerra Mundial	11	4.508197
Profissional	244	Evolução	10	4.098361
Profissional	244	Artilharia	9	3.688525
Profissional	244	FEB	9	3.688525
Profissional	244	História Militar	9	3.688525
Pouco Profissional	401	Exército Brasileiro	67	16.708229
Pouco Profissional	401	Liderança	67	16.708229
Pouco Profissional	401	Garantia Da Lei E Da Ordem	65	16.209476
Pouco Profissional	401	AMAN	52	12.967581
Pouco Profissional	401	MINUSTAH	21	5.236908
Pouco Profissional	401	Haiti	18	4.488778
Pouco Profissional	401	Liderança Militar	17	4.239401
Pouco Profissional	401	Treinamento Físico Militar	15	3.740648
Pouco Profissional	401	Desenvolvimento	12	2.992519
Pouco Profissional	401	Tfm	12	2.992519
Não Profissional	365	Exército Brasileiro	53	14.520548
Não Profissional	365	AMAN	44	12.054795
Não Profissional	365	Educação Financeira	34	9.315068
Não Profissional	365	Liderança	18	4.931507
Não Profissional	365	Motivação	17	4.657534
Não Profissional	365	Cadetes	16	4.383562
Não Profissional	365	Estresse	16	4.383562
Não Profissional	365	Inteligência Emocional	16	4.383562

Não Profissional	365	Administração pública	11	3.013699
Não Profissional	365	Cadete	10	2.739726
Não Profissional	365	Formação	10	2.739726
Não Profissional	365	Lingua Inglesa	10	2.739726

Fonte: elaboração própria a partir de dados disponíveis no site da AMAN.

A título de comparação, as monografias pouco ou não profissionais apresentam temas bem distintos daqueles que seriam esperados dos cadetes que se prepararam durante 5 anos para o oficialato, demonstrando também um conjunto de interesses variados e não somente vinculados às questões militares específicas. Estresse, inteligência emocional, Administração pública, Língua Inglesa, entre outras, são demonstrações dos interesses distintos e variados que aparecem nas monografias.

5.2. Em busca de uma metodologia de análise: o contextualismo linguístico e a História dos conceitos

Na busca por estudar o pensamento ou as ideias expressas nas monografias dos cadetes da AMAN, é fundamental que se tenha um conjunto mínimo de técnicas que permitam a compreensão dos textos. Isto porque a leitura e análise de um dado documento histórico ou obra literária (acadêmica ou não) guarda uma série de especificidades que, passando despercebidas, tornam a leitura das obras muito mais complexa. De acordo com Reinhart Koselleck,

Conceitualizar algo, conceber algo significa, de um modo muito especial, que o ser humano é um ser que domina a linguagem, e se serve dela. Ele se serve dela quando se movimenta, quando vê ou ouve algo, quando lembra ou espera algo, quando, por conseguinte, age e, com isso, ao mesmo tempo também pensa (KOSELLECK, 2020, p. 66).

Portanto, é fundamental estar aberto a percepção dos diferentes conceitos que aparecem na linguagem. E mais que isso, estar atento às transformações que os conceitos

Ainda mais importante, entretanto, do que qualquer uma dessas considerações, está o fato de que, no caso de *qualquer* afirmação séria, o estudo do que alguém diz não pode nunca ser um guia suficiente para compreender o que se pretendia dizer. Para compreender qualquer afirmação séria, devemos atentar-nos não somente ao significado do que é dito, mas ao mesmo tempo na força da intenção com a qual a afirmação é exposta. Precisamos, assim, concentrar-nos não só naquilo que as pessoas estão dizendo, mas também naquilo que *estão fazendo* ao dizê-lo. Estudar o que os pensadores *disseram* sobre tópicos canônicos na história das ideias é, em resumo, realizar somente a primeira de duas tarefas hermenêuticas, cada uma delas indispensável se nosso objetivo é atingir um entendimento histórico sobre o que escreveram. Para além de nos atermos àquilo que disseram, devemos, ao mesmo tempo, compreender o que pretendiam dizer ao dizê-lo (SKINNER, 2017, p. 390).

Como afirma Skinner (2017), é fundamental que se tenha em mente, ao fazer uma análise de um texto, não só as falas e afirmações dos indivíduos, mas também que se busque as intenções das falas desses indivíduos. Isso se faz necessário porque pode ocorrer uma série de mal compreensões ou distorções.

Quando, então, investigamos certas mudanças contra esse pano de fundo de repetição, precisamos e lembrar que na história algumas coisas mudam rapidamente; outras, porém, o fazem de forma mais lenta. Existem diferentes velocidades de mudanças. Existem acelerações e retardações com ritmos diferentes, que entram em choque e podem gerar fricções, ou mesmo rupturas entre os estratos do tempo dos eventos singulares, por um lado, e das estruturas repetitivas por outro. Podem surgir também fricções no uso da linguagem, em frases, textos, discursos e em seus repertórios de significado (KOSELLECK, 2020, p. 68).

A linguagem guarda características que a tornam únicas e uma interpretação imediatista, rápida, desatenta ou simplista, perderá de vista todo um conjunto de informações que são fundamentais para a interpretação do texto

Se meu argumento, até agora, faz sentido, podem resultar dele duas conclusões acertadas. A primeira diz respeito ao método apropriado para o estudo da história das ideias. Sugerir que a compreensão dos textos pressupõe o entendimento do que se pretendia como seu significado e como ele deveria ser recebido. Para entender um texto deve-se, pelo menos, compreender tanto a intenção implícita e a intenção que representa o ato comunicativo presente no texto. A questão que precisamos confrontar ao estudar tais textos, portanto, é o que pretendiam comunicar seus autores – ao escrever, no momento em que escreveram, para o público específico que tinham em mente – ao endereçar tais afirmações. Parece-me que, dessa forma, a maneira mais esclarecedora de proceder deveria começar por uma tentativa em delimitar a gama completa de comunicações que poderiam ter sido convencionalmente realizadas em uma determinada ocasião através de um pronunciamento específico (SKINNER, 2017, p. 395).

Além das questões individuais, da intenção do autor e de seu significado, é importante ter em mente o contexto de recepção do autor, quem o recebe. Isso é fundamental para a adequada ou mais apurada interpretação histórica. Segundo Skinner, é fundamental que se saiba quem é o interlocutor com quem o texto dialoga ou para quem se destina, sob o risco de se perder elementos importantes da compreensão, da argumentação e da disputa que se opera entre os atores envolvidos. A linguagem também se perde quando não se dá a atenção devida aos entes que dialogam.

Uma vez que se percebe, dessa forma, que o foco apropriado de estudo é essencialmente linguístico e que a metodologia apropriada, conseqüentemente, tem a ver com a recuperação das intenções, o estudo de todos os fatos relacionados com o contexto social de um determinado texto pode, então, ocupar seu lugar como parte desta empresa essencialmente linguística. O contexto social aparece, assim, como o melhor marco para ajudar a decidir quais significados reconhecíveis de maneira convencional poderiam, em princípio, estar à disposição de alguém (SKINNER, 2017, p. 396).

Longe de encerrar o assunto, mas refletindo um aspecto fundamental da análise contextualizada de um conceito ou de um período histórico, Skinner (2017) lembra da importância do contexto para a análise adequada de um trabalho.

A linguagem é tanto receptiva quanto produtiva; ela registra e, ao mesmo tempo, é um fator da percepção, do conhecimento e do saber. Nenhuma realidade se deixa reduzir à sua interpretação e à sua figuração lingüística, mas sem essas performances lingüísticas não existe – pelo menos para nós – qualquer realidade. Essa diferenciação, porém, traz consigo a obrigação de ler os dois lados de cada conceito (KOSELLECK, 2020, p. 69).

O contexto social pode oferecer respostas e permitir interpretações muito mais complexas porque parte não de um esforço individual dos indivíduos, mas de uma perspectiva coletiva, ao entender a linguagem como um elemento que existe na circulação, no contato e na interação com os outros. Posto de outra forma, não há como entender um determinado uso de um conceito, sem a devida atenção à circulação que aquele conceito possuiu em um distinto contexto histórico. Isso porque também é importante que se reconheça o contexto lingüístico utilizado.

Assim, propõe-se a descrição e análise de algumas monografias dos cadetes da AMAN com o intuito de observar de que maneira os temas políticos e históricos aparecem interpretados pelos cadetes. Há uma hipótese que orienta o trabalho que é a de que a leitura que os cadetes fazem pode ser enquadrada segundo a tradição conservadora culturalista, e que por isso justifica-se um certo grau de intervencionismo das Forças Armadas no campo da política e da sociedade, ao vincularem os anseios nacionais à própria presença dos militares.

As monografias foram selecionadas a partir da busca na base de dados da própria AMAN. Após a entrada no site, buscou-se a aba de “monografias”, no canto direito inferior. Após a abertura da opção, realizou-se a busca no sistema eletrônico do site a partir da utilização dos termos “história” e “política”. Do total de 1.420 monografias, separadas por ano de 2016 até 2023, a busca revelou 153 e 116 resultados, respectivamente. Deste total de 269 monografias (algumas repetidas, pois apareceram nas duas buscas realizadas no site), selecionou-se 20 monografias, cujos temas mais se aproximaram da História política do Brasil, estudos sobre tradicionalismo e patriotismo militar, ética, moral e o meio militar e guerras culturais e o papel do Exército, que qualitativamente entendeu-se relacionarem-se ao objeto da pesquisa.

5.3. A Formação social brasileira e o papel do Exército nesse processo

Uma das questões que aparecem nos resultados das pesquisas no site da AMAN é a temática da formação social brasileira e o papel do Exército como instrumento educador dos civis sobre temas morais e de valores. Para essa descrição e análise, considerou-se 13 monografias que versam sobre as características culturais do Brasil, o papel do Exército, a nacionalidade brasileira e os valores militares.

5.3.1. Moral, os valores militares e a decadência do mundo civil

Tabela 5: Descrição das monografias sobre valores, moral e o Exército

Autor	Título da monografia	Orientador	Ano
Marcos Vinícius Pimentel dos Santos	EXÉRCITO BRASILEIRO: uma escola cívica de valores pela sociedade	Everton Araujo dos Santos	2017
Augusto Schaf Eggers	Reflexos sociais da participação do Exército Brasileiro na Segunda Guerra mundial	Everton Araujo dos Santos	2019
Gabriel Machado Corrêa	A importância do culto aos valores morais, cívicos e patrióticos para o desenvolvimento de uma nação	Everton Araújo dos Santos	2019
Paulo Roberto Nogueira Rangel	Patriotismo e civismo: elementos estruturantes da liderança militar	1º Tenente Ronaldo Héverthon Sampaio da Costa	2023
Manoel Furtado Silva	Análise do desenvolvimento de valores na formação do oficial do Exército Brasileiro	Marco Aurelio de Avellar Bolze – Cap Cav.	2018
Caio de Moraes Venâncio	A importância do culto aos ritos e tradições militares na formação do oficial combatente da AMAN	Cel R/1 Carlos Roberto Peres	2023

Fonte: elaboração própria.

Um dos pontos mais básicos e interessantes que surgiu da análise dos trabalhos monográficos é a identificação do papel pedagógico do Exército enquanto condutor da nação. Analisando os impactos de um projeto esportivo em uma organização militar, afirma Santos

[...] muito se ganha com estas ações em várias áreas, principalmente na evolução moral e ética dos alunos ou participantes das ações cívicos sociais. Ganhos

relacionados ao comportamento em suas casas e escolas, à criação de uma mentalidade que proporciona o crescimento pessoal afastando-os dos problemas sociais encontrados nas suas comunidades (SANTOS, 2017, p. 34-35).

O título da monografia já apresenta claramente uma ideia que remete ao contexto do pensamento nacionalista autoritário, ao culturalismo conservador e ao papel que enxergavam na educação via militares: “Exército Brasileiro: uma escola cívica de valores pela sociedade” (SANTOS, 2017). O Exército é uma escola de valores, algo que é relativamente raro de se encontrar na sociedade, sobretudo em um momento de transformações sociais que tem afetado instituições e organizações como um todo.

Segundo Santos, o Brasil tem vivenciado Grandes e rápidas mudanças que hoje se verificam em todo o mundo, isso de maneira muito intensa por meio de grandes transformações sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e culturais que se encaixam no contexto da globalização. Isso tem gerado e alimentado tanto movimentos sociais quanto mudanças de mentalidade nos indivíduos os quais conceitos tradicionais, tais como o de ordem, autoridade e papéis sociais estão sendo deixados de lado. Essas mudanças se fazem sentir nas diferentes instituições sociais, transformando comportamentos, crenças, valores e opiniões dos seus integrantes. [...] Em contrapartida a grande atualização e movimentação cultural social que vivemos está o Exército Brasileiro, que continua primando por sua tradição e valores éticos, a fim de manter a excelência que existe na formação de seus componentes, desde soldados, praças a oficiais, os quais são formados e forjados em características e valores ímpares para nossa sociedade, muitas vezes tidos como ultrapassados e retrógrados (EGGERS, 2019, p. 26).

O Exército aparece como uma instituição que se posiciona contrariamente às transformações do mundo moderno, preservando as tradições e valores (militares e não militares) e, por isso, estaria apto a contribuir com o desenvolvimento de crianças e adolescentes que estão “largados” nesse contexto de transformações e de perda de valores. Eggers (2019) continua apresentando a tragédia da conjuntura atual, caracterizada pela perda dos valores patrióticos e, por conseguinte, dos espaços de reconhecimento e de honra que os militares merecem. O argumento que desenvolve se bifurca em dois pontos: um é o impacto das novas tecnologias que afetam o interesses dos mais jovens pela história.

Pode-se concluir então, que tal abandono e descaso em se manter viva pesquisas e estudos que abordem a vida militar, seus feitos e glórias vêm do que já foi dito anteriormente, ou seja, se nossa sociedade que apenas se interessa pelo novo, o que é atualizado, o que ainda virá e se esquece de valorizar o passado principalmente no que tange aos feitos militares, é extremamente prejudicial para nossa sociedade, tendo em vista que o sentimento de patriotismo e de valorização daqueles que deram a vida para defender um ideal são perdidos e esquecidos pelas gerações mais novas (SANTOS, 2017, p. 27).

Por outro lado, o autor reproduz uma tese muito conhecida (e que será discutida mais pormenorizada a seguir) e que ganhou notoriedade durante os últimos anos com o governo de Jair Bolsonaro, que a do “marxismo cultural”:

Acontece, que durante o Período Militar (1964-1985), as universidades e locais de produção de livros, teses e etc., foram tomadas por militantes de esquerda que jamais

tiveram o interesse em produzir obras que exaltassem nossa participação no maior conflito armado da história, muito menos como fomos importantes para por fim ao Nazismo e Fascismo, com a intenção de desvalorizar e prejudicar o país em troca de uma vitória comunista (EGGERS, 2019, p. 28).

O Exército teria sido vítima de uma articulação de professores, pesquisadores e todo um conjunto de atores sociais, culturais, políticos e econômicos, cujo objetivo foi a tomada de poder silenciosa – estratégia “gramscista” – dos núcleos de produção cultural e artística do país. Com isso, os militares, aqueles que (re)produzem valores tão essenciais à sociedade, teriam sido abandonados.

A imagem do Regime Militar alimentada pelo atual reacionarismo, porém, deve pouco a trabalhos históricos elaborados por professores conservadores, em matéria de processo político, econômico ou social, que geralmente enalteciam a capacidade do regime de gerar crescimento econômico sem prejuízo da ordem pública [...] A imagem positiva que a extrema-direita alimenta do período militar, foi aquela que desenvolvida quando ele terminou desmoralizado pela acusação de violações de direitos humanos, na primeira década da Nova República. Seus responsáveis foram radicais do Exército, interessados em defender a imagem da corporação contra as numerosas acusações de violações de direitos humanos formulados em obras como *Brasil Nunca Mais* (1985), por líderes religiosos favoráveis à redemocratização (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 88-89).

O reflexo disso, para Eggers (2019) seria o pouco apreço aos temas militares, expresso na quase nenhuma publicação de trabalhos sobre a FEB. Entretanto, chama a atenção o caráter pueril da crítica, dado que o campo dos estudos militares no Brasil começou a ganhar espaço acadêmico exatamente no contexto da ditadura militar. Reflexo disso são as pesquisas pioneiras de José Murilo de Carvalho, Eurico de Lima Figueiredo, Alain Roquié e Eliézer Rizzo de Oliveira. Ademais, o autor negligencia completamente o caráter autoritário, violento, sanguinário da ditadura militar de 1964-1985, embora cite o contexto autoritário do Estado Novo varguista – uma ditadura civil. Em resposta à todo esse contexto de ataques e transformações não positivas, o Exército é apresentado como

Em contrapartida a grande atualização e movimentação cultural social que vivemos está o Exército Brasileiro, que continua primando por sua tradição e valores éticos, a fim de manter a excelência que existe na formação de seus componentes, desde soldados, praças a oficiais, os quais são formados e forjados em características e valores ímpares para nossa sociedade, muitas vezes tidos como ultrapassados e retrógrados (EGGES, 2019, p. 26).

Como argumenta Santos (2017), o caminho passa pela utilização das Ações Cívico Sociais – ACISO –, isto é, um conjunto de ações desenvolvidas pelo Exército e outras Forças com o objetivo de “promover o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no País ou no exterior” (SANTOS, 2017, p. 15). A partir de então Santos elabora um conjunto de descrições de projetos sociais e de sua importância.

Ainda no aspecto das tradições e dos valores, em outra monografia, encontra-se um esforço de reflexão que se pretendia, crê-se, um sociologia histórico-comparada. O cadete Gabriel Machado Corrêa propõe refletir sobre o papel dos valores e da moral tradicional para as nações. O argumento do autor é compor uma comparação entre nações cujo patriotismo e valores são relevantes, e nações onde eles não o são, apresentando possíveis consequências para a população. O trabalho parte de uma escolha para comparação de países bem curiosa, para dizer o mínimo.

Foram observados que países como o Japão, Holanda, EUA, são países que cultuam tais valores, e apresentam um nível de organização, coesão social e desenvolvimento relativamente elevados, enquanto que, em contrapartida, outros países, como o Haiti, que não apresentam de maneira tão forte tais valores, se enquadram no subdesenvolvimento, não sendo o culto a tais valores o fator decisivo para que tais nações caíam nessas respectivas situações, porém cooperam para com as mesmas (CORRÊA, 2019, p. 6).

Chama a atenção, como o Haiti aparece na comparação. O autor compara os casos “bem-sucedidos dos Estados Unidos da América e do Japão, apresentando um resumo com uma referência bibliográfica apenas (fruto de blogs educacionais da internet) e a síntese é destacar que esses países mantiveram respeito ao patriotismo e às tradições, enquanto o Haiti parecia na miséria moral e cívica fruto da mistura de negros africanos, nascidos nas américas e etc.

A elite, composta por mulatos, ficou insatisfeita com a nova política instalada no país, e, em 1806, tomou o poder após o assassinato de Dessalines. O Haiti teve sua administração fragmentada, assim, o norte ficou sob o domínio de Henri Christophe e o sul foi governado por Alexandre Pétion. Somente em 1820, sob o governo de JeanPierre Boyer, o país foi unificado. Desde então, ficam evidentes tensões e desuniões no seio da população haitiana, uma vez que parte da população era formada por uma elite mulata, e outra parte majoritariamente afrodescendente, oriunda de diversas tribos africanas rivais, o que ainda mais aumentava as tensões e desuniões haitianas, impedindo o povo de adquirir um sentimento patriótico fervente com relação à Pátria haitiana, o que já demonstra a falta dos cultos cívicos e patrióticos, e também morais, já que a rivalidade e o desrespeito, bem como a falta de compaixão era grande entre estes (CORRÊA, 2019, p. 22).

O autor ignora completamente o contexto escravocrata e da plantation naquele território, as tensões e o processo colonial exploratório francês e, não menos importante, o completo isolamento social, territorial, econômico e político que o Haiti sofreu no século XIX dado o medo que as elites escravas dos demais países latino-americanos criaram de que o contexto e as ideias revolucionárias do Haiti negro se espalhassem pelas plantações de algodão, cacau, tabaco, açúcar, café, pelas minas e por qualquer outro lugar onde houvesse uma maioria negra. Mais do que isso, chama a atenção como o autor culpa uma nação e um povo explorados pelas mazelas sociais que lhe afligem.

Ao leitor pode parecer sem sentido se prender a uma análise sobre o Haiti no século XIX quando se fala sobre patriotismo e valores tradicionais para um país, mas há um sentido: o Haiti

é exatamente um lembrete para os brasileiros do que nos pode acontecer, caso sigamos pelo mesmo “caminho histórico”.

A população brasileira, atualmente, vivencia uma tensão, oriunda tanto da insegurança que vive, quanto das contas e tributos a pagar, que por ora beiram o salário em que é ganho, ou por outros diversos fatores que ocorrem em nossa sociedade e revoltam a todos, como a corrupção, sistema político inchado e ineficiente, entre outros fatores (CORRÊA, 2019, p. 24).

Na primeira parte da crítica ao Brasil, Corrêa (2019) aborda o conhecido argumento positivista e militar da excelência da caserna comparativamente ao universo dos civis. Nós, paisanos, estaríamos entregues, por vezes – e sobretudo na história recente do país –, a todo um conjunto de políticos corruptos e a um sistema político ineficiente, atrasado, burocrático e que antes prejudica quem deseja empreender e se desenvolver do que protege e auxilia. Além disso, as teses conservadoras culturalistas reaparecem com força: a culpa pelos problemas sociais que o país atravessa é, em última análise dos movimentos sociais antipatrióticos que criariam as divisões. Até porque, seríamos uma sociedade pacífica, ordeira, civilizada e cordial.

Mas de um tempo para cá, vivemos em uma constante guerra ideológica entre classes, gêneros, raças e muito mais. O povo brasileiro parece ter sido jogado um contra o outro, havendo uma desunião completa e rivalidade entre distintas categorias, como homem e mulher, heterossexuais e homossexuais, brancos e negros, rivalidades essas as quais não deveriam existir. Diante desses eventos, raramente há reflexão acerca da origem dessa rivalidade vazia (CORRÊA, 2019, p. 24).

A culpa pelas mazelas divisivas seria dos partidos políticos, indiretamente o Partido dos Trabalhadores e a esquerda em geral que, se dedicando a elaborar políticas e propagandas nos grupos subalternos da sociedade, escravizariam esses grupos com “assistencialismo” – não garantia de direitos básicos e constitucionais – e garantindo o “currel” eleitoral com o controle econômico e a manutenção da crise econômico-social que eles próprios seriam os responsáveis.

Desde que assumiram o poder, determinados partidos políticos vêm sempre fazendo da classe baixa do país a sua maior força, criando vários projetos assistencialistas que mascararam os verdadeiros problemas do país e fazem o povo crer que estavam ajudando os pobres, enquanto estavam apenas dissimulando um problema evidente e, talvez, criando um problema ainda maior, como o desemprego em massa. Com isso, parte da população foi cega em devoção àqueles que supostamente os ergueram da pobreza, o que proporcionou, por parte da população mais carente assistida, apoio incondicional a tais partidos (CORRÊA, 2019, p. 24).

O diagnóstico proposto por Corrêa (2019) culmina no reconhecimento da dissolução dos laços sociais, das estruturas sociais básicas, a hierarquia, a disciplina, “o respeito ao próximo”, à moral e aos bons costumes, à tradição e etc.

Assim sendo, dá início a diversas atitudes refletidas pelos valores nocivos que adquirira outrora, oriundo da liberdade, ou até mesmo da libertinagem ofertada por parte dos pais atualmente, os quais usam do bom mocismo, ou seja, de agrados e mimos, para conquistar os falsos amor e confiança dos filhos, o que acarreta em um orgulho e egoísmo oriundos destes últimos, de achar que sempre podem o que

desejarem, e de que tudo podem e de que sempre estão certos. Com o passar do tempo, o crescimento do indivíduo e inserção deste de maneira concisa na sociedade gera a necessidade de profissionalização e estudo, porém, o mínimo necessário para este, uma vez que, no jovem, existe a fervorosa necessidade de mudar o mundo, porém, sem haver muito estudo prévio antes de efetivada tal mudança, ou, até mesmo, sem saber do que se trata o mundo. São estes tipos de valores, como a arrogância, o orgulho, o egoísmo, a certeza da veracidade dos argumentos sem nem mesmo ter sido feito algum estudo acerca de determinado assunto, que, cultuados amplamente no Brasil de hoje em dia, os pioneiros da maioria dos erros deste século e do século passado, como o nazismo, comunismo, fascismo, falsas religiões fanáticas, consumo de drogas, entre outros. (OLAVO DE CARVALHO, 2018). Oriunda dessa mentalidade, os valores morais, cívicos e patrióticos, muitas vezes são suprimidos, dando lugar, logicamente, não em sua totalidade, a valores nocivos, como os apresentados previamente (CORRÊA, 2019, p. 24).

O ponto final seria a dissolução do patriotismo e do civismo em egoísmo, arrogância e orgulho. O argumento desenvolvido é uma clássica retórica conservadora culturalista misturada com elementos de reacionarismo. “A secularização e o liberalismo das elites teriam destruído os fundamentos naturais da sociabilidade cristã, baseada na Igreja e na família, abrindo as portas para as ideologias totalitárias, com todos os erros, absurdos e crimes” (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 79).

Não por acaso há a citação ao ideólogo da extrema-direita brasileira e bolsonarista Olavo de Carvalho, reprodutor das teorias da conspiração sobre a infiltração marxista nas universidades e etc. Olavo de Carvalho é um pensador reacionário cuja filosofia, “[..] é caracterizada por uma concepção petrificada de cultura, concebida como um saber verdadeiro e eterno de origem divina, cujo inimigo seria o progresso e a revolução, associadas ao casuísmo e à subversão” (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 78).

Retomando a discussão sobre o patriotismo e os valores militares, Rangel (2023) reafirma aquilo que discutiu-se no capítulo 4 acerca do currículo “oculto” dos cadetes da AMAN.

Um oficial de carreira, segundo Miranda (2015), na escola de formação, a partir da socialização, constrói os valores militares na formação identitária militar. Nesse sentido, o autor explica que, na AMAN, a aquisição desses valores ocorre mais pela prática do que pela teoria, uma vez que “os valores são passados no ‘currículo oculto’, ou seja, no convívio diário entre os oficiais e os cadetes, a cultura militar é transmitida, enquanto vivida, e o culto aos valores estaria incluído nesse ‘pacote cultural’” (RANGEL, 2023, p. 26-27).

O autor descreve todo um conjunto de valores militares como patriotismo, honra, disciplina, respeito à hierarquia, honestidade, aprimoramento profissional, civismo, espírito de corpo, fé na missão, como um complexo conjunto de princípios que orientariam o bom líder militar na condução de sua missão. É evidente que um bom militar no exercício de sua função deve buscar o cumprimento de determinados valores e normas, mas chama a atenção a

naturalização como se essa identidade militar fosse automática, acrítica e neutra, do ponto de vista ideológico e mesmo dos valores.

A temática patriotismo e civismo é recorrente no Exército, sendo valores militares que ainda prevalecem como identidade militar, mesmo com o avanço científico-tecnológico. Nesse sentido, de acordo com Brasil (2011), a liderança militar possui valores que são aspectos imutáveis, de modo que “tanto em tempo de normalidade, quanto em tempo de crise ou conflito, os valores que sustentam a liderança militar são essenciais e perenes”, ou seja, fazem parte da identidade militar. O civismo, como prática de valores e deveres cívicos, e o patriotismo, como amor e devoção à pátria, estão relacionados à identidade nacional. De forma que, de acordo com Morin e Kern (2003), em uma democracia, um cidadão é definido por sua solidariedade e responsabilidade em relação à sua pátria, o que requer a consciência e comprometimento com o país. Algumas ações reafirmam os valores éticos dos militares com a nação, demonstrando seu respeito e devoção aos valores patrióticos. como, por exemplo, o Juramento à Bandeira. Trata-se de uma solenidade significativa, na qual os militares fazem um compromisso solene de seguir os valores e ideais que regem o país (RANGEL, 2023, p. 28-29).

O autor apresenta o militar como sendo um indivíduo que possui “valores imutáveis, de modo que tanto em tempo de crise ou conflito, os valores que sustentam a liderança militar são essenciais e perenes” (RANGEL, 2023, p. 28). E seria, por conta dessa característica “imutável” que o militar teria condições de pedagogicamente educar a sociedade civil em que ele está inserido.

Para o meio militar, o patriotismo é de uma tamanha grandeza, que, conforme Alves (2002, p. 90), está entre as funções do exército, que consiste em “garantir a paz entre as nações, zelar pela ordem social, educar os cidadãos semeando o patriotismo, consolidar o avanço das nações”. Nessa perspectiva, o líder precisa desenvolver o sentimento de patriotismo, que norteia a conduta militar entre os comandados, uma vez que é responsabilidade do Exército a defesa da Pátria. O Exército Brasileiro, a fim de desenvolver o espírito patriótico na população, desempenha um papel importante de civismo por meio de ações que assistem à sociedade, como assistência à saúde e social, recreação, educação, participação em eventos cívicos e nacionais. Dessa maneira, o EB, além de promover o patriotismo, também, através do civismo, colabora na construção de uma sociedade com respeito aos seus deveres e princípios constitucionais (RANGEL, 2023, p. 32).

Reaparece a questão do Exército enquanto pedagogo por excelência da nação, inculcando e construindo valores como o patriotismo e o civismo no seio da nação. Novamente, como apresentado no capítulo 2, os militares utilizam uma retórica positivista ao se apresentarem como os condutores morais e éticos da nação, ao mesmo tempo em que a retórica autoritária também se faz presente, na medida em que se constrói uma dicotomia subjacente onde aquilo que não é militar ou fruto do ambiente militar é menos patriótico e deve ser adestrado ou educado segundo as normas ou a partir das normas e valores apre(e)ndidos no meio militar.

Preservar a memória militar também é uma forma de manter vivas as tradições e os valores que moldaram a nação. E sempre que houver oportunidade, é importante promover e incentivar os valores cívicos, fazendo apologia a eles e transmitindo-os para as gerações futuras. Os militares desempenham um papel fundamental na disseminação do civismo na sociedade brasileira, conforme Brasil (2002). Por sua formação e compromisso com a defesa dos interesses

nacionais, eles são importantes agentes na promoção dos valores cívicos. Por meio de sua conduta exemplar, disciplina, dedicação ao serviço público e respeito às leis instituídas, os militares podem influenciar positivamente a sociedade, servindo como referência de civismo e patriotismo. O civismo, conforme Rondon (2021), significa um sentimento de zelo e dedicação à pátria, representando a brasilidade. É fundamental cultivar esse sentimento de amor e comprometimento com o país, buscando promover o desenvolvimento e o bem-estar da nação como um todo. O civismo, nesse sentido, deve ser valorizado como uma expressão de identidade e pertencimento à sociedade brasileira (RANGEL, 2023, p. 32).

Novamente, na monografia do cadete Silva (2018), o tema do ensino de valores ministrados pelos militares à população em geral reaparece. Novamente, a retórica da distinção entre o universo civil e o militar fica subjacente à descrição do cadete.

O tema relacionado a valores envolve todos os cidadãos, portanto, além da busca pelo aperfeiçoamento militar, é de grande valia que esses valores cultuados no Exército possam ser projetados para a sociedade, de modo a transparecer a importância deles para o cidadão e mostrar que nossa Instituição é exemplo no culto desses valores. [...] Nossa primeira constatação foi que esse tema sempre foi foco de estudos na sociologia, psicologia, filosofia, entre outros ramos da ciência e que a sociedade atual está cada vez mais carente desses valores. Para tanto, cresce a importância da constância no estudo desse tema, de modo a encontrar soluções para os problemas encontrados, dentro do Exército e na sociedade a respeito do tema. (SILVA, 2018, p. 11).

A ideia de decadência do mundo civil reaparece como um elemento que exige uma tomada de posição por parte dos militares: a projeção dos seus valores preciosos para toda a sociedade, com vias a salvá-la de si própria e de seu destino vaticinado. Mais à frente, o autor reproduz um raciocínio parecido, embasado em um manual de Moral e Cívica publicado durante a ditadura militar.

A credibilidade que o EB tem na sociedade é reflexo dos valores desenvolvidos e moldados em cada militar e apesar das diversas distorções de valores na sociedade Brasileira o Exército se mantém como uma instituição de homens e mulheres de caráter que preza pelos valores e pela ética militar. A situação vivenciada na sociedade é drástica, valores como honestidade, verdade, lealdade, etc, estão se tornando raros. A situação atual do Brasil é reflexo da perda contínua de valores que são a base social, assim como abordou o Padre Ávilla (1967) no trecho a seguir: O que, a meu ver, constitui o aspecto mais grave do problema moral da juventude brasileira de hoje é exatamente a contestação que desceu até ao nível profundo dos valores. Digamos imediatamente que não é um problema exclusivo da juventude brasileira. Ele é talvez mesmo bem mais profundo entre a juventude de outros países. Digamos também que não é um problema nem da totalidade, nem mesmo da maioria dos jovens brasileiros. O que quero dizer é que o simples fato de ele já existir entre nós constitui o aspecto mais grave do problema, a ponto de merecer uma análise mais insistente do que as que dedicamos aos dois problemas anteriores. (ÁVILA, 1967, p.19). O autor trata de um grande problema que afeta a população mundial, que é a degradação dos valores, em particular, na juventude, pois ela é o futuro das nações. No Brasil não é diferente, esses valores são corrompidos desde a base da sociedade (SILVA, 2018, p. 24).

Novamente, se o exército é uma instituição que conserva e ensina valores, o cenário social em que ele está inserido é de podridão moral. E quem o comprova é a obra de “Padre Ávilla”. Silva (2018) repete uma narrativa que outros cadetes também se valeram que é

apresentar o universo civil como decadente, moralmente ambíguo e a formação militar como íntegra e caracterizada pela conservação de tradições e valores fundamentais para a caserna mas também para o meio civil.

À guisa de uma conclusão parcial, fica claro que os militares utilizam uma retórica que, do ponto de vista que se organiza este trabalho, recebe influências tanto do pensamento positivista de final do século XIX e início do século XX quanto do autoritarismo nacionalista dos anos 1930/1940. O ponto central é a constatação de que a sociedade encontra-se em ruínas moral e eticamente, e os militares, instituição que se diferencia do universo civil por definição e missão, teriam as ferramentas – hierarquia, disciplina, valores tradicionais, abnegação, civismo, patriotismo, compromisso com a missão, responsabilidade e etc – para permitir a transformação social ou o bom encaminhamento da questão.

Subjacente a toda a discussão feita, está a constatação de que a sociedade brasileira necessita ser tutelada, educada, orientada ou dirigida para melhor aproveitamento de suas potencialidades e eliminação das mazelas que a afligem. Nesse sentido, é possível afirmar existir uma Doutrina social do Exército, complementar à Doutrina de Segurança Nacional, que compreende a função social do Exército brasileiro – e das Forças Armadas em geral – como agentes moralizadores e gestores da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, chama a atenção toda a construção feita pelos cadetes citados acima que naturalizam determinadas características oriundas da caserna e também da sociedade brasileira, cristalizando certas visões idealizadas do ofício militar e descredibilizando elementos do mundo civil, tais como as transformações sociais ocorridas nas famílias, no campo dos direitos individuais, das crianças e adolescentes, das minorias e demais temas sociais relevantes contemporaneamente.

Se a sociedade em geral aponta para a decadência, caberia aos militares exercerem sua função patriótica e cívica de educadores por definição e, imbuídos de todas as boas tradições e valores produzidos e circulados no âmbito castrense, educarem a nação. Esse é o elemento intervencionista que subjaz às interpretações presentes nos textos. Nesse sentido os projetos de escolas militarizadas, por exemplo, se encaixam perfeitamente: são apresentadas como a profilaxia que tratará parte do problema.

O presidente Jair Bolsonaro, ao lançar o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares, afirmou que as escolas não militarizadas educam de maneira permissiva, o que leva à formação de uma juventude perdida e sem futuro. Na opinião dele, as escolas públicas civis não oferecem ensino de qualidade e, por isso, é preciso impor a militarização e garantir algum futuro para a juventude. “Nós não queremos que essa garotada cresça e, no futuro, seja um dependente, até morrer, de programas sociais do governo” (SANTOS, 2022, p.195-196).

As escolas militarizadas ou cívico-militares são um experimento, nesse sentido, de inoculação de valores militares tradicionais no campo civil visando a alteração do quadro dramático apresentado, e a sociedade fica à mercê, segundo essa leitura, das vontades patrióticas e cívicas militares na condução de seus processos. Além deste ponto, o intervencionismo militar guarda relação também com a ideia de nacionalidade. Esse é o próximo ponto a ser discutido.

5.3.2. Processo histórico, formação do Brasil, brasilidade e o Exército Brasileiro

Tabela 6: Descrição das monografias sobre a história do Brasil e da brasilidade

Nome do cadete	Título da monografia	Orientador	Ano de conclusão
Cheikh Ahmadou Bamba Seck	Estudo do terrorismo radicalista islâmico do ponto de vista sociológico	Everton Araújo dos Santos	2020
Pedro Henrique Silva Cestarioli	A contribuição das invasões holandesas no nordeste brasileiro para a formação da identidade nacional	TC Wellington Ferreira Gomes	2019
Gabriel Machado Fernandes	O Exército Brasileiro Na Defesa Da Integridade Nacional: Das Batalhas Dos Guararapes À Revolução Farroupilha	Wellington Ferreira Gomes	2019
Hiago Brasil Barros Rolim	Batalha De Guararapes e a formação do Exército Brasileiro	Coronel Refo Luiz Emílio Da Cás	2020

Fonte: elaboração própria

Uma das narrativas mais presentes nas monografias selecionadas é a que associa a fundação do Exército Brasileiro à constituição da nacionalidade brasileira, da ideia de democracia racial e a expulsão dos holandeses em 1649. Essa talvez seja uma das mitologias políticas mais poderosas para o Exército Brasileiro: o mito de Guararapes. O contexto da Batalha dos Guararapes é da invasão dos holandeses e a formação de um conjunto de forças para expulsá-los. De acordo com Celso Castro, a memória de Guararapes está relacionada à criação do Dia do Exército, em 19 de abril, em menção à 1ª Batalha dos Guararapes em 1649.

Em 1994, por iniciativa do ministro do Exército, general Zenildo, foi criado o Dia do Exército, na data de realização da 1ª Batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648). A Batalha dos Guararapes foi um evento muito importante no processo de expulsão das tropas holandesas que ocuparam a região de Pernambuco entre 1630 e 1654. Mesmo inferiorizadas numericamente, as tropas locais, compostas por unidades de brancos, negros e índios, e recorrendo a táticas de guerra irregular (ou de guerrilhas), derrotaram um inimigo superior em número e mais bem equipado. A ideia central da nova comemoração é que em Guararapes teriam nascido ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exército brasileiros. A força simbólica do evento é reforçada pela presença conjunta das três raças vistas como constitutivas do povo brasileiro — o branco, o negro e o índio. Além disso, ao contrário das comemorações da Intentona e de 1964, não se trata aqui de um “inimigo interno” a ser enfrentado, mas de invasores estrangeiros (CASTRO, 2000, p. 68-69).

Imagem 29: a batalha de Guararapes, de Victor Meirelles



Fonte: domínio público, 2024.

Num contexto pós-ditadura marcado pela crítica aos militares e o constrangimento de celebração ou rememoração de datas como a Intentona Comunista e o 1º de abril de 1964, tornava-se mister encontrar (ou criar) novas datas simbólicas de representação de força, união, poder e vinculação entre as Forças Nacionais e a sociedade e o estado brasileiro. Guararapes oferece esse poderoso símbolo de união e de função para os militares. Como lembra Castro (2000), há diversos problemas na narrativa história apresentada pelo Exército Brasileiro: por exemplo, o país havia ficado mais de 40 anos sob domínio espanhol e a Coroa portuguesa pouco fez pelos brasileiros, a presença mestiça foi quase ignorada na interpretação, manifestando uma imagem de segregação racial, as figuras históricas que pertenciam ao movimento mudaram ao longo do tempo, assim como certa interpretação histórica do evento ressaltava o espírito nativista pernambucano, e não nacional como se entende da leitura militar. Ademais, há os dois

pontos mais óbvios mas contrariamente aos interesses dos militares, os mais gritantes: não havia sentimento de nacionalidade entre os colonos brasileiros no século XVII. A construção de sentimento de nacionalidade no Brasil só teria lugar ao longo do século XIX, por força do governo de Dom Pedro II e, sobretudo, no final do XIX e início do século XX; além disso, a própria ideia de Brasil não fazia o menor sentido histórico em 1649, dado que as elites regionais e potentados locais tinham muito pouco em comum e pensavam muito mais em termos regionais e locais.

Ainda assim, vai uma distância clara entre os dados históricos e a simbologia construída pelos militares. Até porque, como argumenta Raoul Girardet,

[...] O mito político é fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções (GIRARDET, 1987, p. 13).

Assim, pode afirmar que Guararapes ocupa no imaginário militar e mesmo civil, como pode-se observar no capítulo 2, o lugar de um mito político. Esse mito político, como afirmado, associa, vincula e relaciona fortemente, três elementos centrais para a estrutura do argumento desenvolvido aqui: o nascimento do sentimento de brasilidade, o nascimento do Exército Brasileiro (ainda que em embrionário) e o próprio estabelecimento do patriotismo e da nação brasileira.

Tendo em vista que a gênese da nacionalidade brasileira brotava em Guararapes, quando, em 1645, as três raças formadoras de nossa gente firmaram um pacto de honra, assinando célebre proclamação, em que aparece, pela primeira vez, o vocábulo PÁTRIA, razão pela qual foi constituída, militarmente, uma tropa que passou a ser chamada de Exército Libertador ou Patriota, e que tal fato consagrou-se com a 1ª Batalha de Guararapes, travada em 19 de abril de 1648, constituindo importante fator para a formação do Exército Brasileiro; ... é de todo interesse para a Instituição que o dia 19 de abril seja transformado em data máxima para o Exército Brasileiro, em virtude dos feitos realizados em Guararapes, culminando com o nascimento do nosso glorioso Exército (LUCENA, apud. CASTRO, 2000, p. 71-72).

Essa mitologia política será reproduzida nas monografias da AMAN por diversos cadetes.

Trazendo para o meio militar, mais especificamente para o Exército Brasileiro, vemos que a cultura, os valores cultivados e a maneira como o EB é conduzido até os dias de hoje, tem como influência a suas gênesis em Guararapes, 1648, quando podemos observar o primeiro indicio da criação de uma nação coesa que independente de suas origens, lutavam em prol de um bem comum, criando a identidade brasileira e por

final do Exército Brasileiro, que nada mais é que um reflexo de sua população (VENÂNCIO, 2023, p. 16).

Venâncio (2023) propõe uma permanência histórica entre o sentimento de nacionalismo, patriotismo, civismo e etc. presentes em Guararapes até os dias atuais, numa clara reflexão sobre o caráter conservador.

O local onde foi selado o destino dos holandeses no Brasil foi a região dos Montes Guararapes. Foi lá em que se desenrolaram duas batalhas decisivas, a primeira em 18 e 19 de abril de 1648 e a segunda em 19 de fevereiro de 1649, em ambas houve vitórias esmagadoras contra as forças da WIC e resultaram mais tarde em 1654 na capitulação dos holandeses na Campina da Taborda. Ricardo Costa de Oliveira afirma: "O exército que derrotou os holandeses foi um exército bem brasileiro, bem misturado e miscigenado[...]O Exército Brasileiro tem as suas raízes nas Batalhas de Guararapes, na luta pela integridade territorial do Brasil". (OLIVEIRA, Ricardo de. 2010) Essa passagem mostra como a luta contra a Holanda influenciou na nacionalidade brasileira, na medida em que intensificou a miscigenação e marcou as raízes do Exército Brasileiro, instituição presente nos momentos decisivos da história do Brasil (CESTARIOLI, 2019, p. 30-31).

Cestarioli (2019) retoma a formação da brasilidade, nacionalismo brasileiro e do Exército, corroborando a narrativa sobre o caráter fundamental dos militares como garantes da integralidade territorial brasileira. Fernandes (2019) repete o mesmo argumento, também enfatizando a metáfora de "Davi e Golias" para explicar o conflito, onde os portugueses eram apresentados como Davi, e as forças holandesas como gigantes Golias.

As invasões holandesas no nordeste brasileiro e sua subsequente expulsão, principalmente por grupos nacionais, podem ser consideradas *conditio sine qua non* para consubstanciar a importância do Exército brasileiro no combate aos invasores estrangeiros e a garantia da inteireza daquela colônia que mais tarde originou o Brasil como conhecemos atualmente. Isso porque o surgimento da força terrestre brasileira remonta a primeira Batalha de Guararapes, em 1648, onde um grupo de homens com pouco treinamento, mal armados e com equipamentos precários tiveram a coragem de enfrentar um exército europeu profissional, logrando êxito e impondo uma derrota incomensurável ao invasor holandês (FERNANDES, 2019, p. 30).

As Batalhas dos Guararapes são retratadas e reconhecidas por muitos historiadores como o pontapé inicial da formação do povo e do Exército Brasileiro. Foram motivadas por uma série de fatores que agravaram o descontentamento da população de Recife e Olinda, dentre os quais destacam-se o aumento de impostos sobre o açúcar e o pau-brasil, a imposição do calvinismo como religião. A vitória luso-brasileira nos Guararapes teve dimensão nos quatro campos do Poder: político, econômico, psicossocial e militar (ROLIM, 2020, p. 21).

Na monografia do cadete Rolim (2020) há um elemento a mais na discussão proposta: a constatação de que um dos fatores que ocasionam a revolta contra os holandeses é a imposição da religião protestante. Novamente um argumento conservador culturalista é mobilizado para reforçar a força do movimento, isto é, a tese segundo a qual os católicos "brasileiros" não aceitaram a mudança imposta de religião e reagiram. Além disso, Rolim (2020) apresenta quatro dimensões que sofreram consequências com a vitória em Guararapes, todas elas inseridas no campo da mitologia política: a formação de uma força militar genuinamente nativa;

a formação de um espírito nacional; a constatação da democracia racial ou da solidariedade entre as raças em prol de um objetivo em comum; e o enfrentamento de Portugal.

Espírito de Guararapes é o espírito que inspira o Exército Brasileiro do presente e que desde Guararapes o vem inspirando em suas lutas pela Unidade Nacional, durante a Independência e Regência; pela Integridade e Soberania do Brasil nas lutas do Prata e, em especial, na Guerra da Tríplice Aliança; pela Paz Social e evolução política na Abolição e República; pela Liberdade e Democracia na campanha da Itália e, ultimamente atuando sempre, identificado e em sintonia, com as aspirações do povo brasileiro [...] Dessa forma, chega-se à conclusão de que o Exército Brasileiro realmente nasceu em 1648, quando um grupo de pessoas de raças diferentes lutaram com o mesmo objetivo: expulsar um invasor estrangeiro das terras amadas, sua pátria. Em vários outros momentos, brasileiros se juntaram para expulsar estrangeiros do país [...] (ROLIM, 2020, p. 22).

Por fim, Rolim (2020) retoma a ideia da fundação de um espírito em Guararapes que se repetiria por diversos momentos e vezes na história do Brasil. Registre-se, importante dizer, a visão de que a missão do Exército é a de manter a integridade territorial, algo caro aos militares brasileiros, por exemplo, no contexto do século XIX e que vai conduzir as forças militares brasileiras ao enfrentamento militar e repressivo de diversos movimentos populares descontentes com os rumos políticos do país, especialmente no contexto da Regência entre 1831 e 1840. Além disso, ele reafirma a tese conservadora culturalista da democracia racial e da cooperação entre as raças no Brasil.

Nas monografias há diversas passagens com elementos do pensamento conservador culturalista freyreano. Cestarioli, por exemplo reproduz o mito do nascimento simultâneo da brasilidade, do Exército brasileiro e da miscigenação.

Essa passagem mostra como a luta contra a Holanda influenciou na nacionalidade brasileira, na medida em que intensificou a miscigenação e marcou as raízes do Exército Brasileiro, instituição presente nos momentos decisivos da história do Brasil. Em todo o período da ocupação holandesa no nordeste brasileiro ficou evidente como os três tipos étnicos formadores do brasileiro estiveram presentes e interagindo intimamente. Embora negros e índios lutaram de dois lados, foi no lado brasileiros que houve o impacto na formação da nacionalidade (CESTARIOLI, 2019, p. 31).

Assim, o próprio site do Exército reproduz essa narrativa, que circula, desse modo, entre setores civis e militares brasileiros.⁵¹ De acordo com texto disponível no site da AMAN,

No dia 19 de abril, o Exército Brasileiro celebra 375 anos. Desde 1648, o Exército de Caxias mantém-se invicto. O mês de abril também é marcado por outra importante data: os **212 anos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)**.

Sobre o EB

Desde os primórdios da colonização portuguesa na América, desenvolveu-se em terras brasileiras uma sociedade marcada pela intensa miscigenação. A Batalha de Guararapes (19 de abril de 1648) marca o início da organização do Exército como força genuinamente brasileira, formada por brancos locais, índios e negros/mulatos.

⁵¹ O texto completo pode ser lido em http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/11082045 Acessado em 25/02/2022

Portanto, a partir da memorável epopeia de Guararapes, não havia apenas homens reunidos em torno de um simples ideal de libertação, mas sim, as bases do Exército Nacional de uma Pátria que se confirmaria a 7 de setembro de 1822 (AMAN, 2023).

Essa ideia tanto posiciona o Exército socialmente, garantindo-lhe uma função, quanto constrói uma concepção de país e de história, marcada pela miscigenação e pelo equilíbrio/encontro entre os diferentes. Essa visão é tão difundida entre o meio militar que General Villas-Boas também a reproduziu em artigo publicado em O Estado de São Paulo. Ele afirma “Somos um país com mais de 200 milhões de habitantes, cuja população contém em si própria riquezas geradas desde 1500, decorrentes da miscigenação em que as três raças se mesclaram (VILLAS-BOAS, 2020). Essa imagem do Exército brasileiro como constituído por um jeito específico de lidar com os diferentes, que repousam nessa leitura conservadora e culturalista do país que resolveu de modo incruento suas contradições coloniais aparece quando se trata das missões de paz. Em pesquisa feita com 55 cadetes, 70,9% deles acreditava que a cordialidade era uma forma de instrumento dissuasório militar (BAMBA, 2020, p. 32).

Devido ao perfil acolhedor e cordial do soldado brasileiro, a relação da tropa com os locais tinha características diferenciadas. A atitude destes militares os aproximava da população local e gerava um ambiente amistoso e amigável, gerando intercâmbios culturais importantes [...] (MONSORES, 2019, p. 30).

Essa percepção de que os brasileiros são mais “adaptados” ao contato com os diferentes é reproduzida em diversas monografias, especialmente naquelas que tocam nos temas das experiências nas Missões de Paz da ONU.

Costa (2012) realizou entrevistas e ouviu depoimentos de militares brasileiros que estiveram na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), Missão de Verificação das Nações Unidas para Angola (UNAVEM III) e Força de Proteção das Nações Unidas na Antiga Iugoslávia. Através das respostas dessas entrevistas, podemos notar que a demasiada necessidade de educação multicultural é paliativa. Segundo Costa (2012), nesta primeira parte, a maioria pareceu acreditar no “jeitinho brasileiro” para compreender e como lidar com a diversidade cultural: [...] o brasileiro sempre foi um pouco extrovertido, então sempre brinca, fala, conversa, o que não é característica de outros povos, [...] são povos mais sérios [...] a cultura é outra, são mais fechados etc. Isso acabou gerando facilidade prá uns, dificuldades prá outros. [...] nossa capacidade de adaptação [do militar brasileiro] ela é muito grande, o pessoal se adapta [...] [...] de tudo, essa questão de manter a segurança, é um aspecto positivo, só que é uma questão macro, envolve o Brasil como um todo [...] mas no micro, ali, o ACISO [ações cívico sociais], o contato com as pessoas, a conversa, o dia-a-dia, isso vai fazendo com que eles sintam que o Brasil é um país amigo, que está lá para ajudar. Costa (2012, apud militar da MINUSTAH). (MESQUITA DA SILVA, 2019, p. 19)

O argumento desenvolvido por Mesquita da Silva (2019) guarda raízes no processo de colonização brasileiro. Para isso, o cadete utiliza dois autores para embasar seu argumento: Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Embora com perspectivas ideológicas distintas, a contribuição de ambos os autores ao imaginário brasileiro de si próprio foi relativamente parecida: teria se desenvolvido no Brasil uma civilização diferente das outras, a partir do

contato com os diferentes povos – brancos, negros e indígenas – uma relação cordial, mais amistosa e menos conflitiva que em outros contextos coloniais. Registre-se: essa é a leitura feita a partir dos autores, não necessariamente Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre concordariam exatamente com essa leitura de suas obras.

Com as informações aqui reunidas, é fácil perceber que a atual formação cultural da sociedade brasileira está profundamente ligada às características do português colonizador. Sua facilidade em se relacionar e misturar, além de outras características, consolidaram uma base forte e formaram raízes profundas nas qualidades e características brasileiras. Graças a isso, hoje também é possível enxergar o brasileiro como um povo com facilidade para se comunicar, relacionar e desenvolver relações interpessoais. Diante disso, o brasileiro é capaz de lidar com questões multiculturais com mais facilidade, pois está acostumado, desde o período colonial, a conviver com novos povos e culturas, com qualidades excepcionais de receptividade e convívio mútuo com a diferença (MESQUITA DA SILVA, 2019, p. 28).

Aqui, novamente a experiência brasileira em Guararapes deve ser lembrada e valorizada, na medida em que nos teria legado a marca da boa convivência com os diferentes, o equilíbrio que torna a todos no Brasil irmãos, a tolerância que marcaria nossas relações sociais. A partir do momento em que há uma junção entre a brasilidade miscigenada e democrático-racial, o país enquanto nação e a própria ideia de Exército, abre-se um conjunto de brechas para que os militares influenciem o jogo social para garantir a conservação dessas características nacionais. Esse é o elemento intervencionista que fica exposto do que se seguiu. Ao se apresentarem como sendo uma organização que surgiu, ainda que embrionariamente, simultaneamente ao sentimento de brasilidade e à nação, os militares estão estabelecendo uma linha direta de interferência no âmbito social, até porque se consideram a instituição que representaria essa democracia racial e brasilidade por excelência, dado que, segundo os militares, ali na caserna não haveria espaço para preconceitos e diferenças: todos são iguais, distinguidos pelo mérito de cada um.

5.3.3. A história do Brasil, o Exército e a participação dos militares na política

Outra temática que aparece nas monografias é a história do Brasil e a participação dos militares nesse processo. Embora tenha se utilizado de apenas duas monografias neste tópico, considera-se elas extremamente relevantes para a compreensão do pensamento médio dos militares acerca da história do Brasil e do papel do Exército nela.

Tabela 7: monografia sobre história do Brasil e o papel do Exército

Autor	Título da monografia	Orientador	Ano
-------	----------------------	------------	-----

Vitor de Souza Caetano	Os militares e a política de 1945 a 1985	Everton Araújo dos Santos	2019
Joabe Magdiel Kraus	Ações militares no século XX e a sociedade brasileira: o impacto do governo militar	Everton Araújo Dos Santos	2020

Fonte: elaboração própria

Já no primeiro parágrafo da monografia, Caetano (2019) apresenta uma interpretação que corrobora com a tese culturalista conservadora apresentada acima, que vincula o Exército Brasileiro à brasilidade e à Batalha de Guararapes. Além disso, retoma a interpretação militar tradicional de que a sociedade solicita a presença militar como força redentora, missão salvífica do universo civil.

O Exército Brasileiro em toda sua história se mostrou como base na construção e desenvolvimento da nação brasileira, como cita o General de Exército Joaquim Maia Brandão Júnior Chefe do Departamento de Engenharia e Construção “O Exército Brasileiro tem seu nascimento na primeira Batalha de Guararapes, em 19 de abril de 1648. A par da sua missão constitucional passou a escrever páginas importantes da história do desenvolvimento do Brasil, visando à integração do seu imenso território.” (FIGUEIREDO, 2014, p. 13). Desde seu começo essa instituição defendeu os ideais do povo, tendo duas importantes armas ao seu dispor, a legalidade e a legitimidade. Inúmeras foram as vezes em que a nação clamou para que o Exército a ajudasse a sair de algumas crises e em todas elas os militares foram cumprir sua missão (CAETANO, 2019, p. 10).

Em seguida, Caetano (2019) retoma os trabalhos de Stepan (1975), Carvalho (2005) e Coelho (2000) para embasar e naturalizar a ideia de que os militares possuem ou possuíram, de fato e de direito, o exercício do poder moderador: “Suas ações fizeram o povo crer ainda mais na instituição, dando as Forças Armadas credibilidade e importância, tanta que o tornou um poder responsável pelo equilíbrio dos outros, conforme Alfred Stepan” (CAETANO, 2019, p. 10). O autor produz uma completa distorção das análises de Stepan (1975), José Murilo de Carvalho (2005) e Edmundo Campos Coelho (2000), que em momento algum de seus trabalhos justificam a ação das Forças Armadas, mas antes as descrevem e interpretam, criando conceitos – como o de Poder Moderador – que auxiliem no processo explicativo dos fenômenos sociais, nunca legitimando-os enquanto representantes dessas ideias.

Em seguida o cadete Caetano (2019) cita um documentário intitulado “1964: o Brasil entre armas e livros” (2019) produzido pela produtora Brasil Paralelo, conhecida por produzir documentário negacionistas e de cunho ideológico de extrema-direita. Quem seria a Brasil Paralelo?

Quem seriam, então, esses cavaleiros da Cruz tupiniquins? Em nosso país, eles notadamente se reúnem no bem-sucedido empreendimento chamado “Brasil Paralelo”, cuja ambição, nas palavras de um de seus fundadores, é a de “expandir a consciência dos brasileiros”⁶ – os mais céticos diriam que seu objetivo é, na realidade, ser o braço intelectual da Nova Direita, ainda que cinicamente os seus idealizadores se digam “independentes” e “imparciais” (Direito de resposta, 2020). De todo modo, a empresa produz documentários sobre os mais variados temas históricos, além de, mais recentemente, ter voltado suas armas contra a educação pública, editando verdadeiros vitupérios disfarçados de “análise” e, como não podia deixar de ser, contra as supostas conspirações envolvendo a pandemia da COVID-19 (o deslizamento de um negacionismo para outro). Seus colaboradores (que, em sua grande maioria, são todos homens brancos) formam uma verdadeira *mélange* de profissões, contando com “príncipes herdeiros”, especuladores financeiros, jornalistas conservadores, diplomatas, youtubers de direita, influenciadores digitais, (poucos) historiadores profissionais e ideólogos do bolsonarismo em sua versão menos grosseira, todos devotados à “missão” de mudar a história do Brasil (ÁVILA, 2021, p. 165).

A empresa, embora se apresente como “independente”, na verdade tem uma agenda totalmente alinhada com a extrema-direita bolsonarista atuante no país. Como Ávila (2021) informa, ela produz documentários os mais diversos, sempre na perspectiva de contestar o conhecimento estabelecido pelos acadêmicos e grupos de especialistas, e propagar narrativas negacionistas ou que diminuam as responsabilidades dos grupos conservadores, liberais e/ou de extrema-direita. Além disso, ressalta-se nos trabalhos da empresa um conjunto de ideias que a aproxima muito do pensamento culturalista conservador militar e civil analisado anteriormente.

Nos seus filmes dedicados aos nossos passados coloniais e imperiais, encontramos alguns velhos tropos decimonônicos, nos quais Lugones puxa Faurisson para dançar uma enviesada valsa freyreana: a conquista providencial e benéfica de um continente virgem, a luta entre a civilização e a natureza selvagem, a fusão das raças em um “povo” mestiço e contente consigo mesmo, o caráter positivo das elites na condução dos destinos do Novo Mundo, o papel civilizador da escravidão, o elogio desmedido aos guerreiros que consolidaram o domínio europeu nos recônditos destas terras, a justificação da guerra justa contra “bárbaros”, a organicidade de uma sociedade em que todos sabiam os seus lugares de antemão, a criação de um espírito “nativista” que antecipa a nação e a deferência às hierarquias sociais, surgidas no ambiente colonial e perdidas com a “modernidade” (ÁVILA, 2021, p. 166).

Além da referência a Gilberto Freyre e sua interpretação sobre a democracia racial, o autor aborda um elemento fundamental da argumentação da extrema-direita reacionária e bolsonarista contemporânea que é a tentativa de reinterpretar o passado brasileiro, recuperando o caráter positivo da colonização, da mistura racial e do próprio desenvolvimento nacional, ainda que às custas do processo escravocrata. Novamente, isso guarda muita relação com o conservadorismo culturalista, na medida e em que esse pensamento também recupera o passado (sempre idealizado), exigindo que se mantenha determinadas características que se desenvolveram na sociedade, na cultura ou no campo da política a partir dele. Comentando o ideário bolsonarista, Christian Lynch afirma que

O conservadorismo é uma ideologia pautada por duas características maiores: em primeiro lugar, ele sustenta o caráter extra-humano da ordem social, cujos fundamentos remontariam a Deus, à natureza, à biologia, à nação ou ao mercado, opondo-se por isso a qualquer tentativa de alterá-lo ou modificá-lo. [...] caso brasileiro, essa utopia regressiva remete ao imaginário da sociedade colonial do século XVII, comandadas por chefes de família patriarcais descendentes de europeus. Enquanto os senhores de engenho levantavam igrejas e protegeriam o povo, viris “bandeirantes” chefiavam milícias de mestiços em expedições pelo sertão adentro para apresar índios e buscar riquezas naturais, extraindo da exuberante natureza o máximo que podiam, sem a presença incômoda de um Estado que, de resto, não existia. Daí a atração de Bolsonaro por tudo aquilo que a sociedade brasileira herdou de pior da colonização: o culto da morte e da violência, o autoritarismo, a exploração predatória da natureza, anti-intelectualismo, o personalismo, o patrimonialismo etc (LYNCH, 2020, p. 25-26).

Retomando a análise da monografia de Caetano (2019), o autor apresenta na parte de revisão de literatura da monografia, outra narrativa tradicionalmente utilizada pelos militares e por setores da extrema-direita, que é a da infiltração comunista e dos inimigos internos – Doutrina de Segurança Nacional – que deveriam ser enfrentados pelos militares, sobretudo no contexto da ditadura militar.

Porém, nessa época [durante os anos 1960 e 1970] foi-se necessárias ações militares contra grupos subversivos que tentaram impor uma ditadura comunista em solo nacional, vistas no livro “Projeto ORVIL” de Lício Maciel e José Conegundes Nascimento. O Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra em seu livro “Verdades Sufocadas” mostra as ações dos guerrilheiros, os quais eram subordinados a URSS. No campo ou nas cidades, foram inúmeros atentados de diversos grupos de cunho socialistas, infelizmente sangue brasileiro foi derramado. Alguns preferiram se curvar a uma nação estrangeira, a pegar em armas e lutar contra seus compatriotas. Tudo pela ilusão de uma ideologia fracassada. Ao verificar na história o papel das Forças Armadas, pode-se notar que esteve sempre balizado pela legitimidade e legalidade. A primeira advinda diretamente do povo, do reconhecimento nacional de que os militares são os tutores da República, podendo ser colocados com um poder a mais em nossa estrutura política. Já a segunda vem indiretamente do povo, pois fora seus governantes que com os poderes delegados pela nação colocaram nas leis a responsabilidade dos militares moderarem os três poderes. O presente trabalho mostra, com dados, que os movimentos militares só poderiam dar certo com apoio popular, mesmo se uma iniciativa para reestabelecer a ordem fosse tomada dos quartéis, ela só iria a frente se a maioria a legitimasse (CAETANO, 2019, p. 12).

Buscando justificar as ações dos militares que estiveram envolvidos em torturas, violações de direitos humanos, perseguições e prisões arbitrárias – além de outros crimes, como corrupção e etc. –, a utilização dessa literatura é totalmente vinculada ao que se produzia durante o regime militar. Passados 30, 40 anos do período mais duro e violento da ditadura, os militares tais como Caetano (2019) ainda continuam a reproduzir as mesmas teses intervencionistas de antes. Nesse processo, destaca-se o uso de uma literatura fortemente endógena, isto é, marcada pela produção de militares que reproduzem nos seus textos, as tradicionais teses intervencionistas e conspiracionistas conhecidas – tais como a da infiltração comunista com vistas à tomada de poder do país.

A seguir, Caetano (2019) passa a descrever a importância do Exército brasileiro no processo de desenvolvimento econômico, social e “civilizacional” no Brasil, abordando a participação militar nos projetos de desenvolvimento de rodovias, de aumento da rede telefônica e de construção de pontes, portos, aeroportos e outras obras. Novamente, a narrativa presente é a do militar que representa o progresso, avançando sobre o “inferno verde” – termo utilizado à época da ditadura – e o atraso civilizacional. Em contraposição à essa ideia, hoje sabe-se de inúmeros crimes cometidos pelos militares da ditadura contra populações nativas e povos originários, que foram expulsos de suas terras, agredidos, torturados, sofreram com ataques químicos e outras violências.

Genocídio contra povos indígenas no Brasil é prática que vem da Colônia, ultrapassa o Império, e chega à República “naturalizada”. A ação estatal possui efeitos deletérios, mas é, sistematicamente, negada pelo Estado, ainda hoje. Em 2012, a publicização do Relatório Figueiredo permite pensar em novos rumos para a escrita da História dos Povos Indígenas e do Indigenismo no Brasil. Acredita-se que analisar o documento é tarefa urgente, considerando que durante o período ditatorial houve o recrudescimento das ações de violência reconhecidas como genocídio. Razão pela qual os/as autores/as do livro pretendem abrir ao conhecimento os veios ainda pouco explorados da ditadura para, por meio da Antropologia e da História, compreender a violência perpetrada contra os povos indígenas, no que tange aos direitos étnicos, pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) (BELTRÃO, 2022, p. 10).

Imagem 30: bibliografia e literatura militar como referência

- **BRASIL PARALELO. 1964 – O Brasil entre armas e livros.** 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg>> acesso em 08 de abril de 2019.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e a Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Biblioteca de Ciências Sociais, 2005
- CARVALHO, José Murilo de. **Militares e Civis: um Debate além da Constituinte.** Águas de São Pedro, Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS, 1987.
- COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de Identidade – O Exército e a política na sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000
- FIGUEIREDO, Washington Machado de **História Oral da Engenharia Militar - Tomo 1.** Brasília: Departamento de Engenharia e Construção, 2014
- HABERMAS, JURGEN, Tradução: SIEBENEICHLER, FLÁVO BENO. **Direito e Democracia entre Facticidade e Validade – Volume 2** Rio de Janeiro: Ed Tempo Brasileiro, 1997.
- MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes. **Orvil – Tentativas de Tomada do Poder.** São Paulo: Ed Schoba, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia geral da ONU **Resolução 49/60** AG Index: *A/RES/49/60 Measures to eliminate international terrorism* nove de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/49/a49r060.htm>> Acesso em 22 de setembro 2018 às 20:00
- Revista Aventuras na História.** São Paulo: Ed. Abril, edição 47 de julho de 2007.
- STEPAN, Alfred. **Os Militares na política.** São Cristovão, RJ: Ed. Artenova, 1975.
- SOBRINHO, Eduardo Jorge Martins Alves. **Entrevista concedida ao Canal Estúdio Fluxo.** Publicado em 12 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zoiIldKYbfA>>. Acesso em 17 maio 2019
- TAVAREZ, A. De Lyra Tavares **Nosso Exército – Essa Grande Escola.** Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1985.
- USTRA, Carlos Alberto Brilhante **A Verdade sufocada - A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça.** Rio de Janeiro: Editora Ser, 2007

Fonte: Caetano, 2019.

Após essa apresentação dos feitos desenvolvimentistas dos militares, Caetano (2019) apresenta as razões do sucesso junto à população brasileira dos militares. Novamente, o argumento repousa na discussão culturalista que associa brasilidade, cordialidade, democracia racial, nação brasileira e Exército.

A população, principalmente a mais pobre, enxergava no Exército, além da esperança de um país melhor, um meio de ascender socialmente, motivos pelos quais essa instituição sempre teve grande credibilidade. As origens populares dos quadros dessa Força fizeram com que fosse visto como “povo fardado” ou seja, tornou os militares uma elite mais acessível comparado as outras. Isso acontece pelo fato de que dentro de suas fileiras as classes, cores credos não diferenciam seus integrantes, todos dentro de sua mesma hierarquia têm as mesmas oportunidades, independentemente de suas origens (CAETANO, 2019, p. 16-17).

O restante do texto monográfico é dedicado à descrição e análise da participação dos militares no combate às guerrilhas urbana e rural. O argumento desenvolvido é repetitivo: as esquerdas militares tentaram tomar o poder de forma violenta, recorrendo a crimes, e nesse contexto os militares precisaram agir – inclusive porque foram convocados pelos setores civis – “A guerrilha urbana, apesar de hoje pregar que lutaram pela democracia ou pela liberdade,

propunham uma luta de classes que teria como resultado uma ditadura comunista, aos moldes da implantada em Cuba” (CAETANO, 2019, p. 19).

A formação acadêmica acaba por sofrer também a influência da historiografia militar revisionista do passado da ditadura e da própria sociedade brasileira. *A Verdade Sufocada* (2018) de Carlos Alberto Brilhante Ustra é um livro citado em mais de um trabalho sobre a história do Brasil. De acordo com Lynch e Cassimiro,

Duas são as principais fontes dessa boa imagem do Regime Militar, reduzido a um período de heroica resistência do povo brasileiro contra o comunismo. A primeira é o manuscrito conhecido como Orvil: tentativas de tomada do poder – cartapácio de quase mil páginas redigido anonimamente na caserna em torno de 1985, destinado a fazer a justificativa dos atos praticados pelos militares no período. Em Orvil [que veio a ser publicado como livro em 2012], as Forças Armadas são apresentadas como as patrióticas protetoras do Brasil e de sua democracia de raízes culturais cristãs contra a vasta conspiração comunista que a ameaça desde a década de 1920 [...] A segunda fonte do Regime Militar como modelo do bom governo – porque é um governo que combate o comunismo – é *A Verdade Sufocada*, livro de memórias do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi o primeiro militar condenado pela prática de tortura no período autoritário. [...] Ustra se coloca em suas memórias não como um vulgar e cruel torturador, mas como um herói. Ele se apresenta como um arquétipo do soldado exemplar, patriota e pai de família, cristão e varonil, que dedicou a vida a defender o povo contra o terrorismo, a vagabundagem, o ateísmo, a dominação estrangeira e a perversão dos costumes (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 89-90).

Assim como o livro de Ustra (2018), os livros do general Sérgio Avellar Coutinho (2010) (2012) também o são, reforçando as narrativas sobre o caráter conspiratório do comunismo judaico. A reprodução dessas ideias conspiratórias se coaduna com as análises de Santos (2009) e Chirio (2021). Segundo esses autores, desde o final da ditadura militar há um conjunto de publicações de jornais, blogs e sites de grupos de militares da reserva e da ativa para promoverem o espírito conservador, anticomunista e revisionista dos militares (contar sua versão). As denúncias de ações contra as Forças Armadas situam até estratégias de uso de mensagens subliminares contra os militares (FREITAS, 2019).

É nesse cenário que os trabalhos do general Coutinho (2010) (2012) ganham fôlego. Reproduzindo a tese de uma infiltração comunista nos espaços de poder (principais partidos políticos competitivos), de cultura (universidade e nas artes), na própria Igreja (via Teologia da Libertação) e nos meios de comunicação (promovendo a doutrinação de crianças e adolescentes), esses trabalhos visam denunciar tal infiltração e conferir um papel às forças militares: proteger a nação da destruição dos valores que nos constituem e definem e a destruição das famílias. Novamente, o conservadorismo culturalista reaparece com muita clareza: é necessário salvar aquilo que de bom foi constituído no país. Ao mesmo tempo,

argumentam ser necessário blindar-nos das influências exógenas e deletérias das ideologias divisionistas. Para Geovana Santos,

Conforme aponta Coutinho (2012, p.38) “A grande invenção contida na concepção revolucionária de Gramsci, por ele denominada “guerra de posição”, está na mudança da direção estratégica de tomada do poder.” Ele especifica que “em vez de realizar o assalto direto ao Estado e tomar imediatamente o poder, a sua manobra é de envolvimento, designando a sociedade civil como primeiro objetivo a conquistar, ou melhor, a dominar” (2021, p. 19)

O próprio General Villas-Boas concorda com essa visão, “Infelizmente, a partir de então, anos oitenta – não atentamos a que nós estávamos deixando fracionar, inicialmente por interesses alheios travestidos de ideologia” (2020). As divisões sociais seriam fruto das ações humanas que, artificialmente constituem as divisões em solo brasileiro. Em entrevista ao professor Celso Castro, afirma Villas-Boas

Determinante, também, foi o fato de a esquerda, com pautas esvaziadas desde a queda do comunismo, terem aderido ao “politicamente correto”. Esse conjunto de pensamentos espraiou-se por nossa sociedade estimulado pela militância da esquerda. [...] O Politicamente Correto adquiriu um caráter de ideologia. A partir daí, como todas elas, passou a empenhar todas as energias e recursos no seu próprio fortalecimento. [...] Ademais, tende a, repetidamente, fazer mais do mesmo, alimentando-se da própria falta de resultados. Quanto maior a ênfase, por exemplo, nas teorias de gênero, maior a homofobia; quanto mais igualdade de gêneros, mais cresce o feminicídio; quanto mais se combate a discriminação racial, mais ela se intensifica; quanto maior o ambientalismo, mais se agride o meio ambiente; e quanto mais forte o indigenismo, pior se tornam as condições de vida de nossos índios (CASTRO, 2021, p. 164-165).

O ponto fundamental desta discussão é que foi estabelecida uma concepção de nação íntegra, constituída a partir da ação militar no século XVI e que confere às Forças Armadas, sobretudo ao Exército, o papel de tutela da preservação das estruturas culturais conservadas. É nessa linha também que se compreende as denúncias presentes no Orvil (2012) de decadência moral, enfraquecimento da nação, a partir da aceitação da agenda homossexual e de raça no país.

Assim, após o estudo do emprego da tropa nas missões de combate, dos feitos que trouxeram a integração e o desenvolvimento e o papel de mediador da República, como um poder que modera os outros, pode-se concluir que não há possibilidade de analisar a história brasileira sem dar os devidos créditos aos militares. Responsáveis pelo progresso e pela ordem nacional, desde Guararapes, o Exército se tornou o baluarte da República e garantidor da democracia (CAETANO, 2019, p. 29-30).

Outra monografia que analisa a participação do Exército na vida política brasileira é a de Kraus (2020). O autor elabora uma análise um pouco menos enviesada, mas ainda assim reproduzindo o senso comum militar acerca das condições para o Golpe de 1964 e do próprio período da ditadura militar.

O contexto em que o Brasil se encontrava antes da tomada do governo pelos militares em 1964 era de um país buscando uma afirmação como nação independente e

soberana. No ano de 1960, o presidente eleito pela população foi Jânio Quadros e o seu substituto eleito foi João Goulart (Jango), presidente e vice, naquela ocasião, eram eleitos separadamente. Em 1961, Jânio Quadros renunciou ao cargo, entretanto, os militares tentaram evitar a posse de João Goulart, já que esse possuía fortes tendências ao comunismo. Em 1963, Jango teve os seus plenos poderes de presidente e, a partir de então, começou a instaurar os seus ideais (Kraus, 2020, p. 14).

Como afirma Rodrigo Patto de Sá Motta (2000), ao anticomunismo dos anos 1960 criou um clima de perseguição e de acusações contra o governo Goulart mesmo antes de sua posse, após a saída de Jânio Quadros. Do ponto de vista programático, Goulart propunha reformas muito moderadas e liberais se comparadas a outras propostas de partidos de esquerda no Brasil e no mundo naquele momento. Mas a radicalização da Guerra Fria, a pressão dos Estados Unidos, a ação das elites brasileiras conservadoras (industriais, urbanas e rurais) e os interesses corporativos e de organizacionais – maximização do poder e uniformidade ideológica interna – levam os militares a apoiarem as teses conspiracionistas acerca de João Goulart e de sua tendência ao comunismo.

A segunda eclosão mais significativa do anticomunismo no Brasil, não considerando a conjuntura de 1946/47, teve lugar no início dos anos 1960. Mobilizações contra o comunismo ocorreram também durante a década de 1950, como já mencionado (a Cruzada Brasileira Anticomunista, por exemplo), mas elas ocuparam papel secundário no cenário político. Entre 1961 e 1964, ao contrário, o anticomunismo adquiriu uma importância preponderante, constituindo-se na fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março. As razões para a emergência deste quadro são tanto de ordem interna quanto externa. No plano internacional, o país foi influenciado pelos acontecimentos que dominavam o continente. Sob o impacto da Revolução Cubana, a América Latina se viu lançada para o centro da Guerra Fria. Até então a região era considerada teatro secundário pelas duas superpotências em luta, mais preocupadas com Europa, Ásia e África. Os norte-americanos mantinham-se atentos e estavam prontos a intervir se achassem necessário, mas entendiam que a América Latina corria riscos menores se comparada a outros continentes. A ascensão de Fidel e seus “barbudos” ao poder mudou tudo, colocando esta parte do planeta no centro dos conflitos (MOTTA, 2000, p. 286-287).

A partir desse ponto, Kraus (2020) elabora um resumo das principais ações dos governos militares de Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e João Batista Figueiredo. Destacam-se os feitos econômicos, tais como os programas de habitação, financiamento e controle da inflação. Ao mesmo tempo, Kraus (2020) resume todo o processo de endurecimento do regime militar sem apresentar as consequências no que tange os direitos civis, políticos e sociais. Ele cita o estabelecimento dos Atos Institucionais de modo acríptico e muito pouco reflexivo. Além disso, também reproduz as teses sobre a desestabilização causada pelos partidos e movimentos terroristas de esquerda.

Outas medidas foram tomadas durante o governo de Castello Branco, como a criação do Ato Institucional número 2, no ano de 1965, que declarou a extinção do pluripartidarismo, criando apenas dois partidos: a Aliança Renovadora (Arena), basicamente reunia os integrantes do novo governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a oposição. O Ato Institucional número 3 (AI-3) estabeleceu eleições indiretas para governadores e o Ato Institucional número 4 (AI-4), de 1966,

convocou a Assembleia Nacional Constituinte, para votar a constituição que entrou em vigor no ano de 1967. Criou também o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e, no seu governo, houve a mudança da moeda para o Cruzeiro Novo. (USTRA, 2016, p. 129) O governo de Castello Branco também contou com tentativas de desestabilização vindas da oposição, que procurou pontos fracos na ação governamental para conseguir o apoio da população. Atos terroristas abalaram o país, como por exemplo, a bomba que explodiu no Aeroporto de Guararapes, que deixou 15 vítimas. O seu mandato terminou e, logo depois disso, Castello Branco faleceu em um acidente aéreo. (USTRA, 2016, p. 129-130) De acordo com Ustra (2016, p. 131) “a história, entretanto, há de reconhecê-lo como um verdadeiro estadista, um dos maiores brasileiros, pela honradez, descortino e patriotismo. Prova disso é que as esquerdas não ousam detrá-lo.” (KRAUS, 2020, p. 16).

Chama a atenção, novamente, a utilização de literatura extremamente conservadora e interna às Forças Armadas, como a obra de Ustra (2016). Embora o texto do cadete em questão dialogue também com obras de historiadores reconhecidos academicamente – tais como Bóris Fausto –, sua abordagem segue reproduzindo os pontos tradicionais da retórica militar. Sobre o governo de Costa e Silva, o texto é igualmente frio e desinteressado em expor as contradições e tensões do governo, passando pelos momentos mais nevrálgicos, tais como a instauração do Ato Institucional nº5, o aumento da repressão a movimentos estudantis e sindicais, a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto, entre outros.

Esse caráter descritivo também é utilizado quando da narrativa dos governos de Médici, Geisel e João Figueiredo, insistindo, o autor, em tratar dos temas econômicos, políticos, sociais e até culturais, mas sempre com uma perspectiva de valorização da participação do Exército e de reprodução da retórica militar tradicional. Por fim, o autor afirma que

Para conquistar o oficialato da Academia Militar, faz-se necessário que o cadete seja capaz de bater inúmeras frentes que lhe sejam impostas. Uma dessas frentes está diretamente relacionada à história militar, estudo de acontecimentos passados que envolveram direta ou indiretamente o Exército Brasileiro. Uma dessas áreas que ligam o Exército à sociedade diz respeito aos 21 anos de regime militar, vividos entre 1964 e 1985, período que muitas vezes é ensinado de forma equivocada no ensino público civil, uma vez que muitas informações são desconhecidas ou até mesmo ignoradas (KRAUS, 2020, p. 39).

Embora o autor busque demonstrar isenção, analisando os eventos a partir de autores distintos e com perspectivas ideológicas relativamente variadas, a insistência na reprodução das teses militares sobrepõe-se. O que sobressai desses trabalhos é uma concepção messiânica (COELHO, 2000) das Forças Armadas, que, seja pela via da modernização e progresso social, pela instauração da ordem e da autoridade ou para garantir as tradições culturais constituídas durante nossa história, legitima a posição dos militares como poder moderador e a democracia como mero variável dependente da ação e vontade dos militares.

5.3.4. A guerra cultural, a religião e o Exército

Tabela 8: monografias sobre religião, guerra cultural

Nome do cadete	Título da monografia	Orientador	Ano
João Paulo Sgnaolin Moreira Araújo	A genealogia da guerra cultural e sua implantação no Brasil a partir da década de 60	Uyrajá Lucas Mota Diniz	2019
Lucas Augusto Gomes Mesquita da Silva	Avaliação das políticas multiculturais nos estabelecimentos de ensino das forças armadas	Wellington Ferreira Gomes	2019
Tales Raschik Costa	Família, tradição e a liberalização dos costumes no mundo atual	Não Há	Sem data
João Vitor Pazeto Puks Campos	Liderança militar: a contribuição da prática religiosa para o desenvolvimento moral do futuro oficial	Augusto César Magalhães Freire	2022
Rebeca Almeida da Silva	Liderança militar: a influência da prática religiosa para o aperfeiçoamento dos valores morais e seus reflexos para o desenvolvimento da liderança militar	Lucas Espinato de Moraes	2023
João Pedro Stradolini de Sant'Anna	A importância da espiritualidade do tenente comandante de pelotão no trato com seus subordinados nas situações de chefia, liderança e administração	Uyrajá Lucas Mota Diniz	2019
Ian Xisto Diniz	Como a desvalorização dos crimes dificulta o trabalho do comandante de pelotão em operações de GLO	Raphael Bernardes	2022
Giovana Abrão Santos	General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas - modelo de defesa estratégica do Exército Brasileiro no âmbito da guerra cultural	Uyrajá Lucas Mota Diniz	2021

Fonte: Elaboração própria

Um outro ponto muito repetido durante a leitura das monografias de temas de política e história do Brasil diz respeito à dimensão religiosa para o oficial militar. Ao mesmo tempo, essas temáticas se relacionam a outro conjunto de ideias muito frequentes nos tempos recentes, durante o governo de Jair Bolsonaro, mas não somente. Refere-se às teses sobre o gramscismo, o marxismo cultural e a guerra cultural em curso por corações e mentes no Ocidente.

O cadete Campos (2022) elaborou uma monografia relacionando a importância da religiosidade para o oficial militar. Desde o início do trabalho, Campos faz questão de apresentar a vinculação entre a religiosidade e as Forças Armadas. Isso fica evidente logo no resumo do trabalho:

A prática religiosa esteve presente em muitos episódios importantes da história nacional, e com o desenvolvimento das Forças Armadas não foi diferente. As origens do que se chama hoje de Exército Brasileiro foram marcadas por inúmeros homens tementes a Deus, os quais valorizavam verdadeiramente as questões religiosas. Um desses homens, com posição de destaque, até mesmo diante do *front* de batalha, é Duque de Caxias, seu Patrono. Segundo essa tendência histórica, as Escolas Militares valorizaram por muitos anos tais práticas, desencadeando a criação de diversas agremiações religiosas como a UCM (União Católica dos Militares). Ela é voltada à formação católica dos cadetes da então Escola Militar do Realengo. Diante de uma geração, menos pautada em valores religiosos e voltada a um materialismo exacerbado, faz-se necessária uma retomada dos valores religiosos, discorrendo acerca de sua contribuição na vida do militar, mais especificamente, a do cadete da Academia Militar das Agulhas Negras. O objetivo do presente trabalho é apresentar as práticas religiosas como meio de formação moral do futuro oficial do Exército Brasileiro, bem como denotar a importância do oficial possuir elevados índices de desenvolvimento moral para o exercício de liderança frente aos seus subordinados (CAMPOS, 2022, p. 8).

Campos (2022) estabelece um paralelo comparativo entre a sociedade atual, marcada por um processo de abandono da religião e, conseqüentemente, da moral, e as instituições militares, que as preservam como elementos fundamentais da vida e do exercício militar. Em tópicos passados já se discutiu essa construção narrativa acerca da decadência social e moral contemporânea comparada ao período anterior, mitificado e idealizado em que homens e mulheres eram mais tementes a Deus e corretos em suas condutas. O autor continua seu texto elaborando um esforço de abordagem das teorias do desenvolvimento da moral de Kohlberg – verniz cientificista – para continuar a reproduzir um imaginário mitificado acerca da relação entre religião, moral e Exército brasileiro.

A prática religiosa no Exército Brasileiro, ao longo da história do Brasil, está presente em diversos episódios importantes, desde o seu descobrimento. Os próprios portugueses, liderados por Pedro Álvares Cabral, eram membros da Ordem de Cristo e traziam pintadas em suas velas a Cruz da Ordem de Cristo (herança da Cruz dos templários). Junto a eles, vieram sacerdotes-missionários franciscanos, cuja missão era prestar assistência religiosa e moral aos audazes militares portugueses que velejavam por mares desconhecidos. Deste modo, não surpreende que no ato de oficialização da mais nova posse portuguesa tenha sido celebrada uma missa campal, no dia 1º de maio de 1500 (CAMPOS, 2022, p. 17-18).

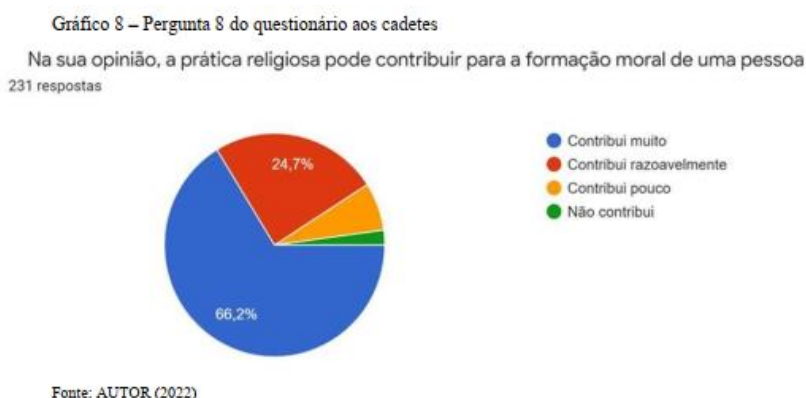
No capítulo 4 foi analisada um conjunto de imagens presentes na Biblioteca José Pessoa, na AMAN, e entre as imagens a primeira missa no Brasil, pintura de Victor Meirelles, foi citada. Tal imagem reaparece aqui na monografia de Campos (2022), conectando dois pontos fundamentais: o culturalismo conservador – preservar a fé católica, religião histórica do Brasil – e o imaginário colonial mitificado de que fala Lynch e Cassimiro (2022) para descreverem o pensamento de parte extrema-direita bolsonarista contemporânea, inclusive de parte dos militares. Conectada com essas questões está o uso da imagem que corrobora com a narrativa sobre a sociedade pacífica, democrática racialmente e sem conflitos, caracterizada pela boa convivência dos diferentes, expressa na pintura a partir do contato dos nativos com os

portugueses. Logo abaixo da imagem da pintura, há uma argumentação que negligencia por completo o processo violento de dominação física e cultural que foi a colonização, romantizando-a como mera expansão pacífica da fé, ou, quando muito, demonstrando que os nativos que lutavam com os portugueses para expulsar os franceses do Rio de Janeiro, recebiam assistência religiosa

Após o descobrimento, a prática religiosa, orientada por sacerdotes de diferentes ordens (jesuítica, franciscana e carmelita), esteve presente na formação do grande território nacional, nas Entradas e Bandeiras que desbravaram o interior do Brasil. Naquele período, também recebiam essa assistência religiosa os índios combatentes que lutavam para expulsar os franceses do Rio de Janeiro e os holandeses do Nordeste (CAMPOS, 2022, p. 18).

Outro ponto importante da obra de Campos (2022) é a realização de questionário com mais de 230 cadetes de vários anos da AMAN sobre a temática religiosa, além de duas entrevistas com os capelães – um católico e outro evangélico – que atualmente exercem função na academia militar. Chama a atenção a concordância dos cadetes com a vinculação entre religião e a formação moral dos indivíduos.

Imagem 31: resposta dos cadetes à questionário sobre religião



Fonte: Campos, 2022, p. 32).

Aproximadamente 90% por cento das respostas associam muito ou razoavelmente a religião com o exercício da moral por um indivíduo. Seguindo esse raciocínio, em um contexto marcado por uma decadência moral, os militares ganham ainda mais relevância enquanto atores sociais e políticos a lutarem essa luta pela sobrevivência dos valores. Isso fica claro na resposta do capelão católico acerca da importância do serviço religioso na AMAN:

O Serviço de Assistência Religiosa do Exército em funcionamento da Academia é parte necessária da formação integral do Oficial do Exército Brasileiro. Necessidade ainda mais urgente em um mundo envolto em agressivo relativismo moral, tipicamente leniente com parâmetros regentes da sociedade tradicional. O futuro Oficial do Exército Brasileiro, para manter sua representatividade social, deve seguir uma referência transcendental imutável que o oriente para além do materialismo

vigente e inunde de sentido a sua vida pessoal, familiar e profissional. (CAMPOS, 2022, p. 35).

Novamente, o argumento desenvolvido pelo capelão católico vai no sentido de corroborar com as teses culturalistas conservadoras: é preciso que se conserve as tradições religiosas, pois elas guardam necessários fundamentos para o bom encaminhamento da função militar e mesmo social, ao permitir aos indivíduos instrumentos de reação ao relativismo moral contemporâneo.

A temática do relativismo moral e das transformações que abalam as estruturas conservadoras da sociedade reaparecem em outras monografias. Costa (s/d) analisa em um artigo de opinião sobre as transformações na família tradicional.⁵² Segundo o autor,

Na década de 50 a família tinha características patriarcais, onde os maridos trabalhavam para suprir as necessidades da casa, enquanto a mãe cuidava do lar e dos filhos. Atualmente vemos os homens e mulheres passando a maior parte do tempo livres, conversando e namorando em cafés e bares, bem como entrando e saindo de relacionamentos de forma rápida. O século XX nos desafiou a pensar mais amplamente sobre o que é ser um membro de uma família. Tradicionalmente, quando se ouve a palavra “família”, a imagem de mãe, pai e filhos vem à mente. Em outras palavras, as famílias biológicas que nos unem por nossas linhagens e ancestrais têm sido tradicionalmente a visão mais comum da família, nenhum outro relacionamento é mais importante do que os relacionamentos relacionados ao sangue (COSTA, s/d, p. 3).

Embora o autor reconheça diferentes formas de arranjos familiares contemporâneas, há sempre um tom de crítica à perda dos valores tradicionais: Com isso, a família tradicional deu espaço a outro núcleo familiar, trazendo questionamentos a respeito da ética e da moral, as quais são fatores fundamentais e basilares da Doutrina Militar (COSTA, s/d, p. 3). O argumento central, embora relativamente subjacente aparece ao final:

A família hierárquica, organizada em torno do poder patriarcal, começa a ceder lugar a um modelo de família onde o poder é distribuído de forma mais igualitária entre homem e mulher, e também entre pais e filhos. [...] As novas concepções de família incluem pessoas do mesmo sexo, sendo que em muitos países já existe a união homoafetiva legal e a adoção de crianças por parte destas famílias. Com isso, observa-se que os valores éticos e morais que o Exército Brasileiro prega estão sendo modificados no mundo atual. Contudo, a doutrina militar permanece intocada, onde a honra continua a ser a mola propulsora do militar. Através da honra o militar terá uma conduta digna, de caráter íntegro nas atitudes e na forma como se expressa, conquistando a admiração e o respeito de todos, a fim de que haja uma convivência pacífica entre os homens (COSTA, s/d, p. 7).

⁵² Fez-se uma pesquisa acerca do “Projeto Mário Travassos”, origem dos artigos de opinião como este de Tales Costa. Segundo a Ordem de serviço nº8 do Departamento de Educação e Cultura do Exército, de 06 de dezembro de 2021, o projeto é uma iniciativa de incentivo à produção e pesquisa científica nos estabelecimentos de ensino militares. Entende-se que, como os cadetes da AMAN produzem esses artigos durante seu tempo de formação, esses textos também podem ser considerados como obras que compõem o corpus analítico do trabalho.

Ao final, essas transformações familiares acarretam alguma forma de degradação dos valores e das tradições. Apesar disso, o Exército se mantém firme, com sua “doutrina intocada”, permitindo, nessa interpretação, ao militar obter honra e uma conduta digna. Apesar de utilizar uma retórica mais polida, Costa permanece reproduzindo as teses tradicionais da caserna.

Na mesma linha, Almeida da Silva (2023) elabora uma análise da formação religiosa no âmbito da AMAN, destacando as ordens religiosas de militares e sua função na academia. A autora realiza um longo percurso histórico, da Roma Antiga à contemporaneidade para descrever o surgimento do serviço religioso em ambientes militares. A autora faz uma história do surgimento desses grupos ou grêmios religiosos na AMAN: União Católica de Militares (organização criada em 1924), Associação de Cadetes Evangélicos (criada oficialmente em 1949) e Grêmio de Estudos Doutrinários (órgão ligado à Cruzada dos Militares Espíritas, criada em 1944). A autora explora a concepção de Santo Agostinho de moral.

Também conhecido como Agostinho de Hipona, ele foi um filósofo e teólogo cristão que atuou durante a Idade Média e tornou-se muito importante para a História, uma vez que realizou a condensação entre os pensamentos cristãos e a filosofia grega (FRAZÃO, 2019). Através de seus estudos, observa-se que a moral está intrinsecamente ligada ao amor a Deus e que as atitudes tomadas pelos homens devem seguir esse rumo (ALMEIDA DA SILVA, 2023, p. 19).

A autora encaminha o restante do trabalho a elaborar um questionário com cadetes de vários anos visando compreender as práticas religiosas que possuem. Além disso, ela entrevista dois capelães, um católico e outro protestante, que exercem função na AMAN. O argumento final da conclusão é que

A Religião reúne e impacta os indivíduos através dos símbolos e tradições religiosas, como os sermões, textos sagrados, mandamentos e a moral, sendo esta última alicerce do discernimento do que é certo e errado. Logo, conclui-se que o ser humano que cultua ou segue alguma fé tem maior disposição a se aproximar de agir conforme a moral e para se atingir esse entendimento, foi fundamental a investigação nos pensamentos de Santo Agostinho (ALMEIDA DA SILVA, 2023, p. 39).

Novamente, embora o tom do texto seja muito mais ameno do que outros, o argumento que subjaz é o de que a religião está intimamente ligada à moral. Nesse sentido, uma sociedade que se esvazia do sentido religioso, inevitavelmente esvazia-se da moral. Não é difícil compreender a lógica decadentista presente na análise elaborada por Almeida da Silva (2023).

Assim como Almeida da Silva (2023), Sant’anna (2019) elabora uma análise da importância dos temas espirituais para a liderança do oficial. O trabalho, uma revisão de literatura sobre a temática, conta com autores e trabalhos de distintas perspectivas teóricas e metodológicas. O autor se vale de trabalhos reconhecidos academicamente, como o de Marilena Chauí, mas ao mesmo tempo cita textos de autoajuda. Num instante, Durkheim é citado como

fonte que analisa a dimensão religiosa e o ser humano. Em outro momento, o teólogo protestante Ed René Kivitz é trabalhado como referência no tema. A miscelânea de trabalhos e diferentes campos do conhecimento funcionam para embasar o argumento central caracterizado pela constatação de que, a partir da dinâmica hierárquica, a prática religiosa e de espiritualidade por parte do líder tem grande efeito hipotético sobre os comandados.

A espiritualidade do comandante, foco central da pesquisa, está longe de ser algo abstrato e sem importância, pois envolve valores essenciais e práticos, merecedores de um cuidado especial por parte das organizações. Ela pode ser considerada como guia no caminho do bem e da ética, fortalecendo relacionamentos harmoniosos e alimentando a motivação para atingir os objetivos. Os resultados encontrados foram ao encontro do problema levantado, ou seja, com base nas pesquisas realizadas, pode-se afirmar que a espiritualidade influencia muito positivamente no dia a dia e nas missões de chefiar, administrar e liderar do Tenente, portanto, diante dos resultados encontrados, é possível afirmar que a espiritualidade é importante sim para o comandante de pelotão. O que se pretende com isso é, na verdade, melhorar as condições e o sentido do trabalho, além de incentivar o desenvolvimento pessoal, trazendo ganhos para a instituição Exército Brasileiro. A pesquisa procurou mostrar que a utilização da espiritualidade aponta para a valorização e humanização das organizações e também para estimular um maior envolvimento emocional e espiritual dos colaboradores, sejam eles comandantes ou subordinados (SILVA e SIQUEIRA, 2009). Com isso, entende-se que o Tenente precisa utilizar-se dessa ferramenta para ganhar seus homens, criar vínculos com eles, conquistar sua confiança, contribuindo assim para melhorar o ambiente de seu pelotão e de toda a organização militar em sua volta (SANT'ANNA, 2019, p. 26).

Chama a atenção, também, a utilização de uma linguagem muito próxima à aquela utilizada nas novas relações de trabalho e as reformas capitalistas contemporâneas. Temas como desenvolvimento pessoal e nomenclatura “colaboradores” ao invés de “trabalhadores” sugerem uma possível proximidade, mesmo que do ponto de vista da influência ideológico-bibliográfica, com esses princípios neoliberais. De fato, Pollyana Labre Andrade tem conseguido estabelecer algumas semelhanças entre o processo de modernização do Exército a partir dos anos 1990 e 2000, com o programa de reforma do estado, característico das últimas duas décadas do século XX na Inglaterra, Estados Unidos e demais países ocidentais, pelo menos.

A ausência de planos específicos não significa, no entanto, que a estrutura das Forças Armadas não tenha sido impactada e movida por esses receituários. Podemos pensar então que há uma relação mais orgânica entre os setores que impõem as reformas do Estado e as instituições militares. Como apontado anteriormente, Luchetti (2006) conclui que a educação é a forma pela qual se legitima o sistema já estabelecido, assumindo-se uma leitura da realidade compatível com seus dogmas, neste caso a acumulação capitalista. [...] Observa-se uma ligação germinal entre o aparato militar e o sistema capitalista, ou melhor, as classes dominantes interessadas em reproduzir as formas de dominação típicas do capitalismo. E a educação é um dos campos fecundos para perpetuar essa ligação (ANDRADE, 2022, p. 12).

Imagem 32: temas financeiros e econômicos entre as monografias da AMAN

2021	Análise do planejamento dos cadetes do 4º do curso de cavalaria da AMAN quanto ao seu futuro financeiro
2020	Hábitos e expectativas financeiras dos cadetes cursando a Academia Militar das Agulhas Negras
2018	A viabilidade da implementação do ensino de aplicações financeiras para cadetes da AMAN
2022	Problemas financeiros versus rendimento profissional: a contribuição positiva do comandante de pequenas frações
2018	A importância do conhecimento sobre investimentos em ativos financeiros de renda variável e suas aplicações para o oficial do exército brasileiro egresso da academia militar das agulhas negras nos anos de 2017 e 2018
2018	Orçamento familiar : um trabalho para verificar se os cadetes do 3º e 4º anos do curso de comunicações da academia militar das agulhas negras do ano de 2018 mantem um bom controle de seu orçamento financeiro
2017	A percepção dos dispositivos de controle financeiro-econômico que favorecem ao desenvolvimento adequado da educação financeira
2019	A importância da educação financeira na vida da família militar: uma análise da administração das finanças dos cadetes da AMAN
2023	A evolução do ato de investir do cadete através dos anos de formação da AMAN

Fonte: elaboração própria a partir dos dados disponíveis no site da AMAN

Na verdade, tal questão é muito frequente nas monografias dos cadetes da AMAN. Fazendo uma busca no site a partir do verbete “financeiro”, foi possível encontrar 61 monografias sobre o tema. Entre os temas que aparecem há muitas pesquisas realizadas sobre economia doméstica, investimentos públicos e privados, orçamento familiar e toda uma gama de questões que apontam para o interesse dos cadetes com a questão da realização profissional salarial. Além disso, outro ponto fundamental que deve ser levado em consideração também é que a própria característica da função militar, itinerância pelo país, exige ou pede um cuidado maior com as questões orçamentárias familiares.

Retomando a análise das monografias, um último tema chama a atenção quando se analisam os trabalhos que se dedicam aos temas de história e de política, a partir da pesquisa no site: a guerra cultural. Embora se tenha apresentado o tema acima, aqui propõe-se uma análise mais detida da questão a partir de três trabalhos monográficos de cadetes da AMAN. O primeiro deles, por ordem cronológica é o de Araújo (2019). Já no resumo o autor apresenta seu objetivo

Esta monografia aborda a estratégia gramscista de revolução comunista no Ocidente e seu caminho até chegar em solo brasileiro. O objetivo do estudo é entender o

processo revolucionário de Antonio Gramsci, em que consiste e como se dá, e sua trajetória da Casa Penal de Turi às universidades brasileiras (ARAÚJO, 2019, p. 5).

O argumento desenvolvido, como afirmado anteriormente, é de que teria ocorrido uma transformação nas táticas dos partidos de esquerda pelo mundo, sobretudo na América Latina e no Brasil, onde os grupos terroristas não teriam conseguido chegar ao poder. Daí, influenciados pelos escritos do filósofo italiano Antônio Gramsci, teria sido organizado um plano de dominação não pela via da violência, mas sim pela via da cultura, da dominação silenciosa de espaços de poder culturais. No Brasil, um dos autores a divulgar essas teorias foi Olavo de Carvalho, que desde os anos 1990 publicava em blogs e entrevistas as teses acerca do marxismo cultural que inundava as escolas, universidades e a produção cultural em geral (televisão, filmes, livros e etc.).

Olavo pregava assim a necessidade de um combate implacável à modernidade, tomada como sinônimo de erro, absurdo, ideologia e crime. Todas as pessoas, coisas, ideias ou instituições que se lhe opusessem à tentativa de salvar sua alma deveriam ser combatidas como heréticas ou demoníacas. Nada era mais urgente nem mais importante: “que importam o racismo, a pobreza, a injustiça social, a corrupção dos políticos, se a arma que se consagrou na luta para conservá-los ou extingui-los é a escravização da espécie humana?” Os hipnotizados pelo narcótico da modernidade precisavam reagir para se tornarem cruzados na “batalha pela eternidade”, movendo uma “guerra cultural” em defesa da família e da religião (LYNCH, CASSIMIRO, 2022, p. 80).

Ainda de acordo com Lynch e Cassimiro (2022), teria se iniciado nos anos 1950, segundo esses autores de extrema-direita, a operação da esquerda de destruição da cultura, imposta às universidades. A partir daí, essas teses foram circulando nos meios eletrônicos de Olavo de Carvalho e seus seguidores, e com o advento da internet de massas, foram organizados cursos, divulgados textos e trabalhos “acadêmicos” que “revelariam” a verdade escondida de todos. Ao mesmo tempo, um conjunto de publicações oriundas de militares da reserva, tanto da Marinha, quando da Aeronáutica, mas sobretudo do Exército, também reproduziam essas interpretações conspiracionistas acerca dos planos de infiltração comunista no campo da cultura. Fazem parte dessas obras, os trabalhos já citados de Sérgio Avellar Coutinho (2010) (2012), Carlos Alberto Brilhante Ustra (2007) e o próprio *Orvil* (2012). E mais, nessa narrativa, os militares teriam perdido a “batalha das narrativas”, pois venceram os terroristas com as armas, mas perderam nos livros e na memória.

Depois de uma vida de sacrifícios, ao invés do justo reconhecimento, o coronel reformado teria sido vítima de uma campanha de difamação dos “comunistas” revanchistas, travestidos agora de defensores dos direitos humanos. O ativismo pelos direitos humanos seria a nova forma adquirida pelo comunismo; e a Nova República, o regime no qual os antigos comunistas, agora no poder, se desferrariam dos militares (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 90).

Tal descrição também é compartilhada por João César de Castro Rocha, que afirma “Eis: em 1964, os militares tomaram o poder pelas armas, vencendo uma batalha decisiva, mas perderam a guerra ao descuidar dos livros, isto é, ao deixar de impor sua visão de mundo no universo da cultura” (ROCHA, 2023, p. 49). É esse o pano de fundo das monografias que discutem a guerra cultural no Brasil.

Retomando o trabalho do cadete Araújo (2019), ele segue reproduzindo a narrativa decadentista do fracasso moral contemporâneo exatamente fruto da vitória cultural hegemônica da esquerda.

O tema deste trabalho é atual, porque a guerra cultural está em pleno curso nos países ocidentais. Não reconhecer a sua existência e não combatê-la apropriadamente poderá acarretar a destruição da cultura ocidental. Não se trata da substituição de valores de uma cultura por outra, se trata da destruição de toda a cultura de um povo. O que estão sendo modificados ou destruídos são os conhecimentos, as crenças, a moral, as leis, as artes, os costumes, a religião e os valores da nossa sociedade, como se pode constatar em muitos estabelecimentos de ensino do nosso país, nos meios editoriais, na mídia, na justiça, na psicologia, nas áreas sociais e em muitas outras da nossa sociedade (ARAÚJO, 2019, p. 9).

O trabalho segue com Araújo descrevendo as ideias de Gramsci, o desenvolvimento de suas teorias e os princípios do modelo de Gramsci para a cultura. O autor elabora uma descrição bem pormenorizada de alguns conceitos gramscianos, comentados a partir dos trabalhos do professor Nelson Coutinho. Araújo (2019) apresenta todo um conjunto de passos e de estratégias visando a realização do plano de dominação.

Um dos objetivos da luta de classes é a destruição ou assimilação da burguesia pela classe proletária. Para isso, é importante que ela seja assimilada como um todo pelas classes proletárias, tornando-se homogênea. Os diferentes graus de desenvolvimento que as classes subalternas alcançarem determinarão a maneira pela qual será elaborada sua homogeneidade. Tornando-se homogêneo o grupo social, o Estado deve criar um conformismo social. O conformismo social é um desdobramento do consenso. Para tanto, o Estado deve criar novos tipos de convivência e relações individuais e difundir novos costumes segundo um plano que educa, incita, pressiona e pune. O direito revolucionário, a escola e outras instituições serão instrumentos para isso. Essa transformação tem por finalidade a luta contra o individualismo, especialmente o individualismo econômico, que nesta fase já deve estar superado (ARAÚJO, 2019, p. 31).

Segundo Araújo, na fase brasileira do plano

Já na década de 70, com o declínio da luta armada, o PCB, órgão majoritário da estrutura de esquerda no Brasil à época, mostrava-se incapaz de lidar com o Regime Militar. Concomitante a isso, é lançada uma nova edição dos *Cadernos*, desta vez expondo a natureza do pensamento político de Gramsci. A rigidez do PCB para com a doutrina marxista-leninista e seu declínio, assim como o surgimento do PT, partido de esquerda independente do PCB, abriram caminho para a doutrina gramscista se desenvolver, agora representada pelos 'euro-marxistas'. A ideia se disseminou ainda mais quando da derrocada do Regime Militar, com setores 'liberais' insatisfeitos com o regime identificando-se com a categoria gramscista de Sociedade Civil, compreendendo nela tudo aquilo que é contra o Estado, numa deturpação maniqueísta do pensamento do autor (ARAÚJO, 2019, p. 33).

O autor conclui seu trabalho reproduzindo a tese da destruição dos valores da sociedade ocidental como um objetivo declarado de Gramsci, via infiltração no âmbito da cultura. Ademais, cabe aos militares o reconhecimento e a luta contra essa infiltração, sob pena de ver-se a própria instituição Forças Armadas ser destruída por esse movimento.

Essa monografia de Araújo (2019) visou elaborar um genealogia do projeto gramsciano, apresentando-se como um mapa de um campo minado que deve ser desarticulado ou desmontado para o bem da sociedade ocidental burguesa cristã. Já no trabalho monográfico de Santos (2021) o objetivo é apresentar a figura de Eduardo Villas Bôas, General comandante do Exército e grande apoiador e fiador do governo de Jair Bolsonaro, como um modelo de combate ao marxismo cultural e sua infiltração na caserna. Já na introdução, Santos (2021) apresenta os pressupostos da pesquisa:

O trabalho realizado pelo General Villas Bôas foi de suma importância para manter o capital cultural do Exército Brasileiro, evitando uma perigosa subversão de valores pretendida pela vertente social que se baseia no ideal gramscista. Tal ideologia é fundamentada no conjunto de escritos do socialista italiano Antonio Gramsci, denominados *Cadernos do Cárcere*, os quais descrevem a estratégia socialista mais adequada para a assunção ao poder nos países de “Sociedade Civil” forte. Esse modelo prevê a subversão de valores (culturais, históricos, familiares) através da infiltração de agentes nas escolas, universidades, meios editoriais, etc., como pré-requisito para a consecução de seus objetivos. Por tais razões, o papel desempenhado pelo General Villas Bôas pode ser considerado de extrema relevância. O Exército, fundamentado sobre os pilares da hierarquia e da disciplina, certamente não seria uma Força Armada reconhecidamente respeitável e eficiente caso o fenômeno acima descrito, chamado “Guerra Cultural”, tivesse encontrado um ambiente propício para disseminar-se na Força Terrestre. A importância com que o General Villas Bôas tratava o culto aos valores e tradições institucionais fez de sua forma de comando do Exército Brasileiro, durante os anos de 2015 a 2019, uma referência positiva não apenas no âmbito da Força, mas também em diversas outras esferas sociais do nosso país (SANTOS, 2021, p. 10).

Após essa apresentação mítica aplicada à Villas Bôas, a autora elabora uma breve discussão teórica sobre a temática da herança cultural, herança social e formação acadêmica. A seguir, Santos (2021) discorre sobre o fenômeno da guerra cultural, demonstrando as táticas e procedimentos de conquista do poder por parte dos comunistas e dos infiltrados nos espaços de poder cultural (universidades, mídia e produção cultural em geral). Em seguida, Santos (2021) apresenta algumas questões respondidas pelo próprio General Villas Bôas sobre sua formação e sua postura contra a guerra cultural e sua infiltração na caserna. Villas Bôas define assim o que chama de guerra cultural:

O termo “Guerra Cultural” foi forjado pelas esquerdas em geral, para rotular e tentar neutralizar a postura de quem passou a se contrapor ao pensamento hegemônico, que prevalecia desde a década de oitenta. Com o atual governo de direita as ideias de esquerda passaram ser contestadas, bem como os invariáveis resultados desastrosos quando colocadas em prática. Por esquerda, em geral, compreende-se o que restou da esquerda ideológica tradicional. Surpreendida pelo

final da guerra fria e a queda do muro de Berlim, viu-se carente de um fundamento que lhes restaurasse a identidade perante a quem pretendia representar. A tábua de salvação que lhes restou foi o conjunto de ideias que viriam a ficar conhecidas como o “Pensamento politicamente correto”. Direitos humanos, ambientalismo, indigenismo, racismo, teorias de gênero integram o que o ex ministro Aldo Rebelo chama de teorias de ‘separabilidade’ (SANTOS, 2021, p. 29).

Novamente, Villas Bôas apresenta sua crítica aos movimentos sociais contemporâneos como sendo fruto dessa estratégia divisionista da esquerda internacional. Essa forma de conceber a história do Brasil a partir da ideia de uma democracia racial, de uma igualdade dos diferentes, de uma sociabilidade mais leve, cordial e ordeira, que não aceita as diferenças nem o conflito social é uma leitura conservadora culturalista. Isso fica evidente mais à frente, quando a autora cita uma fala de Villas Bôas por ocasião do Dia do Soldado:

Nestes tempos difíceis, em que os horizontes se apresentam nebulosos, a alma do Soldado Brasileiro persevera firme na crença dos valores e na convicção da grandeza dos ideais, cumprindo, sempre, seu papel constitucional em prol da Nação. Há, em todo brasileiro, esse espírito de grandeza, capaz de superar os obstáculos e vencer os maiores desafios. Jamais desistir! Foi o que demonstramos recentemente ao mundo. O Soldado Brasileiro nada mais é do que o povo de uniforme. Ele torce! Ele vibra! Ele sofre! Ele chora! É o homem cordial, é o cidadão dessa nova sociedade que emerge, buscando sempre, suas raízes, crenças e valores. Ele ilumina o futuro, que desejamos promissor (SANTOS, 2021, p. 33).

Novamente a leitura conservadora e culturalista é preponderante no texto: exaltação à cordialidade, reconhecimento da emotividade do brasileiro, resiliência, buscando melhorias mas sempre com o olhar no passado, na tradição. Essa manifestação de conservadorismo culturalista aparece em outros discursos de Villas Bôas e outros militares que compartilham com ele dos mesmos valores.

Ideólogos importantes do discurso conservador militar, como o general Villas Bôas, manifestaram preocupação com a emergência de reivindicações de gênero, raça, identidades subalternas que estariam acelerando a dissolução de uma suposta “coesão da sociedade nacional”, ampliando a “fragmentação social” e nos desfigurando como nação (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 84).

Ser Conservador significa defender a manutenção daquilo que dá efetivo vigor às instituições sociais tradicionais, transmitindo a cada geração o que há de melhor em termos de experiências e contributos humanos, no contexto da cultura e da civilização. Seus principais valores são a liberdade e a ordem, com destaques para a liberdade política e econômica e a ordem social e moral. O Conservador evolucionista não é imobilista, porque advoga que as mudanças e o contínuo desenvolvimento são necessários e saudáveis para as nações, mas a progressiva complexidade conjuntural exige que essas mudanças sejam prudentes e graduais, levando em consideração a experiência, a História e as tradições. Vale dizer que, em uma sociedade dinâmica, a permanência e a evolução são reconhecidas e conciliadas (SAGRES, 2022, p. 15).

Por fim, retomando a discussão feita no capítulo 1 sobre a educação militar e as ilhas de autonomia que os militares ainda gozam em diversos setores, eles afirmam

Paiva (2020, s/p) complementa que “enfrentar o atraso e os antivalores requer sabedoria, visão estratégica, equilíbrio e inteligência emocional, bem como dar exemplos de temperança e cidadania.” E o Gen. Villas Bôas assegura, nos mesmos

moldes: *Quanto ao risco de contaminação do Exército e das demais Forças, em nenhuma oportunidade identificamos alguma brecha no sistema imunológico sob o qual nos protegemos. [...] nunca nos foi exigida uma intervenção pontual. Contudo nos mantivemos alertas quanto à possibilidade de infiltração política nos quartéis.*(PARTICIPANTE 1). Reagir quando a desordem ameaça a unidade política e a segurança nacional é ação que decorre da Defesa da Pátria, e consequentemente missão das Forças Armadas. Ademais, o propósito “[...] não seria para implantar um novo regime militar, mas sim para restaurar os Poderes Constitucionais, vitimados pela evidente falência de sua autoridade, resultante de um conflito de tamanha magnitude. Daí a ordem de valor legitimidade, estabilidade e legalidade (SANTOS, 2021, p.36).

Por fim, o trabalho de Diniz (2022) também trabalha com a mesma mitologia política (GIRARDET, 1987) acerca da conspiração comunista. Já na introdução, Diniz afirma

Ao se verificar a organização da classe intelectual brasileira, destacando-se a imprensa, artistas, juristas, legisladores, entre outros, para desvalorizar os crimes e vitimizar seus autores, pode-se concluir que este não foi um processo natural, e sim resultado da adoção de correntes sociológicas antagônicas aos valores tradicionais nacionais. O surgimento das organizações criminosas, como o Comando Vermelho, está inserido exatamente neste contexto. Guerrilheiros, frustrados por não lograrem êxito na luta armada, sentiram a necessidade de modificar seus *modus operandi*. Com isso, a estratégia Gramscista da conquista da hegemonia na sociedade civil através da modificação do senso comum e o uso do Lumpemproletariado, proposto por Hebert Marcuse, se tornaram o recurso mais valioso da política revolucionária brasileira (DINIZ, 2022, p. 11).

O argumento desenvolvido por Diniz (2022) baseia-se na hipótese de que os grupos de esquerda deliberadamente agem para atrapalharem o funcionamento da segurança pública e militar, utilizando-se para isso do crime como um instrumento de confusão e desvalorização da vida, trazendo muito mais pressão para o trabalho do oficial que exerce alguma função de GLO.

A seguir, o autor apresenta e depois elabora uma análise dos conceitos de estratégia gramscista e lumpemproletariado. A análise da estratégia gramscista é conhecida e pouco difere das outras análises citadas anteriormente, mas no caso do lumpemproletariado, essa abordagem é nova. A partir de uma leitura de extrema-direita acerca da obra de Herbert Marcuse, afirma Diniz, citando Olavo de Carvalho:

Após esta análise, Segundo Marcuse (1973), a solução para esta questão está justamente no Lumpemproletariado. Por conta desta classe estar abaixo da chamada base conservadora popular, e, consequentemente, fora do jogo democrático, eles se tornam uma classe revolucionária, mesmo sem este objetivo. Contudo, deixa o autor claro que os usos destes grupos marginalizados podem gerar graves problemas a estabilidade social. Mesmo assim, subscreve Walter Benjamin “Somente em nome dos desesperançados nos é dada esperança”. Com isso, as Organizações Criminosas passaram a ser vistas com grande potencial revolucionário. Prossegue Carvalho sobre Marcuse: Ele anteviu, de certo ponto, a ascensão das quadrilhas de narcotraficantes a posição de forças políticas temíveis, e até mesmo determinantes (...) Os narcotraficantes não tem meios de produção, mas tem meios de destruição. Eles estão mais armados do que a população e, em geral, mais armados que a polícia, e, as vezes, mais armados que o exército (...) De todas as classes que ele descreveu como portadoras do espírito revolucionário, só os narcotraficantes tinham a ganhar e, de fato, se tornaram um poder determinante (DINIZ, 2022, p. 17).

Seria, nesse sentido, uma estratégia adotada pelos movimentos de esquerda, que utilizariam desses grupos na formação de revolucionários. Após esse exercício, Diniz (2022) apresenta as questões históricas acerca do crime organizado, do conceito e da prática da Guerra Irregular, além de um aumento da violência segundo dados disponibilizados pela pesquisa. Por fim, o autor elabora um diagnóstico reforçando que o “garantismo”, as falhas no processo de execução penal e as interferências nas operações de segurança – Garantias de Lei e Ordem – favorecem o crime e o próprio processo revolucionário ao utilizá-lo, o lumpemproletariado, como instrumento político e social de destruição do status quo.

O criador do movimento garantista, Luigi Ferrajoli, tinha a intenção de criar um sistema de garantias artificial. Ou seja, em vez de balizar o sistema normativo dentro dos limites éticos da sociedade, ele propõe que as leis estejam alicerçadas no direito fundamental das constituições, que são concebidos dentro do “(...) que os homens pensam, projetam, produzem, interpretam e aplicam (...)” (OLIVEIRA, 2019, p. 99). Além disso, “O princípio da legalidade cede lugar aos princípios constitucionais interpretados pelos juízes” (OLIVEIRA, 2019, p. 98). Com isso, “(...) as leis infraconstitucionais são construídas e desconstruídas para cada caso (...)” (OLIVEIRA, 2019, p. 98). Ademais, esse movimento, surgido no ambiente sociológico mencionado no trabalho, pretende utilizar o poder judiciário como auxílio no trabalho das esquerdas revolucionárias. Ele detém significativa aprovação no meio jurídico brasileiro, como se observa no texto do Desembargador Diógenes Ribeiro, que pretende mostrar a ideia garantista de “(...) um modelo de juiz democrático e constitucional para a sociedade atual (...)” (RIBEIRO, 2014, p. 163). Em contraste com tudo que se explica sobre como a força da lei é fundamental para a segurança pública, diz Ribeiro que “(...) o direito penal não é o meio para eliminar ou promover a eliminação da violência na sociedade. (2014, p. 183). Além disso, conclui Ribeiro que o “O juiz democrático (...) tem consciência da brutalidade da pena que impõe, por isso a pena deve observar a sua necessidade, a sua utilidade, mas sobretudo deve ser a pena mínima, a menor possível admitida na legislação.” (2014, p. 183). Portanto, observa-se que: (...) o juiz democrático contemporâneo é um servo da revolução e sua função, na luta de classes, é decidir de forma que favoreça o advento da sociedade sem classes. No direito penal, o criminoso é quem deve ser favorecido, pois é um elemento revolucionário, parte do *lumpemproletariado* (DINIZ, 2022, p. 28).

Por fim, o autor finaliza seu trabalho monográfico conclamando os oficiais militares a se engajarem nessa luta crucial por corações, mentes e pela salvação da sociedade como se conhece hoje, com suas tradições, valores e moral cristã-ocidental-burguesa.

Os dados que mostram continuamente índices de violência elevados são rapidamente esquecidos frente a uma notícia de algum crime contra o patrimônio público. Carvalho apresenta a seguinte análise: (...) a fusão do gramscismo com resíduos do marcusismo transformaria num dos pratos de resistência do cardápio esquerdista a defesa da legitimidade como ‘protesto social’, que, formando polaridade com a onda de combate moralista aos ‘colarinhos brancos’, estabeleceria uma dupla moral para o julgamento dos crimes: brando para com o *Lumpen*, mesmo quando este mata ou estupra, rigoroso para com os ricos e a classe-média, quando cometem delitos contra o patrimônio – a mais curiosa inversão já observada na história da moralidade. (CARVALHO, 1994, p. 59). Face a essa realidade, verifica-se que o futuro comandante de pelotão deve conhecer como o crime foi desvalorizado. O ambiente acadêmico formará os futuros profissionais que, de certa forma, ditarão o rumo das operações e das condutas a serem adotadas frente ao crime organizado pois, por exemplo, um aparato normativo desfavorável ao combate eficaz do crime é fundamental para o crescimento deste. Por conta disso, o oficial deve, sempre que possível, saber demonstrar à sociedade como

as ações destes profissionais, interferem diretamente na qualidade da segurança pública. [...] Não cabe à um oficial do Exército visualizar a decadência da segurança pública brasileira como um mero expectador (DINIZ, 2022, p. 37-38).

Novamente o autor incita a organização e ação dos militares, a partir de sua formação baseada em valores e princípios, ao embate e combate dessas ideologias favoráveis ao crime, não ficando apenas como expectador, nem deixando de divulgar a “real” situação legal e de funcionamento das leis no país, submissas que estariam ao controle dos marxistas, socialistas, comunistas infiltrados nos mais profundos quadros do poder estatal e transformando toda e qualquer norma tradicional ou moral que permitiu a essa sociedade chegar até aqui. A retórica dos militares analisadas aqui reproduz um imaginário repleto de conspirações, teorias de tomadas de poder por grupos revolucionários a desagregação de estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais legadas de um passado histórico, se não glorioso, pelo menos produtivo no sentido de permitir o progresso da nação e a consolidação de bons valores, como a família tradicional, o equilíbrio entre os diferentes, a democracia racial, a ausência de conflitos entre grupos e classes e as tensões sociais. Seria tudo isso que estaria em jogo pela ação os marxistas culturais.

6. CONCLUSÃO

Chegar ao final de uma pesquisa é sempre difícil. Encontrar e aceitar o ponto de chegada, provisório, claro, mas ainda assim, de chegada, é difícil quando se tem um campo inteiro de possibilidades. Ainda assim, é preciso fazê-lo, sob pena de sofrer consequências negativas tanto legais ou burocráticas, quanto epistemológicas, visto que o estudo apenas mostra, quando bem feito, que sempre podemos aprender um pouco mais. Nesse sentido, esta conclusão é apenas provisória, parcial e momentânea, dado que o estudo da produção monográfica dos cadetes da AMAN segue sendo necessário e uma possibilidade de pesquisa interessante para sondar o pensamento militar e aquilo que se ensinam nas escolas dos futuros generais.

Desde cedo, partiu-se para a pesquisa com a pergunta de pesquisa se os militares na Nova República, de fato, mudaram o pensamento a respeito de política e história, no sentido de abandonar as explicações e narrativas golpistas e intervencionistas, ou se isso se repetiria. Essa foi a indagação inicial da pesquisa, como se tentou explicar na introdução. Elaborada no contexto da pandemia e posteriormente a ela, tem-se a clareza de que esta tese é fruto do contexto histórico em que ela, em parte, se situou: um governo militarizado e fortemente marcado pela tentativa de instrumentalização de centenas, milhares de militares, que, ao mesmo tempo, e que partir dos mais diversos motivos, aceitaram dar credibilidade para um governo como o de Jair Bolsonaro.

Os indícios de que o cenário não era tão positivo assim logo se apresentaram. Elaborando uma revisão de literatura sobre as relações civis-militares na Nova República, viu-se que os militares mantiveram ilhas, verdadeiras ilhas de autonomia decisória sobre diversas áreas importantes do exercício da política de Defesa. Ao mesmo tempo, os casos de insubordinação, desrespeito ao comando civil e de tensão entre governantes e burocratas civis e os militares foram diversos. E pior: sempre ou quase sempre com o governo de ocasião temporizando, colocando “panos quentes” e, ou cedendo aos interesses dos militares, ou permitindo a fritura do civil em questão. O ponto é que de um jeito ou de outro, a caserna permaneceu intocada nos seus privilégios orçamentários e de decisórios.

Ao mesmo tempo, elaborando uma análise sobre o pensamento social e político brasileiro a respeito dos militares, encontrou-se um achado bem importante de intelectuais e de teorias que justificavam o golpe de estado militar ou as intervenções militares, sejam elas por preparação militar – política, moral, ética, técnica, legal, de gestão – superior à dos civis, seja

pelos atributos morais superiores dos militares. Ao mesmo tempo, outra parte justifica o golpe de estado militar e o intervencionismo, argumentando que os militares na verdade estão pedagogicamente ensinando a elite civil como ser democrático, republicano e, no limite, cidadão. O autoritarismo nacionalista enfatizará a necessidade de orientação do povo brasileiro, e o papel protagonista que a caserna terá nesse processo. Mas não basta isso: em uma das inovações deste trabalho, encontrou-se um diálogo muito profundo entre o pensamento militar e o pensamento civil de Gilberto Freyre, categorizado por Lynch como Conservadorismo Culturalista (2017). O conservadorismo culturalista, descobriu-se, é um chave interessante de pensamento, pois constitui-se ao mesmo tempo em gramática política ou matriz de pensamento político, na medida em que se assume como uma forma de leitura da realidade baseada na defesa e valorização de um certo passado que teria legado para a contemporaneidade características e valores que deveriam ser preservados contra os movimentos modernizantes ou decadentes da transformação. No caso brasileiro, o culturalismo enfatiza a construção de uma sociedade tolerante à diferença, baseada na democracia racial, onde as pessoas não são julgadas por sua cor de pele mas sim pelo seu caráter, o equilíbrio dos diferentes, na cordialidade. Enfim, na pacificidade e na recusa de caminhos “patibulares”, como diz Freyre. Ao mesmo tempo, o culturalismo conservador pode ser visto como uma mitologia política, na medida em que também diz respeito à um passado mitificado, idade do ouro, onde as pessoas eram mais “livres”, mais felizes e possuíam mais valores morais e éticos, fruto do respeito ao tradicionalismo. Esse pensamento culturalista conservador vai encontrar eco dentro da caserna e ser utilizado por ela como um elemento central na defesa da intervenção militar na política e na sociedade. Até porque, constituindo-se mitologicamente no mesmo momento em que esse sentimento de irmandade surge entre os brasileiros, na Batalha dos Guararapes, no século XVII, o Exército é por excelência a instituição democrática brasileira, onde ninguém seria julgado pela cor da pele nem pela origem social. Daí a legalidade da intervenção dos militares para manterem esses valores e princípios operantes na sociedade. Buscou-se demonstrar no texto como o componente culturalista conservador se relaciona com o pensamento político de militares, tanto no passado quanto no presente. Tal concepção também se relaciona com o histórico anticomunista que serviu de instrumento para a coesão institucional.

Seguindo a recomendação de Edmundo Campos Coelho (2000, p. 18), buscou-se defender que a interpretação dos militares enquanto organizações é a melhor maneira de compreender seu pensamento. Para tanto, importava vê-los como organizações com uma agenda própria, objetivos, desejos, estratégias e com lógicas internas próprias, e não somente

como meros expectadores do jogo político ou representantes de outras classes. Além disso, é a partir das particularidades internas do Exército, processo educacional, simbólico, de desenvolvimento, estrutura hierárquica e organizacional, valores defendidos e estimulados nos seus cadetes, formas de punição e de sociabilidade em geral, que se vai compreender o universo de ser militar, o ethos militar que lhe permite acessar o mundo externo e conferir coerências às ações. É partir daí, do entendimento dos militares de seus interesses constituídos a partir dessa sociabilidade na AMAN, baseada na hierarquia e disciplina e etc, sendo educada a partir deste mito político de Guararapes e et., que se compreende a autonomia que os militares buscam em relação aos civis e o próprio processo de definição do anticomunismo como um inimigo a se combatido. Cria-se uma tradição fortemente marcada pela identificação do comunismo como a arma essencial de homogeneidade da tropa.

Embora o espaço não tenha permitido explorar todos os textos, demonstrou-se que atualmente na AMAN, diversos formandos reproduzem em seus trabalhos de conclusão de curso, esses elementos míticos, conservadores, culturalistas e tradicionais. E mais, tal pensamento também está presente entre militares apoiadores diretos administração Bolsonaro. Ao lado dos currículos de disciplinas, esses elementos simbólicos ajudam a conformar todo um conjunto de valores, expectativas e posturas. No fim, também ajudam a construir o militar.

No capítulo quatro, tentou-se elaborar uma descrição a mais pormenorizada possível do tempo do cadete na AMAN e de como esse período molda a sua subjetividade, até porque ficou claro que a AMAN é uma instituição total. Recorrendo a todo um conjunto de símbolos, gestos, tradições e valores compartilhados nos momentos mais simples aos mais tensos. Buscou-se demonstrar como os símbolos militares e toda um complexo jogo de representações, expressam uma visão de mundo e solicitam um certo comportamento como resposta por parte dos cadetes. Nesse sentido, há um currículo oficial, marcado por disciplinas, leituras, provas físicas e testes, mas também um currículo “oculto”, marcado por todo um conjunto de sociabilidades e de aprendizagens que extrapolam os limites do oficial, mas que também disciplinam, que também formam, deformam ou informam os cadetes de todo um universo de comportamentos, valores e práticas esperadas, desejadas ou não. Chamou a atenção aqui, todo um conjunto de valores que expressam toda a relação entre o pensamento militar e o conservadorismo culturalista, expresso nas pinturas expostas na Biblioteca José Pessoa e que são carregadas de significados.

Por fim, no capítulo cinco elaborou-se um longo processo de análise de conteúdo das monografias de cadetes da AMAN. Não sendo possível elaborar a leitura de todas, selecionou-se 20 das que trabalhavam com temáticas de história e política. A partir daí, fez-se uma leitura

mais pormenorizada, destacando as principais ideias presentes, as formas de argumentação, as referências bibliográficas e se está presente ou não, nessas monografias, o pensamento culturalista conservador e intervencionista. O resultado aponta para uma presença impressionante do ideário conservador culturalista, dosado com fortes tons conspiracionistas e de mitificação do passado tradicional e de vaticínio da destruição e decadência contemporânea dos valores. Nessa chave de leitura, saltam aos olhos as discussões sobre o caráter cordial, democrático racialmente falando, pacífico e ordeiro do povo brasileiro. Esse caráter do povo brasileiro está em plena disputa e sob risco pela ação violenta, criminosa, terrorista e infiltrada por setores da esquerda, que, sob posse das ideias de Antônio Gramsci, decidiram dominar o mundo e chegar ao poder via instituições e campo da cultura e não mais pelas armas. Essa mitologia política da grande conspiração confere uma função aos militares e ativa outro conjunto de ideias mitificadas que é o anticomunismo traidor e insidioso, o inimigo interno que deve ser destruído a qualquer custo. Todas essas construções teóricas apontam para a necessária participação política dos militares. Não lhes seria dado o direito de serem apenas expectadores do jogo político, mas antes de tudo guardiões dos valores, tradições, práticas e padrões tradicionais e conservadores de costume, família e sociedade. Não por acaso, o general Eduardo Villas Bôas foi alçado à posição de modelo contra as propostas de interferência na caserna da guerra cultural travada na sociedade brasileira até então. Outra coisa muito importante também é a utilização e reprodução da literatura endógena à caserna, o eu contribuo para o reforço das teorias e ideias intervencionistas no seio militar brasileiro do século XX. Chama a atenção a utilização de livros como o de Olavo de Carvalho, *o Orvil*, Francisco Campos e todo um conjunto de autores que tem pouca ou nenhuma relevância no universo civil informacional.

Essa concepção de país, de história e de democracia (racial ou não) apresenta-se problemática desde o início, pois nega ou diminui o impacto do racismo em nossa sociedade e produz uma sociologia da política e do político que nega o conflito social como constitutivo das relações sociais na modernidade. Nessa chave de leitura, os militares surgem como legítimos interventores em prol da conservação cultural e das próprias instituições democráticas. Embora se questione o poder e a capacidade das ideias influenciarem politicamente, não se pode negar que o ato da fala ou da construção imagética é tão importante e poderoso quanto o ato da guerra. Assim, incentiva-se no iniciativas que se debrucem sobre o pensamento político e social dos militares. Pois eles estão no jogo político e parecem não pretender sair tão cedo.

7. REFERÊNCIAS

7.1. MONOGRAFIAS CONSULTADAS

ALMEIDA DA SILVA, Rebeca. **Liderança militar: a influência da prática religiosa para o aperfeiçoamento dos valores morais e seus reflexos para o desenvolvimento da liderança militar.** Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2023.

BAMBA. Cheikh Ahmadou Seck. **Estudo do terrorismo radicalista islâmico do ponto de vista sociológico.** Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2019.

CAETANO, Vitor de Souza. **Os militares e a política de 1945 a 1985.** Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2019.

CAMPOS, João Vitor Pazeto Puks. **Liderança militar: a contribuição da prática religiosa para o desenvolvimento moral do futuro oficial.** Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2022.

CESTARIOLI, Pedro Henrique Silva. **A Contribuição das Invasões Holandesas no Nordeste Brasileiro para formação da Identidade Nacional.** Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2019.

CORRÊA, Gabriel Machado. **A importância do culto aos valores morais, cívicos e patrióticos para o desenvolvimento de uma nação.** Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2019.

COSTA, Tales Raschik. **Família, tradição e a liberalização dos costumes no mundo atual.** Artigo de opinião do Projeto Mário Travassos. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, s/d.

DINIZ, Ian Xisto. **Como a desvalorização dos crimes dificulta o trabalho do comandante de pelotão em operações de GLO.** Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2022.

EGGERS, Augusto Schaff. **Reflexos sociais da participação do Exército Brasileiro na Segunda Guerra mundial.** Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2019.

FERNANDES, Gabriel Machado. **O Exército Brasileiro Na Defesa Da Integridade Nacional: Das Batalhas Dos Guararapes À Revolução Farroupilha.** Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2019

FREITAS, Leonardo Martins Andrade de. **Traços De Mensagens Subliminares Na Divulgação De Notícias Sobre O Exército Brasileiro**. Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2019.

KRAUS, Joabe Magdiel. **Ações militares no século XX e a sociedade brasileira: o impacto do governo militar**. Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2020.

MESQUITA DA SILVA, Lucas Augusto Gomes. **Avaliação das políticas multiculturais nos estabelecimentos de ensino das Forças Armadas**. Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2019

MONSORES, Flávio da Rocha. **A Influência Social do Exército brasileiro nas Operações de Pacificação durante a MINUSTAH**. Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2019.

RANGEL, Paulo Roberto Nogueira. **Patriotismo e civismo: elementos estruturantes da liderança militar**. Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2023.

ROLIM, Hugo Brasil Barros. **Batalha De Guararapes e a formação do Exército Brasileiro**. Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2019.

SANT'ANNA, João Pedro Stradolini de. **A importância da espiritualidade do tenente comandante de pelotão no trato com seus subordinados nas situações de chefia, liderança e administração**. Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2019

SANTOS, Giovana Abraão. **General Eduardo Dias da Costa Villas-Bôas: modelo de defesa estratégica do exército brasileiro no âmbito da guerra cultural**. Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2021.

SANTOS, Marcos V. P. **Exército Brasileiro: uma escola cívica de valores pela sociedade**. Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2017.

SILVA, Manoel Furtado. **Análise do desenvolvimento de valores na formação do oficial do Exército Brasileiro**. Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2018.

VENÂNCIO, Caio de Moraes. **A importância do culto aos ritos e tradições militares na formação do oficial combatente da AMAN**. Monografia do Bacharelado em Ciências Militares. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende – RJ, 2023.

7.2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Como ingressar**. 02 de julho de 2019. Disponível em <https://www.aman.eb.mil.br/como-ingressar> Acessado em 18/08/2024.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Aman celebra Dia do Exército e comemora 212 anos em 2013**. 18 de abr. de 2023. Disponível em <https://www.aman.eb.mil.br/ultimas-noticias/860-aman-celebra-dia-do-exercito-e-comemora-212-anos-em-2023> Acessado em 20/08/2024.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. **Cadetes da AMAN escolhem as Organizações Militares que vão servir**. 17 de outubro de 2023. Disponível em <https://www.aman.eb.mil.br/ultimas-noticias/940-cadetes-da-aman-escolhem-organizacoes-militares-que-vaoservir#:~:text=No%20dia%2016%20de%20outubro,ir%C3%A3o%20servir%20ap%C3%B3s%20a%20formatura>. Acessado em 12/08/2024

ALONSO, Ângela. De positivismo e de positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 109-134, 1996.

ALSINA JR, João Paulo. **Política Externa e Política de Defesa no Brasil**: síntese imperfeita. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

AMORIM NETO, Octávio; ACÁCIO, Igor. De Volta ao Centro da Arena: Causas e Consequências do Papel Político dos Militares sob Bolsonaro. **Journal of Democracy em Português**, v. 9, p. 1-29, 2020.

ANDRADE, Pollyana Labre. **A modernização do ensino do Exército nos anos 1990 e sua inserção no processo de reforma gerencial do estado**. Trabalho apresentado no XII ENABED: Encontro da Associação Brasileira de Estudos da Defesa. Niterói: 10 a 12 de agosto de 2022. Disponível em https://www.enabed2022.abedef.org/resources/anais/19/enabed2022/1658612097_ARQUIVO_d6084a88143f16e430da23d17d26b7ad.pdf Acessado em 21/08/2024.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **As Forças Armadas e o poder constituinte**: a tutela militar no processo de transição política (1974-1988). São Paulo: Educ, 2023.

[ATASSIO, Aline Prado](#); PINTO, Roque; GUZMÁN, Sócrates Jacobo Moquete. Sob A Espada de Dâmocles: Os Militares no Brasil e a Democracia Tutelada. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, Vol. 13, pp. 195-217, 2021. Disponível online em <http://www.rest.uff.br/index.php/rest/article/view/246> Acessado em 28/02/2022.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 87, p. 161–184, ago, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbh/a/cYtjsrRVpgcwbZh4c7C48FS/?format=pdf&lang=pt> Acessado em 21/08/2024.

BACZKO. B. **Imaginação social**. In: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985

BAUER, Caroline Teixeira. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. **Diálogos (Maringá. Online)**, v. 18, n.1, p. 121-145, jan.-abr./2014. <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305531755007.pdf>

BOLSONARO, Jair. **Comissão da Retaliação**. Jornal O Globo, 26/09/2011. Disponível em <https://oglobo.globo.com/opiniao/outra-opiniao-comissao-de-retaliacao-2866269> Acessado em 09/04/2020

BORGES FILHO, Nilson. **Santos e pecadores: o comportamento político dos militares Brasil-Portugal**. Florianópolis: Paralelo 27 CPGD, 1997.

BRANDÃO, Priscila Carlos; CARVALHO,, Bernardo Rocha; TEIXEIRA, Carla Drielly dos Santos; ROCHA, Igor Tadeu Camilo. **Ilegais e Imorais: autoritarismo, interferência política e corrupção dos militares na história do Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acessado em 09-07-2024

BRASIL. (1979). Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm . Acesso em: 29 jun 2021.

BRASIL. (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Gráfica do Senado.

BRASIL.(1995) **Lei nº 9.140**, de 04 de dezembro de 1995. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm Acesso em 09/04/2020

BRASIL, (2000) Decreto nº 3466, de 17 de maio de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3466.htm Acesso em 25/09/2021.

BRASIL. (2005) **Política Nacional de Defesa**. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Link: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/politica-nacional-de-defesa> Acessado em 03/04/2020

BRASIL. (2008) **Estratégia Nacional de Defesa: Paz e Segurança para o Brasil**. Dezembro de 2008. Link: <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa> Acessado em 03/04/2020

BRASIL. (2011) **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm Acessado em 09/04/2020

BRASIL. (2012) **Livro Branco de Defesa Nacional**, Brasília. Link <https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional>. Acessado em 03/04/2020.

BRASIL. (2020) **Ações de GLO por tipo (1992-2020)**.. Disponível em https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/2.tabelasa_gloa_atualizadada_ema_maia_20.pdf Acessado em 10/06/2020.

BRUSADIN, Leandro Benedini. A Cultura e a tradição no imaginário: ação simbólica no patrimônio e no turismo. **TURyDES: Revista de Turismo y Desarrollo Local**. Malaga, v. 7, n. 17, p. 1-19, dez. 2014. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/17/patrimonio.html> . Acesso em: 30/11/2024.

CAPANEMA, Sílvia. **Raça, Revolta e República**: os marinheiros brasileiros no contexto pós-abolicionista. In: CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva; NASCIMENTO, Moacir Silva do (orgs.). **Marinheiros e cidadania no Brasil**: contribuições para uma história social militar-naval. Curitiba: CRV, 2020.

CAPITANI, Avelino. **A Rebelião dos Marinheiros**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Arte da Política**: a História que Vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARLONI, Karla. **Forças Armadas e democracia no Brasil**: o 11 de novembro de 1955. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Vargas e os Militares**. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **REPENSANDO o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

CASTRO, Celso. Goffman e os militares: sobre o conceito de instituições totais. Revista Militares e Política. Nº 1, 2007. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/view/33764> Acessado em 11/08/2024.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**: um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Zahar 2021.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2002.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). (2001). **Militares e Política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora da FGV.

CASTRO, Celso (org.). **General Villas-Bôas**: conversas com o comandante. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2021.

CAVALHEIRO, Almoré Zoch. **A Legalidade, o Golpe Militar e a Rebelião dos Sargentos**. Porto Alegre: Editora AGE, 2011.

CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA. Capitão-Mor Pedro Teixeira. Disponível em <https://cigs.eb.mil.br/patronos-patriarcas-herois/1139-heroi-pedro-teixeira.html> Acessado em 13/08/2024.

CHIRIO, Maud. **Da Linha Dura ao Marxismo Cultural**: o olhar imutável de um grupo de extrema-direita da reserva sobre a vida política brasileira (Jornal Inconfidência, 1998-2014). In: MARTINS FILHO, João Roberto (org). **Os Militares e a Crise Brasileira**. São Paulo: Alameda Editorial, 2021.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais durante a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 83–106, nov. 2005 Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/?format=pdf&lang=pt> Acessado em 12/08/2024.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Pacificação e reconciliação nacional**: da Lei da Anistia à Comissão Nacional da Verdade. In: BARRETO, Adriana...[et al.]. **Pacificar o Brasil**: das guerras justas às UPPs. São Paulo: Alameda, 2017.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMANDO MILITAR DO LESTE. **7ª Região militar realização solenidade em homenagem ao Compromisso Imortal**. 20 de maio de 2022. Disponível em <https://7rm.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/665-comando-da-7-regiao-militar-realiza-solenidade-em-homenagem-ao-compromisso-imortal> Acessado em 13/08/2024.

COELHO, E. C. A Instituição Militar no Brasil: um ensaio bibliográfico. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 19, p. 5–19, 1985. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/57> Acesso em: 22 ago. 2024.

COELHO, Edmundo Campos. **Exército Brasileiro**: em busca da identidade. 2ª edição – Rio de Janeiro: Record, 2000.

CORRÊA, Arsênio. **A Ingerência Militar na República e o Positivismo**. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1997.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. **Doutrina de Segurança Nacional**: entre o passado e o futuro. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Frederico Costa de Sá. Tendências ocupacionais no Exército Brasileiro (1998-2002). **Sociologias**, vol. 22, nº 53, Jan. 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/soc/a/GDcLpxp5X449gycWpx9NpFG/#> Acessado em 12/08/2024.

COSTA, Frederico Carlos de Sá. A relação civil-militar e os estudos estratégicos. **Teoria e sociedade**, Belo Horizonte, n. 21, jan./jul. 2014. Disponível em <https://bib44.fafich.ufmg.br/teoriaesociedade/index.php/rt/article/view/137/102> Acessado em 22/08/2024.

COUTINHO, Sérgio Augusto de Avellar. **Cenas da Nova Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

COUTINHO, Sérgio Augusto de Avellar. **A Revolução Gramscista no Ocidente**: a concepção revolucionária de Antônio Gramsci em Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2012.

COUTO E SILVA, Golbery. **Conjuntura Política Nacional**: o poder executivo & **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. **Um Dilema Eterno do Homem**. In: COUTO E SILVA, Golbery. **Geopolítica e Poder**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ. 24 de maio: Dia da Infantaria. 24 de maio de 2023. Disponível em <https://www.bombeiros.ce.gov.br/2023/05/24/24-maio-dia-da-infantaria/#:~:text=O%20Ex%C3%A9rcito%20Brasileiro%2C%20como%20justo,terreno%20onos%20campos%20de%20batalha>. Acessado em 13/08/2024.

CRUZ, Andréa Lemos Maldonado. **Influências do conservadorismo na formação Institucional do Exército Brasileiro**. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 2022.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. A Comissão Nacional da Verdade e os Militares Perseguidos: desafios de um passado no tempo presente e futuro. **Acervo** (Rio de Janeiro), v. 27, p. 137-156,

2014. Disponível em <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/464/463>
Acessado em 28/02/2022.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O estável poder de veto das forças armadas. **Varia História**, vol. 28, n° 48, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/vh/a/pT3X4mx3HKsD5XjPxLR9WYK/?format=pdf&lang=pt>
Acessado em 23/07/2024.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Militares, Democracia e Desenvolvimento: Brasil e América do Sul**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 2005;

ESTEVES, Alexandre Neves Lemos. O patrimônio cultural presente na Biblioteca Marechal José Pessoa como referência para o cadete da Academia Militar das Agulhas Negras. **Revista da Academia de História Militar terrestre do Brasil**. vol. 1, n. 4, p. 107-126, 2022.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Entrada de novos cadetes pelo portão monumental da AMAN**. Disponível em <https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/portoes-aman-24> Acessado em 12/08/2024.

FAUSTO, Bóris. **O Pensamento Nacionalista Autoritário: (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FERREIRA, Oliveiros S. **Elos Perdidos: uma nova visão do poder militar no Brasil**. São Paulo: Harbra, 2007.

FERREIRA, Oliveiros. **Vida e Morte do Partido Fardado**. São Paulo: Senac, 2000.

FIGUEIREDO, Marcus. **Política de Coerção no Sistema Político Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Educam, 1978.

FREIXO, Adriano de. **Os Militares e o Governo Jair Bolsonaro: entre o anticomunismo e a busca de protagonismo**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

FREYRE, Gilberto. Forças Armadas e Outras Forças. **A Defesa Nacional**, v. 52, n. 605, p. 07-22, 1966.

FREYRE, Gilberto. **Forças Armadas: uma força Suprapartidária na vida pública brasileira**. Diário de Pernambuco, abr. 1964.

FREYRE, Gilberto. **Nação e Exército**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Em torno de uma Sociologia de Processos Revolucionários de Transformação Social**: exemplos brasileiros. In: AERP. O Processo Revolucionário Brasileiro. [S.l.], 1969.

_____. **Louvor a Guararapes**. In CHACON, Vamireh. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994.

FUCILLE, Luis Alexandre. **As relações civis-militares no Brasil ontem e hoje**: muito por fazer! In: MARTINS FILHO, João Roberto (org). **Os Militares e a Crise Brasileira**. São Paulo: Alameda Editorial, 2021.

GODOY, Tânia. **O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)**. Tese de Doutorado (Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP, 2004. Disponível em <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2309/TeseTRPGTO.PDF?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em 12/08/2024.

GODOY, Marcelo. **Soldados Influenciadores**: os guerreiros digitais do bolsonarismo e os tuítes de Villas Bôas. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org). **Os Militares e a Crise Brasileira**. São Paulo: Alameda Editorial, 2021.

[GODOY, Tânia](#). A Linguagem Educativa Castrense Baseada em Ícones da História Militar. **Revista da UNIFA**, v. 24, p. 18-32, 2011. Disponível em <https://revistaelectronica.fab.mil.br/index.php/reunifa/article/view/715/609> Acessado em 12/08/2024.

[GODOY, Tânia](#). O Estudo da Guerra em História Militar segundo os Futuros Líderes das Forças Armadas Brasileira. **História & Ensino (UEL)**, v. 1, p. 203-214, 2006. Disponível em <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11739> Acessado em 12/08/2024.

GOFFMAN, Irving. **Manicômios, prisões e conventos [Asylums]**. São Paulo, Tradução de Dante Moreira Leite. 7. edição. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GIELOW, Igor. Et.al. Atrito com Bolsonaro derruba Comandante das Forças Armadas, na maior crise militar desde 1977. Jornal Folha de São Paulo, 30/03/2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/comandantes-das-forcas-armadas-pedem-demissao-em-protesto-contrabolsonaro.shtml?origin=folha> Acessado em 27/09/2021

GIELOW, Igor; PATU, Gustavo. Bolsonaro privilegia gastos com militares no primeiro ano de mandato. Jornal Folha de São Paulo, 01/03/2020, Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/bolsonaro-privilegia-gastos-com-militares-no-primeiro-ano-de-governo.shtml> Acessado em 27/09/2021

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GÓES MONTEIRO, Pedro Aurélio de. **A Revolução de 1930 e a Finalidade Política do Exército**. Rio de Janeiro: Editora Andersen, 1934.

GÓES MONTEIRO, Pedro Aurélio de. Carta ao senhor Sobral Pinto. In: FERREIRA, Oliveiros. **As Forças Armadas e o Desafio da Revolução**. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.

GRATIUS, Susanne. Brasil en las Americas: Una potencia regional pacificadora? Working Paper n 35, FRIDE, 2007. Disponível em <https://www.semanticscholar.org/paper/Brasil-en-las-Am%C3%A9ricas%3A-%C2%BFUna-potencia-regional-Gratius/8a3aa7d35d184ba2d06e6c2a8b6f7f60f567d772> Acesso em 27 set 2021.

HERÉDIAS, Lorena Delduca. **Os muitos tons do inimigo vermelho**: as reconfigurações contemporâneas do anticomunismo no brasil (1990-2020). Dissertação de Mestrado (Estudos Estratégicos). Universidade Federal Fluminense – RJ. 2021. Disponível em <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/24997/Lorena%20Delduca%20Her%c3%a9dias%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o%20vers%c3%a3o%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em 30/11/2024.

HUNTER, Wendy. **Eroding Military Influence in Brazil** - Politicians versus Soldiers. Chapel Hill/London: The University of North Carolina Press, 1997.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

_____. Forewords. In: PERLLUTTER, Amos. **The military and politics and modern times**. New Haven: Yale University Press, 1977.

INSTITUTO SAGRES. **Projeto de Nação: cenários prospectivos Brasil 2035**. Brasília, 2022. Disponível em <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/v2d00001.pdf> Acessado em 22/08/2024.

JULGMANN, Raul. **Estratégia Nacional de Defesa**. In: JOBIM, Nelson; ETCHEGOYEN, Sérgio W.; ALSINA, João Paulo (orgs.) **Segurança Internacional: perspectivas brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

JUNIOR, Gonçalo. Espectros da Ditadura: episódios recentes obrigam acadêmicos a repensarem o papel dos militares. **Pesquisa FAPESP**. Edição 123, Maio de 2006. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/espectros-da-ditadura-militar/> Acessado em 10/08/2024

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de Conceitos: estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LEIRNER, Piero. **Meia-Volta Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

LEMOS, Renato. **Ditadura, Anistia e transição política no Brasil (1974-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LYNCH, Christian E. C. **Cultura Política Brasileira**. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 6, p. 4-19, ago. 2017a.

LYNCH, Christian E. C. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. *Lua Nova*, São Paulo, v. 100, p. 313-352, 2017b.

LYNCH, Christian E. C.; PAGANELLI, Pía. Gilberto Freyre's culturalist conservatism: society, decline and change in Sobrados e Mocambos (1936). *Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 879-903, 2017.

LYNCH, Christian. **A utopia reacionária do governo Bolsonaro (2018-2020)**. *Revista Insight Inteligência*. Edição 89. 2020. Disponível em <https://inteligencia.insightnet.com.br/a-utopia-reacionaria-do-governo-bolsonaro-2018-2020/> Acessado em 22/08/2024.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O Populismo reacionário**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MACIEL, Fabrício. **O Brasil-Nação como Ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes do; AUGUSTO, Agnaldo Del Nero (orgs.). **ORVIL: Tentativas de Tomada do Poder**. São Paulo: Schoba, 2012.

MCCANN, Frank. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2009.

MAFRA, Johnny José. **Ler e tomar notas: primeiros passos da pesquisa bibliográfica: orientações para produção de textos acadêmicos**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2007.

MAGALHÃES, Suzana **A forja: educação do guerreiro: um estudo sobre o ensino militar das Forças Armadas brasileiras**. Rio de Janeiro: Griff'os, 2023.

MAGALHAES, Wallace Lucas. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. **Albuquerque – revista de história**. vol. 8, n. 16. jul.-dez./2016, p. 92-110. Disponível em <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/2164> Acessado em 30/11/2024.

MARTINS FILHO, João Roberto. O governo FHC e as Forças Armadas: um passo à frente, dois atrás. **Revista Olhar**. Ano 2, nº 4, dezembro de 2000.

_____. Tensões militares no Governo Lula (2003-2009): a pré-história do acordo com a França. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010.

_____. Ordem desunida: militares e política no Governo Bolsonaro. **Perseu: História, Memória e Política**. São Paulo. Nº18, vol. 13, 2019. Disponível em <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/320> Acessado em 22/07/2024.

_____. **Forças Armadas e política, 1945-1964: a antessala do golpe**. In: FERREIRA, Jorge; NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MUSSI, Daniela; BIANCHI, Álvaro. Antigramscismo na América Latina: circulação e tradução de ideias. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 37, p. e247343, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/cNMMcJJgvqbnjP3VKpkmKPO/abstract/?lang=pt#ModalHocite> Acessado em 12/08/2024.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, Cor e Disciplina na revolta dos marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2008.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A Revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército brasileiro (1931-1937)**. 2010. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3879/1/000425636-Texto%2bCompleto-0.pdf> Acessado em 27/02/2022.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe; WHITEHEAD, Laurence. **The Transition from Authoritarian Rules: Comparative Perspectives**. John Hopkins University Press: Baltimore, 1991.

O GLOBO. (1978). Geisel, institucionalizador por perseverança. O país. 23 de junho de 1978. Rio de Janeiro: Infoglobo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=2&ordenacaoData=relevancia&allwords=lenta%2C+gradual+e+segura&anyword=&noword=&exactword=>. Acesso em: 29 jun 2021.

O GLOBO. **General fala em possibilidade de Exército impor solução para crise**, 17/09/2017. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/general-fala-em-possibilidade-de-exercito-impor-solucao-para-crise-21835609> Acessado em 14/06/2020

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **De Geisel a Collor – Forças Armadas, transição e democracia**. Campinas, Papirus, 1994.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa no presidência FHC**. Barueri: Manolé, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **Comissão de Verdade e Percepções Militares**. In: MONTEIRO, Álvaro Dias; WINAND, Erica; GOLDONI, Luiz Rogério Franco. **Pensamento Brasileiro em Defesa**. Aracaju: Editora UFS, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Naciones Unidas Mantenimiento de la paz. El mantenimiento de la paz de la ONU: 70 años de servicio y sacrificio. Disponível em <https://peacekeeping.un.org/es/un-peacekeeping-70-years-of-service-sacrifice> Acesso em 27 set 2021.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em Pé de Guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PEIXOTO, Antônio Carlos. **O Clube Militar e o debate político no âmbito das forças armadas (1945-1964)** In: Rouquié, Alain. **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: editora Record, 1980.

PEREIRA, Fábio da Silva. A Educação militar terrestre e a formação ética dos oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (1989-2018). **Revista Concilium**, Vol. 22, Nº 2, 2022. DOI: 10.53660/CLM-083-105 ISSN: 1414-7327. Disponível em: <https://clium.org/index.php/edicoes/article/view/83>. Acesso em: 11/08/2024.

PEREIRA, Fábio da Silva. Análise do *ethos* militar: um olhar “preliminar” da elite castrense sobre a Academia Militar das Agulhas Negras. **InterAção**. Curitiba, v.21, n.1, 2021. DOI: 10.53660/inter-059-sSS01. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/367874688_Analise_do_ethos_militar_um_olhar_preliminar_da_elite_castrense_sobre_a_Academia_Militar_das_Agulhas_Negras. Acesso: 11/08/24.

PINTO, Cláudia Conceição. **A formação acadêmica profissional e tecnológica da mulher no ensino militar bélico na academia militar das agulhas negras (AMAN): estudo de caso**. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Educação Profissional e Tecnológica), Instituto Federal de Santa Catarina, p.1-29, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1786/Artigo%20Cientifico-%20AMAN%20-%20EPT%20-%20BIBLIOTECA%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11/08/2024.

PEDRETTI, Lucas. **A Transição inacabada: violência e direitos humanos na redemocratização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

PENIDO, Ana Amélia. **Profissionalização e educação militar: um estudo a partir da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)**. Dissertação Mestrado (Estudos Estratégicos). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2015.

PENIDO, Ana; MATHIAS, Suzeley. **Pensando a educação de militares na democracia**. In: MARTINS FILHO, João Roberto. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2014.

PENIDO, Ana Amélia. **Notas sobre a Academia Militar das Agulhas Negras atualmente:** perfil dos cadetes e características formais e informais do processo de ensino. Trabalho apresentado no IX Congresso Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Florianópolis, 06 a 08 de julho de 2016. Disponível em https://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466005322_ARQUIVO_artigoENABED-NotassobreAMAN-perfileensino.pdf Acessado em 11/08/2024.

PENIDO, Ana Amélia; MATHIAS, Suzeley Kalil; FAUSTINI, Ana Carolina Miguel. “Cadete! Ides comandar, aprendei a obedecer”: como se formam os generais do futuro. **EDUR: Educação em Revista**. Belo Horizonte: vol. 38. 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edur/a/8zbX9HGwb45rvcm4hGVXMzy/#> Acessado em 12/08/2024.

PION-BERLIN, David; TRIKUNAS, Harold A.. Attention Deficits: Why Politicians Ignore Defense Policy in **Latin America**. **Latin American Research Review** 42(3): 76- 100. 2007.

PINHEIRO, Ajax Porto. **MUITO IMPORTANTE!!! Depoimento do General Ajax – A vitória só é conquistada com muita luta**. 2018. (9m51s) Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=W1m-UAalsHE&t=71s> Acessado em 27/09/2021.

TOLEDO, Marina. Confiança dos brasileiros nas Forças Armadas cai em 2023, diz pesquisa Quaest. **CNN online**. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/desconfianca-nas-forcas-armadas-cresce-entre-eleitores-de-bolsonaro-diz-pesquisa-quaest/> Acessado em 12/12/2023.

PAIXÃO, Cadetes! Ides comandar, aprendei a obedecer. **Defesanet**. Disponível em <https://www.defesanet.com.br/terrestre/cadete-ides-comandar-aprendei-a-obedecer/> Acessado em 12/08/2024.

PRZEWORSKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. **Novos Estudos CEBRAP**, 1984.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e Mercado:** reformas políticas e econômicas no Leste europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ROCHA, João César de Castro. **Bolsonarismo:** da guerra cultural ao terrorismo doméstico. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio; Maciel, Tadeu Morato. (2020). Pacificação à brasileira? O paradigma de Caxias e os militares no governo de Jair Bolsonaro. **Revista**

Brasileira De Estudos De Defesa, vol. 6, nº 2. Disponível em <https://doi.org/10.26792/rbed.v6n2.2019.75145> Acessado em 12/08/2024.

RESDAL. **Atlas Comparativo de la Defensa en America Latina y Caribe**. 2016.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. **Extrema-Direita, Volver!**: Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva. Dissertação em Ciência Política (área de concentração: Estudos Estratégicos) – UFF, Niterói, 2009

SALES, Jean Rodrigues; ARAÚJO, Rafael. **Forças Armadas e participação política entre a redemocratização e o fenômeno do bolsonarismo (1985-2021)**. In: TEXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SCHURSTER, Karl. **A República Sitiada: militares e bolsonarismo no Brasil**. Recife: EDUPE, 2022. Disponível em <https://www.edupe.upe.br/index.php/a-republica-sitiada-militares-e-bolsonarismo-no-brasil> Acessado em 09-07-2024

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico**. Belo Horizonte: Instituto de Psicologia da Universidade Católica de Minas Gerais, 1971.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. **A Revolta dos Sargentos de 1915: memória e interpretações**. In: CASTRO, Ricardo Figueiredo; VARGAS, Silvana Bandoli; REIS, Thiago de Souza dos (orgs.). **Anais do XIX Encontro de História da ANPUH-RJ. História do futuro: Ensino e Pesquisa e Divulgação Científica**. Rio de Janeiro: Anpuh-RJ, 2020. Disponível em https://www.encontro2020.rj.anpuh.org/resources/anais/18/anpuh-rj-erh2020/1600899254_ARQUIVO_f84fd4019591e0ebb83fdd4485224868.pdf Acessado em 27/02/2022.

SAMET, Henrique. **A Revolta do Batalhão Naval**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011

SANTOS, Catharina de Almeida. **A militarização das escolas públicas**. In: DOMINGOS NETO, Manuel (org.). **Comentários a um delírio militarista**. Fortaleza: Gabinete de Leitura, 2022.

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. **Extrema direita, volver!** Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e os militares da reserva. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Everton Araujo dos. **Exército Brasileiro**: a transformação como valor e o valor da transformação - um estudo da família militar como fator de abertura para a sociedade e de transformação da instituição. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

SCHULZ, John. **O Exército na Política**: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894. São Paulo: EDUSP, 1994.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 - 399. jan./abr. 2017. Tradução de: **Meaning and Understanding in the History of Ideas**. In: SKINNER, Quentin. **Visions of Politics**. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. I, cap. 4, p. 57-89 Disponível em <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017358> Acesso em 19/08/2024.

SILVA, Lucas Alves da. Pela paz e o perdão, contra a radicalização: militares e políticos contra o revanchismo durante a transição política (1979-1985). **Cadernos do Tempo Presente**, Vol. 12, nº 02, jul/dez de 2023. <https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/20820/15540>

SOARES, Samuel Alves. **Controles e autonomia**: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SOARES, Samuel Alves. **A Defesa na Política Externa da Era Lula**: De uma Defesa elusiva a uma liderança proclamada. In: FREIXO, Adriano de; PEDONE, Luiz; RODRIGUES, Thiago Moreira; ALVES, Vagner Camilo (Orgs.) **A Política Externa Brasileira na Era Lula**: um balanço. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

SORANO Vitor; NERI, Felipe. Bolsonaro e Damares trocam integrantes da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, Portal G1. 01/08/2019, Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/01/bolsonaro-e-damares-trocam-integrantes-da-comissao-sobre-mortos-e-desaparecidos-politicos.ghtml> Acesso em 09/04/2020

STEPAN, Alfred. **Os militares na Política**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975

SUANO, Marcelo José Ferraz. **Para inserir o Brasil no reino da história**: o pensamento político e militar do General Góes Monteiro. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

TARDIN, Elaine Borges. **O Exército Brasileiro no Haiti: A Reconstrução de Uma Imagem Manchada Pela Ditadura Militar**. Curitiba: Appris, 2015.

TADDEI, Jaime dos Santos. **O militar e a democracia: profissionalização e visão de mundo**. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário do Rio de Janeiro – IUPERJ, Rio de Janeiro, 2007.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante **A Verdade sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. Rio de Janeiro: Editora Ser, 2007.

VALENTE, Rubens. **Alta escola militar inclui livro de olavista em sua bibliografia**. Coluna de Rubens Valente, Uol. 2020. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/columnas/rubens-valente/2020/07/19/forcas-armadas-escolas-bibliografia.htm> Acessado em 12/08/2024.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. **Repressão a Militares na Ditadura pós-1964**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. (Prêmio de Pesquisas Memória Reveladas – 2014).

VASCONCELLOS, Fábio. **Soldados levam para o Alemão a experiência do Haiti**. **Jornal Extra, 30 de novembro de 2010**. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/rio/soldados-levam-para-alemao-experiencia-do-haiti-19087.html> Acesso em 27 set 2021.

VILLAS-BOAS, General Eduardo. **Entrevista concedida a Igor Gielow**, **Jornal Folha de São Paulo**, 18/11/2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-nao-e-volta-dos-militares-mas-ha-o-risco-de-politizacao-de-quarteis-diz-villas-boas.shtml> Acessado em 14/06/2020

VILLAS-BOAS, General Eduardo. **Carecemos de um projeto de nação**. **O Estado de São Paulo**. 10 de jul. de 2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/carecemos-de-um-projeto-nacional/> Acessado em 20/08/2024.

VIANNA, Marly. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1992)

WINAND, Érica; SAINT-PIERRE, Hector. **O Legado da Transição na Agenda Democrática para a Defesa: os casos brasileiro e argentino**. In: SAINT-PIERRE, Hector. **Controle Civil sobre os militares e Política de Defesa na Argentina, Brasil, Chile e no Uruguai**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

WRIGHT MILLS, C. **A Elite do Poder**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.

XAVIER, Paulo Sérgio **O Currículo da Academia Militar das Agulhas Negras e a Formação Profissional**: das Origens ao Início do Século XXI. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3175> Acessado em 12/08/2024.

XAVIER, Márcia. Ofensa de Bolsonaro a mortos no Araguaia vai receber resposta, Portal Vermelho, 27/05/2009, Disponível em <https://vermelho.org.br/2009/05/27/ofensa-de-bolsonaro-aos-mortos-do-araguaia-vai-receber-resposta/> Acesso em 09/04/2020

ZAVERUCHA, Jorge. **Relações Cívico-Militares** : o legado autoritário na constituição de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ZAVERUCHA, Jorge. **Rumor de Sabres**: tutela militar ou controle civil? São Paulo: Editora Ática, 1994.

ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia**: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.